



Universidade Federal Fluminense

**PODER EXECUTIVO**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**MARÇO/2016**



Universidade Federal Fluminense

**PODER EXECUTIVO**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU 63/2010, da Decisão Normativa TCU 146/2015 e da Portaria TCU 321/2015.

**Niterói, março de 2016**

**DIRIGENTES**

**REITOR**

SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO

**VICE-REITOR**

ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO**

JAILTON GONÇALVES FRANCISCO

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**

RENATO CRESPO PEREIRA

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

ROBERTO KANT DE LIMA

**PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS**

SÉRGIO JOSÉ XAVIER DE MENDONÇA

**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO**

WAINER DA SILVEIRA E SILVA

CRESUS VINICIUS DEPES DE GOUVÊA

(Designação em 19/11/15)

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**

NÉLITON VENTURA

**PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS**

TÚLIO BATISTA FRANCO

## **ELABORAÇÃO**

### **PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO**

Jailton Gonçalves Francisco

### **COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO**

Gisele Borges de Faria Souza da Silva

### **EQUIPE TÉCNICA**

Glauber Cortes Mendonça

Luciana Zobole Coimbra Novaes

Maura da Silva Vasconcellos

### **COLABORAÇÃO**

Noelia Cantarino da Costa

(Revisão)

## 1.2 Siglas e abreviações

AMPLA	Ampla Energia e Serviços S.A
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANP	Agência Nacional de Petróleo
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AT/CUR	Auditoria Técnica
BSC	<i>Balanced Score Card</i>
CA/STI	Central de Atendimento/STI
CAP	Coordenação de Administração Patrimonial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASQ	Coordenação de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida
CAR	Coordenação de Arquivos
CDS	Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas
CEACE	Comissão Especial de Acumulação de Cargos e Empregos
CEAD	Coordenação de Educação a Distância
CEAEX	Centro de Apoio à Extensão
CEART	Centro de Artes da UFF
CEDERJ	Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEI	Cadastro Específico do INSS
CEMEX	Centro de Memória da Extensão da Universidade Federal Fluminense
CEP	Conselho de Ensino e Pesquisa
CEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CMC	Coordenação de Material e Contratos
CMOM	Comissão Mista de Orçamento e Metas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COLUNI	Colégio Universitário Geraldo Reis
COMFOR	Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica
COOPCANIT	Cooperativa de Catadores de Niterói
COPEMAG	Comissão Permanente de Concurso Público para o Magistério Superior e Médio
COPLAN/JBRJ	Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento e Finanças do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do RJ
COREME	Comissão de Residência Médica
COSEAC	Coordenação de Seleção Acadêmica
COSO	Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway
COTI	Comitê de Tecnologia da Informação
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPD	Coordenação de Pessoal Docente
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPTA	Coordenação de Pessoal Técnico-Administrativo
CR	Coeficiente de Rendimento
CRIAA	Centro Regional Integrado de Atenção ao Adolescente
CTSL/AD	Coordenação de Transporte, Segurança e Logística da PROAD
CUR	Conselho de Curadores

CUV	Conselho Universitário
DAP	Departamento de Administração de Pessoal
DCC	Divisão de Contas e Contratos
DCE	Diretório Central dos Estudantes Livre “Fernando Santa Cruz”
DCF	Departamento de Contabilidade e Finanças
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU	Diário Oficial da União
DPD/CAEG	Divisão de Prática Discente
DPGE	Setorial Orçamentária e Financeira
DPS/CAP	Divisão de Preservação e Sustentabilidade
e-Contas	Sistema de Prestação de Contas Anuais ao TCU
EAD	Ensino a Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EDUFF	Editora Universitária
EP	Estágio Probatório
ETARSERRA	Exposição de Trabalhos Acadêmicos da Região Serrana
EXTUFF	Escola de Extensão da UFF
FAEC	Funda de Ações Estratégicas e de Compensação
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FEC	Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FMVZ/USP	Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo
FOCO	Jornal Extensão em FOCO
FOPIN	Programa de Fomento à Pesquisa das Unidades do Interior ou Fora de Sede
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
FUFAC	Fundação Universidade Federal do Acre
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GPCA	Gerência Plena de Comunicações Administrativas – Protocolo Central
GPD	Gerência de Procedimentos Disciplinares
GPE	Grau de Participação Estudantil
GEPG	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
GRU	Guia de Recolhimento da União
HUAP	Hospital Universitário Antonio Pedro
HUVET	Hospital Universitário de Medicina Veterinária Professor Firmino Mársico Filho
ICEX	Instituto de Ciências Exatas (Volta Redonda)
ICHS	Instituto de Ciências Humanas e Sociais (Volta Redonda)
IdUFF	Sistema de Identificação Única da UFF
IES	Instituição de Ensino Superior
ON-LINE	Instituto Eventos Ambientais
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
IFTM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

INFES	Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior
INFRA	Infraestrutura
IPHAN	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
KPI	<i>Key Performance Indicator</i>
KSI	<i>Key Success Indicator</i>
LABOGRAD	Programa de Apoio à Infraestrutura Laboratorial dos Cursos de Graduação da UFF
LACORD	Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos
LAE	Laboratório de Análises Socioeconômicas e Ciência Animal (FMVZ-USP)
LANTE	Laboratório de Novas Tecnologias de Ensino
LARE	Laboratório de Reprografia
LOA	Lei Orçamentária Anual
MBA	Master of Business Administration
ME	Moradia Estudantil
MEC	Ministério da Educação
MOODLE	<i>Modular Object-Oriented Dynamic Learning</i>
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBR	Norma Brasileira aprovada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas
NEPUR	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Urgência
OCC	Orçamento de Custeio e Capital
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PA	Estado do Pará
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PANCs	Plantas Alimentícias não convencionais
PDCA	Planejar-Desenvolver-Conferir-Atuar ( <i>Plan-Do-Check-Act</i> )
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PETROPET	Programa de Educação Tutorial em Engenharia de Petróleo
PG	Pós-Graduação
PLAP/PLAN	Coordenação de Projetos com a Fundação de Apoio
PMBOK	Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos ( <i>Project Management Body of Knowledge</i> )
PMO	Escritório de Gerenciamento de Projetos ( <i>Project Management Office</i> )
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAP	Projeto Nacional de Formação em Administração Pública
POA	Plano Operativo Assistencial
PREUNI	Prefeitura Universitária
PROFIAP	Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
PROMISAES	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PPA	Plano Plurianual
PQUFF	Programa de Qualificação da UFF
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão

PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGER	Procuradoria Geral
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPET/UFF	Programa de Educação Tutorial Institucional da UFF
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROPMI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação
PULE	Programa de Universalização de Línguas Estrangeiras
Q <sup>de</sup>	Quantidade
QR Code	<i>Quick Response Code</i>
RDC	Regime Diferenciado de Contratações Públicas
RET	Reitoria
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RP	Restos a Pagar
RTs	Requisições de Transporte
RU	Restaurante Universitário
SAEN	Superintendência de Arquitetura e Engenharia
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SDC	Superintendência de Documentação
SDPR/DCQ	Seção de Desenvolvimento de Projetos da Divisão de Capacitação e Qualificação
SE/MPA	Secretaria Executiva do Ministério da Pesca e Aquicultura
SEC/MINC	Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEGEPE	Secretaria de Gestão Pública
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENSIBILIZA	Divisão de Acessibilidade e Inclusão
SEP/PR	Secretaria de Portos da Presidência da República
SESC	Serviço Social do Comércio
SESGE	Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIGADOC	Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos
SIGBOC	Sistema de Gestão de Bens Ociosos
SIGPROJ	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIORG-UFF	Sistema do Organograma da UFF
SISAP	Sistema de Administração Patrimonial
SISBOL	Sistema de Bolsas de Assistência Estudantil
SISCA	Simpósio de Sustentabilidade e Ciência Animal
SISPTA	Sistema de Informações de Pessoal Técnico-Administrativo
SISREI	Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis
SLTI/MP	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SNSP	Secretaria Nacional de Segurança Pública



SPA	Serviço de Psicologia Aplicada
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SRI	Superintendência de Relações Internacionais
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
SUS	Sistema Único de Saúde
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
TCU	Tribunal de Contas da União
TED Talks	Tecnologia, Entretenimento, Design
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UAB	Sistema Universidade Aberta do Brasil
UAJV	Unidade Avançada José Veríssimo
UFERJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UG	Unidade Gestora Executora
UO	Unidade Orçamentária
UPC	Unidade Prestadora de Contas

### 1.3 Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

QUADRO 3.4 INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS .....	22
QUADRO 3.5.1.1 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS – GRADUAÇÃO .....	27
QUADRO 3.5.1.2 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS – GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO .....	28
QUADRO 3.5.1.3 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS - PÓS-GRADUAÇÃO.....	30
QUADRO 3.5.2 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS - PESQUISA .....	31
QUADRO 3.5.3 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS - EXTENSÃO .....	32
QUADRO 4.3.1.1 NÚMERO DE USUÁRIO DA PLATAFORMA MOODLE/CEAD .....	39
QUADRO 4.3.1.2 BOLSAS MONITORIA.....	40
QUADRO 4.3.1.3 GRUPOS PROPET 2015 .....	43
QUADRO 4.3.1.4 BOLSAS LICENCIATURA DO PDI-UFF/LICENCIATURAS .....	44
QUADRO 4.3.1.5 PROGRAMAS DE BOLSAS SOCIAIS - ANO 2015.....	49
QUADRO 4.3.1.6 NÚMERO DE PROJETOS CONTRATADOS E GERIDOS PELA SAEN .....	50
QUADRO 4.3.2.1 AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS (UFF).....	51
QUADRO 4.3.2.2 AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS (HUAP) .....	58
QUADRO 4.3.2.3 AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS (UFF) .....	67
QUADRO 4.3.4.1 RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ÓRGÃO 26236-UFF.....	70
QUADRO 4.3.4.2 RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ÓRGÃO 26366-HUAP .....	70
QUADRO 4.3.5.1 RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UPC NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS .....	72
QUADRO 4.3.5.2 VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE - POSIÇÃO 31/12 EM R\$ 1,00 .....	90
QUADRO 4.3.5.3 PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS .	91
QUADRO 4.3.6.1 RECEITAS.....	94
QUADRO 4.3.6.2 ARRECADAÇÃO POR TIPO DE RECEITA .....	95
QUADRO 4.3.7.1 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL .....	96
QUADRO 4.3.7.2 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UPC.....	97
QUADRO 4.3.7.3 DESPESAS CORRENTES E DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS TOTAL .....	98
QUADRO 4.3.7.4 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UPC.....	100
QUADRO 4.3.7.5 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	102
QUADRO 4.3.7.6 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO .....	103
QUADRO 4.3.8.1 CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	105
QUADRO 4.3.8.2 UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	105
QUADRO 4.3.8.3 CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS .....	106
QUADRO 4.4.1.1 INDICADORES DE DESEMPENHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	108
QUADRO 4.4.1.2 INDICADORES DE DESEMPENHO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO .....	109
QUADRO 4.4.1.3 INDICADORES DE DESEMPENHO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO .....	110

<b>QUADRO 4.4.1.4 INDICADORES DE DESEMPENHO DE DOCUMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ACERVOS DAS BIBLIOTECAS DA UFF .....</b>	<b>111</b>
<b>QUADRO 4.4.1.5 INDICADORES DE DESEMPENHO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....</b>	<b>111</b>
<b>QUADRO 4.4.2 INDICADORES DE DESEMPENHO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO PEDRO .....</b>	<b>112</b>
<b>QUADRO 4.4.2.1.1 META QUANTITATIVAS DE MÉDIA COMPLEXIDADE.....</b>	<b>113</b>
<b>QUADRO 4.4.2.1.2 METAS QUANTITATIVAS DE ALTA COMPLEXIDADE E FAEC .....</b>	<b>113</b>
<b>QUADRO 4.5.1.1 RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU N.º 408/2002 .....</b>	<b>115</b>
<b>QUADRO 4.5.1.2 RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU 408/2002 .....</b>	<b>116</b>
<b>GRÁFICO A.4.5.1.1 TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO – COMPARATIVO UFF E MÉDIA NACIONAL.....</b>	<b>117</b>
<b>QUADRO 4.5.1.3 ANDIFES/SESU/INEP.....</b>	<b>118</b>
<b>GRÁFICO A.4.5.1.2 SÉRIE HISTÓRICA DO ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DOS CORPOS DOCENTES ATIVOS E PERMANENTES.....</b>	<b>119</b>
<b>QUADRO 5.1.1 COMITÊ DE GOVERNANÇA - COMISSÕES TÉCNICAS E GRUPOS DE TRABALHO .....</b>	<b>121</b>
<b>QUADRO 5.2.1.2.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....</b>	<b>130</b>
<b>QUADRO 5.2.3.1 AVALIAÇÃO COMPARATIVA ENTRE ATIVIDADES PLANEJADAS E EXECUTADAS.....</b>	<b>133</b>
<b>GRÁFICO A.5.2.3.1 ATIVIDADES PREVISTAS NO PAINT 2015.....</b>	<b>134</b>
<b>QUADRO 5.3 RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS POR ASSUNTO .....</b>	<b>141</b>
<b>GRÁFICOS A.6.2.1 ORIGEM DAS DEMANDAS.....</b>	<b>143</b>
<b>GRÁFICO A.6.2.2 TIPOS DE DEMANDAS.....</b>	<b>143</b>
<b>GRÁFICO A.6.2.3 SETORES DEMANDADOS .....</b>	<b>144</b>
<b>QUADRO 7.1.1 DOTAÇÃO .....</b>	<b>146</b>
<b>QUADRO 7.1.2 EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS .....</b>	<b>148</b>
<b>QUADRO 7.1.3 DETALHAMENTO DA EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS .....</b>	<b>149</b>
<b>QUADRO 8.1.1.1 FORÇA DE TRABALHO DA UFF .....</b>	<b>153</b>
<b>QUADRO 8.1.1.1.1 DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....</b>	<b>153</b>
<b>QUADRO 8.1.1.1.2 DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC .....</b>	<b>153</b>
<b>QUADRO 8.1.1.1.3.5 SERVIDORES EM AFASTAMENTO PARA QUALIFICAÇÃO NO PAÍS E NO EXTERIOR, EM 2015 ..</b>	<b>154</b>
<b>GRÁFICO A.8.1.1.1.4.1COMPARATIVO DO NÚMERO DE FORMULÁRIOS DE SERVIDORES EM EP ENCAMINHADOS E RECEBIDOS–2014/2015 .....</b>	<b>155</b>
<b>GRÁFICO A.8.1.1.1.4.2 COMPARATIVO DO NÚMERO DE FORMULÁRIOS DE SERVIDORES ESTÁVEIS ENCAMINHADOS E RECEBIDOS – 2014/2015.....</b>	<b>156</b>
<b>GRÁFICO A.8.1.1.1.4.3 COMPARATIVO DO NÚMERO SERVIDORES EM EP COM PROGRESSÃO POR MÉRITO RECEBIDA - 2014/2015.....</b>	<b>156</b>
<b>GRÁFICO A.8.1.1.1.4.4 COMPARATIVO DO NÚMERO SERVIDORES ESTÁVEIS COM PROGRESSÃO POR MÉRITO RECEBIDA - 2014/2015 .....</b>	<b>157</b>
<b>GRÁFICO A.8.1.1.1.4.5 COMPARATIVO DO NÚMERO SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS COM PROGRESSÃO POR MÉRITO RECEBIDA - 2013/2014/2015.....</b>	<b>157</b>
<b>GRÁFICO A.8.1.1.1.4.6 COMPARATIVO DE SERVIDORES EM EP HOMOLOGADOS – 2013/2014/2015 .....</b>	<b>158</b>
<b>QUADRO 8.1.2 DESPESAS DE PESSOAL .....</b>	<b>159</b>
<b>QUADRO 8.1.4.1.1 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....</b>	<b>161</b>
<b>QUADRO 8.1.4.1.2 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA ...</b>	<b>162</b>

QUADRO 8.1.4.2.1 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA (HUAP) .....	163
QUADRO 8.1.4.2.2 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA .....	164
QUADRO 8.2.1 VEÍCULOS ALOCADOS.....	166
QUADRO 8.2.3.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO .....	170
QUADRO 8.2.3.2 IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE ADUFE, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL .....	171
QUADRO 8.2.3.2 IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UFF, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL - CONTINUAÇÃO .....	172
QUADRO 8.2.3.3 IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UFF NÃO CADASTRADOS SPIUNET., EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL .....	172
QUADRO 8.2.5 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	174
QUADRO 8.3 CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	174
QUADRO 8.3.1 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA UPC .....	176
QUADRO 8.3.2 FORÇA DE TRABALHO DE TI.....	178
QUADRO 8.4.1 ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL DA UNIDADE 26236 (UFF).....	182
QUADRO 9.1.1 DELIBERAÇÕES DECORRENTES DO JULGAMENTO DAS CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO 2009 .....	185
QUADRO 9.1.2 DELIBERAÇÕES DECORRENTES DO JULGAMENTO DAS CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO 2012 .....	185
QUADRO 9.6 DESPESAS COM PUBLICIDADE .....	189

## **1.4 ANEXOS E APENDICES**

<b>INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2015 .....</b>	<b>186</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/1964 E NOTAS EXPLICATIVAS .....</b>	<b>195</b>

## SUMÁRIO

<b>1 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS .....</b>	<b>1</b>
1.1 FOLHA DE ROSTO .....	1
1.2 SIGLAS E ABREVIACÕES .....	4
1.3 LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS .....	9
1.4 ANEXOS E APÊNDICES .....	12
<b>2 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>3 VISÃO GERAL DA UNIDADE .....</b>	<b>18</b>
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS .....	18
3.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE .....	18
3.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO .....	19
3.4 ORGANOGRAMA .....	21
3.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	26
3.5.1 Macroprocessos Finalísticos – Ensino .....	27
3.5.2 Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa .....	31
3.5.3 Macroprocessos Finalísticos – Extensão .....	32
<b>4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....</b>	<b>34</b>
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	34
4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	35
4.1.2 Estágio de implantação do planejamento estratégico.....	37
4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais.....	37
4.2 FORMA E INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS .....	37
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	38
4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.....	38
4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei orçamentária Anual de responsabilidade da unidade .....	50
4.3.2.1 Ações do OFSS- Unidade 26236 (UFF).....	50
4.3.2.2 - Ações do OFSS - Unidade 26366 (HUAP) .....	58
4.3.2.3 Ações não Previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS-Unidade 26236 (UFF) .....	67
4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	69
4.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores .....	70
4.3.4.1 Restos a pagar de exercícios anteriores – Unidade 26236-UFF .....	70
4.3.4.2 Restos a pagar de exercícios anteriores -Unidade 26366-HUAP .....	70
4.3.4.3 Análise Crítica .....	71
4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos .....	72
4.3.5.1 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos.....	72
4.3.5.2 Visão gerencial da análise das contas prestadas.....	90
4.3.5.3 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos .....	91
4.3.5.4 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas .....	92
4.3.6 Informações sobre a realização das receitas .....	93
4.3.7 Informações sobre a execução das despesas .....	96
4.3.7.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total .....	96
4.3.7.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UPC .....	97
4.3.7.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total .....	98
4.3.7.4 Despesas por grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UPC .....	100
4.3.7.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	102
4.3.7.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	103
4.3.7.7 Análise crítica da realização da despesa .....	104
4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal .....	105
4.3.8.1 Concessão de Suprimento de Fundos .....	105
4.3.8.2 Utilização de Suprimento de Fundos .....	105
4.3.8.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos .....	106
4.3.8.4 Análise Gastos com Suprimento de Fundos.....	107
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL .....	108
4.4.1 Indicadores de desempenho - Unidade 26236 (UFF).....	108
4.4.1.1 Comunicação Social .....	108

4.4.1.2 Sistema de Informação .....	109
4.4.1.3 Ensino de Graduação e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação .....	110
4.4.1.4 Documentação e manutenção dos acervos das bibliotecas da UFF.....	111
4.4.1.5 Assistência Estudantil.....	111
4.4.2 Indicadores de desempenho – Unidade 26366 (HUAP).....	112
4.4.2.1 Metas Qualitativas .....	112
4.4.2.2 Avaliação do Quadro 4.4.2 Indicadores de Desempenho .....	113
4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	115
4.5.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU .....	115
4.5.1.1 Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES .....	117
<b>5 GOVERNANÇA .....</b>	<b>120</b>
5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	120
5.1.1 Comitê de Governança .....	120
5.1.2 Estrutura e processos organizacionais .....	124
5.1.3 Controle e relatórios externos: Auditoria Técnica .....	126
5.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	127
5.2.1 Estratégia de atuação em relação à unidade central.....	127
5.2.1.1 Independência e objetividade da Unidade de Auditoria Interna .....	128
5.2.1.2 Estruturação da Unidade de Auditoria Interna .....	129
5.2.1.2.1 Estrutura de pessoal .....	130
5.2.1.2.2 Infraestrutura .....	130
5.2.1.2.3 Forma de escolha do executivo-chefe da Unidade de auditoria Interna .....	131
5.2.1.3 Perspectivas .....	131
5.2.2 Informações quantitativas e qualitativas .....	132
5.2.3 Demonstração da execução do plano anual de auditoria .....	132
5.2.3.1 Avaliação comparativa entre atividades planejadas e executadas .....	132
5.2.3.2 Fatores de impacto negativo na execução das atividades planejadas .....	135
5.2.4 Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria .....	136
5.2.5 Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade.....	136
5.2.5.1 Ambiente interno .....	136
5.2.5.2 Avaliação de Risco.....	136
5.2.5.3 Procedimentos de Controle .....	137
5.2.5.4 Informação e Comunicação .....	138
5.2.5.5 Monitoramento .....	138
5.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	140
5.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	141
<b>6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>142</b>
6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO .....	142
6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO .....	142
6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS .....	144
6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	144
6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES .....	145
<b>7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>146</b>
7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO .....	146
7.2 INFORMAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	150
7.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	151
7.4 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE .....	151
7.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS .....	152
<b>8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>153</b>
8.1 GESTÃO DE PESSOAS.....	153
8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade .....	153
8.1.1.1 Força de Trabalho da Unidade 26236 (UFF).....	153

8.1.1.1.1 Distribuição da Lotação Efetiva.....	153
8.1.1.1.2 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	153
8.1.1.1.3 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho .....	154
8.1.1.1.3.1 Progressão por Capacitação .....	154
8.1.1.1.3.2 Incentivo à Qualificação .....	154
8.1.1.1.3.3 Gratuidade em cursos de Pós-Graduação oferecidos na UFF .....	154
8.1.1.1.3.4 PQUFF - Auxílio à Qualificação - ensino superior e Pós-Graduação.....	154
8.1.1.1.3.5 Afastamento de Servidores para Qualificação no País e no Exterior.....	154
8.1.1.1.3.6 Cursos de Capacitação .....	154
8.1.1.1.4 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	155
8.1.1.1.5 Análise Crítica.....	158
8.1.1.2 Força de Trabalho da Unidade 26366 (HUAP).....	158
<b>8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal .....</b>	<b>159</b>
<b>8.1.3 Gestão de risco relacionados ao pessoal.....</b>	<b>160</b>
<b>8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....</b>	<b>161</b>
8.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio da Unidade 26236 (UFF) .....	161
8.1.4.1.1 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	161
8.1.4.1.2 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	162
8.1.4.2 Contratação de pessoal de apoio da Unidade 26366 (HUAP) .....	163
8.1.4.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	163
8.1.4.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	164
8.1.4.3 Contratação de pessoal de estagiários.....	165
<b>8.2 GESTÃO DE PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA .....</b>	<b>166</b>
8.2.1 Gestão da frota de veículos .....	166
8.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições .....	169
8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União .....	169
8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas .....	173
8.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	174
<b>8.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>174</b>
8.3.1 Principais sistemas de informação .....	175
<b>8.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....</b>	<b>179</b>
8.4.1 Gestão ambiental e sustentabilidade da Unidade 26236 (UFF) .....	179
8.4.2 Gestão ambiental e sustentabilidade da Unidade 26366 HUAP .....	183
<b>9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....</b>	<b>184</b>
9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU .....	184
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	186
9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	187
9.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993 .....	188
9.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO .....	189
9.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA .....	189



## 2 APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com as disposições aplicáveis às instituições federais de ensino superior, previstas nos seguintes normativos do Tribunal de Contas da União (TCU): Instrução Normativa 63/2010, Decisão Normativa 146/2015 e Portaria 321/2015. Foram observadas, ainda, as orientações disponibilizadas no Sistema de Prestação de Contas Anuais ao TCU (*e-Contas*).

Com base nessas normativas, este Relatório abrange duas Unidades Orçamentárias: 26236 – Universidade Federal Fluminense (UFF) e 26366 – Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), apresentando a análise de suas atividades e respectivos indicadores. Busca-se com isso espelhar os esforços em melhor cumprir as competências constitucionais e legais desta instituição, relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão administrativa, financeira e contábil, bem como demonstrar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

Estruturado de modo a atender as exigências legais, este relatório apresenta à comunidade interna e externa os resultados alcançados pelas unidades administrativas da Universidade, ao desenvolver suas ações e programas. Considera-se o Relatório de Gestão um instrumento fundamental para divulgação à sociedade das ações e produtos gerados pela UFF. Os itens que o constituem evidenciam o âmbito de atuação da Unidade, seu planejamento e execução orçamentária e financeira, tendo como destaque as áreas de pessoal, patrimônio, infraestrutura e tecnologia da informação.

As ações desenvolvidas pela UFF no exercício foram diretamente afetadas pelo contingenciamento orçamentário ao longo do exercício. A limitação de recursos imposta pelo governo federal foi, no decorrer do exercício, uma condicionante de grande impacto no processo da tomada de decisão quanto às ações a serem desenvolvidas no âmbito da instituição.

Diante do cenário econômico de 2015 e das dívidas de exercícios anteriores, a gestão da UFF empenhou-se em priorizar os pagamentos com bolsas a discentes e contratos de locação de mão de obra. Também emvidou esforços na negociação das dívidas junto aos fornecedores, visando à continuidade dos serviços prestados. Adotou medidas de racionalização do gasto público, em que se destacam a redução, em 58%, do montante gasto com diárias, comparado a 2014; a redução de 20% nas despesas com serviços terceirizados, fruto da renegociação de dívidas junto às empresas contratadas; e a otimização e racionalização do uso da frota de veículos da UFF, reduzindo em 50% o consumo de combustível.

As realizações da gestão em 2015, apresentadas neste Relatório, abrangem as áreas acadêmicas, de gestão e de infraestrutura, nos diversos *campi* de Niterói e do interior, e incluem, entre outras:

- Implantação do Sistema de Transparência da UFF;
- Instituição de um Protocolo para Administração de Conflitos Institucionais no âmbito da UFF;
- Criação de Comissão Técnica de resposta aos órgãos de controle;
- Criação de Grupo de Trabalho de Suprimentos;
- Inauguração de novas instalações da Superintendência de Relações Internacionais (SRI), transferida da Reitoria para o *Campus* do Gragoatá;

- Término das obras e inauguração do prédio multiuso do *Campus* de Rio das Ostras e da Biblioteca no *Campus* de Macaé;
- Melhorias na infraestrutura física dos *campi* fora de sede: Laboratório de Análises Clínicas de Nova Friburgo; Biblioteca de Macaé; adequação para acessibilidade de espaço multiuso em Rio das Ostras; Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) do Curso de Psicologia em Campos dos Goytacazes;
- Lançamento de editais de fomento à pesquisa: Programa de Fomento à Pesquisa das Unidades do Interior ou Fora de Sede (FOPIN); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Auxílio à Organização de Eventos;
- Ampliação do Portal Financeiro da UFF para todas as Unidades Gestoras;
- Aquisição de mobiliário para os novos prédios dos Institutos de Matemática, de Física e Biomédico, visando o pleno funcionamento dessas três novas instalações;
- Melhoria da segurança com a expansão e aprimoramento da rede de monitoramento por imagem, nas cabines dos *campi* do Valonguinho e do Gragoatá.

Acima de tudo, em um processo de aperfeiçoamento da gestão, medidas de governança foram adotadas, instrumentalizadas por comitês, comissões e grupos multissetoriais de trabalho, reflexo do compromisso da atual administração da Universidade em incrementar o contínuo monitoramento da gestão e atuar mais fortemente na prevenção de riscos e não conformidades nas áreas administrativas, orçamentárias e de pessoal.

O compromisso dos gestores é de não somente garantir o atendimento aos marcos legais e normas vigentes, mas também promover uma atitude responsável e colaborativa de todos os setores, na direção de uma gestão mais eficiente, responsável, transparente e republicana.

## **3 VISÃO GERAL DA UNIDADE**

### **3.1 Finalidade e competências**

As responsabilidades institucionais da UFF vinculam-se às políticas públicas de ensino, de pesquisa e de extensão, tendo por finalidades, de acordo com o seu Estatuto:

- manter, desenvolver e aperfeiçoar o ensino nas unidades que a integram, bem como promover outras atividades necessárias à plena realização de seus objetivos;
- promover a pesquisa filosófica, científica e tecnológica, literária e artística;
- formar pessoal para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas e de magistério, bem como para o desempenho de altas funções na vida pública e privada;
- estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;
- cooperar com as entidades públicas e privadas na realização de trabalhos de pesquisa e de serviços técnico-profissionais, visando ao desenvolvimento fluminense;
- estimular os serviços relativos à formação moral e histórica da civilização brasileira, em todos os seus aspectos;
- desenvolver o espírito universitário; e
- desenvolver, harmonicamente, e aperfeiçoar em seus aspectos moral, intelectual e físico, a personalidade dos alunos.

Tem por missão, de acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), promover, de forma integrada, a produção e a difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento econômico-social autossustentado do Brasil. No futuro, a UFF pretende ser reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência dos seus cursos e de sua produção científica e pelo impacto social das suas atividades.

### **3.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade**

A UFF, com sede na cidade de Niterói e âmbito em todo o Estado do Rio de Janeiro, foi criada com a denominação de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), pela Lei 3.848, de 18 de dezembro de 1960. a partir da incorporação de cinco Faculdades Federais e de três estabelecimentos de ensino estaduais e duas faculdades particulares sediadas no município, (federalizados pela Lei 3.958, de 13 de setembro de 1961).

O atual nome foi homologado pela Lei 4.831, de 5 de novembro de 1965, e o Estatuto em vigor foi aprovado pelo Parecer 2/83 do Conselho Federal de Educação, homologado pela Portaria Ministerial 177 de 02 de maio de 1983 (publicada no Diário Oficial da União de 05/05/1983).

### 3.3 Ambiente de atuação

A UFF está localizada na Região Sudeste, onde o grau de urbanização chega a 90%, com a maior densidade demográfica do país (em torno de 72,25 hab./km). A região contabiliza o maior número de municípios do país (30% dos municípios e 32% dos distritos). Esses índices dimensionam a força do polo de atração migratória da região, tanto no plano inter-regional quanto no extra regional, sinalizando melhores condições de vida.

A Região Sudeste tem o maior número de municípios e O Rio de Janeiro, em 2015, segundo o IBGE, tinha aproximadamente 16 milhões de habitantes, sendo que 65% residem em 6 dos 92 municípios do Estado, isto é: a cidade do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Duque de Caxias, Niterói e São João de Meriti. Nessa área localizam-se cinco universidades federais, sediadas em dois municípios: Rio de Janeiro e Niterói.

Em Niterói, sede da Universidade, está concentrada a maioria dos alunos da UFF que, em sua quase totalidade, é composta por estudantes oriundos do Grande Rio e, em menor proporção, vindos de outros estados do país. Em Niterói, existe uma elevada concentração de unidades acadêmicas, distribuídas em três grandes *campi* – Gragoatá, Valonguinho e Praia Vermelha -e algumas unidades isoladas. Essas unidades abrangem quase todas as áreas do conhecimento, em diversos cursos de graduação e pós-graduação.

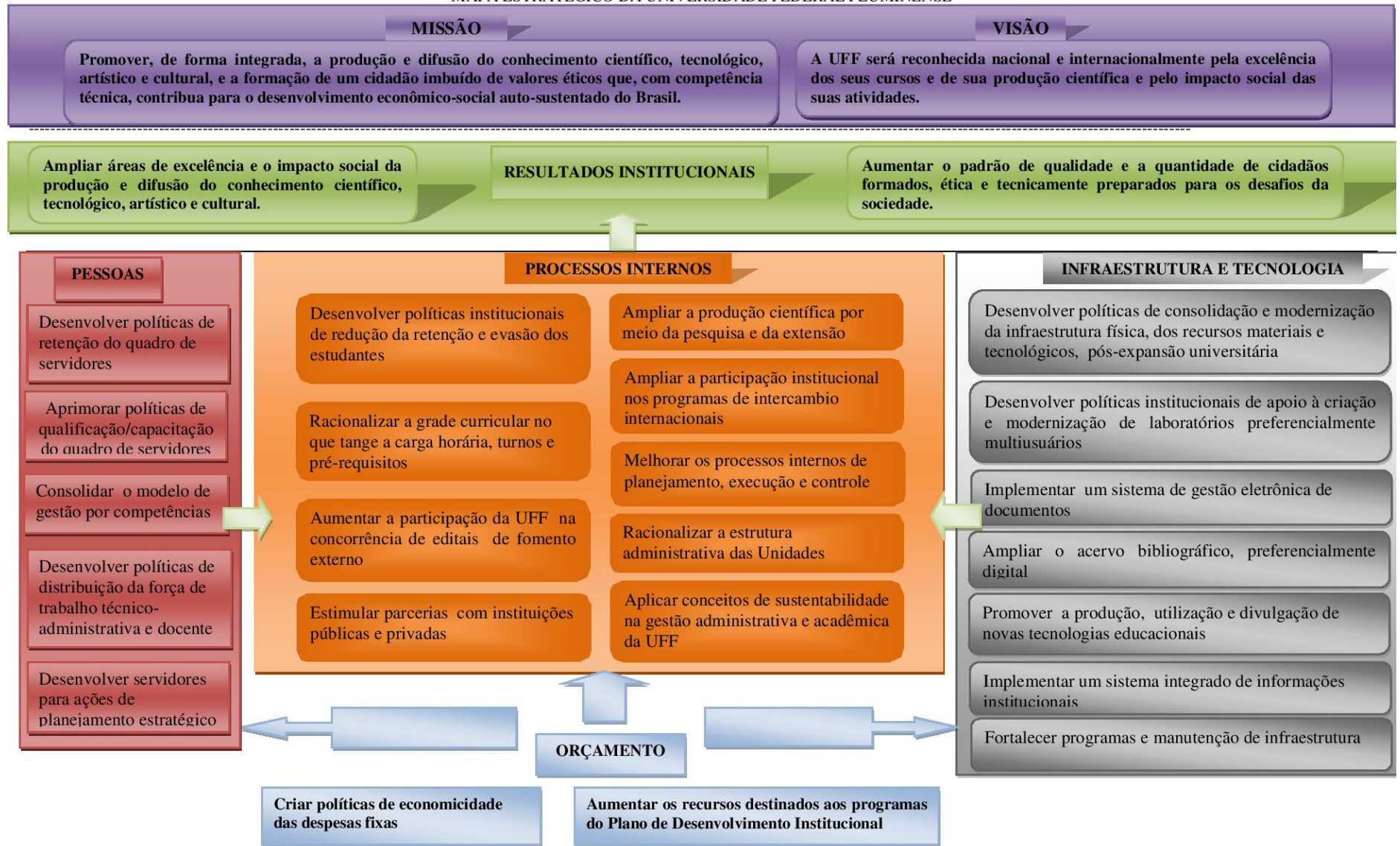
A UFF sempre demonstrou uma tendência muito forte à interiorização e o seu pioneirismo, em diversos municípios no Estado do Rio de Janeiro, elevou a sua responsabilidade frente à necessidade do aumento na oferta de vagas e de cursos nas unidades fora da sede. Atualmente, a UFF está presente nas cidades de Volta Redonda, Nova Friburgo, Angra dos Reis, Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes, Macaé e Santo Antônio de Pádua, além de possuir uma unidade avançada em Oriximiná, no Pará. Existe demanda e um enorme potencial para criação de cursos novos e expansão de vagas no interior do Estado do Rio de Janeiro.

A UFF norteia-se pelos princípios da formação humana, científica, técnica, profissional e cultural; do desenvolvimento da pesquisa, tendo em perspectiva a expansão do conhecimento e as necessidades da sociedade; do intercâmbio científico, técnico e cultural com instituições nacionais e internacionais; da contribuição, dentro da sua área de atuação, para a cooperação internacional e para a aproximação pacífica entre os povos; da preservação e valorização do seu patrimônio natural, científico, cultural e tecnológico; do compromisso com a qualidade e a ética; do aprimoramento da democracia, da justiça, da defesa dos direitos humanos, da preservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida e de seu compromisso com o desenvolvimento educacional, científico, tecnológico, cultural e socioeconômico do País.

Suas atividades acadêmicas, nas diversas modalidades, são desenvolvidas tendo em vista a integração do ensino, da pesquisa e da extensão. Os produtos e serviços que a UFF tem procurado oferecer à sociedade são, de modo geral, resultado das demandas da própria sociedade, conforme o Mapa Estratégico da UFF, apresentado a seguir.

A atuação da Unidade é diretamente influenciada pela disponibilidade orçamentária. É preocupante o cenário atual das Instituições de Ensino Superior (IES) federais, contexto no qual a UFF se insere. A limitação de recursos imposta pelo Governo Federal foi, no decorrer do exercício, a principal norteadora no processo da tomada de decisão quanto às ações a serem desenvolvidas no âmbito da instituição.

MAPA ESTRATÉGICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



### 3.4 Organograma

## Organograma da Universidade Federal Fluminense



Quadro 3.4 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2015
Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão CEPEX <sup>1</sup>	Órgão eminentemente técnico para a coordenação do ensino, da pesquisa e da extensão. É presidido pelo Reitor, integrado pelos Pró-Reitores, por representantes do corpo docente, do corpo discente e da comunidade. São três as câmaras especializadas: Câmara de Ensino, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e Câmara de Extensão e Integração Comunitária	Sidney Luiz de Matos Mello	Presidente	Janeiro a dezembro/2015
Conselho Universitário CUV	Órgão supremo de deliberação coletiva, presidido pelo Reitor e integrado pelo Vice-Reitor, pelos ex-Reitores, enquanto estiverem no exercício do magistério, pelos Diretores das Unidades Acadêmicas, por representantes do corpo docente, do corpo discente e da comunidade. É composto de cinco câmaras especializadas: Câmara de Legislação e Normas, Câmara de Orçamento e Finanças, Câmara de Assuntos Educacionais e Culturais e de Integração Comunitária, Câmara de Assuntos Administrativos, e Câmara de Assuntos Estudantis.	Sidney Luiz de Matos Mello	Presidente	Janeiro a dezembro/2015
Conselho de Curadores CUR	Órgão de fiscalização econômico-financeira da UFF, tendo como presidente membro da Câmara de Orçamento e Finanças do Conselho Universitário, integrado por representantes do Ministério da Educação, do corpo docente, do corpo discente e da comunidade.	Fernando Augusto Lagoeiro de Oliveira	Presidente	Janeiro a dezembro/2015
Reitoria RET	Órgão central executivo dirigido pelo Reitor, responsável pela gestão institucional de todas as atividades da Universidade, sendo assessorado por Pró-Reitorias que exercem atribuições de coordenação e supervisão, como órgãos centrais dos respectivos sistemas.	Sidney Luiz de Matos Mello	Reitor	Janeiro a dezembro/2015

<sup>1</sup> Essa é a atual nomenclatura do antigo Conselho de Ensino e Pesquisa, alterada pela Decisão CUV XXXX/2015

Quadro 3.4 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2015
Ensino de Graduação PROGRAD	Desenvolver políticas de ensino de graduação por meio de ações que promovam a melhoria do desempenho acadêmico, contribuindo para a formação profissional de todos os estudantes da UFF, mediante planejamento, orientação, supervisão, coordenação, administração e execução das atividades da UFF, no que se refere à gerência e coordenação de projetos e programas, realização de eventos ligados à graduação, coordenação de estágios e programas de monitoria, apoio ao ensino de graduação, avaliação e seleção acadêmica, bem como a coordenação dos programas de educação à distância.	Renato Crespo Pereira	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2015
Ensino de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação PROPI	Implantar, desenvolver e divulgar, as políticas de pesquisa e pós-graduação <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i> aprovadas pelos Conselhos Superiores, bem como elaborar, viabilizar e coordenar programas de bolsas de iniciação científica, além de promover a integração das atividades das esferas específicas de sua competência com o ensino de graduação e a extensão; promover a captação de recursos junto aos órgãos públicos e privados, para o desenvolvimento ou implantação das atividades de pesquisa e pós-graduação; estender à comunidade interna e externa – sob a forma de cursos e serviços especiais – as atividades de ensino de pós-graduação e resultados de pesquisa; planejamento, organização e articulação do sistema de inovação científica e tecnológica.	Roberto Kant de Lima	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2015
Pró-Reitoria de Extensão PROEX	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propor e implementar as políticas de extensão universitária da UFF, promovendo a reflexão, o debate, o reconhecimento, a reformulação e o redimensionamento das atividades sob sua esfera de competência;</li> <li>• Promover gestões junto a órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à captação de recursos para o desenvolvimento ou implantação de atividades inerentes à sua esfera de competência;</li> <li>• Estender às comunidades interna e externa as atividades de ensino e de pesquisa, sob a forma de ações de extensão;</li> <li>• Promover a integração acadêmica por intermédio da implementação de atividades que visem à flexibilização curricular, ampliando as experiências de ensino/aprendizagem;</li> <li>• Criar as condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas; e</li> <li>• Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade.</li> </ul>	Wainer da Silveira e Silva Cresus Vinicius Depes de Gouvêa	Pró-Reitor	Janeiro a novembro/2015 Novembro a dezembro/2015
Planejamento PROPLAN	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assessorar a política global de planejamento da UFF, por intermédio da análise técnica da evolução da universidade e de assessoria na formulação de diretrizes e metas para o seu desenvolvimento;</li> <li>• Coordenar a elaboração e consolidação das propostas do orçamento da instituição, assessorando as demais unidades no âmbito de sua competência.</li> </ul>	Jailton Gonçalves Francisco	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2015



Quadro 3.4 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2015
Assistência Estudantil PROAES	Desenvolver políticas de apoio estudantil por meio de ações que promovam a melhoria do desempenho acadêmico, contribuindo para a formação profissional e cidadã dos estudantes da UFF. Suas atividades abrangem o planejamento, orientação, supervisão, coordenação, administração e execução das atividades de gerência e coordenação de projetos de apoio social e promoção de saúde, concessão de bolsas, apoio acadêmico e gestão de moradia aos estudantes da UFF, bem como a coordenação de gestão do Restaurante Universitário e da Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza).	Sergio José Xavier de Mendonça	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2015
Gestão de Pessoas PROGEPE	Atuar no desenvolvimento de atividades de coordenação de pessoal, capacitação e qualificação, lotação e movimentação de pessoal, coordenação de atenção integral à saúde e qualidade de vida, segurança no trabalho e saúde ocupacional, controle de pagamentos de pessoal, registros, direitos e vantagens, admissão e cadastro de pessoal, procedimentos administrativos disciplinares, por meio do planejamento, orientação, supervisão, coordenação, administração e execução dessas atividades.	Túlio Batista Franco	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2015
Administração PROAD	Desenvolver atividades de transporte, de segurança e de logística; coordenar compras de material e contratos, de administração financeira e de protocolo, bem como responsável pelas licitações, por intermédio do planejamento, da orientação, da supervisão, da coordenação, da administração e da execução das referidas atividades.	Néliton Ventura	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2015
Tecnologia da Informação STI	Realizar gestão de infraestrutura de <i>software</i> e <i>hardware</i> da UFF, além de planejar e executar a política de informática da Universidade. Também faz parte de sua missão, pesquisar, desenvolver, executar e participar de projetos em tecnologia de informação e serviços de informática tanto internamente, nos diversos <i>campi</i> que compõem a UFF, como em parcerias com municípios e estados, além da captação de recursos mediante projetos, consultoria e serviços em TI.	Fernando César Cunha Gonçalves	Superintendente	Janeiro a dezembro/2015
Comunicação Social SCS	Propor políticas de comunicação alinhadas aos objetivos da Universidade; desenvolver mecanismos que favoreçam a visibilidade positiva da Instituição; divulgar ações e pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da Instituição, buscando responder as demandas da sociedade; assessorar o Gabinete do Reitor quanto às demandas da imprensa.	Afonso de Albuquerque	Superintendente	Janeiro a dezembro/2015
Relações Internacionais SRI	Valorizar, em consonância com a filosofia da política de formação acadêmica da UFF, a inserção internacional de seus quadros docente e discente, facilitando o acesso às oportunidades de mobilidade acadêmica internacional em Instituições de Ensino e Pesquisa com as quais a UFF mantém acordos de cooperação.	Lívia Maria de Freitas Reis	Superintendente	Janeiro a dezembro/2015

Quadro 3.4 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2015
Documentação SDC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atuar no desenvolvimento de atividades de coordenação técnica e administrativa do sistema de bibliotecas e arquivo da Universidade, atualmente composto de 26 bibliotecas, do arquivo central e dois laboratórios, um de conservação e restauração de documentos (LACORD) e outro de reprografia (LARE).</li> <li>• Proporcionar recursos informacionais e assessoria técnica na área de documentação, por meio de redes e sistemas integrados, facilitando o acesso à informação em nível nacional e internacional.</li> <li>• Apoiar os programas de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade e desenvolver serviços e produtos que atendam às necessidades de informação da comunidade acadêmica da UFF.</li> </ul>	Deborah Motta Ambinder de Carvalho	Superintendente	Janeiro a novembro/2015
Arquitetura e Engenharia SAEN	Planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar, projetar e executar as atividades da Universidade no que se refere à gerência e execução de projetos e obras de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo.	Jose Carlos Dias de Souza	Superintendente	Janeiro a setembro/2015
Prefeitura PREUNI	Atuar no desenvolvimento de atividades de manutenção de bens móveis e imóveis, gerência de meio ambiente e administração patrimonial, bem como gerenciar o uso dos espaços dos <i>campi</i> universitários, exceto das unidades do interior, por meio do planejamento, da orientação, da supervisão, da coordenação e da administração.	Luiz Augusto Cury Vasconcellos	Prefeito Universitário	Janeiro a dezembro/2015
Difusão Cultural CEART	Exibir filmes, promover apresentações teatrais, de shows musicais e de concertos de música de câmara e sinfônica; exposição de artes plásticas e fotografias; realização de debates, encontros e festivais; visitas guiadas; cursos de extensão em Iniciação Musical; apresentações de conjuntos musicais do Centro de Artes da UFF (Música Antiga, Quarteto de Cordas, Coro Jovem) em <i>campi</i> da Universidade e instituições culturais no interior do Estado.	Leonardo Caravana Guelman	Superintendente	Janeiro a dezembro/2015
Hospital Universitário HUAP	Estabelecer diretrizes gerais e específicas para o HUAP cumprir e fazer cumprir as normas legais, estatutárias e regimentais, expedir instruções, determinações e ordens internas de serviço, coordenar e acompanhar as atividades assistenciais, operacionais e administrativas visando ao bom funcionamento da instituição. Elaborar junto com o Gestor Local o contrato de metas e acompanhar a sua execução.	Tarcísio Rivello	Diretor Geral	Janeiro a dezembro/2015

### 3.5 Macroprocessos finalísticos

As atividades finalísticas da UFF estão diretamente relacionadas com a missão institucional, definidas no PDI 2013–2017, tendo como objetivo, promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento econômico-social autossustentado do Brasil.

A visão da UFF é ser reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência dos seus cursos e de sua produção científica e pelo impacto social das suas atividades.

Dentre os instrumentos de gestão na aplicação de metodologia para avaliação dos cenários internos e externos, visando à melhoria sistemática dos resultados globais, por meio do desdobramento da missão, valores e visão da Instituição em estratégias, os passos foram os seguintes:

- Definição de objetivos estratégicos segundo as perspectivas da sociedade, clientes, processos internos, pessoas e tecnologia, analisando-se a relação causa-efeito entre os objetivos (mapa estratégico-PDI);
- Definição de iniciativas estratégicas (projetos e ações);
- Concepção do sistema de medição de desempenho do nível estratégico.

Na busca pela eficiência administrativa, a UFF vem constituindo ferramentas decisivas para melhorias contínuas e de inovações, para a geração de valores e maximização da qualidade percebida pela sociedade. Portanto o aporte de expandir sua atuação vem mediante a integração de ações de ensino, pesquisa e extensão, relacionados ao desenvolvimento institucional, e que estão organizados em três grandes áreas: macroprocessos de ensino, macroprocessos de pesquisa e macroprocessos de extensão.

Os macroprocessos de ensino operam nos níveis de graduação e pós-graduação, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade de ensino à distância (EAD)

Os macroprocessos finalísticos do ensino de pós-graduação dispõem sobre normas dos programas e cursos de pós-graduação da UFF.

Os macroprocessos finalísticos da pesquisa são regulados por um conjunto de documentos normativos internos, em consonância com os órgãos e agências oficiais de fomento à pesquisa.

Os macroprocessos finalísticos da extensão universitária são regulados por um conjunto de documentos normativos internos da PROEX, em consonância com as políticas do Ministério de Educação.

### 3.5.1 Macroprocessos Finalísticos – Ensino

O macroprocesso abrange o planejamento pedagógico do curso, seleção, ingresso, aulas práticas e teóricas, avaliação, atendimento aos alunos durante o curso e conclusão. Este macroprocesso tem por objetivo disseminar conhecimento para a sociedade por meio do desenvolvimento dos alunos.

Quadro 3.5.1.1 Macroprocessos Finalísticos – Graduação

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Unidade Responsável
Criação de cursos de graduação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regular os reconhecimentos e a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação;</li> <li>• Avaliar as propostas curriculares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso criado</li> </ul>	Alunos, Diretores das Unidades Acadêmicas, Coordenadores de Cursos	PROGRAD
Formação profissional em diferentes níveis na modalidade à distância	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver cursos semipresenciais, nos níveis de graduação, pós graduação e extensão;</li> <li>• Oferecer disciplinas à distância para os cursos presenciais da Universidade Federal Fluminense;</li> <li>• Dar suporte e assessoria para criação de atividades que viabilizem ações educativas à distância em diversas áreas do conhecimento;</li> <li>• Capacitar os professores e tutores para a atuação na educação à distância;</li> <li>• Apoiar e incentivar os professores na elaboração de material didático para os cursos presenciais;</li> <li>• Apoiar as atividades de tutoria dos cursos e disciplinas semipresenciais;</li> <li>• Dar suporte aos alunos no uso da plataforma MOODLE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso oferecido</li> <li>• Aluno formado.</li> </ul>	Comunidade interna e externa	PROGRAD
Formação em Ensino Fundamental e Médio e Educação Infantil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover, aos estudantes das licenciaturas, um campo para prática do ensino;</li> <li>• Dar formação integral, determinante no desenvolvimento do ser cooperador, solidário e com consciência social;</li> <li>• Manter encontros contínuos para a organização do trabalho pedagógico;</li> <li>• Desenvolver atividades que contribuam para elevar a capacidade de imaginação e criação;</li> <li>• Desenvolver políticas comprometidas com a educação de crianças de um ano e meio a cinco anos de idade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> <li>•</li> <li>• Conhecimento disseminado</li> <li>• Aluno formado</li> <li>• Criança beneficiada</li> <li>• Espaço de vivência da prática de ensino</li> </ul>	Comunidade interna e externa	PROGRAD

Quadro 3.5.1.2 Macroprocessos Finalísticos – Graduação e PósGraduação

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Unidade Responsável
Programas de Assistência Estudantil	Atender a estudantes de graduação, que se encontram em situações de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de Programas de fomento.	Programas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Bolsa Alimentação</li> <li>• Bolsa Desenvolvimento Acadêmico</li> <li>• Bolsa de Apoio Emergencial</li> <li>• Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência</li> <li>• Bolsa Apoio Transporte</li> <li>• Auxílio Alimentação para os Estudantes das Unidades Acadêmicas fora da Sede</li> <li>• Auxílio Creche</li> <li>• Bolsa Acolhimento para Estudantes Ingressantes</li> <li>• Auxílio Moradia</li> <li>• Auxílio Saúde</li> <li>• Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES)</li> </ul>	Estudantes de graduação	PROAES
Programa de Universalização de Línguas Estrangeiras (PULE)	Possibilitar aos alunos da UFF oportunidade de aprendizagem de línguas estrangeiras, dando prioridade àqueles que participam de programas de assistência estudantil.	Oferta de cursos de línguas (espanhol, inglês, francês, alemão e italiano) com duração de 6 semestres	Estudantes de graduação	PROAES
Programa Auxílio Material Didático	Proporcionar, aos estudantes de graduação ou pós-graduação que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o acesso a materiais didáticos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos acadêmicos.	Bolsas disponibilizadas	Estudantes de graduação e pós-graduação	PROAES
Programa de Oficinas Complementares para o desenvolvimento acadêmico-profissional do estudante de graduação e pós-graduação	Complementar o desenvolvimento acadêmico profissional dos estudantes de graduação e pós-graduação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos/Oficinas de Oratória - Falando pelos Cotovelos</li> <li>• Oficina Postura Profissional - Com o Pé no Futuro</li> </ul>	Estudantes de graduação e pós-graduação	PROAES

Quadro 3.5.1.2 Macroprocessos Finalísticos – Graduação e Pós-Graduação

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Unidade Responsável
Programa Bolsa Atleta	Incentivar a participação dos estudantes da UFF em atividades esportivas e contribuir para a melhoria do seu desempenho em competições esportivas.	Oferta de recursos financeiros aos estudantes, visando a cobrir parte dos custos em aquisição de material esportivo, inscrições em competições, transporte, hospedagem e alimentação durante eventos esportivos.	Estudantes de graduação	PROAES
Programa Produtos Estudantis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceder apoio aos estudantes para desenvolverem produtos acadêmicos, artísticos ou culturais, visando a contribuir em sua formação plena, incentivando a criatividade e a aplicação dos conceitos obtidos em seus cursos;</li> <li>• Incentivar a produção intelectual de natureza científica, tecnológica, inovação e artística resultante das atividades acadêmicas.</li> </ul>	Oferta de bolsas estudantis, aquisição de equipamentos, mobiliário e material de consumo e divulgação da produção acadêmica, artística e cultural da UFF.	Estudantes de graduação e pós-graduação	PROAES
Programa Infra estudantil	Contribuir para a melhoria das instalações físicas das Unidades Acadêmicas, Associações Atléticas e Diretório Central dos Estudantes .	Auxílio para aquisição de equipamentos, mobiliário e material permanente e de consumo.	Estudantes de graduação	PROAES
Programa de Altos Estudos	Possibilitar que os estudantes com altas habilidades experimentem o ambiente de pesquisa e pós-graduação mais cedo, ao longo de sua formação, abreviando o tempo de conclusão, por meio de uma trajetória curricular avançada e integradora, em cursos de graduação, mestrado e/ou doutorado, permitindo-lhe a obtenção de dois diplomas.	Auxílio financeiro por meio de bolsas	Estudantes de graduação	PROAES
Programa Pró-Aluno	Apoiar a participação dos alunos em: <ul style="list-style-type: none"> <li>• eventos externos à UFF no território nacional;</li> <li>• apresentação de trabalho científico em eventos ou cursos de curta duração, de cunho acadêmico-científico fora do país.</li> </ul>	Auxílio, por meio de bolsa, para a aquisição de passagem aérea internacional e para confecção de pôsteres para apresentação de trabalhos em eventos acadêmico-científicos externos à UFF.	Estudantes de graduação	PROAES

Quadro 3.5.1.3 Macroprocessos Finalísticos - Pós-Graduação

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Unidade Responsável
Criação e acompanhamento de cursos de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>	Orientar e operacionalizar a criação do curso, abertura de novas turmas; alterações curriculares e de regimento interno; nomeação dos coordenadores; revalidação de diplomas de pós-graduação	Curso criado e em funcionamento; alunos diplomados.	Comunidade interna e externa	PROPPI
Gestão interna do orçamento e do processo de compras	Estruturar e acompanhar a execução dos orçamentos de cada área da PROPPI; operacionalizar o processo de compras.	Planilhas financeiras contendo o orçamento da PROPPI dividido em subáreas; compra de material de consumo e bens de capital, emissão de passagens e diárias, pagamento de serviços de terceiros.	Comunidade interna	PROPPI
Apoio à inovação	Promover a articulação acadêmica; capacitação e difusão; articulação com o setor produtivo; proteção e transferência de conhecimento; incubação de empresas	Publicações relacionadas e inovação; empresas incubadas; registros de propriedade intelectual	Comunidade interna e externa.	PROPPI

### 3.5.2 Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa

Quadro 3.5.2 Macroprocessos Finalísticos – Pesquisa

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Unidade Responsável
Fomento interno à pesquisa e à pós-graduação	Elaborar e divulgar editais anuais; receber as solicitações; avaliar o mérito; conceder ou não os auxílios.	Fomento à participação em eventos no país e no exterior; melhoria da infraestrutura de pesquisa e pós-graduação na UFF	Comunidade interna	PROPI



### 3.5.3 Macroprocessos Finalísticos – Extensão

Quadro 3.5.3 Macroprocessos Finalísticos - Extensão

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Unidade Responsável
Elaboração de normas para a implementação da política de extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação e discussão acerca da política de extensão com os extensionistas;</li> <li>• Realização de reuniões das câmaras técnicas, comissão de bolsas e demais comissões da extensão;</li> <li>• Fomento à formulação de políticas públicas relacionadas ao acesso a medicamentos e produtos para saúde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Editais</li> <li>• Relatórios</li> <li>• Documentos normativos (ex.: Instrução de Serviço etc.)</li> </ul>	Docentes Discentes Coordenadores de ações extensionistas Técnicos-administrativos Gestores dos <i>campi</i> da UFF	PROEX
Processo operacional para o funcionamento da Pró-Reitoria	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio às reuniões das câmaras técnicas e comissões;</li> <li>• Apoio e orientação aos coordenadores das ações de extensão;</li> <li>• Acompanhar a execução acadêmico-administrativa das ações de extensão;</li> <li>• Emissão e registro dos certificados de extensão;</li> <li>• Sistematizar dados e gerenciar informações da extensão;</li> <li>• Apoiar a divulgação das ações extensionistas, inclusive por meio da produção de materiais gráficos;</li> <li>• Gerenciar a plataforma SIGPROJ;</li> <li>• Planejar, orientar, supervisionar, coordenar, administrar, executar, fixando os objetivos e metas a serem alcançadas, no que tange a contratação de bens, dentro das normas vigentes;</li> <li>• Otimizar os recursos orçamentários destinados às despesas com materiais, serviços e outros;</li> <li>• Operacionalizar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) para aquisição de passagens e diárias para servidores, convidados e colaboradores eventuais, utilizando recursos;</li> <li>• Realizar a execução orçamentária e financeira; e</li> <li>• Operacionalizar as compras, o recebimento e a distribuição de materiais e as providências para pagamentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Certificados</li> <li>• Vídeos</li> <li>• Publicações</li> <li>• Relatórios</li> <li>• Materiais gráficos e digitais</li> <li>• <i>Site</i> da PROEX</li> <li>• Relatórios com dados e informações da extensão</li> <li>• Desenvolvimento de ferramentas <i>web</i></li> <li>• Aquisição de passagens</li> <li>• Concessão de diárias</li> <li>• Aquisição de materiais</li> <li>• Aquisição e/ou contratação de serviços</li> </ul>	Docentes Discentes Coordenadores de ações extensionistas Técnicos-administrativos	PROEX

Quadro 3.5.3 Macroprocessos Finalísticos - Extensão

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Unidade Responsável
Promover a integração das ações de extensão de caráter interdisciplinar sintonizadas com as demandas da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer a Extensão Universitária e seu compromisso com a população vulnerável e o combate às desigualdades;</li> <li>Valorizar docentes, técnicos e discentes incentivando a participação em ações extensionistas e a articulação entre elas, visando à difusão e ao fomento das políticas extensionistas (FORPROEX);</li> <li>Incentivar a integração acadêmica por meio das ações de extensão interdisciplinares;</li> <li>Fomentar políticas públicas relacionadas ao acesso a medicamentos e outros produtos para saúde;</li> <li>Implementar ações de extensão (principalmente cursos), visando à capacitação e qualificação de pessoal; e</li> <li>Promover articulação entre as pró-reitorias e a comunidade em geral.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações extensionistas</li> <li>Eventos</li> <li>Oficinas</li> <li>Exposições</li> <li>Publicações acadêmicas (revistas, jornais, anais etc.)</li> <li>Catálogos</li> <li>Seminários</li> <li>Fóruns</li> <li>Desenvolvimento e fabricação de medicamentos</li> <li>Parcerias</li> <li>Reuniões</li> </ul>	Docentes Discentes Sociedade Técnicos-administrativos	PROEX
Gestão de processos acadêmicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimular e apoiar os extensionistas para formulação de novas ações extensionistas que se articulem entre si;</li> <li>Promover a integração de ações de extensão; e</li> <li>Estimular ações extensionistas de caráter interdisciplinar, visando à integração acadêmica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações extensionistas (cursos, eventos, programas, projetos e prestações de serviços)</li> <li>Certificados</li> <li>Parcerias</li> <li>Publicações</li> <li>Relatórios</li> </ul>	Docentes e discentes Coordenadores de ações extensionistas Técnicos-administrativos	PROEX
Gestão da Unidade Avançada José Veríssimo em Oriximiná – PA	Proporcionar ao estudante universitário a oportunidade de treinamento profissional possibilitando o contato com uma área geoeconômica diversa do Estado do Rio de Janeiro: Município de Oriximiná-PA.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Eventos com coordenadores de ações extensionistas</li> <li>Coordenação das atividades da Unidade Avançada José Veríssimo</li> </ul>	Docentes e discentes Coordenadores de ações extensionistas Técnicos-administrativos Gestores dos <i>campi</i> da UFF Sociedade	PROEX
Realização, implementação e participação em eventos acadêmicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participar das reuniões do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX);</li> <li>Elaborar e apresentar trabalhos acadêmicos;</li> <li>Certificar a participação em atividades de Extensão;</li> <li>Apoiar as ações extensionistas por meio da produção de cartazes, folders, banners, cartilhas e demais materiais de divulgação das atividades da PROEX.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Certificados</li> <li>Eventos</li> <li>Artigos acadêmicos</li> <li>Resumos de trabalhos e relatórios</li> <li>Anais de eventos</li> <li>Vídeos</li> <li>Materiais gráficos e digitais</li> </ul>	Docentes Discentes Coordenadores de ações extensionistas Técnicos-administrativos Sociedade	PROEX

## 4 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

### 4.1 Planejamento Organizacional

A Universidade Federal Fluminense tem em seu planejamento maior o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para os anos de 2013 a 2017, elaborado com o intuito de servir como base para o desenvolvimento de uma Universidade mais robusta, inteligente e inovadora, priorizando a excelência e a qualidade em todas as suas perspectivas.

O PDI 2013-2017 foi proposto pela Comissão Mista de Orçamento e Metas (CMOM), por meio da adoção de uma metodologia de planejamento estratégico que considerou o contexto socioeconômico e político, a comunidade do entorno e tendências, e teve como base:

- a. O Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006, que determina a necessidade do desenvolvimento e manutenção de um plano de desenvolvimento institucional para as IFES;
- b. A técnica *Balanced Score Card* (BSC) para planejamento estratégico, que vem sendo constantemente adotada na administração pública federal brasileira;
- c. O modelo Planejar-Executar-Verificar-Atuar (PDCA), para melhoria contínua e necessária ao desenvolvimento efetivo da UFF;
- d. Os dados das avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), avaliações de desempenho dos servidores técnico-administrativos, bem como dados das Pró-Reitorias, Superintendências, e Unidades Administrativas e Acadêmicas da UFF, e sugestões e críticas realizadas a partir da disponibilização do mapa estratégico na página web da UFF ([www.uff.br/pdi](http://www.uff.br/pdi)).

A construção deste PDI foi constituída pelas etapas que se seguem:

1- Análise ambiental – nessa etapa foi utilizada a técnica de Análise Ambiental SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities and threats*), com o objetivo de entender o contexto da UFF e sua comunidade do entorno;

2- Análise estratégica – etapa em que foi realizada uma análise multidimensional e coleta das percepções dos dirigentes e gestores da UFF sob a sua realidade e perspectiva, gerando uma matriz de avaliação estratégica, relacionando os pontos fortes, fracos, as oportunidades e ameaças;

3- Definição das perspectivas de desenvolvimento, sendo elas:

- i. Resultados institucionais: macro objetivos que visam ao alcance da missão e visão da UFF nos próximos cinco anos;
- ii. Processos internos: definição dos processos-chave em que a UFF precisa alcançar a excelência e viabilizar os resultados institucionais;
- iii. Tecnologia e infraestrutura: definição dos objetivos relacionados às atividades meio da UFF, buscando dar suporte aos processos internos;
- iv. Pessoas: objetivos ligados à gestão de pessoas e capacitação pessoal e profissional dos professores e servidores técnico-administrativos da UFF;
- v. Orçamento: objetivos que buscam garantir os recursos necessários para desenvolvimento do PDI da UFF.

4- Definição dos objetivos estratégicos – para cada critério apontado, em média, como significativo (média de respostas maior ou igual a 2,5), a CMOM derivou os objetivos estratégicos, agrupando-os nas perspectivas previamente definidas;

5- Geração do mapa estratégico – o objetivo do mapa estratégico<sup>1</sup> é facilitar o entendimento da estratégia da UFF, simplificando o entendimento e maximizando o conhecimento sobre os objetivos estratégicos da gestão nos próximos cinco anos;

6- Definição dos indicadores e metas de desempenho: para cada perspectiva e a cada objetivo estratégico resultante da etapa anterior, definir os indicadores de desempenho (*Key Performance Indicator-KPI*) e de sucesso (*Key Success Indicator-KSI*), viabilizando o controle e monitoramento do progresso da estratégia: definição, após consulta aos diversos órgãos administrativos e acadêmicos, dos indicadores e metas de desempenho para cada objetivo estratégico ao longo dos cinco anos do PDI;

7- Definição dos projetos para o PDI 2013-2017 – para alcançar cada uma das metas estabelecidas e indicadores definidos, a UFF deverá realizar projetos, a serem apresentados pelas Pró-Reitorias, Superintendências e Unidades Administrativas da UFF. Cada projeto informará a quais objetivos estratégicos estão relacionados e quais as metas associadas com os indicadores de desempenho e sucesso. Dessa forma, o alinhamento entre a estratégia e sua operacionalização estará garantido. Cada Pró-Reitoria e cada Superintendência deverá monitorar, continuamente, o andamento dos projetos para garantir o cumprimento das metas sob sua responsabilidade, as quais serão acompanhadas, semestralmente, pela PROPLAN, quanto a sua execução financeiro-orçamentária;

#### 4.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os Programas Estratégicos Anuais foram apresentados no formato de projetos, constituindo o conjunto de ações orientadas às realizações estratégicas, com o fim de proporcionar o desenvolvimento institucional.

Solicitou-se que fossem atrelados ao diagnóstico prévio estabelecido no PDI; aos resultados das análises críticas de resultados institucionais, definidos segundo uma escala de prioridades apontadas pelos resultados das diversas avaliações institucionais; e, finalmente, considerando as prováveis fontes disponíveis de financiamento.

É fundamental o entendimento de que o PDI, formulado para um período quinquenal, deve passar por revisões anuais, ao final de cada exercício, para possibilitar a incorporação dos resultados das avaliações, a reformulação dos planos em curso, a programação de ações emergentes determinadas pela necessidade de atuar sobre os desafios iminentes.

No final do exercício de 2014, foi lançada uma Chamada de Programas Institucionais do PDI, para apresentação de projetos a serem avaliados para implementação em 2015.<sup>2</sup>

Entretanto, tendo em vista a publicação do Decreto 8.389, de 08 de janeiro de 2015, que dispôs sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo, até a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, verificou-se a necessidade de reordenar e contingenciar o orçamento da UFF para o exercício de 2015, em cumprimento às limitações impostas pelo Decreto.

---

<sup>1</sup> Apresentado no item 3.3 deste Relatório e disponível em: [http://www.pdi.uff.br/images/PDI\\_2013-2017/Mapa\\_estrategico.doc](http://www.pdi.uff.br/images/PDI_2013-2017/Mapa_estrategico.doc)

<sup>2</sup>

Para a retificação da Chamada<sup>3</sup>, foram consideradas as prioridades de programas e projetos acordadas pela equipe de gestores, da Reitoria, das Pró-Reitorias e Superintendências da UFF, tendo como base o PDI 2013-2017, o Mapa Estratégico dele derivado, o Plano de Gestão 2014-2018 e a necessidade de articular os diferentes setores da Alta Administração para promover uma gestão planejada, transversal, eficiente e transparente.

### **Programas destacados**

Sugeridos pela Comissão Mista de Orçamento e Metas, em chamada divulgada em 04/11/2014, de caráter particularmente estruturante e transversal, a serem desenvolvidos e detalhados pelos setores pertinentes, os programas destacados para 2015 foram:

- i. Programa INFRAUNIDADES  
Objetivo: contribuir para a consolidação da prática de planejamento e descentralização de recursos utilizados pelas Unidades da UFF.
- ii. Programa INFRAPREDIAL  
Objetivo: propiciar a manutenção e modernização da infraestrutura física existente das Unidades da UFF.
- iii. Programa de Tecnologia de Informação  
Objetivo: propiciar a implementação de ações institucionais, na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para melhor atender às necessidades da UFF, para a implantação de sistemas de gestão eletrônica de documentos, para aquisição e atualização de sistemas operacionais e na implantação do sistema de controle/acompanhamento dos programas do PDI.
- iv. LABOGRAD  
Objetivo: propiciar a modernização/atualização dos equipamentos destinados exclusivamente a laboratórios de graduação para aulas práticas. Os laboratórios de informática só poderão ser apoiados neste programa nos casos específicos dos cursos de computação.
- v. Atualização do Acervo Bibliográfico:  
Objetivo: efetivar a atualização do acervo bibliográfico das unidades de informação, priorizando a aquisição da bibliografia básica.
- vi. BIOBANCO  
Objetivo: criar um Biobanco para armazenamento de material biológico de origem humana, a fim de atender à legislação específica.

### **Programas apresentados pelos proponentes**

São programas propostos pelos órgãos diretamente ligados à Alta Administração da UFF. Devem ter caráter estruturante, para viabilizar a racionalidade técnico-administrativa e as condições de excelência acadêmica, de modo a produzir impacto nas metas e objetivos institucionais estabelecidos pelo PDI 2013-2017.

---

<sup>3</sup> Portaria 53.572, de 2 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/bs/2015/03/029-2015.pdf>.

Foram definidos como estruturantes os programas que se enquadrassem em alguma das seguintes áreas:

- a. Melhoria do ensino básico, técnico e de graduação;
- b. Fortalecimento da pós-graduação e da pesquisa;
- c. Relação com a comunidade;
- d. Comunicação e informação;
- e. Valorização e capacitação do servidor;
- f. Reestruturação e qualificação da infraestrutura;
- g. Planejamento, gestão e avaliação;
- h. Arte e cultura;
- i. Internacionalização.

#### **4.1.2 Estágio de implantação do planejamento estratégico**

O planejamento estratégico da UFF está apresentado no seu PDI 2013-2017, disponível em: [http://www.pdi.uff.br/images/PDI\\_2013-2017/PDI\\_UFF\\_2013-2017.pdf](http://www.pdi.uff.br/images/PDI_2013-2017/PDI_UFF_2013-2017.pdf)

#### **4.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais**

A Universidade Pública é um dispositivo da sociedade cuja missão é produzir, difundir e aplicar conhecimento e cultura de forma crítica e socialmente referenciada. Sua missão é promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento econômico-social autossustentado do Brasil. Como resultados institucionais, a universidade visa a ampliar áreas de excelência e o impacto social da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, bem como, aumentar o padrão de qualidade e a quantidade de cidadãos formados, ética e tecnicamente preparados para os desafios da sociedade.

O PDI é um importante instrumento de gestão, pois compõe um conjunto de ferramentas de gestão e governança, viabilizando a evolução e desenvolvimento institucional de forma coesa, objetiva e clara, devendo ser considerado na operação diária da Universidade. Seu papel é tornar claros os objetivos organizacionais por meio da definição de seus objetivos estratégicos. O PDI, portanto, demonstra a necessidade de melhoria contínua e de inovação da administração pública, constituindo um ferramental decisivo e crucial para a geração de valor e maximização da qualidade percebida pela sociedade. Ao mesmo tempo o planejamento estratégico é uma ferramenta administrativa que possibilita a percepção da realidade, avaliação dos caminhos e construção de um referencial de futuro para uma organização que tem como objetivo alcançar sua visão de futuro e missão de sua existência. Esse plano se desdobra em objetivos estratégicos, indicadores e metas, sendo crucial para garantir o alinhamento e direcionamento entre os níveis estratégico, tático e operacional. O PDI 2013-2017 foi elaborado priorizando a excelência e qualidade em todas as suas perspectivas.

## **4.2 Forma e instrumento de monitoramento da execução e dos resultados dos planos**

Em 2014, os projetos foram apresentados em atendimento ao Edital de Chamada de Programas Institucionais do PDI 2014, elaborado pela CMOM, cujo objetivo visava a prover apoio financeiro aos setores da UFF responsáveis pelo desenvolvimento de políticas que favoreciam o alcance das metas estabelecidas nos objetivos institucionais definidos em seu PDI

2013-2017, assegurando a otimização e a racionalização dos recursos utilizados.

Em 2015, o contingenciamento orçamentário forçou a adoção de medidas administrativas de contenção nos projetos. A gestão da Universidade optou por priorizar a manutenção de atividades essenciais ao funcionamento das unidades acadêmicas e apoio aos estudantes no cumprimento dos projetos pedagógicos dos cursos. Assim, todas as ações realizadas pela UFF em 2015 estiveram voltadas para o atendimento dessas prioridades, não sendo possível obter medições dos indicadores necessários à avaliação de desempenho das áreas e, conseqüentemente, à mensuração do alcance das metas.

## 4.3 Desempenho orçamentário

### 4.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

A atuação da Universidade Federal Fluminense quanto aos objetivos estabelecidos no PPA se dá apenas pela execução de determinados subtítulos das ações vinculadas aos Programas “Educação Básica” e “Educação Superior”, detalhados no item 4.3.2, a seguir.

No programa Educação Básica, a UFF atua nas atividades de Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica e Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica.

Para o desenvolvimento das ações de graduação na modalidade semipresencial a Universidade Federal Fluminense faz parte do Consórcio CEDERJ, com outras seis instituições públicas de ensino superior e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, contando também com recursos provenientes da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Atualmente temos nesse convênio seis cursos de graduação: Licenciatura em Matemática, Tecnólogo em Computação, Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Letras, Tecnólogo em Segurança Pública e, Bacharelado em Engenharia de Produção.

Alguns cursos que usam a modalidade semipresencial não estão usando a plataforma da UFF. São eles: Novas Tecnologias no Ensino de Matemática, Planejamento, Implementação e Gestão de EAD, Especialização em Matemática para professores da rede pública (esses usam a plataforma LANTE) e Leitura e Produção de Textos, os dois últimos no âmbito de um convênio feito com o CEDERJ e a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), seguindo o aperfeiçoamento feito com os professores da rede Pública pelo CEDERJ e agora dando a chance a esses professores de continuar sua qualificação. e a Universidade tem ainda um Mestrado Profissional (Mestrado Profissional em Matemática).

Em 2014 os professores da Faculdade de Farmácia da UFF fizeram um projeto junto ao Ministério da Saúde para um curso de Micropolítica de Gestão em Saúde, com mais de 5.000 vagas, destinado aos Secretários de Saúde de todos os municípios do Brasil. Nem todos acompanharam o curso, que encerrou-se com 3267 alunos concluintes.

Outros cursos de especialização que temos, com entrada anual e integrantes do Projeto Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), são os cursos Gestão em Saúde Pública, Gestão em Administração Pública e Gestão em Administração Municipal.

Resumindo, pode-se contabilizar os usuários da plataforma MOODLE da Coordenação de Educação à Distância (CEAD):

Quadro 4.3.1.1 Número de usuário da plataforma MOODLE/CEAD

Ano	Usuários na Plataforma
2013	7277
2014	9332
2015*	11822 *

Fonte: Coordenadoria de Educação à Distância (CEAD)

(\*) O número de usuários da plataforma tende a crescer, pois com a greve em 2015 o segundo semestre ainda está em curso (na fase de elaboração deste Relatório) e, portanto, alguns usuários podem ser acrescentados ainda – o sistema acadêmico ainda está aberto e os professores ainda incluindo alunos de suas turmas na plataforma MOODLE/CEAD.

Em 2014 foram ofertadas 113 disciplinas presenciais, disponibilizadas na plataforma, alcançando um total de 3847 alunos. Em 2015, mais de 160 turmas de graduação foram abertas na plataforma, num total de 5043 alunos. No entanto, no momento de elaboração deste Relatório o sistema acadêmico ainda não havia fechado e, com isso, poderá haver um número maior de usuários, somente na graduação.

No programa Educação Superior, esta UPC atua nas seguintes atividades: Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior, Assistência ao Estudante de Ensino Superior e Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior.

A PROGRAD é a Pró-Reitoria responsável pela definição e execução da política pedagógica na UFF e tem sob sua coordenação a discussão e construção dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação, assim como o acompanhamento e a administração da vida acadêmica do estudante, desde sua entrada na Universidade até a colação de grau e o registro do diploma.

No intuito de melhor cumprir suas responsabilidades, a PROGRAD gerencia diversos programas que oferecerem à comunidade, em especial à comunidade universitária, melhores condições de desenvolvimento e acompanhamento de suas atividades acadêmicas. A seguir apresentaremos esses programas e suas realizações no exercício de 2015.

**O Programa de Monitoria da UFF** é executado há mais de 40 anos. Até 2015, foi regulado pelo Regulamento dos Cursos de Graduação, no qual se afirma que "A Monitoria tem por finalidade a iniciação à docência de nível superior", e "Define-se por Programa de Monitoria da UFF o conjunto de ações acadêmicas e administrativas necessárias à execução das atividades relacionadas à Monitoria".

O Programa de Monitoria de 2015 distribuiu 1100 bolsas entre 125 executantes do programa (Departamentos de Ensino e Coordenações de Curso), após a análise de 1183 projetos de monitoria apresentados. O programa encerrou o mês de novembro com 1060 monitores ativos.

Todo ano é realizada, no âmbito da Agenda Acadêmica da UFF, a Semana de Monitoria, que conta com ampla participação dos monitores e professores. Em 2015, 1031 monitores se inscreveram na XVIII Semana de Monitoria.

No ano de 2011 foi constituída uma Comissão de Monitoria com a finalidade de discutir as diretrizes administrativas e acadêmicas do Programa de Monitoria. Em 2015, essa Comissão foi a responsável pela avaliação das atividades executadas e dos resultados do Programa, com o objetivo de assegurar sua densidade acadêmica e seu efeito, que se deseja multiplicador dos espaços de interação dos estudantes regulares com os conteúdos que devem dominar.



Quadro 4.3.1.2 Bolsas de Monitoria

Curso	Cidade	Nº Bolsas
Administração	Niterói	8
Administração Pública	Volta Redonda	1
Administração	Volta Redonda	5
Administração	Macaé	1
Antropologia	Niterói	5
Arquitetura e Urbanismo	Niterói	23
Artes	Niterói	2
Biomedicina	Niterói	18
Biomedicina	Nova Friburgo	6
Cinema e Audiovisual	Niterói	9
Ciência Ambiental	Niterói	6
Ciência da Computação	Niterói	13
Ciência da Computação	Rio das Ostras	6
Ciências Atuariais	Niterói	10
Ciências Biológicas	Niterói	19
Ciências Contábeis	Niterói	1
Ciências Contábeis	Macaé	1
Ciências Contábeis	Volta Redonda	6
Ciências Econômicas	Niterói	20
Ciências Econômicas	Campos dos Goytacazes	18
Ciências Sociais	Niterói	2
Ciências Sociais	Campos dos Goytacazes	8
Computação	Santo Antônio de Pádua	1
Comunicação Social	Niterói	9
Desenho Industrial	Niterói	11
Direito	Niterói	31
Direito	Volta Redonda	16
Direito	Macaé	6
Educação Física	Niterói	6
Enfermagem	Niterói	55
Enfermagem	Rio das Ostras	12
Engenharia Agrícola e Ambiental	Niterói	8
Engenharia Civil	Niterói	18
Engenharia de Agronegócios	Volta Redonda	4
Engenharia de Petróleo	Niterói	6
Engenharia de Produção	Niterói	14
Engenharia de Produção	Rio das Ostras	8
Engenharia de Produção	Volta Redonda	7
Engenharia de Telecomunicações	Niterói	14
Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Niterói	13
Engenharia Elétrica	Niterói	9
Engenharia Mecânica	Niterói	19
Engenharia Mecânica	Volta Redonda	12
Engenharia Metalúrgica	Volta Redonda	9
Engenharia Química	Niterói	22
Estatística	Niterói	8
Estudos de Mídia	Niterói	5
Empreendedorismo e Inovação	Niterói	5

(Continua...)

Quadro 4.3.1.2 Bolsas de Monitoria (continuação)

Curso	Cidade	Nº Bolsas
Farmácia	Niterói	42
Filosofia	Niterói	11
Fonoaudiologia	Nova Friburgo	6
Física	Niterói	5
Física	Volta Redonda	9
Geofísica	Niterói	2
Geografia	Niterói	17
Geografia	Campos dos Goytacazes	9
História	Niterói	11
História	Campos dos Goytacazes	5
Letras	Niterói	18
Matemática	Niterói	11
Matemática	Santo Antônio de Pádua	2
Matemática	Volta Redonda	10
Medicina	Niterói	119
Medicina Veterinária	Niterói	82
Nutrição	Niterói	29
Odontologia	Niterói	27
Odontologia	Nova Friburgo	18
Pedagogia	Niterói	10
Pedagogia	Angra dos Reis	3
Pedagogia	Santo Antônio de Pádua	3
Produção Cultural	Niterói	3
Produção Cultural	Rio das Ostras	7
Psicologia	Niterói	7
Psicologia	Volta Redonda	2
Psicologia	Campos dos Goytacazes	2
Psicologia	Rio das Ostras	9
Química	Niterói	4
Química Industrial	Niterói	13
Química	Volta Redonda	12
Relações Internacionais	Niterói	1
Segurança Pública	Niterói	4
Serviço Social	Niterói	7
Serviço Social	Rio das Ostras	2
Sistemas de Informação	Niterói	2
Sociologia	Niterói	3
Tecnologia em Hotelaria	Niterói	3
Turismo	Niterói	11
<b>TOTAL</b>		<b>1057</b>

Fonte: PROGRAD

Cumpra esclarecer que não é possível listar a quantidade de bolsas solicitadas por curso, pelo fato de que a solicitação é feita, inicialmente, pelos departamentos de ensino/coordenações de curso. No entanto, temos o número total de solicitações, que em 2015 foi de 2365 bolsas.

O número de bolsas concedidas considerado equivale ao número de bolsistas ao fim do ano de 2015, refletindo a flutuação que ocorre no decorrer do programa.

O **Programa de Tutoria** visa a atender e orientar alunos ingressantes nos cursos de graduação da UFF nos seus períodos iniciais da vida universitária. Essa orientação é oferecida por alunos regularmente inscritos em cursos de pós-graduação *stricto sensu* da própria Universidade.

O objetivo principal é conter a evasão escolar que ocorre, principalmente, nos primeiros períodos da vida universitária. Desta forma, as ações do Programa de Tutoria devem ser executadas no sentido de fornecer os subsídios necessários para que o ingressante possa se sentir incentivado a permanecer no curso escolhido. Do ponto de vista acadêmico, a Tutoria pode servir de auxílio para complementar o conhecimento necessário para que o aluno possa acompanhar as disciplinas dos períodos iniciais, além de ampará-lo em questões como uso da biblioteca, acesso às instalações e serviços da Universidade, importância do Coeficiente de Rendimento (CR) na sua vida acadêmica, entre outras questões relevantes. Do ponto de vista profissional, o Programa de Tutoria pode apresentar as possibilidades de inserção nas diversas áreas de atuação que o profissional formado pode ter ao concluir o curso escolhido.

Em 2015, esse programa distribuiu 56 bolsas entre 21 coordenações de curso de graduação.

O **Programa de Educação Tutorial Institucional** da UFF (PROPET/UFF) busca fomentar a criação e desenvolvimento de grupos de aprendizagem tutorial orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mediante a concessão de bolsas de iniciação acadêmica aos estudantes participantes dos grupos, visando à melhoria dos cursos de graduação na UFF. É composto por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de cursos de graduação da UFF de forma única ou interdisciplinar. Cada grupo, atualmente, é composto de até dois discentes bolsistas e também discentes não bolsistas. O valor de cada bolsa por aluno é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por mês.

Em 2015 o PROPET contou com nove grupos (cinco em Niterói e quatro no Interior), totalizando dezoito bolsistas, impactando assim na qualidade da formação desses estudantes e incentivando-os a uma atuação de excelência. O PROPET proporcionou nesse ano a participação e apresentação de trabalhos de estudantes participantes do programa – por exemplo, dois trabalhos na III Exposição de Trabalhos Acadêmicos da Região Serrana (ETARSERRA), levando o nome da UFF como uma instituição de excelência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Além do aumento da qualidade da formação dos alunos, o programa fomenta a criação de redes de docentes e discentes nos polos onde está inserido. Em 2015, como principais ações, dentre outras, pode-se elencar: o grupo PROPET Biofronteiras publicou um audiolivro e submeteu à publicação um artigo científico; o grupo PROPET de Engenharia Elétrica produziu um artigo científico e participou do Seminário de Divulgação Científica da UFF e da apresentação da temática Robótica Educacional na Escola SESC de Ensino Médio, em Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

A seguir, um resumo dos grupos PROPET desenvolvidos em 2015.

Quadro 4.3.1.3 Grupos PROPET 2015

GRUPO	Nº ATIVIDADES PROGRAMADAS	Nº ATIVIDADES REALIZADAS	Nº ALUNOS ENVOLVIDOS	Nº DOCENTES ENVOLVIDOS	PESQUISAS / TRABALHOS PUBLICADOS	ATIVIDADE DESTAQUE	DIFICULDADES
Ciências Econômicas de Campos dos Goytacazes	10	10	344	17	19		Corte de bolsa
Ciências Biológicas	29	14	4	5	3	Elaboração de audiolivro que descreve os <i>TED talks</i>	Greve
Engenharia Elétrica	10	10	250	5	6	Primeira Semana de Minicursos de Férias	Redução orçamentária
Engenharia Química	15	17	350	6	não definido	Química do Chocolate e Oficina de Papel	Espaço físico inadequado, poucos docentes
Fonoaudiologia de Nova Friburgo	15	8	40	não definido	2	Acolhimento aos calouros por meio da proposta de apadrinhamento	Corte de bolsas / greve
História de Campos dos Goytacazes	5	4	15	10	1	Revista multidisciplinar discente Mundo Livre	Falta de infraestrutura, pessoal e bolsistas
Rural Interdisciplinar Campos dos Goytacazes	32	32	133	5	17	Organização do Seminário Norte Fluminense de Estudos Rurais e Urbanos	Greve
Engenharia de Petróleo	26	26	não definido	5	11	Apresentação do grupo PETROPET a respeito do curso de Engenharia de Petróleo e o trabalho do PET na Escola SESC de Ensino Médio, em Jacarepaguá	Corte de bolsas
Medicina Veterinária	15	23	32	4	4	Organização e execução do IV Simpósio de Sustentabilidade e Ciência Animal (IV SISCA) em parceria com o LAE da FMVZ/USP	Corte de bolsas

Em 2015, a Divisão de Prática Discente (DPD/CAEG) deu continuidade às atividades do **Projeto Prática Discente**, com a oferta de 450 bolsas licenciatura, 50 por mês, a projetos de ensino desenvolvidos no Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI). As bolsas têm o valor de R\$400,00.

Abaixo apresentamos um quadro com a distribuição média de bolsas licenciatura do PDI-UFF/Licenciaturas e os cursos atendidos:

*Quadro 4.3.1.4 Bolsas licenciatura do PDI-UFF/Licenciaturas*

<b>CURSO</b>	<b>No. BOLSISTAS</b>
Pedagogia	20
Letras	8
História	4
Matemática	5
Geografia	4
Biologia	3
Física	2
Educação Física	2
Química	2

Visando fortalecer a prática pedagógica discente, em especial nas licenciaturas e garantir a socialização das experiências na formação de professores, organizou-se a XIII Mostra de Iniciação à Docência na Educação Básica, atividade da Agenda Acadêmica 2015, com 69 comunicações orais inscritas e a apresentação de 129 discentes de cursos de licenciatura da UFF.

A premiação acadêmica da UFF reconhece o talento e a dedicação de alunos, ex-alunos e docentes, com o intuito de destacar o mérito e estimular a excelência de toda a universidade. Esta premiação é anual, concedida pela Pró-Reitoria de Graduação, através dos prêmios Prata da Casa, Excelência em Docência e Láurea Acadêmica. O evento referente à premiação de 2015 aconteceu no Auditório do Instituto de Física, dia 28 de janeiro de 2016, às 19h. A lista de homenageados está disponível no *site* <http://www.uff.br/?q=noticias/23-01-2016/cerimonia-academica-da-uff-homenageia-estudantes-e-docentes>.

O prêmio homenagem Prata da Casa tem por objetivo estreitar o relacionamento entre a UFF e seus ex-alunos e acompanhar suas trajetórias profissionais, criar uma grande comunidade de ex-alunos da UFF, onde todos podem compartilhar suas experiências e ter acesso às informações e oportunidades exclusivas. Todos os anos, o programa, promove homenagem aos ex-alunos que se destacam em suas áreas de atuação. Em 2015, foram homenageados seis ex-alunos.

O Prêmio de Excelência em Docência tem como objetivo estimular e valorizar as ações no ensino de graduação por meio do reconhecimento dos docentes que a ele se dedicam. Em 2015, foram premiados os seguintes docentes: Zander Barreto Miranda (1º lugar), da Faculdade de Veterinária; Tadeu Nagashima Ferreira (2º lugar), da Escola de Engenharia; e Dalessandro Soares Vianna (3º lugar), do Instituto de Ciência e Tecnologia de Rio das Ostras.

A Láurea Acadêmica da UFF é a maior distinção que a Universidade concede ao aluno da turma concluinte dos cursos de graduação, em reconhecimento ao seu mérito por atender todos os requisitos exigidos, sobretudo, por terem alcançado o maior CR durante a realização do curso. Esse Prêmio tem por objetivo tornar público o Mérito Acadêmico nas diferentes formas em que possa se expressar, valorizando o corpo discente e reconhecendo a dedicação e o desempenho dos estudantes em prol das atividades acadêmicas. Este ano foram agraciados 100 alunos do curso de graduação.

### **Pesquisa e pós-graduação**

O fomento às ações de pesquisa e pós-graduação se dá por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação (PROPPI). A atuação da PROPPI no apoio à pesquisa, pós-graduação e inovação na UFF é profundamente influenciada pelo ambiente externo. Primeiramente o orçamento desempenhado internamente depende de um grupo de fatores que vão desde as negociações da reitoria com órgãos governamentais até a captação de recursos a partir de projetos autofinanciáveis.

Parte dos programas operacionalizados na PROPPI envolve parcerias com órgãos de fomento como o CNPq e a FAPERJ. A atuação desses órgãos impacta diretamente nos programas de apoio desenhados pela equipe da PROPPI. Esta influência do ambiente externo pôde ser sentida de forma clara ao longo do ano de 2015 quando as agências de fomento e órgãos governamentais começaram a sinalizar a necessidade de corte de recursos.

Para mitigar impactos externos, a PROPPI se organizou para diversificar as fontes de recursos disponíveis para a execução dos nossos programas de apoio. Neste sentido, foi instaurado um grupo de trabalho, que se reúne todas as segundas-feiras para avaliar as ações desempenhadas e planejar ações futuras.

Devido à instabilidade quanto ao orçamento da PROPPI para o ano de 2015, não foi desenvolvido um planejamento que contemplasse previamente estimativas de resultados para os indicadores de desempenho daquela Pró-Reitoria. Entretanto, mesmo com as adversidades enfrentadas, a UFF criou 6 novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em 2015, totalizando 119 cursos ativos (77 cursos de mestrado e 42 de doutorado), nos quais estão matriculados 6.305 alunos.

No tocante à pós-graduação *lato sensu*, a UFF teve 196 cursos ativos, com 14.279 alunos matriculados.

A PROPPI atuou também no fomento à pesquisa, publicando três editais de apoio, a saber: Programa de Fomento à Pesquisa das Unidades do Interior ou Fora de Sede (FOPIN); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa de Auxílio à Organização de Eventos. A área de inovação registrou uma consolidação da incubadora (duas empresas), a redefinição da política de propriedade intelectual da universidade, ainda em discussão (onze pedidos registrados), e o início de um projeto de parque tecnológico. Por fim, a ação de inovação pode ser verificada pela concessão de 65 bolsas de iniciação à inovação.

### **Extensão**

O fomento às ações de extensão é promovido pela da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). A Extensão, como atividade fim da Universidade, tem suas ações planejadas na forma de projetos e programas, que podem também ser executadas por meio de eventos, cursos e trabalhos com a comunidade interna e externa.

A PROEX realizou diversas atividades por meio de suas coordenações. Entre elas destacam-se, entre outras atividades, o Programa UFF Mulher, que promoveu o III Seminário Relações de Gênero e Violência Doméstica na Prática Institucional (dando continuidade às ações de 2014); o curso de extensão Atualização em Gênero, Diversidade Sexual e Direitos Humanos; a exposição Sentidos do Nascer; e a participação na organização da VII Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de São Gonçalo, em parceria com a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para o Idoso, Mulher e Pessoa com Deficiência e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, de São Gonçalo.

O UFF SOS Comunidade, programa de prevenção de riscos e de desastres (educação, saúde e defesa civil), realizou atividades como a Ação UFF e a Comunidade: Trocando Saberes e o Curso de Extensão em Emergência, entre outros, e desenvolveu os projetos UFF SOS Comunidade vai à Escola e o SOS Informação. Por sua vez, o Programa Ações Sustentáveis na UFF e o Projeto Difusão do Conhecimento através da Extensão implantaram o Projeto de Gestão de Resíduos, em parceria com a Cooperativa de Catadores de Niterói (COOPCANIT), que descartou corretamente mais de quatro toneladas de arquivos da Superintendência de Documentação (SDC) da UFF; participou de cursos e simpósios em biossegurança, e produziu a Cartilha Horta Pedagógica do COLUNI, em parceria com a EdUFF, entre outras ações.

O Centro de Memória da Extensão (CEMEX) organizou 70% de informações de caráter permanente a serem incluídas no *site* do Centro, elaborou um novo projeto em resposta à demanda de quatro unidades da UFF, realizou o tratamento de 1.029 processos e 11.415 documentos acumulados da PROEX, além de outras atividades correlatas.

O Programa UFF na Produção do Conhecimento: um desafio na mídia realizou diversas coberturas jornalísticas dos vários eventos de extensão da UFF, bem como produziu diversos vídeos e matérias para o *site* da UFF e demais veículos de comunicação da Universidade.

O Jornal Extensão em FOCO, por sua vez, realizou coberturas jornalísticas das ações extensionistas desenvolvidas pela UFF, com a publicação de suas edições impressas distribuídas para todas as unidades da UFF, todas as universidades públicas brasileiras e todas as instituições afiliadas à Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

O Centro de Apoio à Extensão (CEAEX) apoiou mais de 40 ações extensionistas, produzindo mais de mil banners, mais de 1.500 cartazes e centenas de outros produtos relacionados.

No que se refere ao Programa Pré-Universitários Sociais da UFF, foram regularizados os sete projetos que envolviam ações típicas de cursos pré-universitários para o devido registro no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGPROJ), do MEC: Programa Preparatório para o Ensino Superior da UFF de Rio das Ostras; Pré-Universitário Popular Práxis UFF; Programa Pré-Universitário Oficina do Saber: integrando ações de acesso e permanência de classes populares à universidade; Pré-Universitário Social da UFF de Volta Redonda; Pré-Vestibular Popular Curso MotivAÇÃO; Pré-Universitário Social Reação; Pré-Vestibular Popular Morro do Estado. Além disso, foram concedidas 82 bolsas, distribuídas de acordo com a necessidade de cada ação do Programa Pré-Universitários Sociais da UFF, e realizado levantamento das ações dos diversos projetos, sendo observado o ingresso de 979 discentes em 2015 e a aprovação de 126 em Instituições Públicas de Ensino Superior para o ano de 2015.

A PROEX atuou na viabilização de acomodação, na Unidade Avançada José Veríssimo (UAJV), de treze discentes/bolsistas, nas ações em que desenvolve na Unidade, a saber: Sistematização da Cartografia Social: Cartilha Socioespacial dos Quilombos de Oriximiná-PA; Núcleo Pacha Mama; Cartografia Social com Geotecnologias nas escolas do Campo de Oriximiná-PA; Ecologia de saberes em escolas do campo de Oriximiná-PA; Etnoeducação, saberes tradicionais e cidadania indígena; Etnoeducação: Formação de Professores, Memória e Patrimônio; Etnoeducação em Oriximiná-PA: Narrativas e alteridades. Também atuou na viabilização das ações, com acomodação na UAJV, de quatorze discentes do curso de Medicina e nove do curso de Enfermagem. Um total de 36 discentes atuaram, via PROEX, em Oriximiná, no ano de 2015.

As ações extensionistas também foram prejudicadas pelo pouco recurso financeiro disponível. A PROEX, por meio da Escola de Extensão (EXTUFF), envidou esforços para estabelecer parcerias interinstitucionais com o objetivo de desenvolver ações acadêmicas no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, com o fulcro de promover e executar ações conjuntas para atendimento de demandas dos órgãos parceiros. Assim, em 2015, foram articuladas parcerias com o Município de Santo Antônio de Pádua; o Instituto Estadual do Ambiente (INEA); a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); a Universidade de Coimbra; a Universidade de Bologna; a Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro; Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE); a COOPCANIT; a Secretaria de Defesa Civil de Niterói; e o Município de São Gonçalo do Amarante.

Realizou, também, ações de extensão em parceria com os Institutos de Biologia, de Odontologia, e de Veterinária, o Hospital Universitário de Medicina Veterinária Professor Firmino Mársico Filho (HUVET) e o Município de Santo Antônio de Pádua, por meio dos seguintes cursos: Programa de Sensibilização e Capacitação em Biossegurança e Atenção à Saúde do Trabalhador na UFF; II Simpósio de Biossegurança; Curso de Extensão em Introdução à Saúde do trabalhador – Aspectos históricos e legais. Vigilância em saúde do trabalhador/servidor; Curso de Biossegurança a Nível de Campo; Curso Básico de Biossegurança (vinculado ao Programa de Sensibilização e Capacitação em Biossegurança e Atenção à Saúde do Trabalhador na UFF, que em 2015 ocorreu em parceria com a PROPI e a Fundação Oswaldo Cruz); Curso Formação Básica em Direitos Humanos.

O Programa de Extensão Universitária (PROEXT) objetiva apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas e projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Instituído pelo Decreto 6.495, de 20 de agosto de 2008, no âmbito do MEC/SESu, o PROEXT abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social.

No Edital PROEXT/MEC/SESu 2015 foram executadas quinze ações contempladas para o ano, totalizando recursos de R\$ 1.855.806,43, divididos entre seis programas e nove projetos.

### **Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior**

Na UFF, a ação de funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior é executada, em sua grande maioria, pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD). Em 2015, essa pró-reitoria possibilitou a reforma e/ou adaptação de diversos espaços físicos na UFF, visando otimizar o funcionamento da prestação de serviços de cada um desses órgãos, face à sua mudança de localização para mais próximo do público-alvo (na maioria dos casos), pela adequação funcional do espaço aos seus objetivos, conforto para os usuários, professores, servidores e estudantes. No caso específico do prédio multiuso do *Campus* de Rio das Ostras, essas reformas possibilitaram que, para um prédio inadequado e sem qualquer utilização até então, possa ser transferido, em breve, todo o Instituto Tecnológico daquele *campus*.

A adaptação dos espaços para funcionamento da Biblioteca no *Campus* de Macaé, possibilitou que esse instrumento fundamental pudesse ser implantado, antiga reivindicação da comunidade desde o início do funcionamento dos cursos naquele município e condição obrigatória pelo MEC para licenciamento e funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação.



Em Niterói, foram realizadas as seguintes reformas:

- Instalações da Superintendência de Relações Internacionais (SRI), que passou a funcionar no Bloco A, do *Campus* do Gragoatá;
- Espaço do prédio do Barreto, antiga sede do Centro Regional Integrado de Atenção ao Adolescente-(CRIA), para receber os arquivos da Gerência Plena de Comunicação Administrativa (GPCA);
- Reformas e adaptações para humanizar as instalações da Coordenação de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida (CASQ) (em fase final).

No Interior, foram concluídas as reformas do Laboratório de Análises Clínicas em Nova Friburgo, a Biblioteca de Macaé, a adequação para acessibilidade do espaço multiuso em Rio das Ostras, incluindo a parte elétrica e a refrigeração, a adequação de espaço do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) do Curso de Psicologia em Campos dos Goytacazes (restando apenas a ligação da ampliação de carga, por parte da AMPLA, para possibilitar a instalação dos aparelhos de ar condicionado).

Estão ainda em fase final as adaptações do Prédio Multiuso visando receber o Instituto de Ciência e Tecnologia de Rio das Ostras e está em andamento o projeto elaborado para reforma e adaptação das instalações do *Campus* de Angra dos Reis, aguardando aprovação para execução.

As restrições orçamentárias e financeiras ocorridas ao longo do ano dificultaram, em boa extensão, a dimensão e o cronograma das ações executadas. Tendo em vista esse cenário, a PROAD atuou com vistas à redução dos custos da Instituição, adotando as seguintes práticas:

- Transporte – O transporte individual de pró-reitores e superintendentes, bem como de todos os demais usuários, passou a ser regulado por uma central de transporte, com rígido controle do percurso, destino e objetivo do transporte. Com isso, obteve-se uma maior racionalização do uso da frota. Foi revista a regra para concessão de viagens de estudantes para congressos e eventos. Essas ações reduziram em cerca de 50% o consumo de combustível.
- Desocupação do prédio da Rua São Pedro – Foram transferidas para novas instalações a Incubadora de Empresas, Mestrado Profissional em Defesa Civil e Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (COMFOR). Estão ainda em fase de transferência a CPA, o Núcleo de Pesquisa e Ensino em Urgências (NEPUR) e Procuradoria Geral (PROGER).
- Segurança nos *campi* – Foi expandida e aprimorada a rede de monitoramento por imagem, atingindo os *campi* de expansão, estando já em pleno funcionamento o monitoramento nas cabines dos *campi* do Valonguinho e do Gragoatá.
- Aquisição de mobília – Foi adquirida mobília para os novos prédios dos Institutos de Matemática, Física e Biomédico, visando o pleno funcionamento dessas três novas instalações.

Em virtude das dificuldades financeiras e orçamentárias encontradas, foi adotado um modelo de intensa conversação com empresas, sindicatos e funcionários terceirizados, visando evitar solução de continuidade de serviços essenciais de funcionamento da UFF, notadamente nas áreas de limpeza, segurança e tratamento de animais de laboratório. Obteve-se pleno sucesso com esse modelo compartilhado de gestão, pois foi praticamente nulo o número de dias de paralisação desses serviços essenciais na UFF.

Outro modelo de gestão adotado que se mostrou muito proveitoso e produtor foi a instituição de um Comitê Gestor (Portaria 53.863, de 30 de abril de 2015). A participação da PROAD nesse Comitê, em particular em todas as visitas que foram realizadas aos *campi* de expansão da UFF, contribuiu bastante para a promoção da equalização das condições de trabalho, entre aqueles *campi* e as Unidades localizadas no município de Niterói.

### **Assistência ao estudante no ensino superior**

A ação de assistência ao estudante no ensino superior é promovida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Com relação à assistência estudantil, os resultados alcançados das metas estabelecidas no exercício descreverem as ações desenvolvidas dentro de cada Programa de Governo/dotação nos orçamentos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e PDI. Estes resultados reúnem dados referentes aos programas de bolsas sociais executados e alunos assistidos no ano de 2015.

A UFF, por intermédio da PROAES, deu continuidade às ações de incentivo à permanência acadêmica por meio de programas e projetos articulados com as demandas estudantis, de forma a possibilitar ao estudante maior integração, bem estar e desempenho acadêmico.

Os programas e projetos de assistência estudantil estão a seguir relacionados.

*Quadro 4.3.1.5 Programas de Bolsas Sociais - Ano 2015*

<b>Programas</b>	<b>Nº Bolsas</b>	<b>Nº Alunos Atendidos</b>	<b>Valor Mensal (R\$)</b>
Bolsa Alimentação - Restaurante Universitário (RU)	Isentos: 1000	1000	-
Bolsa Desenvolvimento Acadêmico	1040	1040	440,00
Bolsa de Apoio Emergencial	20*	130	400,00
Bolsa de Apoio ao Estudante com Deficiência	40	40	400,00
Bolsa Apoio Transporte	200	200	250,00
Programa Auxílio Alimentação para os Estudantes das Unidades Acadêmicas fora da Sede	200	200	250,00
Programa Auxílio Creche	35	35	100,00
Programa Bolsa Acolhimento para Estudantes Ingressantes	570**	570	350,00
Programa Auxílio Moradia	250	235	250,00
Programa Auxílio Saúde	35	30	80,00

Fonte: PROAES

\*Característica do programa, há uma rotatividade de beneficiários.

\*\* 320 bolsas no primeiro semestre + 250 no segundo semestre

Com relação aos Programas de Bolsas Sociais, houve um grande avanço, na medida em que se entende que a assistência estudantil é um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e pela emancipação social.

A Moradia Estudantil (ME) tem por objetivo conceder vagas inteiramente gratuitas para os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais. A ME de Niterói tem capacidade para atender 348 estudantes e a de Rio das Ostras possui 48 vagas. No exercício de 2015 a ME de Niterói contou com 258 moradores e a de Rio das Ostras, 40 moradores.

Dos 40 estudantes residentes na ME Rio das Ostras, 35 foram aprovados em 100% das disciplinas em que estavam inscritas; 4 estudantes foram reprovados em 1 disciplina; e 1 perdeu em 2 disciplinas.

Na ME de Niterói, dos 233 residentes, 189 foram aprovados em 100% das disciplinas, 15 estão em mobilidade acadêmica, 22 foram reprovados em 1 disciplina, 5 perderam em 2 disciplinas inscritas, 1 perdeu em 3 disciplinas e 1 perdeu em 4 disciplinas.

A PROAES promoveu também ações e programas de apoio acadêmico, para diminuição das taxas de evasão: Altos Estudos, Bolsa Desenvolvimento Acadêmico, Mobilidade Internacional, Oficinas de Leitura e Redação, PULE, Capacitação em Informática, Bolsa Acolhimento, UFF Acessível, Práticas em campo, Pró-Aluno e Restaurante Universitário. Em relação à assistência a saúde, foram promovidas ações de Atendimento Clínico em Psicologia, Atendimento Clínico/Ambulatorial e Clínico/Odontológico.

### **Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior**

A ação de Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior foi realizada, em relação aos recursos destinados a obras e reformas, em grande parte pela Superintendência de Arquitetura e Engenharia (SAEN).

No âmbito da SAEN, foram gerenciadas 25 obras, estando 8 concluídas e 17 em andamento. Essas 25 obras geridas pela SAEN em 2015 representam o montante, em valor de contrato, de R\$284.262.179,55; 11 foram realizadas com recursos de Capital, no valor de R\$281.920.112,52 e 14 com recursos de Custeio, no valor de R\$2.342.067,03.

As obras concluídas nesse exercício representam, em valor de contrato, R\$29.611.050,89, sendo dois desses contratos iniciados em 2010, concluídos somente nesse exercício por pendências de *check list*.

Tivemos ainda cinco obras iniciadas em 2015, representando, em valor de contrato, o montante de R\$853.923,51.

Todas as obras e projetos sob gestão da SAEN não alcançaram o rendimento planejado e esperado dos cronogramas físicos/financeiros das obras, sendo estas impactadas diretamente pela dotação insuficiente e liberação dos recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, causando aumento da dívida junto às contratadas.

*Quadro 4.3.1.6 Número de projetos contratados e geridos pela SAEN*

<b>Projetos</b>					
<b>Projetos/2015</b>	<b>Gerenciados</b>	<b>Iniciados</b>	<b>Em andamento</b>	<b>Concluídos</b>	<b>Montante de custeio faturado</b>
<b>Contratados</b>	7	-	-	0	R\$259.191,27
<b>Internos</b>	-	33	50	17	-

Fonte: SAEN

Os projetos internos concluídos em 2015 geraram um valor estimado de contratação futura para obra na ordem total de R\$7.990.919,23.

## **4.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei orçamentária Anual de responsabilidade da unidade**

### **4.3.2.1 Ações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) - Unidade 26236 (UFF)**

Os quadros apresentados abaixo foram elaborados com os valores executados pela UO-26236-Universidade Federal Fluminense, desconsiderando as descentralizações.

Quadro 4.3.2.1 Ação/Subtítulos - OFSS (UFF)

Identificação da Ação							
<b>Código 20RI</b>	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica Tipo: Atividade</b>						
<b>Descrição</b>	Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, inclusive Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas instituições. Assistência ao educando; aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado; aquisição de material de consumo e permanente; elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais, atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.						
<b>Iniciativa</b>	Manutenção das Instituições Federais de Educação Básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.						
<b>Objetivo</b>	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, a ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observando o regime de colaboração com os entes federados.						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2030 Tipo: Educação Básica</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26236 - Universidade Federal Fluminense						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	R\$ 316 898,00	R\$ 316 898,00	R\$ 235 840,00	R\$ 23 384,49	R\$ 23 384,49	R\$ 0,00	R\$ 212 455,51
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0033	Estudante matriculado	Unidade	370	370	377		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	R\$ 96 536,69	R\$ 66 220,06	R\$ 0,00	-	Unidade	377	

Fontes: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC)

Quadro 4.3.2.1 Ação/Subtítulos – OFSS (UFF)

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>20RJ Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para Educação Básica Tipo: Atividade</b>						
<b>Descrição</b>	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada para a Educação Básica nas modalidades presencial e a distância; desenvolvimento de programas, cursos, pesquisas, estudos, projetos, avaliações, mobilidade nacional e internacional de profissionais do magistério e de estudantes de nível superior, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, visando à melhoria da qualidade do ensino, considerando programas específicos para população indígena, do campo e quilombola; a formação para a docência intercultural; o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana; o atendimento educacional especializado; a educação de jovens e adultos; a educação em direitos humanos; a sustentabilidade socioambiental; as relações étnico-raciais e de gênero; a diversidade sexual; e a política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.						
<b>Iniciativa</b>	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.						
<b>Objetivo</b>	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais de educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreiras e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2030 Tipo: Educação Básica</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26236 - Universidade Federal Fluminense						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	R\$ 2 580 762,00	R\$ 2 580 762,00	R\$ 2 575 920,56	R\$ 1 789 536,96	R\$ 697 580,51	R\$ 1 091 956,45	R\$ 786 383,60
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0033	Projeto Apoiado	Unidade	8	8	8		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	R\$ 67 079,07	R\$ 65 331,42	R\$ 0,00	-	Unidade	8	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Quadro 4.3.2.1 Ação/Subtítulos – OFSS (UFF)

Identificação da Ação							
Código	20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Tipo: Atividade					
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; Incentivo e promoção de ações de integração ensino serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; Apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino aprendizagem.						
<b>Iniciativa</b>	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.						
<b>Objetivo</b>	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.						
<b>Programa</b>	<b>Código:2032 Tipo: Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26236 - Universidade Federal Fluminense						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	R\$ 8 669 593,00	R\$ 8 669 593,00	R\$ 5 177 764,67	R\$ 4 279 261,54	R\$ 3 753 841,08	R\$ 525 420,46	R\$ 898 503,13
7020	R\$ 1 000 000,00	R\$ 1 000 000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
0033	Iniciativa apoiada	Unidade	666	666	636		
7020	Iniciativa apoiada	Unidade	1	1	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	R\$ 636 542,10	R\$ 305 441,27	R\$ 43 474,69	-	Unidade	24	
7020	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	Unidade	0	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Quadro 4.3.2.1 Ação/Subtítulos – OFSS (UFF)

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>20RK</b>	<b>Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior Tipo: Atividade</b>					
<b>Descrição</b>	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Superior, além de definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais e internacionais; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação, reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.						
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas física e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2032 Tipo: Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26236 - Universidade Federal Fluminense						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	R\$ 115 135 492,00	R\$ 117 129 492,00	R\$ 103 060 485,26	R\$ 96 619 489,44	R\$ 92 748 903,70	R\$ 3 870 585,74	R\$ 6 440 995,82
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0033	Estudante matriculado		Unidade	58 500	58 500	60 727	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	R\$ 4 968 488,54	R\$ 3 009 741,33	R\$ 277 804,13	-	Unidade	1 583	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Quadro 4.3.2.1 Ação/Subtítulos – OFSS (UFF)

Identificação da Ação							
<b>Código</b> 4002	<b>Assistência ao Estudante de Ensino Superior Tipo: Atividade</b>						
<b>Descrição</b>	Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento de alimentação, atendimento médico odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior.						
<b>Iniciativa</b>	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.						
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2032 Tipo: Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26236 - Universidade Federal Fluminense						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	R\$ 28 996 462,00	R\$ 28 996 462,00	R\$ 24 828 411,36	R\$ 23 787 666,47	R\$ 20 260 741,82	R\$ 3 526 924,65	R\$ 1 040 744,89
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0033	Benefício concedido		Unidade	11 174	11 174	11 112	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0033	R\$ 533 675,64	R\$ 151 416,53	R\$ 0,00	-	Unidade	62	

Fontes: SIAFI e SIMEC



Quadro 4.3.2.1 Ação/Subtítulos – OFSS (UFF)

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>8282</b>	<b>Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior Tipo: Atividade</b>					
<b>Descrição</b>	Apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas Instituições Federais de Ensino Superior, no exercício de sua autonomia, que visem ao aumento do número de vagas, à redução da evasão, à adequação e à modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e ao atendimento das necessidades de manutenção, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor. Auxílio financeiro repassado pela Administração Direta, conforme as necessidades de manutenção identificadas pelas instituições. Apoio à ações que visem à mobilidade estudantil, à criação de vagas especialmente em cursos noturnos e ao aumento de concluintes no ensino superior.						
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.						
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2032 Tipo: Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26236 - Universidade Federal Fluminense						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	R\$ 76 550 569,00	R\$ 76 550 569,00	R\$ 54 664 194,22	R\$ 47 420 123,64	R\$ 42 502 232,93	R\$ 4 917 890,71	R\$ 7 244 070,58
3281	R\$ 500 000,00	R\$ 500 000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3290	R\$ 600 000,00	R\$ 600 000,00	R\$ 500 000,00	R\$ 500 000,00	R\$ 0,00	R\$ 500 000,00	R\$ 0,00
3321	R\$ 800 000,00	R\$ 800 000,00	R\$ 800 000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 800 000,00
3365	R\$ 400 000,00	R\$ 400 000,00	R\$ 397 832,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 397 832,82
7088	R\$ 300 000,00	R\$ 300 000,00	R\$ 200 000,00	R\$ 199 330,92	R\$ 0,00	R\$ 199 330,92	R\$ 669,08
7090	R\$ 700 000,00	R\$ 700 000,00	R\$ 366 810,82	R\$ 11 821,70	R\$ 0,00	R\$ 11 821,70	R\$ 354 989,12
7096	R\$ 142 300,00	R\$ 142 300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7098	R\$ 200 000,00	R\$ 200 000,00	R\$ 99 835,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 99 835,00

Fontes: SIAFI e SIMEC

Quadro 4.3.2.1 Ação/Subtítulos - OFSS (UFF) (continuação)

Identificação da Ação						
Código	8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior Tipo: Atividade - continuação				
Execução Física da Ação - Metas						
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
0033	Projeto viabilizado	Unidade	14	14	5	
3281	Projeto viabilizado	Unidade	1	1	0	
3290	Projeto viabilizado	Unidade	1	1	1	
3321	Projeto viabilizado	Unidade	1	1	0	
3365	Projeto viabilizado	Unidade	3	3	0	
7088	Projeto viabilizado	Unidade	1	1	1	
7090	Projeto viabilizado	Unidade	1	1	1	
7096	Projeto viabilizado	Unidade	1	1	0	
7098	Projeto viabilizado	Unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0033	R\$ 1 490 219,99	R\$ 1 166 497,12	R\$ 18 600,69	Projeto viabilizado	Unidade	5
3281	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Projeto viabilizado	Unidade	0
3290	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Projeto viabilizado	Unidade	0
3321	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Projeto viabilizado	Unidade	0
3365	R\$ 509 233,54	R\$ 284 937,21	R\$ 3 900,00	Projeto viabilizado	Unidade	1
7088	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Projeto viabilizado	Unidade	0
7090	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Projeto viabilizado	Unidade	0
7096	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Projeto viabilizado	Unidade	0
7098	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Projeto viabilizado	Unidade	0

Fontes: SIAFI e SIMEC

#### 4.3.2.2 - Ações do OFSS - Unidade 26366 (HUAP)

Quadro 4.3.2.2 Ação/Subtítulos - OFSS (HUAP)

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	00M1 Operações Especiais						
<b>Descrição</b>	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade						
<b>Iniciativa</b>	12 - Educação						
<b>Objetivo</b>	331 – Proteção e benefícios ao trabalhador						
<b>Programa</b>	087027.12.331.2109.00M1.0033 <b>Código:</b> 2109 <b>Tipo:</b> Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26.366 - Hospital Universitário Antônio Pedro						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	21.204,00	21.204,00	6.469,66	6.649,66	6.649,66	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-funeral e Natalidade	Unidade	36	0	11		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Obs.: O valor de pagamento de execução orçamentária e financeira e da execução física refere-se ao auxílio-natalidade, tendo em vista o auxílio-funeral constar na UO 26236 – Reitoria UFF.

Quadro 4.3.2.2 Ação/Subtítulos – OFSS (HUAP)

Identificação da Ação							
<b>Código</b> 0181	Atividade						
<b>Descrição</b>	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis no Estado do Rio de Janeiro						
<b>Iniciativa</b>	09 – Previdência Social						
<b>Objetivo</b>	272 – Previdência do Regime Estatutário						
<b>Programa</b>	087024.09.272.0089.0181.0033 <b>Código:</b> 0089 <b>Tipo:</b> Previdência de Inativos e Pensionista da União						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26.366 - Hospital Universitário Antônio Pedro						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	13.000,00	13.000,00	0	0	0	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Pagamentos de Aposentadorias e Pensões	Unidade	0	0	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Obs.: Os pagamentos de aposentadorias são processados na Reitoria, portanto não houve execução da UO 26366.

Quadro 4.3.2.2 Ação/Subtítulos – OFSS (HUAP)

Identificação da Ação							
<b>Código</b> 09HB	Operações Especiais						
<b>Descrição</b>	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
<b>Iniciativa</b>	12 - Educação						
<b>Objetivo</b>	122 – Administração Geral						
<b>Programa</b>	12.122.2109.09HB.0001 061274 <b>Código:</b> 2109 <b>Tipo:</b> Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26.366 - Hospital Universitário Antônio Pedro						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim (x) Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	28.600.000,00	30.900.000,00	30.900.000,00	29.817.350,43	29.817.350,00	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Contribuição para o custeio da previdência dos servidores do HUAP	Unidade	1585	127	1653		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Quadro 4.3.2.2 Ação/Subtítulos – OFSS (HUAP)

Identificação da Ação							
<b>Código</b> 2004	Operações Especiais						
<b>Descrição</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes						
<b>Iniciativa</b>	12 - Educação						
<b>Objetivo</b>	301 – Atenção Básica						
<b>Programa</b>	12.301.2109.2004.0033	<b>Código:</b> 2109	<b>Tipo:</b> Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				
<b>Unidade Orçamentária</b>	26.366 - Hospital Universitário Antônio Pedro						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	1.345.026,00	998.670,00	897.491,49	797.629,73	797.629,73	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores do HUAP e seus Dependentes	Unidade	8428	6257	4998		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Quadro 4.3.2.2 Ação/Subtítulos – OFSS (HUAP)

Identificação da Ação							
<b>Código 2010</b>	Atividade						
<b>Descrição</b>	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares no Estado do Rio de Janeiro						
<b>Iniciativa</b>	12 - Educação						
<b>Objetivo</b>	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador						
<b>Programa</b>	12.331.2109.2010.0033 083495 <b>Código:</b> 2109 <b>Tipo:</b> Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26.366 - Hospital Universitário Antônio Pedro						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	111.675,00	121.675,00	109.456,65	109.456,65	109.456,65	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores do HUAP	Unidade	1136	1238	1114		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Quadro 4.3.2.2 Ação/Subtítulos - OFSS (HUAP)

Identificação da Ação							
<b>Código</b> 2011	Atividade						
<b>Descrição</b>	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
<b>Iniciativa</b>	12 - Educação						
<b>Objetivo</b>	331 - Proteção e Benefício ao Trabalhador						
<b>Programa</b>	12.331.2109.2011.0033 061280 <b>Código:</b> 2109 <b>Tipo:</b> Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26.366 - Hospital Universitário Antônio Pedro						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual - 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	2.105.776,00	2.320.776,00	2.294.111,15	2.294.111,15	2.294.111,15	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Auxílio-Transporte aos Servidores do HUAP	Unidade	8622	9503	9394		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Fontes: SIAFI e SIMEC



Quadro 4.3.2.2 Ação/Subtítulos - OFSS (HUAP)

Identificação da Ação							
<b>Código</b> 20RX	Atividade						
<b>Descrição</b>	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares						
<b>Iniciativa</b>	12 - Educação						
<b>Objetivo</b>	302 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar						
<b>Programa</b>	12.302.2032.20RX.3321 <b>Código:</b> 2032 <b>Tipo:</b> Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino Pesquisa e Extensão						
<b>Unidade Orçamentária</b>	26.366 - Hospital Universitário Antônio Pedro						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00		2.000.000,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Reestruturação e Modernização do HUAP	Unidade	1	1	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Obs.: A execução orçamentária da ação ocorreu no final do exercício, possibilitando a realização da obra de reforma da Unidade Intermediária de Terapia Intensiva, a ter execução física em 2016.

Quadro 4.3.2.2 Ação/Subtítulos - OFSS (HUAP)

Identificação da Ação							
<b>Código 20TP</b>	Atividade						
<b>Descrição</b>	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
<b>Iniciativa</b>	12 - Educação						
<b>Objetivo</b>	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial						
<b>Programa</b>	12.302.2109.20TP.0033 087025		<b>Código:</b> 2109	<b>Tipo:</b> Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação			
<b>Unidade Orçamentária</b>	26.366 - Hospital Universitário Antônio Pedro						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	163.661.884,00	179.544.494,00	179.544.494,00	176.612.973,98	176.612.973,00	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Pagamento de Pessoal	Unidade	1531	1679	1653		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Obs.: Inclusão de novos servidores temporários contratados com base na Lei 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Quadro 4.3.2.2 Ação/Subtítulos – OFSS (HUAP)

Identificação da Ação							
<b>Código</b> 4086	Atividade						
<b>Descrição</b>	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais						
<b>Iniciativa</b>	12 - Educação						
<b>Objetivo</b>	302 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar						
<b>Programa</b>	12.302.2032.4086.0033	<b>Código:</b> 2032	<b>Tipo:</b> Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino Pesquisa e extensão				
<b>Unidade Orçamentária</b>	26.366 - Hospital Universitário Antônio Pedro						
<b>Ação Prioritária</b>	( )Sim ( x )Não Caso positivo: ( )PAC ( )Brasil sem Miséria ( )Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	388.505,00	388.505,00	71.996,23	66.253,56	21.298,56	44.955,00	5.742,67
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do Subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
	Melhoria no Funcionamento da Gestão	Unidade	1	0	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física – Metas				
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0	0	0	0	

Fontes: SIAFI e SIMEC

Obs.: A falta de limite financeiro na receita arrecadada impossibilitou a execução do orçamento da ação. O principal motivo foi a arrecadação do concurso da Comissão de Residência Médica (COREME) ter sido realizada na setorial da Reitoria.

#### 4.3.2.3 Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS-Unidade 26236 (UFF)

Alguns itens foram alterados para adequar as informações ao ano de exercício da ação.

Quadro 4.3.2.3 Ações não previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (UFF)

Identificação da Ação					
<b>Código 4009</b>	<b>Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Funcionamento de Cursos de Graduação				
<b>Finalidade</b>	Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar-nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.				
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, bem como a manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolva ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.				
<b>Programa</b>	<b>Código: 1073                      Tipo: Brasil Universitário</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	26236 - Universidade Federal Fluminense				
<b>Ação Prioritária</b>	() Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
R\$ 323 483,60	R\$ 51 940,00	R\$ 25 149,60	Aluno matriculado	Unidade	1

Fontes: SIAFI e SIMEC

Quadro 4.3.2.3 Ações não previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (UFF)

Identificação da Ação (Emenda Parlamentar Deputado Chico Alencar - 7014)					
<b>Código 8282</b>	<b>Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior				
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.				
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				
<b>Programa</b>	<b>Código: 2032 Tipo: Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	26236 - Universidade Federal Fluminense				
<b>Ação Prioritária</b>	( <input type="checkbox"/> )Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> )Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
R\$ 500 000,00	R\$ 450 668,80	R\$ 0,00	Projeto viabilizado	Unidade	1

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.2.3 Ações não previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS (UFF)

Identificação da Ação (Emenda Parlamentar Deputado Luiz Sérgio - 7044)					
<b>Código 8282</b>	<b>Tipo: Atividade</b>				
<b>Título</b>	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior				
<b>Iniciativa</b>	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.				
<b>Objetivo</b>	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.				
<b>Programa</b>	<b>Código: 2032 Tipo: Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	26236 - Universidade Federal Fluminense				
<b>Ação Prioritária</b>	( <input type="checkbox"/> )Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> )Não Caso positivo: ( <input type="checkbox"/> ) PAC ( <input type="checkbox"/> )Brasil sem Miséria ( <input type="checkbox"/> )Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
R\$ 62 000,00	R\$ 62 000,00	R\$ 0,00	-	Unidade	-

Fonte: SIAFI

### 4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Quanto à execução física e financeira das ações da LOA, temos a esclarecer que as metas físicas foram cumpridas integralmente na maioria das ações do orçamento desta UPC, com exceção das que não receberam limite orçamentário, a saber:

- 12.364.2032.20GK.7020 – emenda parlamentar destinada ao Restaurante Universitário;
- 12.364.2032.8282.3281 – emenda parlamentar destinada ao Município de Barra Mansa;
- 12.364.2032.8282.7096 – emenda parlamentar destinada à reforma do Laboratório de Enfermagem;

#### Ação 20GK

A ação executada no Rio de Janeiro (subtítulo 0033) inclui a emenda parlamentar do Deputado Chico Alencar, com dotação no valor de R\$ 200.000,00. A ação destinada ao Restaurante Universitário (subtítulo 7020) refere-se à emenda parlamentar da Deputada Jandira Feghali, que não foi executada dada a não liberação dos limites para empenho até o encerramento do exercício.

#### Ação 8282

A ação executada no Estado do Rio de Janeiro (subtítulo 0033) inclui duas emendas parlamentares destinadas à UFF: R\$ 200.000,00 do Deputado Alessandro Molon e R\$200.000,00 do Deputado Jean Willys. Os subtítulos atribuídos a esta ação referem-se a emendas parlamentares e suas respectivas dotações, a saber:

- subtítulo 3281 - Deputado Lindberg Farias, R\$ 500.000,00;
- subtítulo 3290 - Deputado Chico D Angelo, R\$600.000,00;
- subtítulo 3321 - Deputado Jorge Bittar, R\$800.000,00;
- subtítulo 3365 - Deputado Deley, R\$ 400.000,00;
- subtítulo 7088 - Deputado Miro Teixeira, R\$ 300.000,00;
- subtítulo 7090 - Deputado Miro Teixeira, R\$ 700.000,00;
- subtítulo 7096 - Deputado Chico Alencar, R\$ 142.300,00;
- subtítulo 7098 - Deputado Chico Alencar, R\$ 200.000,00.

Destacamos que o contingenciamento de 50% no limite orçamentário autorizado referente às despesas de capital foi o fator impeditivo mais relevante para a consolidação das obras em andamento. As dívidas relativas aos exercícios anteriores, geradas pela grande expansão e interiorização da Universidade, também foi forte fator determinante para a execução orçamentária em 2015. Considerando tal cenário desfavorável, a administração desta Universidade priorizou os gastos que envolvem recursos humanos (contratos de locação de mão de obra) e a assistência estudantil, com o pagamento de bolsas e manutenção do Restaurante Universitário. Tal priorização não significou adimplemento de todas as obrigações junto aos fornecedores.

No tocante à execução de Restos a Pagar (RP), não foram considerados os recursos descentralizados.

#### 4.3.4 Restos a Pagar de exercícios anteriores

##### 4.3.4.1 Restos a Pagar de exercícios anteriores – Unidade 26236-UFF

Quadro 4.3.4.1 Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - Órgão 26236-UFF

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2015	
2014	4 560 281,72	11 719,25	4 537 814,92	10 747,55	
2013	1 092 000,95	3 407,20	989 203,43	99 390,32	
2012	116 054,83	-	277,00	115 777,83	
<b>Total</b>	<b>5 768 337,50</b>	<b>15 126,45</b>	<b>5 527 295,35</b>	<b>225 915,70</b>	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Bloqueados	Saldo a Pagar em 31/12/2015
2014	55 150 335,66	458 040,54	31 046 701,48	64 323,95	23 645 593,64
2013	11 007 212,56	2 145 137,08	4 626 288,74	325 733,64	4 235 786,74
2012	5 546 727,53	4 564 318,02	240 652,08	-	741 757,43
2011	522 454,14	48 164,20	33 261,11	-	441 028,83
2010	72 531,99	750,51	-	-	71 781,48
2009	277 347,65	767,11	44 992,54	-	231 588,00
2008	293,00	293,00	-	-	-
<b>Total</b>	<b>72 576 902,53</b>	<b>7 217 470,46</b>	<b>35 991 895,95</b>	<b>390 057,59</b>	<b>29 367 536,12</b>

Fonte: SIAFI

##### 4.3.4.2 Restos a pagar de exercícios anteriores -Unidade 26366-HUAP

Quadro 4.3.4.2 Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores - Órgão 26366-HUAP

Restos a Pagar de Exercícios Anteriores - HUAP					
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2015	
2014	1 979 529,51	2 460,91	1 976 709,10	359,50	
2013	1 011 726,14	41,00	912 294,82	99 390,32	
<b>TOTAL</b>	<b>1 011 726,14</b>	<b>0,00</b>	<b>912 294,82</b>	<b>99 749,82</b>	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Bloqueados	Saldo a Pagar em 31/12/2015
2014	19 001 877,28	100 260,26	10 445 563,43	0,00	8 456 053,59
2013	3 221 477,78	1 671 157,02	586 739,44	0,00	963 581,32
2012	504 934,48	85 948,36	21 809,68	0,00	397 176,44
2011	52 229,83	14 322,23	0,00	0,00	37 907,60
<b>TOTAL</b>	<b>22 780 519,37</b>	<b>1 871 687,87</b>	<b>11 054 112,55</b>	<b>0,00</b>	<b>9 854 718,95</b>

Fonte: SIAFI

#### **4.3.4.3 Análise Crítica**

##### **RP Não Processados**

Com relação ao montante de RP não processados, estes correspondem, em sua maioria, a empenhos de obras cujos cronogramas de execução ultrapassam o exercício nos quais foram empenhados, e a serviços de pessoa jurídica como vigilância, limpeza e terceirização de mão de obra para atividade meio.

Os empenhos que não tiveram vigência prorrogada por decreto, mas que permaneceram inscritos, com ano de inscrição anterior a 2014, são justificados pelo fato de já terem sofrido alguma liquidação resultante de entrega de material ou prestação de serviços que ainda não se completaram e é de interesse da administração que sejam entregues até que se esgotem os saldos de empenhos.

Na gestão de 2015, o Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), como órgão setorial contábil, orientou as unidades gestoras executoras e enfatizou o controle dos empenhos a liquidar e dos RP inscritos, de forma que naquele exercício fossem inscritos e reinscritos em Restos a Pagar somente os empenhos que, potencialmente, seriam pagos em 2016, ou em exercícios posteriores.

##### **RP Processados**

Quanto aos RP processados, a principal preocupação era não deixar que fossem reinscritos os Restos a Pagar de exercícios anteriores a 2014. Desta forma, decidiu-se analisar os motivos das reinscrições e evitar que se repetisse o que havia acontecido em exercícios anteriores, quando foram inscritos e reinscritos, em RP processados, diversos empenhos por anos consecutivos.

Resultantes desta decisão, no ano de 2015 foram pagos 96% dos RP processados de exercícios anteriores e menos de 1% de empenhos foram cancelados, ficando para 2016 as soluções para as pendências relativas ao ano de 2012, já identificadas suas razões.

Não foram inscritos em Restos a Pagar os empenhos relativos a diárias e a suprimentos de fundos.



#### 4.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

##### 4.3.5.1 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria de Educação Superior - SESU					
<b>CNPJ:</b>	00.394.445/0074-59					
<b>UG/GESTÃO:</b>	150011/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	0	-	4 697,44	2 400 037,60
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	0	0	-	4 697,44	2 400 037,60
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundação CAPES					
<b>CNPJ:</b>	00.889.834/0001-08					
<b>UG/GESTÃO:</b>	154003/15279					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	2	3	2	4 173 843,00	12 830 395,73	6 463 804,75
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	2	3	2	4 173 843,00	12 830 395,73	6 463 804,75

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE					
<b>CNPJ:</b>	00.378.257/0001-81					
<b>UG/GESTÃO:</b>	153173/15253					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	1	1	2	122 537,16	911 559,89	11 985,66
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	1	2	122 537,16	911 559,89	11 985,66
<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT					
<b>CNPJ:</b>	04.892.707/0001-00					
<b>UG/GESTÃO:</b>	393003/39252					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	0	3	4	4 844 576,21	6 701 267,43	6 279 844,28
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	3	4	4 844 576,21	6 701 267,43	6 279 844,28

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria de Economia Criativa - SEC/MINC					
<b>CNPJ:</b>	04.892.707/0001-00					
<b>UG/GESTÃO:</b>	420030/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	3	2	0	2 566 014,95	1 727 500,00	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2 566 014,95</b>	<b>1 727 500,00</b>	<b>-</b>
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Departamento de Gestão Interna / ME					
<b>CNPJ:</b>						
<b>UG/GESTÃO:</b>	180002/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	1	0	-	399 352,00	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>399 352,00</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Coordenação Geral de Recursos Logísticos - Ministério da Ciência e Tecnologia					
<b>CNPJ:</b>	03.132.745/0001-00					
<b>UG/GESTÃO:</b>	240101/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	1	-	-	765 400,00
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	0	1	-	-	765 400,00
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE					
<b>CNPJ:</b>	00.394.494/0149-43					
<b>UG/GESTÃO:</b>	200248/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	1	0	663 750,00	-	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	1	0	663 750,00	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Agência Nacional do Cinema - Ancine					
<b>CNPJ:</b>	04.884.574/0001-20					
<b>UG/GESTÃO:</b>	203003/20203					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	1	0	-	210 200,00	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	1	0	-	210 200,00	-
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundação Nacional de Saúde - DF - FUNASA					
<b>CNPJ:</b>	26.989.350/0001-16					
<b>UG/GESTÃO:</b>	255000/36211					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	2	0	3 910 554,14	-	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	2	0	3 910 554,14	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT					
<b>CNPJ:</b>	04.898.488/0001-77					
<b>UG/GESTÃO:</b>	393001/39250					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	1	-	410 503,28	7 239 785,12
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	0	1	-	410 503,28	7 239 785,12
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Agência Nacional de Petróleo - ANP					
<b>CNPJ:</b>	02.313.673/0002-08					
<b>UG/GESTÃO:</b>	323031/32205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	1	0	1	129 319,88	-	367 480,64
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	0	1	129 319,88	-	367 480,64

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Inst. Fed. de Educ. , Ciência e Tec. do Piauí					
<b>CNPJ:</b>	10.806.496/0001-49					
<b>UG/GESTÃO:</b>	158146/26431					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	0	0	2	-	214 497,39	31 500,00
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	0	2	-	214 497,39	31 500,00
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundo Nacional de Saúde - FNS					
<b>CNPJ:</b>	00.530.493/0001-71					
<b>UG/GESTÃO:</b>	257001/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	2	2	5	12 781 400,00	5 344 096,89	1 549 355,56
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	2	2	5	12 781 400,00	5 344 096,89	1 549 355,56

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundo Nacional Antidrogas					
<b>CNPJ:</b>	02.645.310/0001-99					
<b>UG/GESTÃO:</b>	200246/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	1	1	386 870,00	320 500,00	24 000,00
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>386 870,00</b>	<b>320 500,00</b>	<b>24 000,00</b>
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração / MEC					
<b>CNPJ:</b>	00.394.445/0002-84					
<b>UG/GESTÃO:</b>	150014/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	1	1	0	-	22 665,00	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>22 665,00</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI



Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração / MEC					
<b>CNPJ:</b>						
<b>UG/GESTÃO:</b>	152734/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	3	2	2	14 978 653,49	6 425 495,05	291 562,61
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>14 978 653,49</b>	<b>6 425 495,05</b>	<b>291 562,61</b>
<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças / MC					
<b>CNPJ:</b>	00.394.437/0002-38					
<b>UG/GESTÃO:</b>	410002/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	138 379,47
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>138 379,47</b>

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundação Universidade Federal do Acre - FUFAC					
<b>CNPJ:</b>	04.071.106/0001-37					
<b>UG/GESTÃO:</b>	154044/15261					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	1	1	1	69 864,32	29 941,86	89 024,48
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	1	1	69 864,32	29 941,86	89 024,48
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Colégio Pedro II - CP2					
<b>CNPJ:</b>	42.414.284/0001-02					
<b>UG/GESTÃO:</b>	153167/15201					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	1	1	0	-	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	1	0	-	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM					
<b>CNPJ:</b>	10.695.891.0003-63					
<b>UG/GESTÃO:</b>	158099/26413					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	1	2	0	64 251,57	149 832,68	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	2	0	64 251,57	149 832,68	-
<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Coordenação Geral e Recursos Logísticos					
<b>CNPJ:</b>	37.115.342/0004-00					
<b>UG/GESTÃO:</b>	390004/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	0	1	1	238 765,15	969 172,95	945 653,24
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	1	1	238 765,15	969 172,95	945 653,24

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Secretaria Executiva do Ministério da Pesca e Aquicultura - SE/MPA					
<b>CNPJ:</b>	05.482.692/0001-75					
<b>UG/GESTÃO:</b>	110008/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	0	0	1	-	1 036 285,00	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	0	1	-	1 036 285,00	-
<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE					
<b>CNPJ:</b>	10.779.511/0001-07					
<b>UG/GESTÃO:</b>	158139/26434					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	1	2	0	18 168,48	36 438,34	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	2	0	18 168,48	36 438,34	-

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria de Portos - SEP/PR					
<b>CNPJ:</b>	08.855.874/0001-32					
<b>UG/GESTÃO:</b>	110681/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	2	0	1	4 960 841,76	2 665 791,40	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	2	0	1	4 960 841,76	2 665 791,40	-
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Setorial Orçamentária e Financeira - DPGE					
<b>CNPJ:</b>						
<b>UG/GESTÃO:</b>	180077/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	0	3	0	-	7 080 515,93	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	3	0	-	7 080 515,93	-

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria Nacional de Segurança Pública - SNSP					
<b>CNPJ:</b>	00.394.494/0005-60					
<b>UG/GESTÃO:</b>	200331/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	2	2	0	96 332,00	259 960,00	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	2	2	0	96 332,00	259 960,00	-
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	IPHAN					
<b>CNPJ:</b>	26.474.056/0027-00					
<b>UG/GESTÃO:</b>	343026/40401					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	0	1	0	-	302 120,00	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	1	0	-	302 120,00	-

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria de Biodiversidade e Florestas					
<b>CNPJ:</b>	37.115.375/0001-06					
<b>UG/GESTÃO:</b>	440069/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	0	1	0	-	699 835,73	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	1	0	-	699 835,73	-
Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Secretaria de Políticas para as Mulheres					
<b>CNPJ:</b>	05.510.958/0001-46					
<b>UG/GESTÃO:</b>	200021/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	1	0	0	1 100 000,00	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	0	0	1 100 000,00	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social					
<b>CNPJ:</b>	05.465.986/0006-01					
<b>UG/GESTÃO:</b>	560015/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	-	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	-	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	2	-	0	952 393,60	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	-	0	-	-	-
<b>Totais</b>	2	-	0	952 393,60	-	-
Unidade Concedente ou Contra						
<b>Nome:</b>	Fundação Cultural Palmares					
<b>CNPJ:</b>	32.901.688/0001-77					
<b>UG/GESTÃO:</b>	344041/34208					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	1	0	0	-	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	0	0	-	-	-

Fonte: SIAFI



Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Fundação Nacional de Artes - FUNARTE					
<b>CNPJ:</b>	26.963.660/0002-42					
<b>UG/GESTÃO:</b>	403201/40402					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	1	0	0	-	-	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	0	0	-	-	-
<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Coordenação de Planejamento e Orçamento e Finanças - COPLAN/JBRJ					
<b>CNPJ:</b>						
<b>UG/GESTÃO:</b>	443019/44206					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	0	0	0	-	-	-
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	1	1	0	197 874,69	-	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	1	0	197 874,69	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN/MDS					
<b>CNPJ:</b>	05.526.783/0001-65					
<b>UG/GESTÃO:</b>	550008/00001					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	0	1	0	186 427,71	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	1	0	186 427,71	-	-
<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	CNEN - Orçamento e Finanças					
<b>CNPJ:</b>	00.402.552/0002-07					
<b>UG/GESTÃO:</b>	113209/11501					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	1	2	0	394 800,00	164 500,00	-
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	1	2	0	394 800,00	164 500,00	-

Fonte: SIAFI

Quadro 4.3.5.1 Resumo dos instrumentos celebrados pela UPC nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundação Biblioteca Nacional - FBN					
<b>CNPJ:</b>	40.176.679/0001-99					
<b>UG/GESTÃO:</b>	344042/34209					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
<b>Convênio</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	0	1	1	-	99 000,00	66 445,00
<b>Termo de Compromisso</b>	0	0	0	-	-	-
<b>Totais</b>	0	1	1	-	99 000,00	66 445,00

Fonte: SIAFI

#### 4.3.5.2 Visão gerencial da análise das contas prestadas

Quadro 4.3.5.2 Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse - Posição 31/12, em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante			
<b>Nome: Universidade Federal Fluminense</b>			
<b>UG/GESTÃO: 153056/15227</b>			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Contratos de Repasse
Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-
	Quantidade Reprovada	-	-
	Quantidade de TCE	-	-
	Montante Repassado (R\$)	-	-
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	1	-
	Montante Repassado (R\$)	1 694 001,64	-

Fonte: SIAFI

#### 4.3.5.3 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Quadro 4.3.5.3 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>					
<b>Nome:</b> Universidade Federal Fluminense					
<b>UG/GESTÃO:</b> 153056/15227					
<b>Instrumentos da transferência</b>	<b>Quantidade de dias de atraso na análise das contas</b>				
	<b>Até 30 dias</b>	<b>De 31 a 60 dias</b>	<b>De 61 a 90 dias</b>	<b>De 91 a 120 dias</b>	<b>Mais de 120 dias</b>
<b>Convênios</b>	-	-	-	-	<b>6</b>
<b>Contratos de Repasse</b>	-	-	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	-	-	-	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

#### *4.3.5.4 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas*

Nos últimos anos a UFF tem executado diversas despesas como agente recebedor de recursos descentralizados. Em sua maioria são recursos oriundos de outras Unidades do MEC, como a CAPES, que repassa recursos dos programas PROAP, Pró-Equipamentos e UAB; a SESU, que descentraliza recursos para a Residência Médica; e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que transfere recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Para esses casos as prestações de contas são realizadas pelos respectivos coordenadores dos programas na UFF, por meio de Relatório de Cumprimento do Objeto. Da mesma forma ocorre com os recursos que são descentralizados por outros órgãos subordinados a outros Ministérios e Secretarias.

Com relação aos recursos que a Universidade descentraliza para outros órgãos ou entidades sempre há a obrigação por parte do recebedor de prestar contas de tais recursos. Tal prestação de contas consiste em comprovar a correta aplicação dos recursos na finalidade acordada.

Nos casos de descentralização em que a UFF é o órgão descentralizador, em 2015 só ocorreram transferências de recursos para execução de projetos do Programa Reuni, que foram executados pela Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC).

Com relação à prestação de contas dessa descentralização, a FEC apresentou seus documentos comprobatórios, porém, por deficiência de quantitativo de pessoal para realizar as análises das prestações de contas, a produtividade foi prejudicada, tendo em vista que a área responsável por esta tarefa sofreu esvaziamento de servidores devido a transferências para outros órgãos sem a reposição no devido tempo. Restou apenas um servidor no setor para tratar de todos os assuntos.

Como medida emergencial foram deslocados mais dois servidores de outras áreas para tentar “recompor” a estrutura. Com essa nova composição, começou, no último trimestre do exercício de 2015, uma força tarefa para colocar em dia as prestações de contas desse único convênio, sem prejuízo da execução das outras atividades do setor. Como resultado, todas as prestações de contas que estavam pendentes de análise foram concluídas ao final de janeiro de 2016. Resta à Fundação atender aos itens que caíram em exigência.

Pretende-se para 2016 manter essa estrutura mínima de pessoal, porém capacitá-los para também procederem à análise de prestação de contas dentro dos prazos legais.

#### 4.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Para a UFF são consideradas como receitas próprias os recursos depositados na Conta Única do Tesouro, por Guia de Recolhimento da União (GRU), provenientes das atividades de prestação de serviços, exploração de bens imóveis, e venda de produtos e mercadorias.

As receitas de prestação de serviços são subdivididas em:

- Serviços administrativos – taxas de emissão e revalidação de diplomas;
- Serviços educacionais – mensalidades e matrículas em cursos de Extensão e de pós graduação.
- Serviços médicos – consultas com psicólogos, exames e cirurgias por dentistas e exames e cirurgias e outros procedimentos em animais, nas unidades de Psicologia, Odontologia e Veterinária, respectivamente.
- Serviços especializados – concursos públicos, desenvolvimento de software e outras atividades.
- Serviços de Restaurante Universitário – fornecimento de refeições a pessoas não alcançadas pelos programas de assistência aos estudantes.
- Serviços artísticos e culturais – venda de ingressos para cinema, teatro, orquestra sinfônica e outros eventos no Centro de Artes da UFF (CEART).

Já as receitas de exploração de bens imóveis, classificadas como patrimoniais, são provenientes de aluguéis de espaço para empresas incubadas, cessão de uso de espaço público para Bancos e permissão de uso do espaço público para quiosques, cantinas, reprografias e pequenos restaurantes.

As receitas de vendas de produtos e mercadorias são resultado da venda de produtos químicos, farmacêuticos e laboratoriais; de material bibliográfico e outros impressos; e de produtos agropecuários.

No âmbito da Universidade Federal Fluminense os principais órgãos arrecadadores são:

- Unidades e departamentos que ministram cursos autofinanciáveis;
- Hospital Universitário Veterinário Professor Firmino Mársico Filho (HUVET);
- Editora da UFF (EDUFF);
- Serviço de Psicologia Aplicada (SPA);
- Farmácia Universitária (FAUFF);
- Coordenação de Seleção Acadêmica da UFF (COSEAC);
- Comissão Permanente de Concurso Público para o Magistério Superior e Médio (COPEMAG);
- Restaurante Universitário (RU);
- Gráfica Universitária;
- Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD;
- Centro de Artes da UFF (CEART);
- Faculdade de Odontologia.

O controle das receitas próprias está a cargo do DCF/PROPLAN, onde diariamente são realizadas a apropriação, o acompanhamento e o controle dos valores arrecadados por GRU com seu respectivo código de receita, identificação de fonte e período de competência.

Para fins de controle gerencial e acompanhamento da arrecadação patrimonial, o DCF emite mensalmente Relatórios de Arrecadação, detalhando os contratos e depositantes das receitas patrimoniais de aluguéis e taxas de ocupação.

Em atendimento ao princípio da transparência na gestão, as unidades geradoras de receitas próprias são informadas periodicamente quanto ao seu desempenho e aplicação dos recursos arrecadados por suas fontes. Os saldos são enviados aos Pró-Reitores, Diretores de Unidades e Coordenadores de cursos e projetos através de *e-mail* previamente cadastrado.

Os valores arrecadados somente são empenhados após verificação de correspondente orçamentário (crédito disponível e limite de empenho) nas UG Executoras ou na Setorial Contábil. Pertencem ao exercício todas as receitas arrecadadas e as despesas nele empenhadas, ficando a cargo dos responsáveis pela arrecadação não acumular saldo no final do exercício sem previsão de empenho para o mesmo ano. Não são classificados contabilmente como receitas de exercícios futuros os saldos constantes nas fontes de receitas próprias em 31/12, que não tenham despesas como contrapartida no mesmo exercício, conforme determinação contida nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Estes saldos são automaticamente encerrados e transportados para as contas de apuração do resultado do exercício. As receitas realizadas durante o ano corrente e que tenham as despesas correspondentes ocorrendo no ano seguinte são atendidas com dotações orçamentárias oriundas do superávit financeiro, após a liberação deste pelo Órgão Superior (MEC).

É responsabilidade da unidade arrecadadora planejar o ingresso de recursos em suas fontes próprias, para que seja compatível com a execução da despesa dentro do exercício, evitando, dessa forma, a descontinuidade na execução dos projetos e o acúmulo de saldo ao final do exercício.

Todas as unidades arrecadadoras de receitas estão sujeitas a serem objeto de Tomada de Contas simples, em que são verificados os procedimentos praticados na arrecadação e controle dos depósitos de forma a prevenir possíveis erros ou irregularidades.

O quadro abaixo demonstra a receita realizada em relação à receita prevista para o exercício de 2015.

Quadro 4.3.6.1 Receitas

<b>Quadro de Receitas (R\$)</b>			
<b>Títulos</b>	<b>Previsão</b>	<b>Realização</b>	<b>Excesso / Insuf.</b>
<b>Receitas Patrimoniais</b>	4 640 895,00	7 397 006,85	2 756 111,85
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	22 385,00	22 385,00
<b>Receitas Industriais</b>	27 531,00	8 010,00	(19 521,00)
<b>Receitas de Serviços</b>	23 167 281,00	5 524 306,64	(17 642 974,36)
<b>Transferências</b>	135 794,00	-	(135 794,00)
<b>Outras Receitas Correntes</b>	668 542,00	6 144 703,80	5 476 161,80
<b>Subtotal I (Próprias)</b>	<b>28 640 043,00</b>	<b>19 096 412,29</b>	<b>(9 543 630,71)</b>
<b>Receitas de Capital</b>	-	-	-
<b>Subtotal II</b>	<b>28 640 043,00</b>	<b>19 096 412,29</b>	<b>(9 543 630,71)</b>
<b>Total</b>	<b>28 640 043,00</b>	<b>19 096 412,29</b>	<b>(9 543 630,71)</b>

Fonte: SIAFI

Como pode-se notar, a realização de receitas patrimoniais foi maior que a prevista, ultrapassando-a em mais de 2,7 milhões. Isso ocorreu devido à renegociação de novo contrato de aluguel de espaço público com instituição bancária.

Com exceção da receita patrimonial, todas as outras receitas previstas não se realizaram dentro da expectativa para o exercício, resultando em frustração de receitas na proporção de quase 1/3 da previsão.

O quadro abaixo demonstra de forma resumida a arrecadação de receitas segregadas por tipo.

Quadro 4.3.6.2 Arrecadação por tipo de Receita

Arrecadação por tipo de Receita	
Receita Patrimonial	<b>6.810.770,52</b>
Receita Produção Agropecuária	<b>22.385,00</b>
Receita Industrial	<b>8.010,00</b>
Receita de Serviços	<b>5.524.306,64</b>
Manipulação Farmácia	73.000,00
Editora da UFF	48.635,42
Serviços Hospitalares	42.174,00
Outros Serviços de Saúde	17.057,31
Serviços Tecnológicos	400,00
Serviços Administrativos	717.878,87
Serviços Educacionais	1.827.708,62
Serviços Agropecuários	500,00
Serviços Recreativos e Culturais	384.031,85
Serviços de Alimentação	25.904,05
Serviços de Estudos e Pesquisas	218,00
Serviços Veterinários	179.602,02
Outras Receitas Próprias	911,50
Taxas de Inscrição Concursos Públicos	<b>2.206.285,00</b>
Outras Receitas do Tesouro	<b>671.789,40</b>
Remuneração das Disponibilidades	<b>608.400,28</b>
Receita de Cursos Autofinanciáveis	<b>3.244.465,45</b>
<b>Total</b>	<b>19.096.412,29</b>

Fonte: SIAFI



### 4.3.7 Informações sobre a execução das despesas

#### 4.3.7.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro 4.3.7.1 Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação</b>	<b>149 696 696,01</b>	<b>150 432 327,74</b>	<b>139 708 374,05</b>	<b>148 416 070,04</b>
a) Convite		62 272,52		62 272,52
b) Tomada de Preços	951 366,40	1 156 608,19	951 366,40	1 153 074,96
c) Concorrência	15 340 695,18	37 781 321,47	9 965 882,59	37 483 875,22
d) Pregão	133 158 881,48	111 409 084,96	128 603 881,05	109 693 806,74
e) Concurso				
f) Consulta				
g) RDC Públicas	245 752,95	23 040,60	187 244,01	23 040,60
<b>2. Contratações Diretas</b>	<b>40 406 617,37</b>	<b>67 593 246,66</b>	<b>38 227 017,50</b>	<b>65 333 794,59</b>
h) Dispensa	33 355 668,07	61 123 030,28	32 437 192,34	59 034 490,20
i) Inexigibilidade	7 050 949,30	6 470 216,38	5 789 825,16	6 299 304,39
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>195 848,96</b>	<b>246 750,37</b>	<b>195 848,96</b>	<b>246 750,37</b>
j) Suprimento de Fundos	195 848,96	246 750,37	195 848,96	246 750,37
<b>4. Pagamento de Pessoal</b>	<b>1 636 270 095,97</b>	<b>1 523 586 537,26</b>	<b>1 636 244 652,95</b>	<b>1 523 301 135,31</b>
k) Pagamento em Folha	1 634 913 259,58	1 520 343 556,46	1 634 888 149,98	1 520 061 293,36
l) Diárias	1 356 836,39	3 242 980,80	1 356 502,97	3 239 841,95
<b>5. Outras</b>	<b>31 455 550,39</b>	<b>32 420 924,41</b>	<b>29 897 318,39</b>	<b>32 421 754,41</b>
<b>Totais</b>	<b>1 858 024 808,70</b>	<b>1 774 279 786,44</b>	<b>1 844 273 211,85</b>	<b>1 769 719 504,72</b>

Fonte: SIAFI

#### 4.3.7.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UPC

Quadro 4.3.7.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Executados diretamente pela UPC

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>148 060 616,25</b>	<b>148 577 320,01</b>	<b>138 258 856,02</b>	<b>146 659 335,04</b>
a) Convite	-	62 272,52	-	62 272,52
b) Tomada de Preços	951 366,40	1 156 608,19	951 366,40	1 153 074,96
c) Concorrência	15 340 695,18	37 781 321,47	9 965 882,59	37 483 875,22
d) Pregão	131 522 801,72	109 554 077,23	127 154 363,02	107 937 071,74
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	245 752,95	23 040,60	187 244,01	23 040,60
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>26 269 549,62</b>	<b>46 339 173,30</b>	<b>24 392 618,21</b>	<b>45 948 272,55</b>
h) Dispensa	20 200 771,94	40 008 218,40	19 539 435,95	39 775 322,94
i) Inexigibilidade	6 068 777,68	6 330 954,90	4 853 182,26	6 172 949,61
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>195 848,96</b>	<b>246 750,37</b>	<b>195 848,96</b>	<b>246 750,37</b>
j) Suprimento de Fundos	195 848,96	246 750,37	195 848,96	246 750,37
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>1 624 746 342,13</b>	<b>1 511 876 112,26</b>	<b>1 624 720 899,11</b>	<b>1 511 590 710,31</b>
k) Pagamento em Folha	1 623 850 365,63	1 509 012 624,28	1 623 825 256,03	1 508 730 361,18
l) Diárias	895 976,50	2 863 487,98	895 643,08	2 860 349,13
<b>5. Outros</b>	<b>28 462 904,16</b>	<b>29 535 118,24</b>	<b>26 904 672,16</b>	<b>29 571 068,11</b>
<b>Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1 827 735 261,12</b>	<b>1 736 574 474,18</b>	<b>1 814 472 894,46</b>	<b>1 734 016 136,38</b>

Fonte: SIAFI

#### 4.3.7.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro 4.3.7.3 Despesas Correntes e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários Total

Grupos de Despesa	DESPESAS CORRENTES							
	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2014	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>1 569 317 914,88</b>	<b>1 448 208 172,78</b>	<b>1 564 803 354,23</b>	<b>1 448 039 800,56</b>	<b>4 514 560,65</b>	<b>168 372,22</b>	<b>1 564 788 580,55</b>	<b>1 447 796 207,33</b>
3190.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	844 237 749,27	775 107 194,10	841 555 159,69	775 107 194,10	2 682 589,58	-	841 555 159,69	775 028 816,74
3190.01.00 - Aposentadoria e Reformas	432 041 612,43	398 509 395,43	432 041 612,43	398 509 395,43	0,00	-	432 041 612,43	398 509 395,43
3191.13.00 - Obrigações Patronais - Operações Intra-Orçamentárias	167 900 474,54	155 297 677,36	166 598 432,88	155 297 677,36	1 302 041,66	-	166 598 432,88	155 270 363,55
Demais elementos do grupo	125 138 078,64	119 293 905,89	124 608 149,23	119 125 533,67	529 929,41	168 372,22	124 593 375,55	118 987 631,61
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	<b>291 415 038,96</b>	<b>306 470 892,91</b>	<b>269 438 294,90</b>	<b>269 007 907,20</b>	<b>21 976 744,06</b>	<b>37 462 985,71</b>	<b>261 758 691,30</b>	<b>266 854 063,42</b>
3390.30.00 - Material de Consumo	26 215 809,83	26 394 968,85	20 037 399,63	22 215 896,51	6 178 410,20	4 179 072,34	17 917 718,17	21 322 518,97
3390.37.00 - Locação de Mão de obra	76 588 161,78	63 383 200,31	73 197 871,18	62 057 231,79	3 390 290,60	1 325 968,52	71 748 079,24	61 566 856,60
3390.39.00 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	54 271 934,34	87 534 997,85	45 039 539,77	56 748 858,21	9 232 394,57	30 786 139,64	42 557 212,37	56 066 675,01
Demais elementos do grupo	134 339 133,01	129 157 725,90	131 163 484,32	127 985 920,69	3 175 648,69	1 171 805,21	129 535 681,52	127 898 012,84
<b>Totais (1+2+3)</b>	<b>1 860 732 953,84</b>	<b>1 754 679 065,69</b>	<b>1 834 241 649,13</b>	<b>1 717 047 707,76</b>	<b>26 491 304,71</b>	<b>37 631 357,93</b>	<b>1 826 547 271,85</b>	<b>1 714 650 270,75</b>

Fontes: SIAFI e Tesouro Gerencial  
(continua)

Quadro 4.3.7.3 Despesas Correntes e Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários Total (continuação)

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>	<b>37 173 466,80</b>	<b>74 751 056,41</b>	<b>23 783 159,57</b>	<b>57 232 078,68</b>	<b>13 390 307,23</b>	<b>17 518 977,73</b>	<b>17 725 940,00</b>	<b>55 069 233,97</b>
4490.51.00 - Obras e Instalações	13 909 223,07	44 258 974,33	3 925 271,45	30 802 170,07	9 983 951,62	13 456 804,26	2 970 824,09	30 504 723,82
4490.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	4 780 962,32	17 137 861,89	1 797 302,94	13 346 740,01	2 983 659,38	3 791 121,88	1 115 573,96	13 260 861,82
4490.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7 294,20	6 115 923,20	0,00	6 073 732,28	7 294,20	42 190,92	0,00	4 294 212,01
Demais Elementos Do Grupo	18 475 987,21	7 238 296,99	18 060 585,18	7 009 436,32	415 402,03	228 860,67	13 639 541,95	7 009 436,32
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Totais (4+5+6)</b>	<b>74 346 933,60</b>	<b>74 751 056,41</b>	<b>23 783 159,57</b>	<b>57 232 078,68</b>	<b>13 390 307,23</b>	<b>17 518 977,73</b>	<b>17 725 940,00</b>	<b>55 069 233,97</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1 935 079 887,44</b>	<b>1 829 430 122,10</b>	<b>1 858 024 808,70</b>	<b>1 774 279 786,44</b>	<b>39 881 611,94</b>	<b>55 150 335,66</b>	<b>1 844 273 211,85</b>	<b>1 769 719 504,72</b>

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

#### 4.3.7.4 Despesas por grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UPC

Quadro 4.3.7.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Executados diretamente pela UPC

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>1 569 317 914,88</b>	<b>1 448 208 172,78</b>	<b>1 564 803 354,23</b>	<b>1 448 039 800,56</b>	<b>4 514 560,65</b>	<b>168 372,22</b>	<b>1 564 788 580,55</b>	<b>1 447 796 207,33</b>
3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	844 237 749,27	775 107 194,10	841 555 159,69	775 107 194,10	2 682 589,58		841 555 159,69	775 028 816,74
3190.01.00 – Aposentadorias e Reformas	432 041 612,43	398 509 395,43	432 041 612,43	398 509 395,43	0,00		432 041 612,43	398 509 395,43
3191.13.00 – Obrigações Patronais – Operações Intra-orçamentárias	167 900 474,54	155 297 677,36	166 598 432,88	155 297 677,36	1 302 041,66		166 598 432,88	155 270 363,55
Demais elementos do grupo	125 138 078,64	119 293 905,89	124 608 149,23	119 125 533,67	529 929,41	168 372,22	124 593 375,55	118 987 631,61
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3 .Outras Despesas Correntes</b>	<b>254 725 553,03</b>	<b>274 677 755,40</b>	<b>239 148 747,32</b>	<b>238 282 232,90</b>	<b>7 190 373,41</b>	<b>1 931 420,13</b>	<b>231 958 373,91</b>	<b>236 350 812,77</b>
3390.30.00 - Material de Consumo	24 636 455,07	24 279 133,56	19 437 303,09	20 935 865,94	1 896 958,07	771 318,19	17 540 345,02	20 164 547,75
3390.37.00 - Locação de mão-de-obra	75 983 127,11	63 169 650,31	72 592 836,51	61 843 681,79	1 449 791,94	490 375,19	71 143 044,57	61 353 306,60
3390.39.00 - Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	35 421 402,16	73 371 608,22	31 300 006,00	42 585 468,58	2 217 946,16	618 269,92	29 082 059,84	41 967 198,66
Demais elementos do grupo	118 684 568,69	113 857 363,31	115 818 601,72	112 917 216,59	1 625 677,24	51 456,83	114 192 924,48	112 865 759,76
<b>Totais (1+2+3)</b>	<b>1 824 043 467,91</b>	<b>1 722 885 928,18</b>	<b>1 803 952 101,55</b>	<b>1 686 322 033,46</b>	<b>11 704 934,06</b>	<b>2 099 792,35</b>	<b>1 796 746 954,46</b>	<b>1 684 147 020,10</b>

Fontes: SIAFI e Tesouro Gerencial

Quadro 4.3.7.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Executados diretamente pela UPC (continuação)

<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP Não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>4. Investimentos</b>	<b>37 173 466,80</b>	<b>67 003 840,81</b>	<b>23 783 159,57</b>	<b>50 252 440,72</b>	<b>13 390 307,23</b>	<b>13 771 543,12</b>	<b>17 725 940,00</b>	<b>49 869 116,28</b>
4490.51.00 - Obras e Instalações	13 909 223,07	44 258 974,33	3 925 271,45	30 802 170,07	9 983 951,62	13 456 804,26	2 970 824,09	30 504 723,82
4490.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	4 780 962,32	14 392 125,43	1 797 302,94	11 368 581,19	2 983 659,38	85 878,19	1 115 573,96	11 282 703,00
4490.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7 294,20	1 114 444,06	0,00	1 072 253,14	7 294,20	0,00	0,00	1 072 253,14
Demais elementos do grupo	18 475 987,21	7 238 296,99	18 060 585,18	7 009 436,32	415 402,03	228 860,67	13 639 541,95	7 009 436,32
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Totais (4+5+6)</b>	<b>74 346 933,60</b>	<b>67 003 840,81</b>	<b>23 783 159,57</b>	<b>50 252 440,72</b>	<b>13 390 307,23</b>	<b>13 771 543,12</b>	<b>17 725 940,00</b>	<b>49 869 116,28</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1 898 390 401,51</b>	<b>1 789 889 768,99</b>	<b>1 827 735 261,12</b>	<b>1 736 574 474,18</b>	<b>25 095 241,29</b>	<b>15 871 335,47</b>	<b>1 814 472 894,46</b>	<b>1 734 016 136,38</b>

Fonte: SIAFI

#### 4.3.7.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro 4.3.7.5 Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1 636 079,76</b>	<b>1 855 007,73</b>	<b>1 449 518,03</b>	<b>1 756 735,00</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1 636 079,76	1 855 007,73	1 449 518,03	1 756 735,00
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>14 137 067,75</b>	<b>21 254 073,36</b>	<b>13 834 399,29</b>	<b>19 385 522,04</b>
h) Dispensa	13 154 896,13	21 114 811,88	12 897 756,39	19 259 167,26
i) Inexigibilidade	982 171,62	139 261,48	936 642,90	126 354,78
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>11 523 753,84</b>	<b>11 710 425,00</b>	<b>11 523 753,84</b>	<b>11 710 425,00</b>
k) Pagamento em Folha	11 062 893,95	11 330 932,18	11 062 893,95	11 330 932,18
l) Diárias	460 859,89	379 492,82	460 859,89	379 492,82
<b>5. Outros</b>	<b>2 992 646,23</b>	<b>2 885 806,17</b>	<b>2 992 646,23</b>	<b>2 850 686,30</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>30 289 547,58</b>	<b>37 705 312,26</b>	<b>29 800 317,39</b>	<b>35 703 368,34</b>

Fonte: SIAFI

#### 4.3.7.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro 4.3.7.6 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>	36 689 485,93	60 230 490,25	30 289 547,58	30 725 674,30	6 399 938,35	29 504 815,95	29 800 317,39	30 503 250,65
3390.39.00 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	18 850 532,18	42 600 742,37	13 739 533,77	14 163 389,63	5 110 998,41	28 437 352,74	13 475 152,53	14 099 476,35
3390.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	10 949 660,54	11 006 209,48	10 949 660,54	11 006 209,48	-	-	10 949 660,54	11 006 209,48
3391.47.00 - Obrig. Tribut. e Contrib. - Operações Intra-Orçamentárias	2 050 643,28	2 205 757,15	2 050 643,28	2 205 757,15	-	-	2 050 643,28	2 170 637,28
Demais elementos do grupo	4 838 649,93	4 417 781,25	3 549 709,99	3 350 318,04	1 288 939,94	1 067 463,21	3 324 861,04	3 226 927,54
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>4. Investimentos</b>	-	7 747 215,60	-	6 979 637,96	-	767 577,64	-	5 200 117,69
4490.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	-	5 001 479,14	-	5 001 479,14	-	-	-	3 221 958,87
4490.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	-	2 745 736,46	-	1 978 158,82	-	767 577,64	-	1 978 158,82
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6. Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI



#### *4.3.7.7 Análise crítica da realização da despesa*

Os quadros de realização da despesa apresentam a execução orçamentária a partir de dois focos: por modalidade de contratação e por grupo e elemento de despesa. Pode-se observar que as despesas do ano de 2015, contratadas e liquidadas nas modalidades de licitação regidas pelas Leis 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos); 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão) e 12.462, de 5 de agosto de 2011 (Lei do Regime Diferenciado de Contratação), apresentaram uma redução de 0,5%, em relação a 2014.

Pode-se observar que as contratações diretas (dispensa e inexigibilidade), tiveram uma redução de 40%, em relação a 2014.

Com relação às despesas realizadas nas modalidades determinadas pela Lei 8.666/1993, a modalidade que teve a maior representatividade foi o pregão, com um aumento de 19%, em relação a 2014, devido a sua agilidade e simplicidade para formalizar e contratar.

A modalidade Concorrência apresentou uma redução de 59%, isto se deve pelo fato da diminuição de contratações para obras de construção de novos prédios e reformas de unidades.

Os casos de inexigibilidade concentram-se, em sua maioria, nas contratações feitas junto à Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF (FEC), cuja finalidade é o apoio ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional. No âmbito da Universidade, a Unidade Gestora 150123 - Coordenação de Contratos é a responsável pela execução de todos os contratos de despesas com a Fundação.

Atualmente, a Universidade conta, efetivamente, com oito Unidades Gestoras Executoras do Orçamento; entre elas, destacam-se o Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), UG 153057, em sua grande maioria com orçamento do SUS, e a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), UG 150182 que executa as despesas das Unidades Acadêmicas e dos grandes contratos de terceirização de mão de obra, vigilância, manutenção e custos fixos, como água, energia e comunicação.

Uma informação que merece destaque está relacionada a gastos em diárias. Houve uma redução de 58%, comparado com o gasto em 2014.

O ano de 2015 foi prejudicado no que se refere à execução das despesas devido às dívidas relativas aos exercícios anteriores, geradas pela grande expansão e interiorização da Universidade, somadas ao contingenciamento do Governo Federal, bem como a redução pela metade do limite de orçamento de capital. Devido a esse montante de dívida, diversas despesas essenciais (água e energia, manutenção e limpeza, vigilância e segurança) e obras de construção e reformas deixaram de ser empenhadas por falta de recursos orçamentários.

#### 4.3.8 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

##### 4.3.8.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 4.3.8.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora		Conta Tipo "B"		Cartão de Pagamento do Governo Federal		Valor do maior limite individual concedido
	Código	Nome / Sigla	Q <sup>de</sup>	(a) Valor	Q <sup>de</sup>	(b) Valor	
2015	153056	Reitoria UFF	0	0,00	112	192.978,96	5.800,00
2014							
2013	153056	Reitoria UFF	0	0,00	235	245.570,37	4.000,00

Fonte: SIAFI

##### 4.3.8.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 4.3.8.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora		Conta Tipo "B"		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome / Sigla	Q <sup>de</sup>	Valor Total	Saque		Fatura	Total (R\$)
					Q <sup>de</sup>	(a) Valor	(b) Valor	(a+b)
2015	153056	Reitoria UFF	0	0,00	14	2.870,00	192.978,96	195.848,96
2014	153056	Reitoria UFF	0	0,00	9	1.180,00	245.570,37	246.750,37

Fonte: SIAFI

4.3.8.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 4.3.8.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto Ano de 2015		
Código	Nome / Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
153056	Reitoria UFF	339030	01	54,20
			02	
			04	2.255,00
			06	
			07	5.609,25
			08	
			09	
			10	
			11	
			13	
			14	1.490,11
			16	29.905,02
			17	30.694,56
			18	
			19	
			20	
			21	3.593,55
			22	3.292,98
			23	663,60
			24	37.225,72
			25	5.078,40
			26	35.233,71
			28	5.342,32
29	628,90			
31	402,40			
32				
35	781,02			
36	4.467,72			
39	879,51			
42	3.063,36			
44	229,60			
46	36,30			
96	250,00			
	<b>Total</b>		<b>171.177,23</b>	
153056	Reitoria UFF	339033	05	1.049,52
			<b>Total</b>	<b>1.049,52</b>
153056	Reitoria UFF	339039	16	5.844,00
			17	9.270,00
			19	650,00
			20	1.410,00
			25	50,98
			47	758,25
			59	60,00
			63	4.923,98
			66	400,00
			83	255,00
	<b>Total</b>		<b>23.622,21</b>	
		<b>Total geral</b>		<b>195.848,96</b>

Fonte: SIAFI

#### 4.3.8.4 Análise Gastos com Suprimento de Fundos

As despesas realizadas por meio de suprimentos de fundos na Universidade têm sido somente na modalidade Cartão de Pagamento do Governo Federal. A utilização de suprimento de fundos em conta tipo B não é mais permitida para este Órgão desde 2006, quando passou-se a adotar a modalidade cartão.

Devido à distribuição geográfica das unidades acadêmicas, dentro do Município de Niterói, e à política de interiorização que levou a UFF a diversos outros municípios do Estado do Rio de Janeiro, tais como Rio das Ostras, Iguaba, Nova Friburgo, Angra dos Reis, Campos e outros, a utilização do cartão tem sido uma solução para despesas eventuais de pequeno vulto, emergenciais e que não possam ser submetidas ao processo normal de licitação.

Dentre estas unidades, podemos citar o HUAP, que tem prioridade no atendimento dos pedidos de concessão de verbas de suprimentos de fundos, dada às suas atividades relacionadas à área de saúde.

Devido a essa capilaridade geográfica da instituição, podem ocorrer situações em que se concedam suprimentos para mais de um suprido por unidade acadêmica, porém são supridos de unidades que estão em municípios diferentes e cada uma tem suas especificidades.

Para assegurar de maneira razoável que a aplicação de recursos, utilizando esta modalidade, esteja sempre em conformidade com a legislação vigente, a PROPLAN, em conjunto com o DCF, publicou a Instrução de Serviço PROPLAN/DCF 01 de 29/01/2014, que foi ajustada e totalmente reformada ao final de 2013 com inclusão de novas orientações quanto aos procedimentos que envolvem a concessão, aplicação e prestação de contas.

A utilização do cartão na modalidade saque só é permitida em caráter excepcionalíssimo, justificado pelo solicitante e com a anuência do proponente e autorização do ordenador de despesa, limitando-se a 10% do valor concedido no processo de suprimento.

Historicamente, a Unidade tem demonstrado valores de saques correspondentes em média a menos de 1,5 % do montante gasto, tendo sido realizados apenas nove saques no ano de 2015, totalizando R\$ 2.870,00.

O período para utilização do cartão de pagamento tem seu término, a cada ano, regulado pela Norma de Encerramento do Exercício, publicada pelo DCF, que define as datas finais para concessão, aplicação e prestação de contas. Com isso, todos os processos de prestação de contas foram apresentados e analisados dentro do exercício e nenhum deles apresentou pendências que provocassem reprovação.

Em 2015, a Universidade concedeu 112 suprimentos de fundos, distribuídos por 41 supridos que, juntos, realizaram despesas no montante de R\$ 192.978,96.

## 4.4 Desempenho operacional

### 4.4.1 Indicadores de desempenho - Unidade 26236 (UFF)

As informações sobre indicadores de desempenho operacional são atendidas no contexto de planejamento de cada operação e participação dos setores no desempenho e resultados da Instituição.

#### 4.4.1.1 Comunicação Social

Quadro 4.4.1.1 Indicadores de Desempenho de Comunicação Social

Denominação / Indicador	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Produção de conteúdo – Índice de postagem	37	100	137	Mensal	Contagem simples
Conheça a UFF – Alunos atendidos	1704	3000.	2449 atendidos + 3004 na <i>fanpage</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visitas: de fevereiro a novembro.</li> <li>• <i>Fanpage</i>: atividade constante.</li> </ul>	Contagem simples
Cerimonial	50	Sem previsão	25	Janeiro a dezembro	Contagem simples
Produção e divulgação – matérias publicadas no <i>site</i> da UFF	1 a 2	3	2	Semanal	Contagem simples
Mídia externa - Atendimentos	10 *	Sem previsão	**	Diária	Contagem simples -

Fonte: Superintendência de Comunicação Social

\*No mínimo, dez. Há muita variação do tipo e quantidade de atendimento.

\*\* Não há uma regra, pois os atendimentos pois são em quantidade muito variável.

#### 4.4.1.2 Sistema de Informação

Quadro 4.4.1.2 Indicadores de Desempenho de Sistema de Informação

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Visitas aos sistemas	4.948.309	-	4.415.806	Mensal	Visitas a sistemas registradas no REDMINE
Movimento da Central de Atendimento	14.327	-	14.655	Mensal	Totalização de solicitações recebidas por e-mail
Atendimento técnico	8344		4641	Mensal	Atendimentos registrados no OCOMMON
Contratos de TI	-	-	10	Mensal	Totalização de Contratos registrados no REDMINE
Processos de Compra	-	-	41	Mensal	Totalização de Processos registrados no REDMINE
Demandas recebidas	47	-	78	Mensal	Demandas abertas e registradas no REDMINE
Demandas atendidas	4	-	19	Mensal	Demandas atendidas registradas no REDMINE
Performance Média de Execução – Projetos	56%	90%	34%	Quinzenal	Pontos de História Entregues/ Pontos de História Planejados (%)
Produtividade Média dos Times - Projetos	-	2,5 ph/sprint	1,9 ph/sprint	Mensal	$\Sigma$ Pontos de História / número total de sprints (%)
Índice Médio de Aceitação de Requisitos – Projetos	61%	$\geq 75\%$	56%	Mensal	$\Sigma$ Aceitação de Requisitos/ Número de Projetos (%)
Cobertura Média de Testes – Projetos	74%	$\geq 80\%$	58%	Mensal	$\Sigma$ Cobertura de Testes/ Número de Projetos (%)
Aderência Média ao Processo – Projetos	97%	$= 100\%$	90%	Mensal	$\Sigma$ Resultado de Aderência ao Processo/ Número de Projetos (%)
Não conformidades reincidentes – Projetos	0	$\leq 20\%$	0	Mensal	Número de Não Conformidades Reincidentes/ Total de Não Conformidades no Período %
Impedimentos Reincidentes – Projetos	0	0	0	Mensal	Número de Impedimentos Reincidentes por Projeto

Fonte: Portal de Governança de TI ([www.governancadeti.uff.br](http://www.governancadeti.uff.br))

Os valores de referência para os primeiros oito itens são relativos a dezembro de 2014, enquanto os observados referem-se a dezembro de 2015. Para os indicadores de projeto, foi considerado o valor de referência como a média do primeiro semestre e, para os observados, a média do segundo semestre de 2015.

Foi intensificada, ao longo de 2015, a discussão sobre indicadores de desempenho, em reuniões periódicas que contaram com a participação de todas as coordenações da STI. No entanto, não se concluiu a escolha dos indicadores para todas as áreas da STI em função de uma discussão maior, relacionada à reestruturação funcional interna, bem como às necessidades de realinhamento de prioridades em função do corte significativo de mais da metade de nossa fábrica de *software* (representada por alunos bolsistas).

Atualmente tem-se indicadores para projetos e foram registradas métricas que são avaliadas pelo grupo de trabalho de governança. Essas métricas podem ser verificadas no *site* da Governança de TI: <http://www.governancadeti.uff.br/content/metricas-da-sti-0>.

A STI considera, pelo termo demandas, as solicitações de novos serviços de TI ou alterações de serviços existentes. Essas demandas começaram a ser registradas em 2014, mas ainda existiam demandas que não constavam no sistema. Em 2015, foram unidas todas as fontes de demandas e chegou-se à conclusão de consideração, que a ferramenta hoje reflete a realidade de solicitações. As

demandas recebidas pela Governança de TI passaram a ter um tratamento qualitativo em função da maturidade atingida pela função, onde o controle informatizado passou a ser visualizado e criticado pelas coordenações da STI.

As demandas são analisadas e priorizadas e, assim que possível, atendidas. A adoção do novo plano de medição para desenvolvimento de sistemas e para gerenciamento de portfólio trouxe amadurecimento ao processo de análise de demandas pelo grupo de Governança de TI. Dessa forma, passou-se a medir Produtividade Média e Índice Médio de Aceitação de Requisitos, em vez das métricas de totais de Tarefas e Requisitos.

#### 4.4.1.3 Ensino de Graduação e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Quadro 4.4.1.3 Indicadores de Desempenho de Ensino de Graduação e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de cursos criados e acompanhados</li> <li>• N° de alunos</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de programas PG <i>stricto sensu</i>: 80</li> <li>• N° de cursos PG <i>stricto sensu</i>: MSC 77, DSC 42</li> <li>• N° de cursos criados PG <i>stricto sensu</i>: 06</li> <li>• N° de alunos <i>stricto sensu</i>: 6305</li> </ul>	Anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Somatório de programas ativos em 2015</li> <li>• Somatório dos cursos criados em 2015</li> <li>• Somatório dos alunos matriculados em PG <i>stricto sensu</i> em 2015</li> </ul>
Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de cursos criados e acompanhados</li> <li>• N° de alunos</li> </ul>		N° de cursos PG <i>lato sensu</i> : 196 N° de alunos matriculados <i>lato sensu</i> : 14279	Anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Somatório dos cursos ativos em 2015</li> <li>• Somatório dos alunos matriculados em PG <i>stricto sensu</i> em 2015</li> </ul>
Elaboração e divulgação de editais anuais de apoio à pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de editais abertos</li> <li>• Valor destinado para cada edital</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de editais abertos: 03</li> <li>Valores:</li> <li>• FOPIN – R\$500.000,00</li> <li>• Apoio a Eventos – R\$50.000,00</li> <li>• Bolsas IC – R\$260.000,00</li> <li>• Bolsas IC para ensino médio – R\$13.000,00</li> <li>• Campi fora de sede – R\$432.000,00</li> </ul>	Anual	Somatório dos valores pagos pelos editais em 2015
Apoio à inovação: elaboração de pedidos de propriedade intelectual; empresas incubadas; bolsas de iniciação à inovação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• N° de pedidos de propriedade intelectual elaborados;</li> <li>• N° de empresas incubadas;</li> <li>• N° de bolsas de iniciação à inovação</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pedidos de propriedade intelectual: 11</li> <li>• Empresas incubadas: 2</li> <li>• Bolsas concedidas: 65 (R\$312.000,00)</li> </ul>	Anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Somatório dos pedidos de propriedade intelectual</li> <li>• Somatório das empresas incubadas; somatório das bolsas concedidas</li> </ul>

Fonte: PROPPI

#### 4.4.1.4 Documentação e manutenção dos acervos das bibliotecas da UFF

Quadro 4.4.1.4 Indicadores de Desempenho de Documentação e manutenção dos acervos das bibliotecas da UFF

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Densidade de exemplares de por matrícula	10,70		9,9	Anual	Nº de exemplares de livros / Nº de matrículas graduação + Nº de matrículas pós-graduação
Densidade de títulos de livros por matrícula	5,81		5,37	Anual	Nº de títulos de livros / Nº de matrículas graduação + Nº de matrículas pós-graduação
Densidade de fascículos de periódicos por matrícula	13,9		12,65	Anual	Nº de volumes de periódicos / Nº de matrículas graduação + Nº de matrículas pós-graduação
Uso da Coleção	1,3		0,95	Anual	Nº de consultas + Nº de empréstimos / Nº total de títulos do acervo
Percentual de Crescimento do acervo	1,86		1,4	Anual	% de crescimento do número de exemplares
Empréstimos por ano	209.900		136.527	Anual	Nº de empréstimos
Consultas por ano	134.579		79.958	Anual	Nº de consultas ao acervo

Fonte: Superintendência de Documentação (SDC)

Obs.: Os índices de uso da coleção sofreram impacto da greve dos servidores técnico-administrativos.

#### 4.4.1.5 Assistência Estudantil

Quadro 4.4.1.5 Indicadores de Desempenho de Assistência Estudantil

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Nº de Estudantes beneficiados com isenção de pagamento no RU	1000	1000	1000	Quadrimestral	1000
Nº de refeições servidas no RU	8500	8500	8500	Mensal	8500
Nº de estudantes beneficiados com os programas de bolsas da assistência estudantil	254	2584	2584	Semestral	2584
Nº de Estudantes beneficiados pelo Programa de Moradia Estudantil;	396	273	273	Semestral	273
Nº de Estudantes que utilizam transporte UFF circular	3.000	3000	3000	Quadrimestral	3000
Nº de estudantes com deficiência assistidos pelos programas de acessibilidade e inclusão	17	17	17	Semestral	17
Nº de servidores técnico-administrativos alocados no RU;	70	56	56	Quadrimestral	56
Nº de servidores técnico-administrativos alocados nas Moradias Estudantis	08	06	05	Quadrimestral	05
Nº de servidores técnico-administrativos alocados nas Coordenações/Divisões/Gerência Plena Financeira e na Secretaria Administrativa da PROAES.	18	18	10	Quadrimestral	10

Fonte: PROAES



#### 4.4.2 Indicadores de desempenho – Unidade 26366 (HUAP)

Quadro 4.4.2 Indicadores de Desempenho do Hospital Universitário Antônio Pedro

Denominação	Índice de Referência 2014	Índice Previsto	Índice Observado Nov/2014-Out/2015	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Taxa de Ocupação Operacional	78,46%	75%	78,30%	Mensal e Anual	$(\text{Paciente/Dia} \times 100) / (\text{Leitos Operacionais} \times 365)$
Taxa de Infecção Hospitalar	11,0%	14%	13,1%	Mensal e Anual	Prevalência Pontual
Taxa de Mortalidade Hospitalar	5,73%	6%	4,72%	Mensal e Anual	$(\text{Óbitos} \times 100) / \text{Saídas} (\text{Altas} + \text{Óbitos} + \text{Transf. Para})$
Tempo Médio de Permanência	7,15%	7,00	7,30	Mensal e Anual	$(\text{N}^\circ \text{ Paciente/Dia}) / \text{Saídas} (\text{Altas} + \text{Óbitos} + \text{Transf. Para})$
Média de Permanência em Clínica Médica	12,36	15	11,41	Mensal e Anual	$(\text{N}^\circ \text{ Paciente/Dia}) / \text{Saídas} (\text{Altas} + \text{Óbitos} + \text{Transf. Para})$
Média de Permanência em Clínica Cirúrgica	6,38	12	6,53	Mensal e Anual	$(\text{N}^\circ \text{ Paciente/Dia}) / \text{Saídas} (\text{Altas} + \text{Óbitos} + \text{Transf. Para})$
Taxa Ocupação Operacional dos Leitos de UTI	83,13%	83,13%	86,23%	Mensal e Anual	$(\text{Paciente/Dia} \times 100) / (\text{Leitos Operacionais} \times 365)$
Capacidade Instalada em Leitos de Terapia Intensiva	25=11,6%	21=10%	25=11,6%	Mensal e Anual	Nº de leitos de terapia intensiva em relação ao Nº total de leitos
Número de leitos intermediários de Neonatologia	8	6	8	Mensal e Anual	Nº absoluto de leitos intermediários de Neonatologia
Densidade de Incidência de Infecção por catéter venoso central	13,00	4,00	14,92	Mensal	Mediana do Nº de episódios de infecção por 1000 catéteres/dia

Fontes: Sistema MV; DATASUS; Gerência de Planejamento

##### 4.4.2.1 Metas Qualitativas

Considerando as metas qualitativas do Plano Operativo Assistencial (POA), que faz parte do convênio celebrado entre o HUAP e o Gestor Municipal, o HUAP obteve pontuação em 96% das metas, destacando as seguintes:

- Destinação de 100% dos leitos para usuários do SUS;
- Capacidade anual de Internação por leito superior a 60%;
- Capacidade instalada de 222 leitos operacionais;
- Utilização de 100% das diárias de internação disponibilizadas pelo SUS;
- Internações de Alta Complexidade representam mais do que 10% do total de internações;
- Onze habilitações em procedimentos de Alta Complexidade;
- Grau 10 de incorporação tecnológica em equipamentos médico-hospitalares de Neonatologia;
- Número de cirurgias maior do que o contratualizado com o Gestor Municipal;

- Realização de 100% da demanda de sessões de hemodiálise;
- Realização de mais de 80% de internações de média complexidade do total de internações realizadas;
- Oferta de mais de 120 vagas de residência médica em 40 programas;
- Oferta de 14 programas de especialização em serviço para outras profissões de saúde;
- Oferta de 42 vagas para 5 programas de residência multiprofissional em saúde;
- Oferta de campo de estágio para seis profissões da área de saúde; e
- Comissão de Educação Permanente mantida em atuação.

Com relação às metas quantitativas de procedimentos de Média Complexidade, do convênio celebrado com o Gestor local, o HUAP atingiu 97,33% em relação ao quantitativo e 97,94% em relação ao valor desses procedimentos, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 4.4.2.1.1 Meta Quantitativa de Média Complexidade

Meta período			Produção			
Componente pré-fixado	Q <sup>de</sup>	Valor	Novembro/2014 a Outubro/2015			
			Q <sup>de</sup>	%	Valor	%
<b>Média Complexidade Ambulatorial</b>	791.736	5.985.570,36	770.567	97,33	5.555.177,39	92,81
<b>Média Complexidade Hospitalar</b>	4500	7.058.955,24	4.397	97,71	7.220.629,38	102,29
<b>Total</b>	796.236	13.044.525,60	774.964	97,33	12.775.806,77	97,94

Fonte: DATASUS

Com relação às metas quantitativas de procedimentos de alta complexidade e FAEC, do Convênio celebrado com o Gestor local, o HUAP obteve 106% em relação ao quantitativo e 99% em relação ao valor desses procedimentos.

Quadro 4.4.2.1.2 Metas Quantitativas de Alta Complexidade e FAEC

Meta período			Produção			
Componente pós-fixado	Q <sup>de</sup>	Valor	Novembro/2014 a Outubro/2015			
			Q <sup>de</sup>	%	Valor	%
<b>Alta complexidade ambulatorial</b>	13.727	5.831.150,21	14.053	102	5.955.093,64	102
<b>Alta complexidade hospitalar</b>	739	3.182.487,02	696	94	2.987.498,49	94
<b>FAEC ambulatorial</b>	5.800	462.390,50	6.727	116	475.354,73	103
<b>FAEC hospitalar</b>	77	756.713,02	73	95	649.740,03	92
<b>Total</b>	20.343	10.232.740,80	21.549	106	10.112.686,91	99

Fonte: DATASUS

#### 4.4.2.2 Avaliação do Quadro 4.4.2 Indicadores de Desempenho

a) Taxa de Ocupação Operacional

A variação da taxa ficou dentro da meta prevista no POA, no período Nov/2014 a Out/2015.

b) Taxa de Infecção Hospitalar

A variação da taxa ficou dentro da previsão. Foi utilizada como parâmetro a meta constante no POA 2012/2013, uma vez que o POA atual não define taxa.

c) Taxa de Mortalidade Hospitalar

A variação da taxa ficou dentro da previsão. Foi utilizada como parâmetro a meta constante no POA 2012/2013, uma vez que o POA atual não define taxa.

d) Tempo Médio de Permanência

A variação da taxa ficou próximo da meta.

e) Média de Permanência em Clínica Médica

A variação da taxa ficou dentro da previsão. Foi utilizada como parâmetro a meta prevista no POA 2012/2013, uma vez que o POA atual não define a taxa.

f) Média de Permanência em Clínica Cirúrgica

A variação da taxa ficou dentro da previsão. Foi utilizada como parâmetro a meta prevista no POA 2012/2013, uma vez que o POA atual não define a taxa.

g) Taxa de Ocupação Operacional de Leitos de UTI

A variação da taxa ficou dentro da meta prevista.

h) Capacidade Instalada em Leitos de Terapia Intensiva

O HUAP possui mais leitos de Terapia Intensiva do que o previsto nas metas do POA.

i) Número de leitos intermediários de Neonatologia

O HUAP possui número de leitos intermediários de Neonatologia maior do que o previsto nas metas do POA.

## 4.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

### 4.5.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho conforme deliberações do TCU

Quadro 4.5.1.1 Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU	R\$ 1.117.789.976,04	R\$ 1.184.352.391,05	R\$ 993.638.755,11	R\$ 871.871.366,36	R\$ 793.782.656,73
Custo Corrente sem HU	R\$ 1.025.718.145,28	R\$ 1.095.864.722,85	R\$ 905.493.827,62	R\$ 792.005.052,33	R\$ 716.113.027,87
Número de Professores Equivalentes	3.334	2.921,5	2.710,0	2.271,00	2.701,00
Número de Funcionários Equivalentes com HU	5.968,46	5.578,0	5.398,0	5.478,00	5.857,00
Número de Funcionários Equivalentes sem HU	3.906,57	3.651,0	3.499,1	3.574,00	4.075,00
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	39.571,50	33.888,50	31.886,33	35.569,62	30.587,33
Total de Alunos na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	5.256	5621	5627	5315	4171
Alunos de Residência Médica (AR)	212	210	218	202	191
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	42.482,6	38.550,7	41.658,1	40.674,1	36.462,8
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	23.889	23.769	23.877	24.305	21.659
Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI)	10.512	11.242	11.254	10.630	8.342
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	424	420	436	404	382

Fonte: PGI/PROPLAN

Quadro 4.5.1.2 Resultados dos Indicadores da Decisão TCU 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$ 20.925,11	R\$ 23.968,60	R\$ 18.625,57	R\$ 16.861,40	R\$ 17.566,70
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	R\$ 19.201,52	R\$22.177,81	R\$ 16.973,31	R\$ 15.316,84	R\$ 15.847,84
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	10,45	11,86	13,12	12,75	11,25
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	5,83	6,21	6,59	6,45	5,19
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	8,91	9,49	10,16	9,89	7,46
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,79	1,91	1,99	1,98	2,17
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,17	1,25	1,29	1,29	1,51
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,60	0,70	0,77	1,02	0,69
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,12	0,13	0,15	0,13	0,12
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,98	3,85	3,91	4,02	4,02
Índice de Qualificação para o Corpo Docente (IQCD)	4,44	4,38	4,42	4,29	4,19
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	42,62	0,44	0,56	0,59	0,64

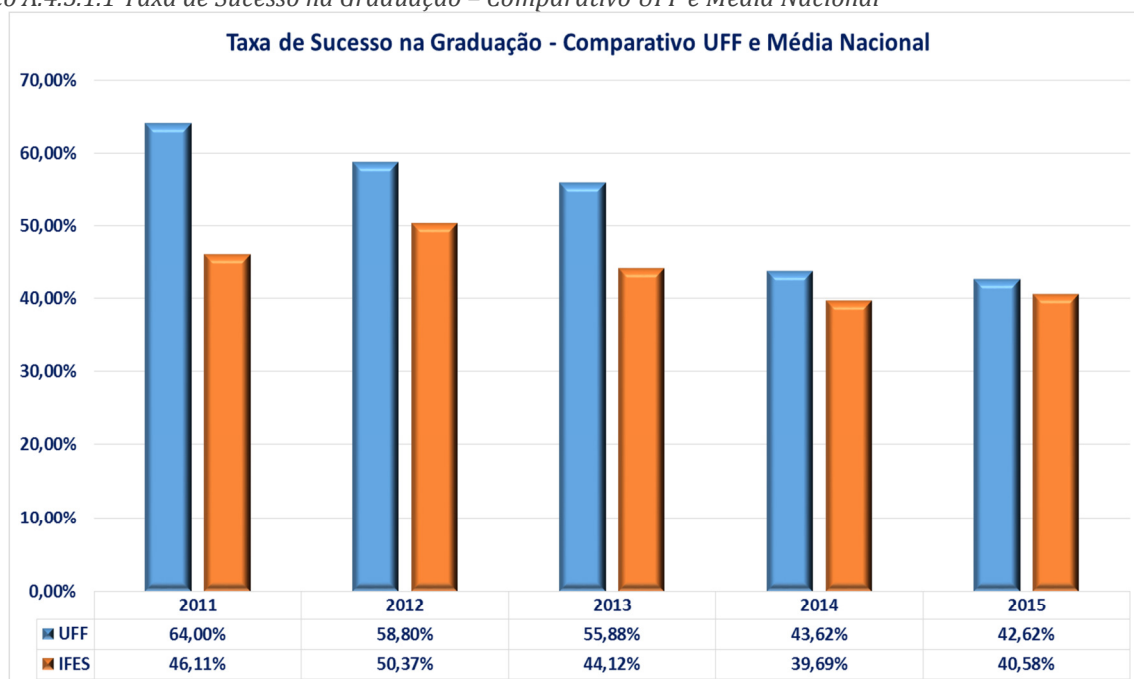
Fonte: PGI/PROPLAN

#### 4.5.1.1 Análise dos Resultados dos Indicadores de Desempenho das IFES<sup>4</sup>

Desde 2002, em obediência à legislação, as IFES incluem, em seus relatórios, um conjunto de indicadores conhecidos como indicadores do TCU. Esse conjunto, apesar de existir há mais de uma década, sofreu poucas alterações. Uma delas foi efetuar o cálculo com e sem os hospitais universitários. Outra, a obrigatoriedade do depósito destes e seus principais componentes no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC).

Um dos mais conhecidos é a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG). O gráfico abaixo compara o desempenho da UFF com a Média Nacional das IFES.

Gráfico A.4.5.1.1 Taxa de Sucesso na Graduação – Comparativo UFF e Média Nacional



Fonte: PGI/PROPLAN, com base no SIMEC. Dados extraídos em 03/03/2016.

Conforme já observado no Relatório de Gestão de 2014, a queda da TSG no Sistema Federal de Ensino decorre principalmente do fato de a expansão (REUNI) ter se realizado de forma mais acentuada, em cursos pertencentes às quatro últimas linhas do grupo A4 da Quadro ANDIFES/SESU/INEP, a seguir:

<sup>4</sup> Análise dos Indicadores de Gestão definidos pela Decisão 408/2002-TCU-Plenário e Acórdãos 1043/2006 e 2167/2006, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Quadro 4.5.1.3 ANDIFES/SESU/INEP

Grupo	Peso	Área	Descrição	R	D
A1	4,5	CS1	Medicina	0,0650	6
		CS2	Veterinária, Odontologia, Zootecnia	0,0650	5
A2	2,0	ENG	Engenharias	0,0820	5
		CS3	Nutrição e Farmácia	0,0660	5
		CA	Ciências Agrárias	0,0500	5
		CET	Ciências Exatas e da Terra	0,1325	4
		CB	Ciências Biológicas	0,1250	4
		TEC	Tecnólogos	0,0820	3
A3	1,5	CS4	Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Ed. Física	0,0660	5
		CE	Ciências Exatas: Matemática, Computação, Estatística	0,1325	4
		CSC	Arquitetura / Urbanismo	0,1200	4
		A	Artes	0,1150	4
		M	Música	0,1150	4
A4	1,0	CSB	Direito	0,1200	5
		CH1	Psicologia	0,1000	5
		CSA	Ciências Sociais Aplicadas	0,1200	4
		LL	Linguística e letras	0,1150	4
		CH	Ciências Humanas	0,1000	4
		CH2	Formação de Professor	0,1000	4

Fonte: PGI/PROPLAN

Enquanto os cursos pertencentes ao Grupo A1 desta tabela geralmente apresentam elevadas Taxas de Sucesso e índices insignificantes de Evasão, os quatro últimos do Grupo A4 geralmente revelam valores opostos.

O aumento acentuado de oferta de cursos noturnos e no Interior também acarreta redução na TSG. Tais cursos precisam que toda a infraestrutura seja construída o que nem sempre pode ser feito dentro dos prazos (duração) estabelecidos na tabela acima. O MEC reconhece o problema ao considerar, para efeitos de Matriz de Financiamento, que o tempo de consolidação dos cursos, é de dez anos.

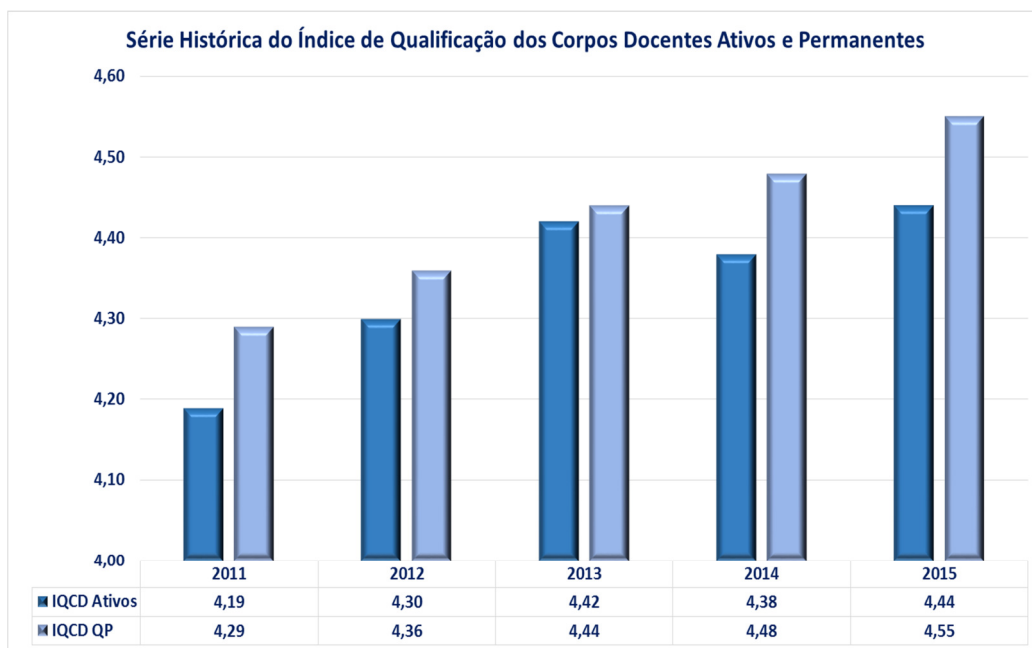
Pela maioria dos critérios de aferição, estamos entre as cinco maiores IFES. Nossa preocupação, agora, tem como foco indicadores qualitativos. As regras da Matriz Orçamentária são claras: aumentar a Taxa de Sucesso implica aumentar o orçamento. Assim, estamos tomando as medidas necessárias para o aumento da Taxa de Sucesso, sem comprometer aspectos qualitativos como por exemplo:

- induzir a construção de matrizes curriculares menores e mais eficientes;
- induzir o emprego da Educação a Distância em algumas disciplinas;
- induzir a transformação de alguns cursos de integrais para de turno único; e
- induzir que vagas ociosas sejam repostas com maior brevidade.

Em nosso portal na Internet, além de ampla divulgação do conjunto de indicadores do TCU, também estão disponíveis outros, como o índice de evasão e o de conclusão de nossos cursos.

Finalmente gostaríamos de registrar o crescimento do nosso Índice de Qualificação do Corpo Docente.

Gráfico A.4.5.1.2 Série Histórica do Índice de Qualificação dos Corpos Docentes Ativos e Permanentes



Fonte: PGI/PROPLAN



## 5 GOVERNANÇA

### 5.1 Descrição das estruturas de governança

A estrutura de governança da UFF será apresentada, principalmente, à luz dos princípios de transparência, integração e responsabilidade de prestar contas, nas seguintes dimensões: Comitê de Governança, comissões e grupos de trabalho, estruturas e processos organizacionais, controle e relatórios externos. Cada item descreverá a estrutura, as atribuições e forma de atuação, e a correspondente base normativa.

#### 5.1.1 Comitê de Governança

A governança da UFF passou a ser supervisionada por um Comitê de Governança (Portaria 54.352 de 29 de julho de 2015), diretamente subordinado ao Vice-Reitor, que o preside, com a participação de representantes do Gabinete do Reitor, da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e Superintendência de Documentação (SDC).

O Comitê de Governança é reflexo do compromisso da atual Administração da Universidade em incrementar o contínuo monitoramento da gestão, com o intuito de atuar mais fortemente na prevenção de riscos e não-conformidades nas áreas administrativas, orçamentárias, de pessoal, entre outras. Sua constituição teve, ainda, as seguintes motivações:

- a importância de uma administração moderna e eficiente, que incorpore tecnologias de gestão e os princípios da administração pública, com foco na missão da UFF como universidade pública;
- o compromisso de maximizar o uso dos recursos públicos e melhor desempenho da gestão, e atender aos padrões de conformidade dos órgãos federais de controle;
- a necessidade de se institucionalizar um processo de definição de competências e atribuições, que proveja um encadeamento hierárquico e setorizado das decisões;
- a necessidade de se estabelecer estrutura de suporte às atividades administrativas, acadêmicas, de pesquisa e produção e do conhecimento, que, alinhada aos princípios de autonomia, liberdade acadêmica, liderança e visão estratégica, fortaleça na UFF uma cultura de excelência.

Seu objetivo é assessorar a Administração Superior, propor recomendações, alinhar interesses e contribuir para a modernização e o sucesso da gestão, com base no mapa estratégico institucional. Buscando melhorar o desempenho institucional e reduzir assimetrias de informação, sua ação é transversal às estruturas e processos organizacionais da Universidade, como se verá adiante.

O Comitê se reúne semanalmente e usa, para o planejamento e execução de suas ações, o sistema REDMINE, software gratuito para modelagem de projetos, modelado pela STI para uso na UFF.

A partir dos levantamentos do Comitê, foram constituídos grupos multissetoriais de trabalho, para promover integração e estabelecer uniformidade nos procedimentos e processos, além de avançar na melhoria do ambiente interno, para superar suas fragilidades (vide item e.1). O quadro a seguir apresenta esses grupos.

Quadro 5.1.1 Comitê de Governança - Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho

IDENTIFICAÇÃO	OBJETIVO	BASE NORMATIVA	SETORES PARTICIPANTES	ANDAMENTO/RESULTADOS/PRODUTOS
GT Convênios e Contratos	Rever, analisar e propor instrumentos para normatizar, institucionalizar e divulgar métodos, modelos e práticas com vistas à celebração de convênios e contratos.	DTS/PROPLAN 09, de 01 de dezembro de 2014	Gabinete do Reitor HUAP PLAP/PROPLAN PLIN/PROPLAN PLOR/PROPLAN	<u>Resultados</u> Minuta de Norma de Serviço para regulamentar a relação entre a UFF e sua Fundação de Apoio, elaboração de novo fluxo de processos, elaboração de novas planilhas e formulários, elaboração de <i>checklist</i> para verificação de não-conformidades.
GT Diárias e Passagens	Elaboração de ato normativo interno que aborde todos os aspectos relacionados à solicitação, concessão, aprovação e prestação de contas de diárias e passagens custeadas no âmbito da Universidade Federal Fluminense.	Portaria 53.238, de 12 de janeiro de 2015	<b>Efetivos</b> DCF/PROPLAN Gabinete do Reitor PGI/PROPLAN PLOR/PROPLAN PROAD PROAES PROEX PROGRAD PROPI <b>Convidados</b> Comitê de Governança Direção do DCF PROGEPE	<u>Resultados:</u> 1. Norma de Serviço 645/2015 - <i>Revoga a Norma de Serviço 643/2015 e sistematiza a concessão de diárias e passagens no âmbito da Universidade Federal Fluminense – UFF.</i> 2. Formulário de Solicitação de Diária e Passagem; 3. Formulário de Relatório de Atividade de Viagem; 4. Formulário de Declaração para Excepcionalidades; 5. Memorando às Unidades Administrativas e Acadêmicas; 6. Definição dos Perfis; 7. Resumo dos Procedimentos; 8. Ofício Circular GABR nº 01/2014, de 23/01/2014.
Ação: Regimentos	Reduzir eventuais incongruências nos regimentos vigentes e auxiliar a implementação dos que ainda estejam em elaboração, especialmente dos órgãos criados na reestruturação administrativa.	Sem ato expresso.	Gabinete do Reitor Comitê de Governança	- Levantamento da situação dos regimentos internos dos órgãos da estrutura administrativa; - Acompanhamento da tramitação dos regimentos nos Conselhos Superiores (ex. PROPI).

Quadro 5.1.1 Comitê de Governança - Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho

IDENTIFICAÇÃO	OBJETIVO	BASE NORMATIVA	SETORES PARTICIPANTES	ANDAMENTO/RESULTADOS/PRODUTOS
Comissão Técnica de Resposta aos Órgãos de Controle	Propor procedimentos relativos a intermediação das comunicações entre as subunidades organizacionais da UFF e os órgãos de controle interno e externo com vistas a um atendimento mais rápido e eficiente às recomendações desses órgãos.	<p>Portaria 53.722, de 25 de março de 2015 - Dispõe sobre a criação de comissão técnica destinada a propor procedimentos relativos à intermediação das comunicações entre as subunidades organizacionais da UFF e os órgãos de controle interno e externo.</p> <p>Portaria 54.500, de 25 de agosto de 2015 – Regulamenta a atuação da Comissão Técnica instituída por meio da Portaria 53.722, de 25/03/2015, e altera parcialmente a sua composição.</p>	AT/CUR DAP/PROGEPE DCF/PROPLAN Gabinete do Reitor PGI/PROPLAN PLIN/PROPLAN PLAP/PROPLAN PROAD PROAES PROEX PROGEPE PROGRAD PROPPI SAEN/PREUNI STI	Estabelecimento de rotinas e procedimentos para agilizar e aperfeiçoar as respostas da Universidade aos órgãos de controle externo.
Comitê Gestor	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover gestão articulada entre os setores administrativos da UFF</li> <li>- Executar o Protocolo para Administração de Conflitos Institucionais</li> </ul>	<p>Portaria 53.863, de 30 de abril de 2015</p> <p>Norma de Serviço 647, de 29 de setembro de 2015 (art.5º.)</p>	PREUNI PROAD PROAES PROGEPE PROPPI STI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adoção de uma rotina de visitas do Comitê Gestor aos <i>campi</i> fora de sede, para debater com as comunidades acadêmicas locais problemas e soluções.</li> <li>- Estabelecimento da Mesa de Negociação Permanente da UFF, com as entidades representativas dos diversos segmentos da Comunidade Universitária: DCE, ADUFF, SINTUFF.</li> </ul>

Quadro 5.1.1 Comitê de Governança - Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho

IDENTIFICAÇÃO	OBJETIVO	BASE NORMATIVA	SETORES PARTICIPANTES	ANDAMENTO/RESULTADOS/PRODUTOS
GT Logística de Suprimentos	<p>Planejar e propor normatização das atividades de logística de suprimento e de serviços de infraestrutura operacional</p> <p>Diagnosticar e orientar a execução destas atividades nas unidades universitárias e órgãos suplementares da Instituição.</p>	DTS/PROPLAN 01, de 22 de julho de 2015	PREUNI PROAD PROAES PROEX PROGRAD PROPLAN PROPPI	<p><u>Resultados:</u>            Implantação do Portal Financeiro da UFF para todas as Unidades Gestoras da Universidade (<a href="http://www.compras.uff.br/2015/">http://www.compras.uff.br/2015/</a>)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadastro para atualização dos dados do gestor do recurso</li> <li>- Calendário único para solicitação de compras</li> <li>- Resultado dos pregões de 2014</li> <li>- Relação de material catalogado em conformidade com o Plano de Contas da União</li> </ul> <p><u>Vantagens</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Padronização de equipamentos e mobiliário</li> <li>- Simplificação dos processos para as unidades acadêmicas e administrativas</li> <li>- Planejamento das compras, com base em calendário previamente definido</li> <li>- Possibilidade de obter melhores preços, devido ao processo único por tipo de material</li> <li>- Sustentabilidade das compras públicas e facilidade na manutenção dos bens</li> </ul>
GT SIORG	<p>Institui Grupo de Trabalho para apresentar proposta de normatização de procedimentos a serem observados quando da criação, extinção e/ou alteração de unidades acadêmicas e administrativas, no âmbito desta UFF.</p>	Portaria 54.434, de 13 de agosto de 2015	DAP Gabinete do Reitor PROGEPE PROPLAN SGCS STI	<p><u>Resultados:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mapeamento da situação atual (inconsistências)</li> <li>- Mapeamento do fluxo do processo de extinção/criação/alteração de órgãos, com as atribuições de cada órgão envolvido (PROPLAN, PROGEPE, CPTA, CPD, DAP);</li> <li>- Extinção, no Sistema de Organograma da UFF (SIORG-UFF), de órgãos com o status “em desativação”.</li> </ul> <p><u>Em andamento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Minuta de norma de serviço que disciplina a criação, alteração e extinção de órgãos na Estrutura Acadêmica e Administrativa da UFF.</li> <li>- Proposta de novo organograma para o Gabinete do Reitor</li> </ul>

Fonte: Comitê de Governança

### 5.1.2 Estrutura e processos organizacionais

A Administração Superior da Universidade Federal Fluminense compreende órgãos deliberativos, fiscalizador e executivo. Como órgãos deliberativos, a UFF possui dois Conselhos: O Conselho Universitário (CUV) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX)<sup>6</sup>; como órgão fiscalizador econômico-financeiro, o Conselho de Curadores; e como órgão executivo, a Reitoria. Essa estrutura está prevista e tem base normativa no Estatuto da UFF.

A composição dos Conselhos Superiores permite a participação democrática de professores, servidores técnico-administrativos e discentes, além da comunidade externa, nos casos previstos no Estatuto.

Em observância ao princípio da transparência, os atos emanados da Administração Superior, tanto dos órgãos colegiados como executivos, são publicados no Boletim de Serviço da UFF, disponível na Internet (<http://www.noticias.uff.br/bs/bs.php>). Nos casos previstos em lei, são também publicados no Diário Oficial da União.

#### Órgãos deliberativos

O Conselho Universitário, órgão supremo de deliberação coletiva da UFF, está dividido em: Câmara de Orçamento e Finanças e Câmara de Legislação e Normas. Entre as inúmeras atribuições do Conselho Universitário, cabe citar, como ação de controle interno, as de aprovar o orçamento da Universidade; julgar os balanços e a prestação de contas após pronunciamento do Conselho de Curadores; fixar as diretrizes financeira e patrimonial da Universidade; fiscalizar o cumprimento da legislação em vigor; decidir, em grau de recurso, sobre atos e decisões de qualquer órgão ou autoridade desta Universidade; deliberar sobre medidas preventivas e corretivas de atos que envolvam indisciplina coletiva no âmbito da Universidade, entre outras.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão caracteriza-se como órgão eminentemente técnico, para coordenação do ensino, da pesquisa e da extensão na UFF, com funções deliberativas e autônomo em sua competência. O CEPEX divide-se em três Câmaras especializadas: Câmara de Ensino; Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e Câmara de Extensão e Integração Comunitária e tem, entre suas atribuições, coordenar e fiscalizar as atividades em todos os setores de ensino e pesquisa da Universidade; acompanhar a execução da política educacional da Universidade, propondo medidas que julgar necessárias a seu aperfeiçoamento e desenvolvimento; traçar normas para os concursos de habilitação do pessoal docente e discente, para ingresso na Universidade; entre outras.

#### Órgão fiscalizador

O Conselho de Curadores é o órgão de fiscalização econômico-financeira da UFF, tendo como atribuições pronunciar-se sobre a proposta orçamentária; emitir parecer sobre abertura de crédito; fiscalizar a execução orçamentária; pronunciar-se, conclusivamente, sobre os balanços e a prestação de contas da Universidade. Subordinada ao Conselho de Curadores está a Auditoria Técnica, que será apresentada em separado, adiante.

---

<sup>6</sup> Nova nomenclatura do antigo Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP), adotada pela Decisão CUV 35/2015, de 29 de julho de 2015.

## Órgão executivo

A Reitoria, órgão central executivo dirigido pelo Reitor, tem por atribuições fiscalizar e superintender todas as atividades da Universidade. A Reitoria possui uma estrutura administrativa própria, definida em seu regimento, e junto a ela funcionam as Pró-Reitorias, Superintendências e Órgãos Suplementares, que exercem atribuições de coordenação e supervisão, como órgãos centrais dos respectivos sistemas, cujos titulares são designados pelo Reitor.

Entre as atribuições do Reitor, cabe administrar a Universidade, representando-a em juízo ou fora dele; organizar os planos anuais de trabalho da Reitoria; nomear, admitir, designar, empossar, lotar, remover, transferir, licenciar, punir, exonerar, demitir, dispensar e destituir servidores; submeter ao Conselho Universitário, no prazo legal, o projeto de orçamento anual, bem como prestação de contas e o balanço da Universidade e encaminhar, às autoridades competentes, o orçamento anual e o relatório geral da Universidade, entre outras.

## Outras estruturas e processos

### Governança de TI

A UFF possui, ainda, um sistema de Governança de Tecnologia de Informação, com base em um Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTIC),<sup>7</sup> alinhado ao PDI da UFF. Elaborado pela Comissão de Governança e Segurança da Informação da STI/UFF, o PDTIC passa pela aprovação do Comitê de Tecnologia da Informação (COTI), instituído pela Portaria 44.709 de 23/05/2011, e é encaminhado aos conselhos superiores para homologação.

### Sistema de Transparência

Entre os recursos de tecnologia de suporte à governança inclui-se o Sistema de Transparência da UFF,<sup>8</sup> que visa promover a transparência organizacional bem como promover a governança corporativa através da disponibilização de indicadores e informações da Universidade.

O sistema exibe os principais dados da UFF, em diversas áreas: Graduação, Pós-Graduação, Produção Científica, Pessoas, Organograma, Bolsas, Processos, Conexão UFF e Restaurante Universitário. Exibe também os indicadores segregados por unidades universitárias.

### Portal UFF em números

Outro importante recurso para a governança é o Portal UFF em Números<sup>9</sup>, elaborado pela Coordenação de Gestão da Informação da PROPLAN, em que se encontram os organogramas acadêmicos e administrativos, além de dados sobre docentes, cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e residência, obtidos em relatórios institucionais.

O Portal disponibiliza, ainda, os Indicadores de Gestão do TCU (Decisão 408/2002-TCU-Plenário), o Censo da Educação Superior (Portaria MEC 794, de 23/08/2013) e o indicador aluno-equivalente, cujo cálculo foi objeto de estudos realizados pela Secretaria de Educação Superior do MEC e a Comissão de Modelos da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)

Instituições Federais de Educação Superior (IFES), nas rubricas referentes ao orçamento de custeio e capital (OCC).

### Ouvidoria

<sup>7</sup>Disponível em: [http://www.governancadeti.uff.br/sites/default/files/noticias/pdtic\\_2015-2016\\_-\\_30-06-2015.pdf](http://www.governancadeti.uff.br/sites/default/files/noticias/pdtic_2015-2016_-_30-06-2015.pdf)

<sup>8</sup>Disponível em: <https://sistemas.uff.br/transparencia/>

<sup>9</sup>Disponível em: <http://www.uff.br/?q=br/numeros>

Constitui relevante fonte de informação para a Governança os dados oriundos da Ouvidoria do Gabinete do Reitor da UFF, com atribuições estabelecidas no Regimento Interno aprovado pela Resolução CUV/UFF 35/2012, de cujas finalidades se destacam (art. 2º, incisos IV e V):

- encaminhar as demandas sobre o funcionamento administrativo e acadêmico da Universidade, com o fim de contribuir para uma gestão institucional mais eficiente, de excelência acadêmica, no ensino, pesquisa e extensão.
- a coleta, sistematização e divulgação de informações, inclusive através de relatórios, que contribuam para o monitoramento e aperfeiçoamento das regras e procedimentos acadêmicos, administrativos e institucionais.

Os dados da Ouvidoria relativos ao ano de exercício deste Relatório estão apresentados no item 6 – Relacionamento com a Sociedade.

#### Governança em gestão de pessoas

Na área de governança e gestão de pessoas, além do mapeamento de competências e outras ações desenvolvidas pela PROGEPE e relatadas no item 8 – Áreas Especiais da Gestão, a UFF está estruturando e formalizando a Escola de Governança em Gestão Pública (EGGP), com vistas à qualificação e capacitação dos servidores em prol da eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública. A EGGP tem a missão institucional de favorecer a formação permanente de agentes públicos, promovendo e reforçando a dimensão da cidadania, do caráter republicano, valores de equidade, solidariedade e eficácia dos serviços, para os que trabalham e estudam na UFF e a sociedade em geral.

A UFF teve seu projeto de adesão à rede nacional do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O curso destina-se a formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania, e preocupados com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade. Neste contexto, esses profissionais reunirão as condições científicas e técnicas para promover melhorias na gestão pública.

Essa adesão da UFF à rede nacional do PROFIAP, um programa coordenado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), sinaliza importante avanço da Universidade na área de gestão de pessoas: articular-se com a rede de escolas de governo, para, como recomenda o TCU, “garantir a oferta de ações de capacitação em planejamento estratégico da força de trabalho para as unidades sob sua jurisdição”.<sup>10</sup>

#### 5.1.3 Controle e relatórios externos: Auditoria Técnica

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal Fluminense, identificada como Serviço de Auditoria Técnica, está prevista no art. 27, § 3º do Estatuto da UFF e tem seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CUV/UFF 94, de 28 de outubro de 2009.

É subordinada diretamente ao Conselho de Curadores, visando a subsidiá-lo no desempenho de suas atribuições estatutárias e regimentais e dar apoio técnico ao processo decisório, especialmente no tocante às áreas de proposta orçamentária; execução orçamentária; abertura de créditos; prestações e tomadas de contas, inclusive apreciação de demonstrativos contábeis parciais e de suprimentos; adoção de medidas relacionadas com a gestão financeira, operacional, econômico, patrimonial, de recursos humanos, suprimento de bens e serviços e seus controles; prevenção de irregularidades, fraudes e uso indevido de recursos na gestão e, e detectados, encaminhar, para providências de correção; acompanhamento das determinações e recomendações

---

<sup>10</sup>Vide Acórdão 3023/2013 – TCU – Plenário, item 9.1.1.6.

dos órgãos de controle; e quaisquer outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Conselho de Curadores, no âmbito de suas atribuições.

A Auditoria Técnica atua em consonância com o Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000, sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do órgão central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. Observa, ainda, o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado pela Instrução Normativa SFC/MF 01, de 06/04/2001, que define as diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Os trabalhos de auditoria são realizados segundo as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal e possuem o caráter preventivo e orientador, de modo a avaliar, de forma independente, as operações contábeis, financeiras e administrativas executadas pelos órgãos da Universidade. Para tanto, e em cumprimento à Instrução Normativa CGU/PR 07, de 29/12/2006 (alterada pela Instrução Normativa CGU 09, de 14/11/2007) e à Instrução Normativa SFCI/CGU/PR 01, de 03/01/2007, anualmente apresenta seu Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), sistematizando as atividades relativas ao exame da adequação e da eficiência dos sistemas e processos, de modo a aferir o desempenho das Unidades da UFF no cumprimento de seus objetivos; identificar pontos relevantes; discutir, orientar, recomendar e acompanhar a implementação das ações preventivas e/ou corretivas.

O PAINT, previsto no Regimento Interno da Auditoria Técnica, possui como metodologia para sua consecução: a utilização de auditoria à distância, por meio do uso de questionários e solicitações de auditoria; e de auditoria direta, nas áreas previstas; levantamento de legislação, de dados nos diversos sistemas do Governo Federal, bem como os sistemas internos da UFF e, ainda, informações pertinentes às áreas; análise das informações, com vistas à verificação dos registros efetuados e o cumprimento da legislação vigente; aferição dos controles internos; e elaboração de quadros demonstrativos, pareceres e relatórios, para apresentação ao Conselho de Curadores e à Administração Central.

A atuação da Auditoria Técnica visa a contribuir para a racionalização das ações de controle e o fortalecimento da gestão da Universidade Federal Fluminense.

## 5.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal Fluminense, cumprindo a atribuição estabelecida no inciso VIII, do art. 5º, da Instrução Normativa SFC 02/2000 e, em função do disposto no § 6º do art. 15 do Decreto 3.591/2000, apresenta informações sobre a atuação da unidade, com vistas a instruir a elaboração do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2015, na forma prevista na Instrução Normativa 63/2010 e nas Decisões Normativas 146 e 147/2015, todas expedidas pelo Tribunal de Contas da União, na forma a seguir alinhada.

### 5.2.1 Estratégia de atuação em relação à unidade central

Em virtude da disposição estatutária que posicionou a Unidade de Auditoria Interna da UFF subordinada ao Conselho de Curadores, sua estrutura ganhou forma no Regimento Interno<sup>11</sup> desse Conselho Superior:

Art. 5º Subordinada ao Conselho haverá uma Auditoria Técnica de funcionamento permanente e atribuições definidas neste Regimento.

<sup>11</sup> Disponível em <<http://www.conselhos.uff.br/cur/regimento-cur.pdf>>. Acesso em 20/01/2016.



Art. 6º A Auditoria Técnica será composta de assessores de economia e finanças, escolhidos dentre pessoas de reconhecida qualificação.

§ 1º A composição da Auditoria Técnica far-se-á pelo Conselho que, para tanto, fará gestões junto ao Reitor, através de seu Presidente.

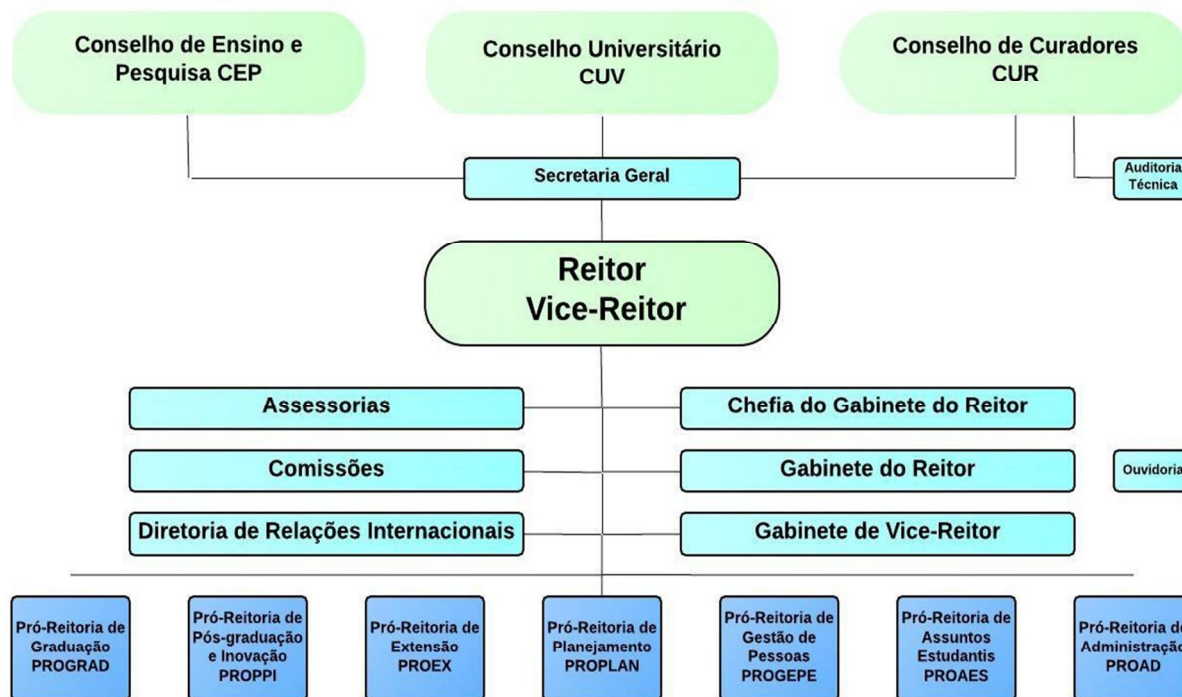
§ 2º As atividades dos assessores junto a Auditoria deste Conselho, quando servidores desta Universidade, será preferencial em relação a qualquer outra atribuição.

§ 3º A Auditoria Técnica será instalada nas dependências da Secretaria dos Conselhos Superiores, e terá atividade permanente junto ao Conselho de Curadores.

Art. 7º Compete aos assessores técnicos, quando solicitados por qualquer conselheiro:

- a) opinar sobre processos de auditoria financeira e orçamentária;
- b) auxiliar os Conselheiros na obtenção de informações técnicas;
- c) integrar inspeções externas;
- d) assessorar os conselheiros na elaboração de projetos, pareceres e relatórios;
- e) quaisquer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho, desde que inerentes à natureza do cargo.

Como dito em item anterior deste Relatório, a Resolução CUV/UFF 94/2009 aprovou o Regimento Interno da Auditoria Técnica,<sup>12</sup> que ocupa a seguinte posição no organograma da UFF:



### 5.2.1.1 Independência e objetividade da Unidade de Auditoria Interna

O Decreto 3.591/2000 estabelece critérios normativos de aferição da independência e objetividade da Auditoria Interna, previstos no art. 15, a saber:

§ 3º A auditoria interna vincula-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes.

§ 4º Quando a entidade da Administração Pública Federal indireta não contar com conselho de administração ou órgão equivalente, a unidade de auditoria

<sup>12</sup> Disponível em <<http://www.conselhos.uff.br/cuv/resolucoes/2009/094-2009.pdf>>. Acesso em 20/01/2016.

interna será subordinada diretamente ao dirigente máximo da entidade, vedada a delegação a outra autoridade.

§ 5º A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, quando for o caso, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

A independência e a objetividade da Unidade de Auditoria Interna são medidas, segundo a referência da norma técnica INTOSAI GOV 9140,<sup>13</sup> pelos seguintes critérios:

- Existência de normas e regulamentos que delimitem a atividade: A atuação da Unidade de Auditoria Interna possui marcos legais bem definidos, que embora necessitem de aperfeiçoamento e atualização, permitem que a atividade seja desenvolvida dentro de um ambiente de segurança jurídica e com respaldo legal.
- Ferramentas de reporte para a Alta Administração e pelos responsáveis pela governança na instituição – além do instrumento normativo de reporte, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), existe a figura das ferramentas previstas nos arts. 13 e 17 da Instrução Normativa CGU 24/2015.
- Posicionamento no organograma da instituição que a exclua de atividades de gestão e acima das unidades auditadas – a Unidade de Auditoria Interna encontra-se vinculada a um dos conselhos superiores da Universidade, o que lhe garante posição, no organograma, independente das unidades auditadas.
- Proteção em face de pressões políticas para a condução de auditagens, bem como garantias à objetividade de opiniões, resultados e achados sem temor de represálias – inexistente proteção específica para a atuação da Unidade de Auditoria Interna. Qualquer tipo de constrangimento dos auditores internos no exercício de suas funções que possa comprometer a objetividade de suas opiniões, resultados e achados será processado em conformidade com a legislação de regência de direito disciplinar e correccional.
- Proibição aos auditores internos de execução de auditagens em tarefas ou funções pelas quais tenham sido responsáveis, evitando conflito de interesses – inexistente normatização interna que disponha sobre esta proibição, que se resolve com as disposições da Instrução Normativa nº 01/2001, expedida pela Secretaria Federal de Controle Interno<sup>14</sup>. O Regimento Interno da Auditoria Técnica prevê, em seu art. 24, que aos servidores lotados na unidade “*é vedado o exercício cumulativo de funções ou cargos nesta Universidade, exceto os de magistério*”.
- Acesso aos responsáveis pela governança na organização – apesar da inexistência de previsão regimental, os auditores internos têm acesso franqueado, com direito a voz, às sessões do conselho superior ao qual está vinculado.

#### 5.2.1.2 Estruturação da Unidade de Auditoria Interna

A estrutura da Auditoria Técnica pode ser analisada sob dois prismas: pessoal e infraestrutura.

<sup>13</sup> Disponível em: <[http://es.issai.org/media/14469/intosai\\_gov\\_9140\\_s.pdf](http://es.issai.org/media/14469/intosai_gov_9140_s.pdf)>. Acesso em: 3 mar. 2016. As Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) são emitidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

<sup>14</sup> Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-01-06042001.pdf>>. Acesso em 29/01/2016.

### 5.2.1.2.1 Estrutura de pessoal

*Quadro 5.2.1.2.1 Estrutura de pessoal da unidade de Auditoria Interna*

Cargo	Quantidade	Formação
Administrador	2	Especialista em Finanças Corporativas e Mercado de Capitais
		Especialista em Gestão Pública, Mestrando em Sistemas de Gestão
Assistente em Administração	1	Bacharel em Ciências Jurídicas
Auditor	3	Bacharel em Ciências Jurídicas, especialista em Direito Administrativo
		Bacharel em Ciências Jurídicas, especialista em Administração Pública
		Bacharel em Ciências Contábeis, especialista em Controladoria e Finanças, mestranda em Economia Empresarial
Contador	2	Especialista em Gestão Pública
		Especialista em Contabilidade e Auditoria, mestranda em Economia Empresarial
Economista	1	Especialista em Contabilidade e Auditoria e em Sistemas de Qualidade e Produtividade, mestranda em Economia Empresarial
Técnico de Nível Superior III	1	Bacharel em ciências jurídicas, cedida do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Técnico em Contabilidade	1	Bacharel em Ciências Contábeis, especialista em Contabilidade e Auditoria

Fonte: Auditoria Técnica

Destaca-se que do quadro de servidores apresentado, quatro (aproximadamente um terço da força de trabalho atual) ingressaram na Unidade de Auditoria Interna no decorrer do ano de 2015, representando um impacto extremamente positivo na alocação da tarefas e desenvolvimento dos trabalhos de auditoria.

### 5.2.1.2.2 Infraestrutura

Por sua vez, a infraestrutura – aqui considerada a instalação física que sedia as atividades da equipe de auditores internos e as ferramentas de trabalho postas à sua disposição – revela-se ainda inadequada e insuficiente para que a unidade desenvolva os trabalhos de auditoria e assessoramento à gestão com a eficiência e eficácia esperadas. A Administração Central foi notificada dessa fragilidade, gerada por uma sucessão de fatos adversos, e espera-se que se consiga em breve dotar a Auditoria Técnica da infraestrutura material necessária, para que, junto com os recursos humanos já alocados, seja atendida plenamente a recomendação do TCU para que a UFF

avaliar a possibilidade de aumentar a lotação de servidores na auditoria interna da Universidade, além de disponibilizar-lhes cursos de capacitação, de modo a organizar a respectiva unidade, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, conforme o disposto no art. 14 do Decreto nº 3.591/2000.(Acórdão nº 704/2014 – TCU- 2ª Câmara)<sup>15</sup>

#### 5.2.1.2.3 Forma de escolha do executivo-chefe da Unidade de auditoria Interna

A escolha do titular da Unidade de Auditoria Interna obedece aos trâmites previstos no art. 15, § 5º do Decreto nº 3.591/2000, e na Portaria CGU nº 915/2014, sendo a indicação aprovada previamente pelo Conselho de Curadores.

#### 5.2.1.3 Perspectivas

A Unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal Fluminense passa atualmente por processo de mudança organizacional que tem por objetivo normatizar seu planejamento estratégico e o alinhamento ao plano do desenvolvimento institucional da Universidade, bem como a periodicidade de suas revisões e a aferição das metas a ele associadas.

A atribuição de missão, valores e de uma visão de futuro para a Unidade de Auditoria Interna constitui-se em pressuposto para que se possa definir propriamente uma estratégia de atuação, de forma que a atual fundamenta-se na legislação de regência da atividade de auditoria interna como principal elemento de definição estratégica e no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna como elemento de nível tático e operacional.

A visão de futuro que se busca imprimir em toda a atuação da Auditoria Técnica, para além de uma asseguradora de certificação, é a de uma unidade geradora de soluções inovadoras para os problemas vivenciados pela Universidade e uma assessora de confiança dos gestores, que, conscientes do compromisso ético dos auditores internos e da objetividade e precisão de suas opiniões, possam com eles contar para um trabalho preventivo e orientador.

A estratégia de atuação pretendida, conceitualmente identificada com modelos de auditoria baseados em risco, vem sendo objeto de revisão normativa, que se dará na forma de um novo Regimento Interno e de um Manual de Auditoria. Tais tarefas de revisão normativa terão maior densidade não só em virtude da magnitude do trabalho, mas pela necessidade de aprovação por parte de órgãos superiores.

Uma medida de baixo custo de implantação e manutenção contribuirá para maior visibilidade e disseminação dos trabalhos da Auditoria Técnica: a confecção de um portal da Unidade na rede mundial de computadores.

Além disso, é fundamental para que a Unidade de Auditoria Interna atinja níveis superiores de eficiência de sua atuação, uma política de gestão e reaproveitamento do conhecimento gerado no curso das auditagens, além de ferramentas e métodos adequados para aferir o atendimento às recomendações expedidas.

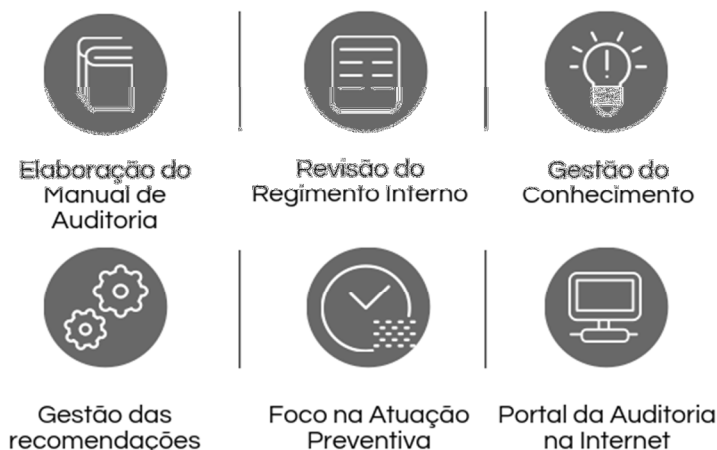
---

<sup>15</sup> Disponível em:

<https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarTextual2/Jurisprudencia.faces?colegiado=SEGUNDA+CAMARA&numeroAcordao=704&anoAcordao=2014>. Acesso em: 9 mar. 2016.

Situa-se também no eixo da mudança organizacional o foco na atuação preventiva das auditorias, com objetivo de detecção das desconformidades o quanto antes, para que causem o mínimo impacto possível.

## **Perspectivas para a Auditoria Interna**



Paralelamente, passos importantes no sentido de modernização da atuação da unidade já foram dados, tendo sido editada norma dispoendo sobre o livre acesso dos auditores internos a instalações, documentos e quaisquer informações mantidas pela Universidade, o dever de sigilo em relação às informações obtidas, e atendimento tempestivo às solicitações de auditoria. Trata-se da Portaria 53.769, de 09/04/2015, do Reitor da UFF,<sup>16</sup> para fins de atendimento ao disposto no Acórdão 821/2014-TCU-Plenário.<sup>17</sup>

### **5.2.2 Informações quantitativas e qualitativas**

A Auditoria Técnica avaliou os controles internos da Instituição mediante as atividades de auditoria realizadas no decorrer do exercício 2015. Além disso, atuou prestando assessoramento aos gestores em temas correlatos à sua área de atuação. Foram realizados trabalhos de auditoria conforme previsão no instrumento anual de planejamento, sintetizados no item seguinte, cujas informações quantitativas e qualitativas encontram-se pormenorizadas no Anexo I.

### **5.2.3 Demonstração da execução do plano anual de auditoria**

#### **5.2.3.1 Avaliação comparativa entre atividades planejadas e executadas**

Trabalhos de extrema relevância foram executados no período, resultando em relatórios de auditoria e pareceres, além de diversos *e-mails* e participação em reuniões, em sede de assessoramento aos gestores.

<sup>16</sup> Portaria 53.769 de 09 de abril de 2015. Dispõe sobre o livre acesso dos servidores das equipes de auditoria e o atendimento às Solicitações de Auditoria no âmbito da Universidade Federal Fluminense e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/bs/2015/04/055-2015.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarTextual2/Jurisprudencia.faces>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

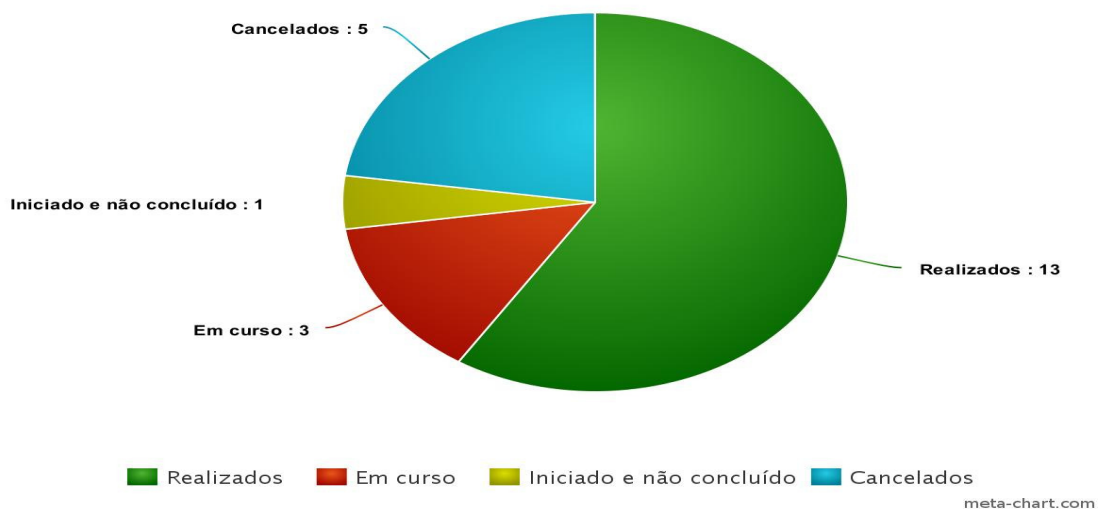
Quadro 5.2.3.1 Avaliação comparativa entre atividades planejadas e executadas

Área	Descrição Sumária	Status
Avaliação da Gestão	RAINT 2014	Trabalho realizado
	Demonstrações Contábeis - 4º Trimestre 2014	Trabalho realizado
	Prestação de Contas Anual - Exercício 2014	Trabalho realizado
	Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre 2015	Trabalho realizado
	Demonstrações Contábeis - 2º Trimestre 2015	Trabalho realizado
	Demonstrações Contábeis - 3º Trimestre 2015	Trabalho realizado
	Interiorização	Trabalho em curso
	Sensibiliza UFF	Trabalho cancelado
Acompanhamento da Gestão	Assessoramento ao TCU/CGU e Acompanhamento das Recomendações	Trabalho realizado
	Assessoramento ao Conselho de Curadores e ao Gestor	Trabalho realizado
	Acompanhamento das Recomendações da Auditoria Interna	Trabalho realizado
	PAINT 2016	Trabalho realizado
Gestão Operacional	Orçamento	Trabalho em curso
	Programas de Governo – REUNI e Expansão (Obras)	Trabalho em curso
Gestão de Recursos Humanos	Consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal	Trabalho realizado
	Folha de Pagamentos – Incentivo à Qualificação	Trabalho realizado
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	Processos Licitatórios	Trabalho cancelado
	Contratação ou aquisição de serviços de TI	Trabalho iniciado e não concluído
	Transferências Realizadas- Fundação de Apoio	Trabalho cancelado
	Macroprocesso de aquisições	Trabalho cancelado
	Sustentabilidade Ambiental	Trabalho realizado
Gestão Patrimonial	Patrimônio Imobiliário	Trabalho cancelado

Fonte: Auditoria Técnica

Pode-se concluir que, das 22 atividades previstas no PAINT 2015, 16 foram executadas (das quais 3 ainda estão em curso), 5 foram canceladas, e 1 foi iniciada (tendo sido realizada reunião de abertura e emitidas Solicitações de Auditoria), sem que fosse possível sua conclusão, na forma representada graficamente abaixo:

Gráfico A.5.2.3.1 Atividades previstas no PAIN'T 2015



### 5.2.3.2 Fatores de impacto negativo na execução das atividades planejadas

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna relativo ao exercício 2015 não foi cumprido integralmente em virtude de fatores que impactaram de forma negativa na rotina de trabalho, a saber:

- Precariedade estrutural a que está submetida a Unidade de Auditoria Interna, desde maio de 2014, em virtude de sua instalação em sala inadequada para a execução de suas tarefas: Reportamo-nos ao item 5.2.2 do presente parecer, para eleger a precariedade estrutural como o principal fator obstativo ao cumprimento integral do Plano de Atividades de Auditoria Interna;
- Ocorrência de greve dos servidores técnico-administrativos e docentes da universidade: Durante o exercício foram deflagradas greves pelas categorias que compõem a força de trabalho da Universidade. A dos servidores técnico-administrativos, a que pertencem os servidores lotados na Unidade de Auditoria Interna, paralisou suas atividades de 28/05/2015 a 07/10/2015, enquanto os docentes mantiveram movimento paredista de 28/05/2015 a 05/10/2015. A Auditoria Técnica encontra-se instalada, desde maio de 2014, em unidade acadêmica, a qual permaneceu fechada durante vários dias em virtude da greve dos servidores docentes. Além disso, a adesão à greve limitou as possibilidades de atuação da Unidade de Auditoria Interna, em virtude do esvaziamento dos setores;
- Paralisações de empregados terceirizados, acarretando interrupções no acesso às dependências da Universidade: Os prestadores de serviço de asseio e conservação, vigilância e apoio técnico especializado, contratados por meio de execução indireta, promoveram no exercício inúmeras paralisações, em muitos casos impedindo ou inviabilizando a presença dos servidores lotados na Auditoria Técnica em seu local de trabalho;<sup>18</sup>
- Afastamento da titular da chefia da Auditoria Técnica: A Sr.<sup>a</sup> titular da chefia da Auditoria Técnica encontra-se afastada de suas atividades desde agosto de 2015 por incapacidade laborativa transitória, o que ocasionou o remanejamento das atividades previstas para seu substituto eventual, e, conseqüentemente, de toda a equipe;
- Ausência de ferramentas adequadas para a atuação da Auditoria Técnica: a ausência de um sistema informatizado que permita o lançamento de informações decorrentes das auditorias realizadas prejudica, sobretudo, o trabalho de acompanhamento das recomendações de auditoria, o que vem sendo realizado de maneira incipiente por meio de planilhas. A utilização de planilhas para essa finalidade é inadequada por não permitir a emissão de relatórios gerenciais que indiquem, por exemplo, a quantidade de recomendações emitidas por área ou por assunto, de forma intuitiva e com uma interface amigável. Além disso, nem todos os microcomputadores postos à disposição da Auditoria Técnica dispõem do mesmo sistema operacional e suíte de edição de documentos, com prejuízos à compatibilidade dos arquivos e, conseqüentemente, da gestão documental da unidade. Depende um efetivo acompanhamento das recomendações de um sistema por meio do qual fosse possível acompanhar a sua implementação, nos moldes do Sistema Monitor, utilizado pela Controladoria-Geral da União.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/em-greve-funcionarios-terceirizados-da-uff-impedem-entrada-de-alunos.html>> e em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7915>>. Acesso em: 25 jan. 2016.



#### 5.2.4 Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da unidade de auditoria

A estrutura organizacional da unidade não foi alterada no período. Deve-se destacar, contudo, a remoção para a Unidade de Auditoria Interna de dois servidores de nível superior (um administrador e um contador) e dois de nível médio (técnico em contabilidade e assistente em administração), de forma a melhor estruturar a força de trabalho da Auditoria Técnica.

Em virtude das remoções terem ocorrido no final de 2015 e os servidores removidos estarem em adaptação na Unidade, o impacto efetivo de seus ingressos nas auditoragens será demonstrado nos próximos exercícios.

#### 5.2.5 Opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da unidade

Adotando a metodologia prevista na Estrutura Integrada de Gerenciamento de Riscos Corporativos elaborada pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO) que é referência normativa e jurisprudencial<sup>19</sup> na avaliação de controles internos corporativos, inclusive governamentais, os trabalhos realizados no exercício permitem avaliar a qualidade dos controles internos da seguinte forma:

##### 5.2.5.1 Ambiente interno

O ambiente interno abrange a cultura de uma organização e a consciência de controle das pessoas que nela trabalham. Os fatores do ambiente interno compreendem a estrutura organizacional incluindo a atuação do conselho de administração; a integridade, os valores éticos e a competência do pessoal da organização; e a forma pela qual a administração atribui alçadas e responsabilidades, bem como organiza e desenvolve o seu pessoal.

A Universidade ainda se encontra nos estágios iniciais de desenvolvimento de uma cultura corporativa orientada pela governança. Os principais indícios de fragilidade nos controles internos foram identificados em auditoragens realizadas no exercício, com destaque para a baixa aderência à legislação de regência e cumprimento de prazos.

Além disso, o atendimento intempestivo às solicitações de auditoria e a existência de número expressivo de recomendações dos órgãos de controle pendentes de atendimento são elementos que depõem em desfavor da qualidade do ambiente interno sob o enfoque do controle.

Diversas estruturas críticas para o funcionamento da instituição, e mesmo algumas Pró-Reitorias e Superintendências, não dispõem de um regimento interno que defina atribuições e responsabilidades.

Em consequência das fragilidades no ambiente de controle, o cumprimento da missão e o alcance dos objetivos da organização, bem como a eficácia do controle interno podem ficar comprometidos.

##### 5.2.5.2 Avaliação de Risco

---

<sup>19</sup> Conforme previsão na Instrução Normativa 24/2015, expedida pela Controladoria-Geral da União, e Acórdãos 2467/2014-Plenário e 548/2015-Plenário, dentre outros.

A avaliação do risco permite que uma organização considere até que ponto eventos em potencial podem impactar a realização de seus objetivos, definindo forma de mensurá-los considerando, dentre outros fatores, a possibilidade de ocorrência destes eventos e o seu impacto no caso de ocorrência.

A Universidade não possui uma política de gestão de riscos formalizada, conforme resposta ao Levantamento de Governança (PerfilGov ciclo 2014), empreendido pelo TCU. Além disso, no mesmo questionário, revelou-se atendimento em baixo grau no tocante à avaliação, direcionamento e monitoramento do desempenho da gestão pela Alta Administração. Logo, a opinião do auditor interno no tocante a este elemento da estrutura de controles internos administrativos resta prejudicada.

### 5.2.5.3 Procedimentos de Controle

Os procedimentos de controle são as políticas e as atividades que contribuem para assegurar que os riscos sejam geridos, seja por acontecerem em níveis aceitáveis, pela sua mitigação ou eliminação. Esses procedimentos ocorrem em toda a organização, em todas as dimensões da instituição: áreas, funções, processos, rotinas, procedimentos, projetos, pois compreendem uma série de atividades, tais como: aprovação, autorização, verificação, reconciliação e revisão do desempenho operacional, da segurança dos bens e da segregação de responsabilidades.

Como já mencionado, a UFF enfrenta ainda a inexistência de uma política formal de gestão de riscos, o que torna os procedimentos de controle difusos e, quando não decorrentes de imposição normativa ou inibição sistêmica, resultam de uma decisão pessoal dos gestores intermediários ou superiores.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal Fluminense<sup>20</sup> é o instrumento principal de planejamento e de materialização do planejamento estratégico da instituição. Segundo o documento, trata-se de:

(...) uma importante ferramenta de gestão, pois compõe um conjunto de ferramentas de gestão e governança, viabilizando a evolução e desenvolvimento institucional de forma coesa, objetiva e clara, devendo ser considerado na operação diária da Universidade.

Seu papel é tornar claros os objetivos organizacionais por meio da definição de seus objetivos estratégicos. (...)

Ao mesmo tempo o planejamento estratégico é uma ferramenta administrativa que possibilita a percepção da realidade, avaliação dos caminhos e construção de um referencial de futuro para uma organização que tem como objetivo alcançar sua visão de futuro e missão de sua existência. Esse plano se desdobra em objetivos estratégicos, indicadores e metas, sendo crucial para garantir o alinhamento e direcionamento entre os níveis: estratégico, tático e operacional. O PDI 2013-2017 foi elaborado com o intuito de servir como base para o desenvolvimento de uma Universidade mais robusta, inteligente e inovadora, priorizando a excelência e qualidade em todas as suas perspectivas. Esse trabalho foi proposto pela Comissão Mista de Orçamento e Metas (CMOM) por meio da adoção de uma metodologia de planejamento estratégico que considerou o contexto socioeconômico e político, a comunidade ao entorno e tendências.

Em análise do documento, constata-se a necessidade de elaboração de uma política de gestão de riscos bem como de um diagnóstico dos riscos nas áreas que permitam detectar a

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://www.pdi.uff.br/images/PDI\\_2013-2017/PDI\\_UFF\\_2013-2017.pdf](http://www.pdi.uff.br/images/PDI_2013-2017/PDI_UFF_2013-2017.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2016.

probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-las, fragilizando a eleição de áreas que necessitam de ações corretivas e a alocação em recursos em projetos.

É necessário que os procedimentos de controle obedeçam a uma diretriz única, que comporte os fatos e atos administrativos e que estejam sintonizados com a política de gestão de riscos.

Dessa forma, entendemos que os procedimentos de controle existem, dependendo sua qualidade de fatores externos como a existência de normas cogentes ou mecanismos à prova de erros (*failproof*)<sup>21</sup>, típicos dos sistemas estruturantes que atendem à administração pública federal como o SIAFI, SIASG, COMPRASNET, SCDP, SIAPE, dentre outros, dependendo o seu aperfeiçoamento de uma diretriz única que seja disseminada por um sistema de controles internos administrativos a partir de uma política de gestão de riscos que defina, por exemplo, quais atividades oferecem risco maior e devam, por isso, atrair procedimentos de controle diferenciados.

#### 5.2.5.4 Informação e Comunicação

Trata-se da identificação, coleta e comunicação de informações relacionadas a atividades e eventos internos e externos, necessárias ao alcance dos objetivos da organização, bem como à efetividade das atividades por ela desenvolvidas. Essas informações devem ser transmitidas às pessoas de forma oportuna e tempestiva, de modo a permitir que cumpram suas responsabilidades adequadamente.

Em relação a este elemento de avaliação dos controles internos, deve-se destacar o trabalho da Comissão Técnica designada pela Portaria 53.722, de 25 de março de 2015.

A aludida Comissão Técnica foi criada inicialmente com a finalidade de atender ao comando disposto no item 9.15.4 do Acórdão 821/2014, exarado pela composição plena do Tribunal de Contas da União, que determinou à Universidade que “fomente a intermediação das comunicações entre as subunidades organizacionais e os órgãos de controle interno e externo, e vice-versa, pela sua UAI”.

A atuação da referida Comissão Técnica, que é integrada por um representante de cada Pró-Reitoria e Superintendência da Universidade, além de uma representante da Unidade de Auditoria Interna, que atua como facilitadora, sem assumir responsabilidades e riscos próprios dos gestores, tem permitido o processamento, a coleta e a transmissão das informações de maneira racional e célere, o que vem contribuindo para a redução do passivo de recomendações não atendidas.

Diante da experiência positiva, a Unidade de Auditoria Interna entende que a Comissão Técnica deve tornar-se uma unidade de caráter permanente de atuação, com atribuições estatutárias, para o contínuo aprimoramento desse importante elemento de controle interno.

#### 5.2.5.5 Monitoramento

Constitui-se no acompanhamento das atividades de controle da Unidade, com a finalidade de diminuir riscos e de implementar melhorias.

Verifica-se elevado número de recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da União e pela própria Unidade Auditoria Interna pendentes de atendimento, sem justificativa ou mesmo solução alternativa, cabendo destacar o relevante papel da Comissão Técnica mencionada no item anterior no sentido de oferecer respostas aos Órgãos de Controle.

---

<sup>21</sup> Mecanismo, dispositivo ou método para impossibilitar ou dificultar a ocorrência de erros humanos por inadvertência.

O fluxo de acompanhamento e implementação, pela administração universitária, das recomendações da Auditoria Técnica, envolve o envio do relatório de auditoria à Autoridade Universitária, acrescido de eventuais indicações e diligências solicitadas pelo Conselho de Curadores.

A sistemática de monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Auditoria Interna é realizada ainda de forma incipiente, por meio de planilhas, inexistindo sistema que torne o manejo do grande volume de dados mais intuitivo.

Impende notar que a Controladoria-Geral da União alterou recentemente a sistemática de acompanhamento de suas recomendações, atribuindo às unidades auditadas a incumbência de alimentação de sistema informatizado, que permite, além do acompanhamento da implementação das recomendações, a obtenção de informações gerenciais relativas a prazos, áreas mais críticas, reiteraões, dentre outros aspectos, fugindo a qualquer medida de razoabilidade esperar que a Auditoria Técnica, funcionando com estrutura precária, e lidando com volume de dados semelhante, sem contar com qualquer sistema de apoio, possa apresentar resultados satisfatórios no tocante ao acompanhamento da implementação das recomendações expedidas.

A comunicação aos gestores sobre os riscos decorrentes da não implantação das recomendações da Auditoria Técnica é realizada de maneira implícita. A partir do presente exercício, a versão definitiva dos relatórios de auditoria conterá alerta específico quanto aos aludidos riscos.

O quadro apresentado revela, no entender da Auditoria Interna, baixa qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da Universidade.

Portanto, os controles internos administrativos da Universidade Federal Fluminense, com base nas auditagens realizadas no exercício, revelaram fragilidades que comprometem parcialmente a capacidade de identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes.

Cumprir destacar que o resultado deve ser interpretado dentro de um contexto, e não isoladamente. A gestão de riscos é um processo ainda muito imaturo na generalidade da administração pública federal. O Acórdão 2467/2013, prolatado pela composição plena da Corte de Contas corrobora a afirmativa, ao veicular levantamento sobre o tema, concluiu:

15. A análise das respostas indicou que dois terços das organizações estão nos níveis básico e intermediário e apenas 9% da amostra alcançou o estágio avançado. Em média, concluiu-se que há difusão de práticas de gerenciamento de riscos em nível intermediário nas entidades (pontuação de 43%).

(...)

18. Para cada setor avaliado, o trabalho apontou medidas que podem ser adotadas pelas entidades públicas com o fim de institucionalizar ou melhorar a gestão de riscos, como a implantação de planejamento estratégico onde esse processo não existe, a busca pelo envolvimento ativo da Alta Administração com a implantação da gestão de riscos e a capacitação regular de gestores e servidores para lidar com riscos, dentre várias outras providências.

19. Mesmo considerando as limitações referentes aos métodos de coleta de dados adotados (pesquisas respondidas pelas próprias entidades avaliadas; dados relativos a setores diferenciados, em termos de natureza jurídica e área de negócio etc.), os resultados mostram que, de fato, existem várias possibilidades de aperfeiçoamentos na área. Além disso, o indicador elaborado poderá ser útil na seleção de objetos ou entidades para futuras ações de fiscalização e na posterior formulação de questões de auditoria específicas.

É dizer, a fragilidade na gestão de riscos não é uma característica intrínseca à Universidade Federal Fluminense, mas sim o resultado de diversos fatores, dentre eles a ausência de uma cultura corporativa que deposite na atividade a importância a ela atribuída por modelos gerenciais de administração.

De acordo com o entendimento do Controle Externo, a força normativa da constituição, a partir da designação como princípio constitucional da administração pública o da eficiência, insculpido em seu art. 37, é “explícita a obrigação dos gestores públicos de direcionarem seus esforços para a consecução de resultados, sendo insuficiente o atendimento aos imperativos legais e normativos”.

Por fim, para que a Unidade de Auditoria Interna – elemento-chave na avaliação dos controles internos administrativos – atenda aos fins a que se destina, sendo proativa e atuando preventivamente, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle, faz-se necessário que a Administração Central busque, de imediato, soluções definitivas para o quadro de precariedade estrutural vivenciado, sendo a estruturação da unidade condição fundamental para a eficiência e eficácia dos trabalhos, uma vez que as avaliações dependem da correta decodificação de percepções sobre diversos temas, atividade que resta prejudicada ausente a infraestrutura necessária para sua execução.

### 5.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Os registros das informações de ocorrências dos processos disciplinares dos fatos ou atos apurados, concernentes a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos (ensino, pesquisa e extensão), é gerido pela Gerência de Procedimentos Disciplinares (GPD), da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), que atualmente conta com quatro servidores, dentre eles um gerente e três servidores estáveis que participam das atividades de análise do processo recebido pela unidade, escolha dos membros participantes das Comissões, cadastramento no sistema CGU-PAD, condução do processo, orientação às Comissões designadas de fora da unidade, atendimento aos servidores, dentre outras atividades.

Na execução dos processos administrativos abertos e conduzidos pelo Hospital Universitário Antônio Pedro, compete à Gerência apurar as infrações administrativas disciplinares cometidas pelos servidores, recebendo as representações ou denúncias, elaborando as Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, mantendo registro atualizado da tramitação e do resultado dos processos e expedientes em curso, e encaminhando à CGU os dados consolidados e sistematizados, relativos aos resultados dos procedimentos de apuração disciplinar.

Cabe ainda à Seção de Procedimentos Disciplinares alimentar o Sistema CGU-PAD com as informações de abertura, andamento e encerramento dos respectivos procedimentos disciplinares. São seguidas as orientações previstas na Lei 8.112/1990, Lei nº 9.784/1999, no Manual de Processo Administrativo, Portaria 335/2006 e Instrução Normativa 04, sendo estes expedidos pela Controladoria-Geral da União e demais legislações conexas. Sendo assim, as Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares autuados e em curso são cadastrados no sistema, possibilitando a emissão de relatórios e controles sobre os procedimentos instaurados por esta Unidade.

Quadro 5.3 Relatório de Procedimentos por Assunto

Período: 01/01/2015 a 31/12/2015	Número de Procedimentos
Acumulação indevida de cargos	12
Assédio moral	2
Ausência de presteza nas atividades ou na prestação de informações	0
Ausência ou impontualidade ao serviço	4
Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações	2
Conflito de interesse entre a função pública e atos da vida privada	0
Desaparecimento ou perecimento de bens públicos	0
Descumprimento da Lei de Acesso à Informação	0
Descumprimento de normas relacionadas ao orçamento	0
Designação de atribuições a pessoa estranha a repartição	0
Desproporção entre patrimônio e renda	0
Desrespeito ao sigilo de informações	0
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	2
Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou	4
Favorecimento próprio ou de terceiros	0
Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos	2
Irregularidades ou fraudes em convênios ou outros acordos	0
Nepotismo	0
Reconhecimento de dívida	0
Representação de interesse particular junto à administração	0
Total	28

Fonte: GPD/PROGEPE

## 5.4 Gestão de riscos e controles internos

No processo de consolidação de sua gestão estratégica, está ainda em fase de estruturação na UFF um sistema específico para apoio à gestão de riscos, conforme apontado no item Monitoramento. Uma comissão técnica para esse fim está em formação, sob a coordenação da PROPLAN.

## 6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Universidade Federal Fluminense, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), possibilita aos seus usuários – comunidade acadêmica e externa – o acesso a todas as informações de interesse público sobre suas atividades.

O portal da UFF possui os *links* para os Dados Abertos (alinhado com a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, do Governo Federal); Fale Conosco; e para a Ouvidoria, cujos canais de acesso serão apresentados a seguir.

### 6.1 Canais de acesso do cidadão

A Ouvidoria Geral da UFF tem sua competência, objetivos e atribuições estabelecidos no seu regimento interno, (anexo à Resolução 35/2012 do Conselho Universitário). O serviço de Ouvidoria da UFF atende ao cidadão de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, pessoalmente, na rua Miguel de Frias 9, 3º andar, sala 311, Icaraí, Niterói/RJ; pelos telefones (21)2629-5225/99120-1633; ou por *e-mail*, no endereço eletrônico [ouvidoria@uff.br](mailto:ouvidoria@uff.br).

Ao receber as demandas da comunidade interna e externa, pelos seus canais de acesso, classifica-as – pedido de informação, agradecimento, denúncia e reclamação – e as encaminha às áreas afins. No cumprimento de suas funções, realiza a coleta, sistematização e divulgação de informações, inclusive através de relatórios, que contribuam para o monitoramento e aperfeiçoamento das regras e procedimentos acadêmicos, administrativos e institucionais.

### 6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão da Universidade Federal Fluminense encontra-se disponível no link: [www.ouvidoria.uff.br](http://www.ouvidoria.uff.br), conforme previsto no §4º do art. 11 do Decreto 6.932/2009.

No ano de 2015 a Ouvidoria Geral recebeu 3.191 demandas, sendo que as solicitações de informação sobre procedimentos e encaminhamentos dentro da Universidade somam a maioria das demandas (63%).

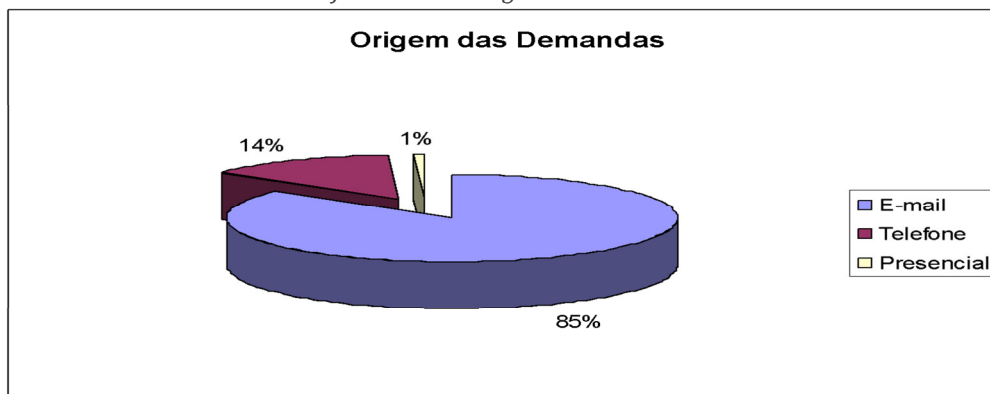
#### a) Volume de Demandas Recebidas X Volume de Demandas Atendidas:

Houve o atendimento da totalidade das demandas recebidas. Para todas houve uma resposta devidamente embasada, mesmo que a demanda não estivesse diretamente relacionada à instituição. Quando o atendimento não era possível, o demandante era reencaminhado aos órgãos/setores junto aos quais deveria buscar a solução para a questão apresentada.

#### b) Principais temas que foram objeto de encaminhamentos feitos por meio da Ouvidoria Geral:

A Ouvidoria Geral atendeu a 2.732 demandas via *e-mail*, somadas a 435 telefonemas e 24 atendimentos presenciais.

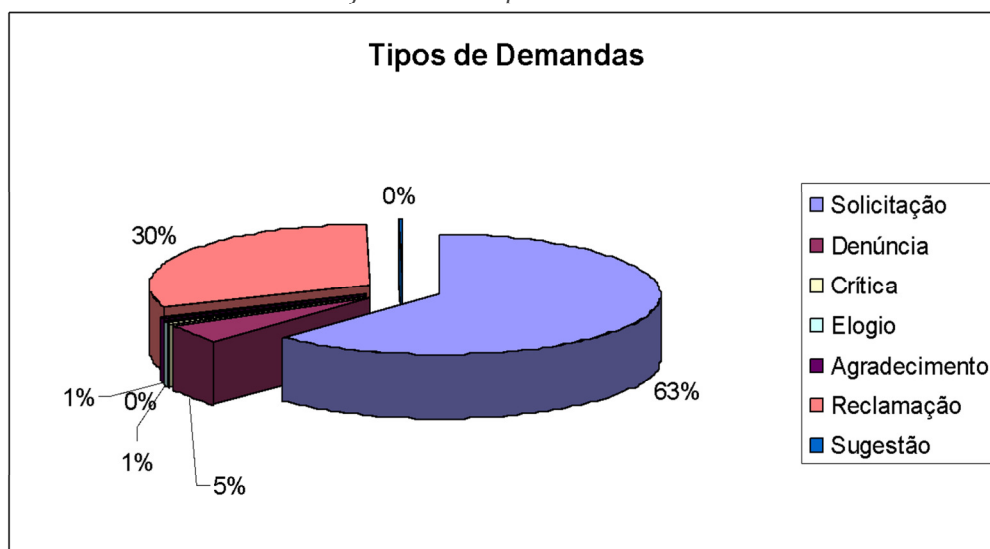
Gráficos A.6.2.1 Origem das Demandas



Fonte: Ouvidoria Geral

Origem	Registros	Frequência
<i>E-mail</i>	2.732	85,62%
<b>Telefone</b>	435	13,63%
<b>Presencial</b>	24	0,75%
<b>Total</b>	<b>3.191</b>	<b>100,0%</b>

Gráfico A.6.2.2 Tipos de Demandas



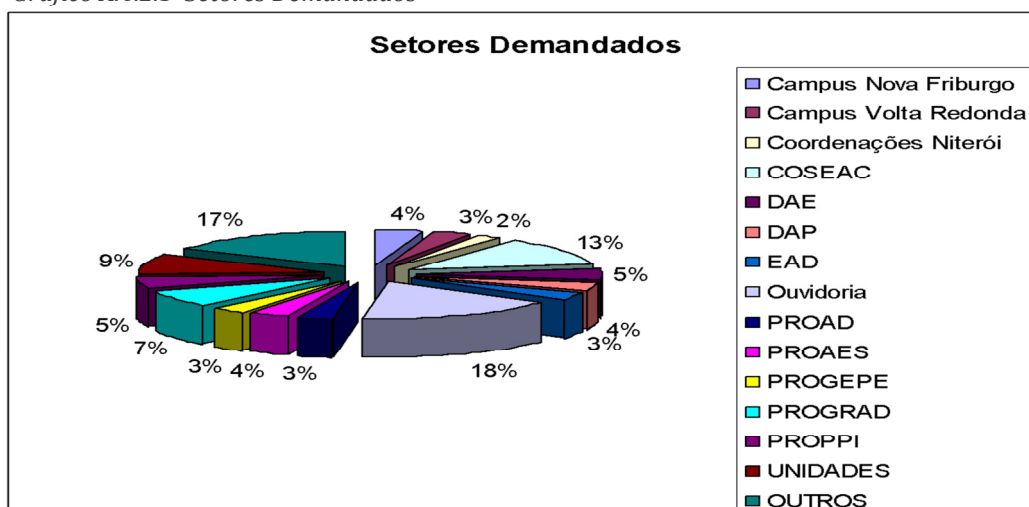
Fonte: Ouvidoria Geral

Conforme ilustra o gráfico A.6.2.2-Tipos de demandas, foi mais prevalente o item "Solicitação", que engloba pedidos de informações e de providências, seguido do item "Reclamação".

Vários setores da universidade foram acionados, como a COSEAC (13%), a PROPPI (9%), e a PROGRAD (7%), que tiveram destaque entre outros, porém a Ouvidoria Geral foi o órgão mais prevalente, dentre todos (18% das demandas).



Gráfico A.6.2.3 Setores Demandados



Fonte: Ouvidoria Geral

Os principais temas objeto de encaminhamentos feitos à Ouvidoria Geral, para atendimentos de forma setorial, foram pertinentes à Pró-Reitoria de Graduação, compreendendo a Coordenadoria de Seleção Acadêmica e o Departamento de Administração Escolar, envolvendo, principalmente, temas pertinentes aos cursos de graduação, confecção de diplomas, Enem/Sisu e os mais variados questionamentos relativos à graduação.

### 6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria está juntamente com a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) em processo de construção de ferramentas de aferição da satisfação do usuário quanto ao atendimento.

Não existe, ainda, na universidade a aplicação de um *feedback* na avaliação da satisfação dos usuários. O mecanismo de medição de satisfação vem acontecendo somente por meio de mensagens de agradecimentos e elogios recebidos, os quais representaram entre 1% e 5%, conforme apresentação no Gráfico A.6.2.2 – Tipos de Demandas, acima.

### 6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Um dos mecanismos é a orientação e oferta de serviços pelo sítio da UFF, que tem como objetivo facilitar o acesso aos serviços prestados pelos diversos órgãos da Universidade Federal Fluminense, onde o usuário (estudante, servidores e sociedade) poderá encontrar informações úteis, agendar um atendimento, entrar em contato com os órgãos e até começar um serviço. As informações que não estiverem disponíveis no nosso portal/sítio deverão ser solicitadas ao nosso Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O acesso pode ser feito pessoalmente, no sétimo andar do prédio da Reitoria, ou diretamente, pelo endereço: <http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/>.

Em 2015, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) registrou 156 pedidos a acessos à informação, com média mensal de 13 pedidos.

## 6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Universidade, por meio da Superintendência de Arquitetura e Engenharia (SAEN) e sua Divisão de Acessibilidade e Inclusão (Sensibiliza UFF), continuamente vem implementado e verificando as ações necessárias na elaboração dos projetos e aos envolvidos nas fiscalizações de obras, para viabilizar a aplicação plena da NBR 9050, no âmbito dos espaços interferidos.

Em relação às barreiras arquitetônicas existentes na UFF, verificou-se um grande avanço com as novas construções, por estarem sendo realizadas dentro das determinações legais quanto à acessibilidade. O desafio são as estruturas antigas, que não foram projetadas com esse olhar e precisam de modificações.

Outra ação realizada neste ano com o intuito de contribuir para o alcance das metas de acessibilidade foi a divulgação de um questionário, incorporado ao sistema, a ser preenchido por alunos com deficiência, como uma forma de auxiliar a contabilizar esses alunos.

Em 2015, a Sensibiliza UFF estudou, caso a caso, as solicitações dos estudantes com deficiência para auxílio de monitores para a realização de suas atividades acadêmicas, disponibilizando bolsistas para o devido apoio. Foram assistidos dezessete estudantes surdos, em sala de aula, em cursos de graduação e pós-graduação da universidade.

## 7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 7.1 Desempenho financeiro no exercício

O exercício de 2015 foi marcado por incertezas oriundas da crise econômica que afetaram o desempenho financeiro. Adicionalmente ocorreram as adaptações contábeis resultantes da adoção pelos órgãos públicos federais das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

Os novos conceitos adotados no tratamento das receitas e despesas forçaram a Unidade a mudar seus procedimentos internos, de forma a melhor aproveitar os recursos arrecadados por fontes próprias e equilibrar-se para atender as despesas custeadas com recursos do Tesouro Nacional.

A busca pelo equilíbrio financeiro foi um dos maiores desafios em 2015, tendo em vista que fluxo de caixa em momento algum apresentou situação positiva. Não houve sincronia entre ingressos de recursos financeiros com as despesas a pagar, obrigando os gestores a realizarem continuamente escolhas sobre que despesas e fornecedores seriam atendidos com os insuficientes recursos disponibilizados.

A gestão orçamentária e financeira foi negativamente afetada pelos contingenciamentos impostos ao orçamento autorizado para o Órgão. Foram contingenciados 50% do orçamento destinado a empenhos de despesas de capital. Estes empenhos foram integralmente liquidados e pagos com os repasses financeiros do Tesouro Nacional.

O impacto negativo do contingenciamento nestas despesas afetou drasticamente o andamento das obras de expansão da universidade, forçando grandes mudanças nos cronogramas de execução, postergando para 2016, e até para 2017, a conclusão de diversos prédios de salas de aula, laboratórios e biblioteca.

Quanto à dotação prevista para despesas de custeio, ao final do exercício apurou-se que não houve contingenciamento, porém o valor da dotação já se apresentava insuficiente, desde o início do exercício, para fazer frente às reais despesas, considerando o crescimento da Universidade no que se refere a número de alunos, estrutura física e de apoio (água, energia, telefonia, rede de dados, limpeza, conservação, segurança, Restaurante Universitário, Moradia Estudantil e administrativos).

O quadro abaixo demonstra a execução das despesas orçamentárias em relação à dotação para o exercício de 2015.

Quadro 7.1.1 Dotação

Quadro de Dotação			
Créditos Iniciais / Suplementares	Dotação (R\$)	Execução (R\$)	Economia / Excesso R\$)
<b>Despesas Correntes</b>	1 814 706 659,00	1 834 241 649,13	(19 534 990,13)
<b>Pessoal e Encargos</b>	1 584 644 098,00	1 564 803 354,23	19 840 743,77
<b>Outras Despesas Correntes</b>	230 062 561,00	269 438 294,90	(39 375 733,90)
<b>Despesas de Capital</b>	67 629 221,00	23 783 159,57	43 846 061,43
<b>Investimentos</b>	67 629 221,00	23 783 159,57	43 846 061,43
<b>Créditos Extraordinários</b>	-	0,00	-
<b>Despesas de Capital</b>	-	0,00	0,00
<b>Investimentos</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1 882 335 880,00</b>	<b>1 858 024 808,70</b>	<b>24 311 071,30</b>

Fonte: SIAFI

Com relação ao recebimento de repasses financeiros oriundos do Tesouro para despesas de custeio, verificou-se que ao final do exercício ficaram cerca de 10% das despesas liquidadas sem repasses para sua quitação.

Na tentativa de minimizar o impacto negativo do contingenciamento orçamentário e limitações financeiras em capital e custeio, a gestão da Universidade, viu-se obrigada a tomar diversas decisões no campo da austeridade, entre elas a de impor às Unidades limitações de gastos nas despesas de serviços não continuados, material de consumo, diárias e passagens.

Nessa linha, o gestor máximo da UPC expediu e publicou Portaria,<sup>1</sup> determinando que todos os afastamentos para viagens fossem submetidos à apreciação do Gabinete do Reitor, onde seriam analisadas a relevância e necessidade, visando à possível aprovação da despesa com passagens e diárias. Como resultado houve uma redução de 58% nas despesas com passagens e uma redução de 61% nas despesas com diárias.

O quadro abaixo demonstra a variação dos gastos gerais no decorrer dos últimos anos. Não estão incluídos os custos com água, energia e telefonia.

Quadro 7.1.2 Evolução de Gastos Gerais

Evolução de Gastos Gerais					
	2011	2012	2013	2014	2015
<b>1. Passagens</b>	2 865 129,98	2 668 457,97	2 508 244,52	2 058 338,78	866 001,00
<b>2. Diárias e ressarc. de despesas em viagens</b>	2 003 477,39	2 496 337,05	2 981 929,35	3 052 988,89	1 191 440,76
<b>3. Serviços Terceirizados</b>	88 259 866,03	112 642 684,75	110 926 477,93	123 885 993,36	97 974 556,84
3.1 Vigilância, Limpeza e Conservação	27 893 188,91	31 356 811,14	32 363 805,75	33 180 404,30	36 638 616,90
3.2 Tecnologia da Informação	2 763 768,84	2 221 739,94	2 639 193,38	1 958 035,64	739 319,25
3.3 Outras Terceirizações	57 602 908,28	79 064 133,67	75 921 263,65	88 747 553,42	60 596 620,69
<b>4. Cartão Corporativo</b>	241 953,85	311 108,87	262 872,38	247 564,16	195 148,96
<b>Total</b>	93 370 427,25	118 118 588,64	116 679 524,18	129 244 885,19	100 227 147,56

Fonte: SIAFI

<sup>1</sup> Portaria 53.317, de 20 de janeiro de 2015. *Suspende, temporariamente, as concessões de diárias e passagens no âmbito da Universidade Federal Fluminense.*

Quadro 7.1.3 Detalhamento da Evolução de Gastos Gerais

Detalhamento da Evolução de Gastos Gerais						
Descrição	Anos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>1. Passagens</b>	<b>2 542 485,63</b>	<b>2 865 129,98</b>	<b>2 668 457,97</b>	<b>2 508 244,52</b>	<b>2 058 338,78</b>	<b>866 001,00</b>
333903301	2 306 599,90	1 332 175,09	2 001 090,61	1 767 864,00	1 409 949,55	587 352,87
333903302	235 372,53	396 384,29	340 671,36	629 580,52	627 628,53	249 748,13
333903303	513,20	1 136 570,60	326 696,00	110 800,00	20 760,70	28 900,00
<b>2. Diárias e ressarc. Despesas em viagens</b>	<b>2 503 375,74</b>	<b>2 003 477,39</b>	<b>2 496 337,05</b>	<b>2 981 929,35</b>	<b>3 052 988,89</b>	<b>1 191 440,76</b>
333901414	1 902 582,70	1 535 778,12	1 977 493,02	2 122 334,35	2 262 090,59	800 070,09
333901416	600 793,04	467 699,27	518 844,03	859 595,00	790 898,30	391 370,67
<b>3. Serviços Terceirizados</b>	<b>70 695 322,57</b>	<b>88 259 866,03</b>	<b>112 647 713,55</b>	<b>110 926 477,93</b>	<b>123 897 280,90</b>	<b>97 986 156,84</b>
<b>3.1. Publicidade</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 028,80</b>	<b>2 215,15</b>	<b>11 287,54</b>	<b>11 600,00</b>
333903990	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00
333903992	0,00	0,00	5 028,80	2 215,15	10 987,54	11 600,00
<b>3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação</b>	<b>23 589 875,78</b>	<b>27 893 188,91</b>	<b>31 356 811,14</b>	<b>32 363 805,75</b>	<b>33 180 404,30</b>	<b>36 638 616,90</b>
333903702	12 753 239,65	14 684 785,59	17 003 983,88	16 127 554,65	17 165 870,83	18 812 201,67
333903703	8 679 434,38	10 045 751,76	10 146 894,20	11 815 392,49	13 581 707,43	14 934 547,98
333903705	1 787 177,54	2 459 253,56	3 732 034,96	3 953 949,54	2 091 397,53	2 685 767,44
333903978	370 024,21	703 398,00	473 898,10	466 909,07	341 428,51	206 099,81
<b>3.3. Tecnologia da Informação</b>	<b>2 967 471,09</b>	<b>2 763 768,84</b>	<b>2 221 739,94</b>	<b>2 639 193,38</b>	<b>1 958 035,64</b>	<b>739 319,25</b>
333903017	1 593 670,71	1 385 463,22	1 377 963,64	1 671 211,83	1 510 590,88	443 696,43
333903908	963 388,81	946 974,28	216 409,48	254 424,70	190 847,17	170 315,84
333903957	88 213,77	353 851,97	595 485,28	32 692,00	75 568,00	64 637,87
333903997	322 197,80	77 479,37	31 881,54	680 864,85	181 029,59	60 669,11
<b>3.4. Outras Terceirizações</b>	<b>44 137 975,70</b>	<b>57 602 908,28</b>	<b>79 064 133,67</b>	<b>75 921 263,65</b>	<b>88 747 553,42</b>	<b>60 596 620,69</b>
333903606	14 500,00	0,00	24 455,00	0,00	0,00	6 511,62
333903635	5 689 714,63	2 340 629,22	1 705 629,50	567 421,65	1 658 951,47	1 780 608,28
333903701	3 875 770,23	16 755 261,64	16 924 109,70	24 578 786,32	22 125 056,00	27 823 235,49
333903905	702 064,34	723 280,87	1 051 442,25	583 755,62	673 274,39	426 922,35
333903916	12 740 604,48	13 697 903,55	24 512 374,24	23 431 411,01	7 945 935,56	3 722 643,93
333903917	2 618 178,76	3 284 635,64	3 192 312,45	2 392 477,42	2 518 112,31	2 031 880,19
333903919	280 958,53	73 528,60	298 528,60	20 137,80	9 503,08	4 557,10
333903920	30 917,00	234 359,80	251 300,69	87 811,58	184 878,46	187 710,69
333903941	21 000,00	47 836,67	93 547,68	1 595 307,05	1 347 155,27	1 522 157,38
333903946	683 330,49	830 866,16	318 679,24	620 000,00	357 336,56	491 349,01
333903979	17 480 937,24	19 614 606,13	30 691 754,32	22 044 155,20	51 927 350,32	22 599 044,65
<b>4. Cartão Corporativo</b>	<b>205 117,20</b>	<b>241 953,85</b>	<b>311 108,87</b>	<b>262 872,38</b>	<b>247 564,16</b>	<b>195 148,96</b>
799911100	205 117,20	241 953,85	311 108,87	262 872,38	247 564,16	195 148,96

Fonte: SIAFI

## 7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

Mesmo em meio à crise econômica estabelecida no País e no Governo Federal desde 2014, a UFF tem buscado exaustivamente encontrar e implementar medidas que visem a garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior.

No exercício findo de 2015, a área responsável pela administração dos diversos contratos com fornecedores de serviços buscou negociar a redução dos valores, por meio de melhor adequação das planilhas de custos e insumos, especialmente no que concerne a terceirização de mão de obra para atividades de apoio, como por exemplo, serviços administrativos, vigilância, segurança, limpeza, conservação e copa, serviços estes classificados como grandes despesas de custeio desta Universidade.

Para tanto, foram reavaliadas as demandas das unidades acadêmicas e administrativas por postos de trabalho para execução desses serviços, objetivando com isso a redução de pessoal. Consequentemente, seria possível reduzir os valores das faturas a serem cobradas futuramente pelas empresas contratadas.

Em reuniões de governança que aconteceram, no mínimo, quinzenalmente, foram estabelecidas parcerias mais estreitas entre a Administração Central e os gestores de unidades para, discutir e programar as soluções em conjunto.

Como resultado dessas medidas, houve uma redução de 20% nas despesas com serviços terceirizados.

Nessas reuniões foi sugerida pelos participantes e acatada pela Administração Central a busca por fontes alternativas de captação de recursos financeiros, fazendo com que cada Unidade pudesse utilizar seu potencial dentro de sua especialidade para gerar recursos e aplicá-los na melhoria do ensino, pesquisa e extensão, conforme o caso.

Como exemplos de casos de sucesso podem ser citados os serviços de medicina veterinária prestados pela Faculdade de Veterinária aos proprietários de animais domésticos, e até de animais silvestres, moradores dos bairros do entorno do HUVET e outros em áreas adjacentes; os serviços de manipulação de medicamentos realizados pela Faculdade de Farmácia, com base nas receitas médicas trazidas pelos pacientes em tratamento no HUAP e outros estabelecimentos de saúde de Niterói; os cursos autofinanciáveis ministrados pelas diversas unidades acadêmicas na área de ensino, pesquisa e extensão; as taxas de ocupação pagas pelos permissionários ocupantes de espaço cedidos para exploração de atividades econômicas; os serviços de atendimento psicológico realizados pela Faculdade de Psicologia; e outros serviços realizados com apoio das equipes docentes e discentes de cada unidade.

Os recursos captados por essas fontes alternativas de receitas foram alocados de forma a privilegiar as unidades que as arrecadaram, sendo aplicados na aquisição de serviços, equipamentos e materiais utilizados em seus laboratórios e em outras instalações acadêmicas, diminuindo assim a sobrecarga de comprometimento sobre o orçamento geral da Universidade, aumentando a autossuficiência e sustentabilidade das unidades arrecadadoras e propiciando à Administração Central realocar recursos em custos fixos como água, energia, telefonia e serviços terceirizados, já que no último exercício os recursos para despesas de custeio em geral não foram suficientes para atender a demanda atual instalada.

Esse esforço por parte da Administração, no entanto, ainda não foi suficiente para acertar os atrasos nos pagamentos das faturas das grandes despesas de custeio, restando aos gestores negociar parcelamentos com os contratados e concessionários públicos.

### 7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A UFF, no decorrer de 2015, continuou envidando esforços com objetivo de adequar-se às NBC T 16.9 e 16.10,<sup>2</sup> que tratam, respectivamente, da depreciação, exaustão e amortização e da avaliação e mensuração de ativos da área pública, porém, por diversos motivos, não alcançou os resultados esperados.

Uma das grandes dificuldades é definir uma base confiável de quantidade e valores dos bens patrimoniais. Em 2015 não foi possível concluir o inventário de bens móveis da instituição, o que seria muito relevante para atualizar essa base de forma mais adequada e real. Devido a isso, o trabalho de depreciação de bens em uma base não confiável pode tornar-se em vão, tendo em vista já começar por uma base que oferece quantidades que podem ser inexistentes e valores que estão desatualizados. Tal base serviria apenas para lançar uma depreciação também irreal.

A solução pensada para se chegar a uma base confiável do conjunto de bens foi a criação, em 2013, da figura do Agente Patrimonial, um servidor responsável pelo controle de movimentação física em cada unidade acadêmica ou administrativa, treinado para utilização do Sistema de Administração Patrimonial (SISAP). Esta solução, porém, não teve adesão de todos os gestores da UFF e de alguns servidores nomeados como agentes, apesar dos esforços e apelos da Coordenação de Administração Patrimonial (CAP), inviabilizando a eficácia dessa solução.

Outra dificuldade está com relação ao software de controle patrimonial. O SISAP estava preparado para iniciar os cálculos de depreciação mesmo utilizando base não confirmada por inventários. Suas funcionalidades estavam independentemente preparadas para o cálculo. Contudo, as mudanças ocorridas no Plano de Contas Aplicado à Contabilidade Pública inviabilizou a utilização do SISAP, porque este foi desenvolvido utilizando o antigo plano de contas. Fez-se necessária, então, uma adaptação do SISAP.

Em síntese, a atualização do SISAP, a falta de nomeação de agentes patrimoniais por parte dos gestores ou a falta de atuação de alguns agentes nomeados, bem como a falta de base confiável do conjunto de bens, tem impossibilitado a implantação da depreciação dos bens móveis na UFF.

A gestão da Universidade está envolvida na busca de soluções para que o Inventário *On-line*, que é uma das aplicações do SISAP, seja implementado o mais rápido possível, tendo em vista que é fundamental para a emissão dos relatórios de depreciação e que sua falta tem impactado diretamente na contabilidade, no que se refere à atualização dos saldos das contas do Grupo Imobilizado.

Com relação aos bens imóveis, houve um trabalho de atualização dos valores de alguns prédios e terrenos da instituição. Essa atualização teve impacto nas contas do SIAFI e fazem parte das Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.

Todavia, o trabalho de identificação, regularização e valoração dos imóveis ainda está em andamento e, assim como ocorre com os bens móveis visando à depreciação, também requer esforço integrado da Universidade. Pretende-se, para o primeiro trimestre de 2016, o lançamento e a integração deste esforço em nível institucional, com o projeto intitulado Imóvel Legal, que apresentará sua descrição mais detalhada e seus resultados no próximo Relatório de Gestão.

### 7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A UFF não possui um sistema para apuração de custos.

---

<sup>2</sup> Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, disponíveis em: [http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor\\_P%C3%BAblico.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf)

## 7.5 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/1964 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas no Anexo II (item 10), deste Relatório.



## 8 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 8.1 Gestão de pessoas

#### 8.1.1 Estrutura de pessoal da Unidade

##### 8.1.1.1 Força de Trabalho da Unidade 26236 (UFF)

Quadro 8.1.1.1 Força de Trabalho da UFF

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos</b>	7407	7407	757	249
1.1. Servidores de Carreira	7407	7407	757	249
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao Órgão	7390	7390	748	241
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	08	08	---	---
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	03	03	03	02
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	06	06	06	06
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	458	458	---	---
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	51*	51	---	---
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>7916</b>	<b>7916</b>	<b>757</b>	<b>249</b>

\*2 ocupando Cargo de Direção e 49 anistiados

Fonte: DAP/PROGEPE/UFF

##### 8.1.1.1.1 Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro 8.1.1.1.1 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira</b>	3964	3426
1.1 Servidores de Carreira	3964	3426
1.2 Servidores de carreira vinculada ao Órgão	3964	3426
1.3 Servidores de carreira em exercício provisório	02	01
1.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	06	---
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	228	230
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	51	51
<b>Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>4243</b>	<b>3707</b>

Fonte: DAP/PROGEPE/UFF

##### 8.1.1.1.2 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 8.1.1.1.2 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	123	114	-	-
1.2.3 Sem Vínculo	-	2	-	-
1.2.4 Aposentados	-	5	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	643	535	-	-
<b>Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>766</b>	<b>656</b>	-	-

Fonte: DAP/PROGEPE/UFF

### 8.1.1.1.3 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

#### 8.1.1.1.3.1 Progressão por Capacitação

Neste ano foram feitas 104 concessões de Progressão por Capacitação, sendo o nível de classificação dos servidores: A-0; B-1; C-12; D-54 e E-37.

#### 8.1.1.1.3.2 Incentivo à Qualificação

Em 2015, foram analisados 364 processos de solicitação de Incentivo à Qualificação, computando-se 36 (trinta e seis) indeferimentos e 328 deferimentos, entre 197 concessões e 131 alterações de percentual de Incentivo à Qualificação.

#### 8.1.1.1.3.3 Gratuidade em cursos de Pós-Graduação oferecidos na UFF

Solicitações encaminhadas: sete em cursos *lato sensu* e duas em Mestrado Profissional.

#### 8.1.1.1.3.4 PQUFF - Auxílio à Qualificação - Ensino Superior e Pós-Graduação

Em 2015, foram contemplados no Programa de Qualificação da UFF 49 servidores, sendo 6 em curso de doutorado, 12 de mestrado, 13 *lato sensu* e 18 em formação de tecnólogo de nível superior.

#### 8.1.1.1.3.5 Afastamento de Servidores para Qualificação no País e no Exterior

Quadro 8.1.1.1.3.5 Servidores em Afastamento para Qualificação no País e no Exterior, em 2015

Categoria	Finalidade	País	Exterior	Total
Docente	Mestrado	2	0	2
	Doutorado	94	9	103
	Pós-Doutorado	34	83	117
	<b>Subtotal</b>	<b>130</b>	<b>92</b>	<b>222</b>
Técnico	Mestrado	20	3	23
	Doutorado	8	0	8
	<b>Subtotal</b>	<b>28</b>	<b>3</b>	<b>31</b>
<b>Total</b>		<b>158</b>	<b>95</b>	<b>253</b>

Fonte: DCQD/PROGEPE/UFF

#### 8.1.1.1.3.6 Cursos de Capacitação

No relatório do Plano Anual de Capacitação (PAC) 2015, a Seção de Desenvolvimento de Projetos (SDPR) apresentou o planejamento de realização de cursos internos nas três linhas de desenvolvimento: gerencial, administrativa e específica.

A execução dos cursos internos foi prejudicada pela greve dos servidores públicos federais que ocorreu entre os meses de maio a outubro de 2015.

8.1.1.1.4 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

a) Indicadores Gerenciais de Gestão da Lotação

- Índice do *Turnover* Global

Considera a flutuação (entradas e saídas) de servidores, tendo como base os dados de entrada vinculados aos processos de nomeação para cargo efetivo e de redistribuição para a UFF e, como dados de saída, aqueles vinculados aos processos de aposentadoria, falecimento, demissão, exoneração, posse em cargo inacumulável e redistribuição.

Dados considerados para cálculo:

- Ingressos em 2015: **169**
- Desligamentos em 2015: **156**
- N° de servidores técnico-administrativos em dezembro de 2014: **4.173** (Fonte: STI)  
**Índice apurado: 3.89%**

- Índice do *Turnover* Específico

Considera a flutuação (entradas e saídas), tendo como base os dados de entrada vinculados aos processos de nomeação para cargo efetivo e de redistribuição para a UFF e, como dados de saída, aqueles vinculados aos processos de exoneração, posse em cargo inacumulável e redistribuição, os quais refletem os desligamentos ocasionados por motivação do indivíduo.

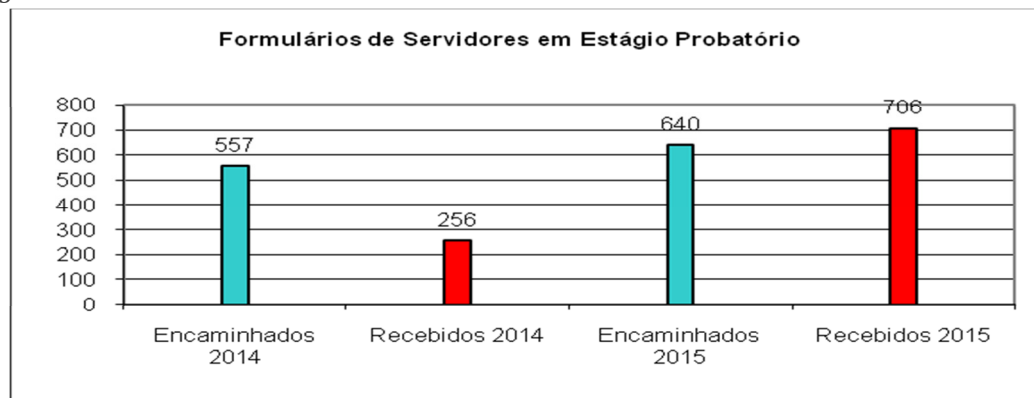
- Ingressos em 2015: **169**
- Desligamentos em 2014, considerados apenas os dados de redistribuição, posse em cargo inacumulável e exoneração: **46**
- N° de servidores técnico-administrativos em dezembro de 2014: **4.173** (Fonte – STI)  
**Índice apurado: 2.57%**

b) Indicadores Gerenciais de Gestão de Desempenho

- Indicadores de Análise Funcional

Atualmente, a UFF possui cerca de 4.206 servidores técnico-administrativos ativos, dos quais 585 encontram-se em Estágio Probatório (EP), o que representa 14% deste efetivo. Em relação ao ano anterior, houve um acréscimo de cerca de 0,8% do quantitativo de servidores técnico-administrativos da Universidade.

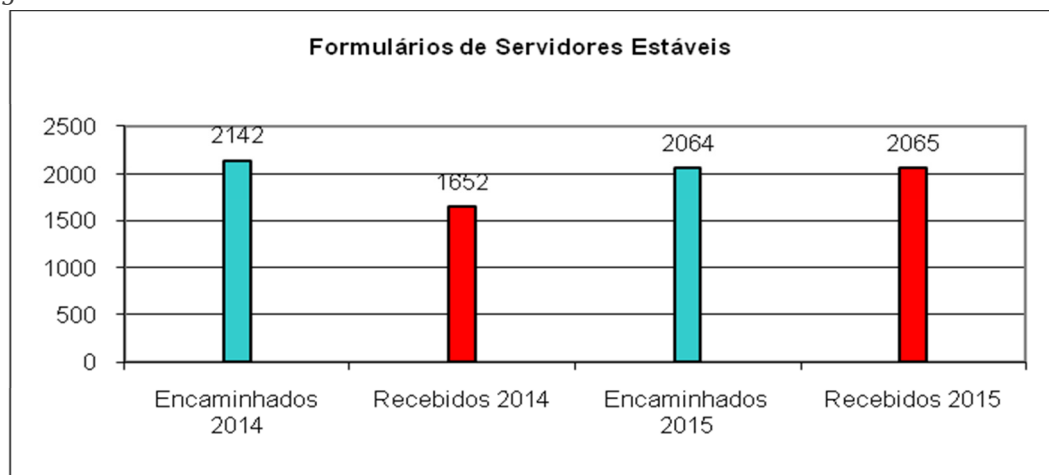
Gráfico A.8.1.1.1.4.1 Comparativo do Número de formulários de servidores em EP encaminhados e recebidos-2014/2015



Fonte: PROGEPE

De acordo com o Gráfico A.8.1.1.1.4.1, observa-se um acréscimo no quantitativo de encaminhamentos e recebimentos de avaliações de desempenho e planos de trabalho dos servidores em estágio probatório, entre os anos de 2014 e 2015, ressaltando-se que os recebimentos de 2015 também refletem quantitativos de formulários relativos a exercícios anteriores.

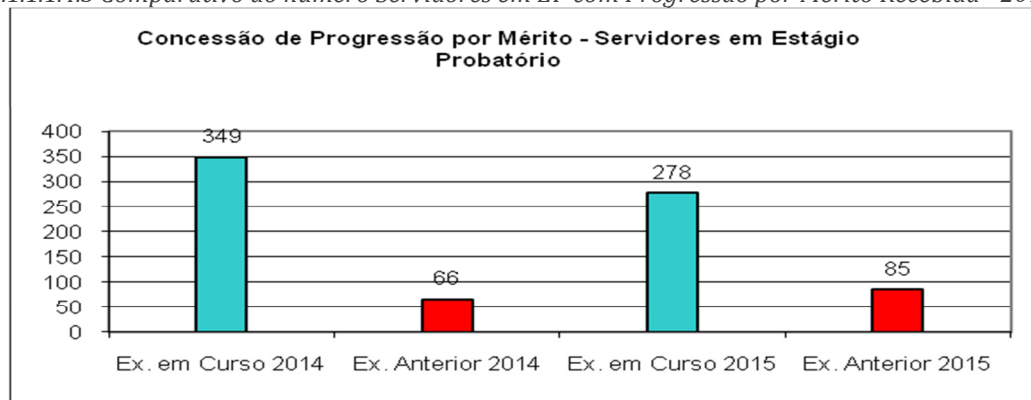
Gráfico A.8.1.1.1.4.2 Comparativo do Número de formulários de servidores estáveis encaminhados e recebidos – 2014/2015



Fonte: PROGEPE

Evidencia-se, no Gráfico A.8.1.1.1.4.2, um pequeno decréscimo no número de formulários de avaliação de desempenho e planos de trabalho de servidores estáveis encaminhados em 2015, especialmente em função do longo período de greve em 2015. Entretanto, percebe-se, nos gráficos A.8.1.1.1.4.1 e A.8.1.1.1.4.2, um considerável acréscimo de devoluções, sendo maior do que os encaminhamentos realizados em 2015, no Gráfico A.8.1.1.1.4.2, sugerindo um resultado positivo do trabalho de toda a área, em prol da regularização de pendências de avaliações de desempenho dos servidores técnico-administrativos desta Universidade.

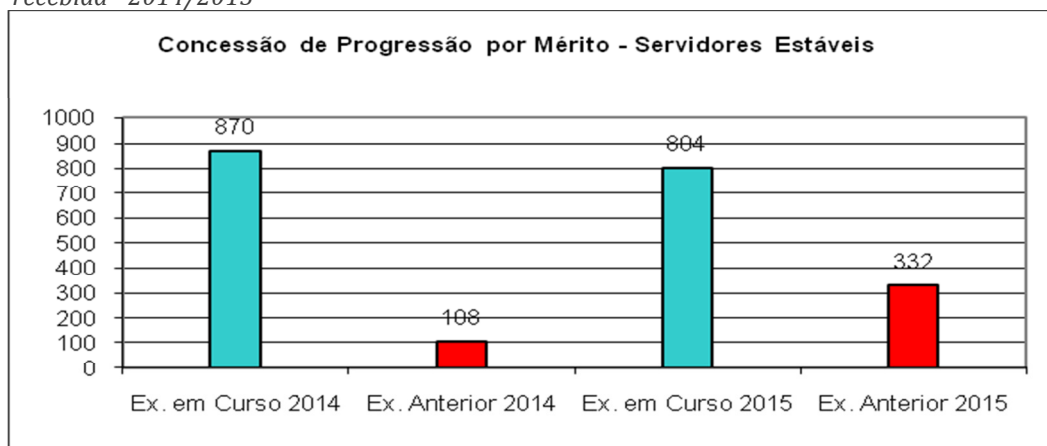
Gráfico A.8.1.1.1.4.3 Comparativo do número Servidores em EP com Progressão por Mérito Recebida - 2014/2015



Fonte: PROGEPE

O comparativo de concessões de progressão por mérito profissional para servidores em estágio probatório, conforme o Gráfico A.8.1.1.1.4.3, apresenta redução de 21% entre os anos de 2014 e 2015, tanto no exercício em curso, como em relação a exercícios anteriores.

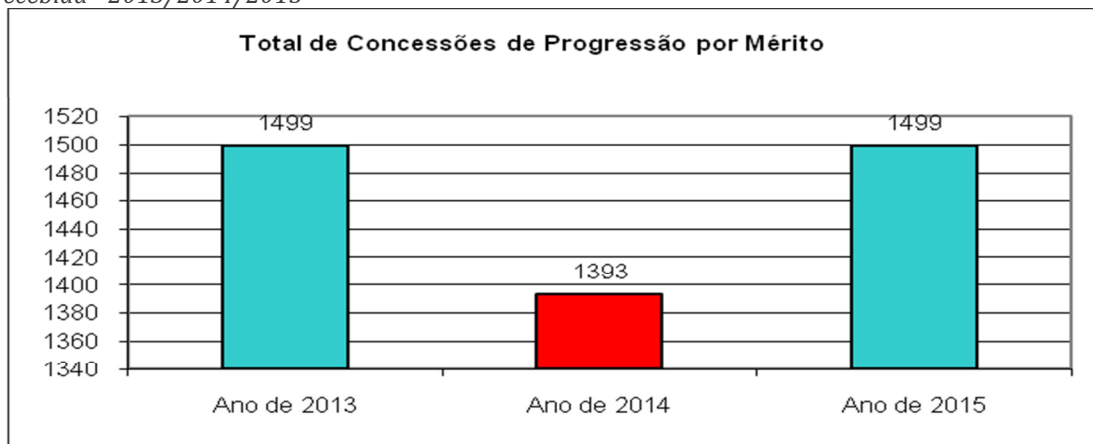
Gráfico A.8.1.1.1.4.4 Comparativo do número de servidores estáveis com progressão por mérito recebida - 2014/2015



Fonte: PROGEPE

Não obstante, observa-se a mesma redução nas progressões por mérito profissional dos servidores técnico-administrativos estáveis com direito à mesma no ano de 2015, embora em uma proporção mais discreta, de aproximadamente 8%.

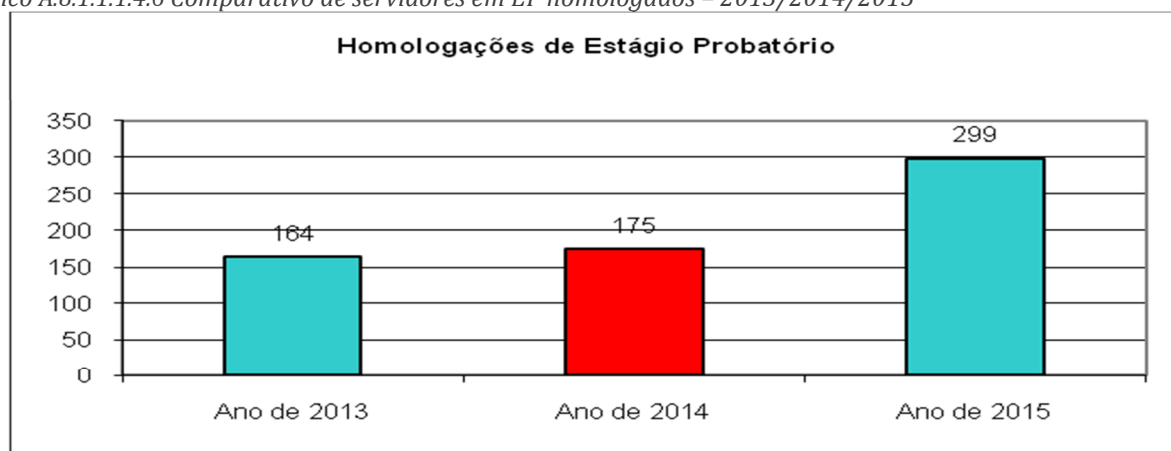
Gráfico A.8.1.1.1.4.5 Comparativo do número de servidores técnico-administrativos com progressão por mérito recebida - 2013/2014/2015



Fonte: PROGEPE

Aponta-se, no Gráfico A.8.1.1.1.4.5, aumento do número geral de progressões por mérito, entre os anos de 2014 e 2015, impulsionado pelo particular aumento de concessões relativas a exercícios anteriores (207% de aumento), que se justifica pelo acréscimo exponencial dessas concessões, geradas por meio de portarias de regularização de pendências (373% de aumento).

Gráfico A.8.1.1.1.4.6 Comparativo de servidores em EP homologados – 2013/2014/2015



Fonte: PROGEPE

O Gráfico A.8.1.1.1.4.6 denota o aumento do número de homologações de estágio probatório (cerca de 70%), sendo este o reflexo do aumento da entrada de servidores técnico-administrativos na Universidade, especialmente a partir de 2012.

Por fim, vale ressaltar o aumento de 91% do número de avaliações cadastradas, sem a correspondente concessão de progressão, por motivo de alcance do último padrão de vencimento, refletindo, mais uma vez, a maturidade da força de trabalho da UFF, que indica, com isso, a possibilidade de aposentadoria deste contingente de servidores.

#### 8.1.1.1.5 Análise Crítica

A força de trabalho da Universidade é constituída por 7407 servidores. Destes, 1312 servidores já atenderam aos requisitos da aposentadoria voluntária e encontram-se recebendo o benefício do Abono de Permanência. A possibilidade de perda dessa força de trabalho comprometerá substancialmente as atividades acadêmicas e administrativas desenvolvidas pela Universidade.

#### 8.1.1.2 Força de Trabalho da Unidade 26366 (HUAP)

O Hospital Universitário Antonio Pedro, para suprir as deficiências do quadro de pessoal, realizou a contratação de temporários em 2007 e 2008, nos termos da Lei 8.745 de 09 de dezembro de 1993. Em 2012 realizou novo concurso, com fulcro na mesma lei e amparado por decisão do Ministério Público Federal (Mandado de Intimação MMU.0101.000306-2/2011 da 1ª Vara Federal de Niterói, nos autos da Ação Civil Pública, processo 002668-54.2009.4.02.5102 (2009.51.02.0026688). Em 2014 foi realizado novo Processo Seletivo Simplificado, em atendimento ao Mandado de Intimação 619/2013-SUB/7T da Subsecretaria da 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em cumprimento à decisão constante nos autos da Apelação/Reexame Necessário ao processo 2009.51.02.002668-8 do Ministério Público Federal. O HUAP prescindiu dessa mão de obra para viabilizar a continuidade da prestação de serviços assistenciais, uma vez que não há possibilidade de realização de concurso público para contratação de pessoal do regime jurídico único e que a contratualização com a Empresa Brasileira de Serviços

Hospitalares (EBSERH), solução apontada pelo MEC e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), ainda está em negociação.

### 8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 8.1.2 Despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da Unidade Prestadora de Contas</b>											
Exercícios	2015	347.275.470,56	5.863.084,30	49.249.430,18	263.237.703,67	33.288.943,66	23.178.272,71		499.226,79	4.661.688,67	727.253.820,54
	2014	315.620.230,35	3.248.381,99	52.809.375,92	215.047.028,75	27.978.614,74	13.008.112,55	4.104.983,48	1.266.799,83	6.242.137,16	639.325.664,77
<b>Servidores sem vínculo com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	---	4.763.992,43	-	-	-	-	-	-	-	4.763.992,43
	2014	574.128,21	-	-	-	-	-	-	-	-	574.128,21
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	1.707.255,31	-	254.613,98	1.327.120,98	107.771,36	109.272,49	-	-	19.553,68	3.525.587,80
	2014	1.470.224,64	-	253.914,02	1.162.663,75	98.033,61	87.791,36	-	-	-	3.072.627,38
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2015	6.864.719,56	-	543.480,25	691.309,71	688.672,64	-	-	-	-	8.788.182,16
	2014	7.479.262,54	-	612.314,67	986.711,80	898.362,97	-	-	-	-	9.976.651,98

Fonte: DAP/PROGEPE/UFF

Os valores lançados na tipologia “Servidores de carreira vinculados ao órgão da Unidade Prestadora de Contas”, correspondentes ao exercício de 2015 estão maiores que os lançados no exercício de 2014 em virtude de novos ingressos na carreira docente e técnico-administrativo e dos incentivos à titulação e progressões funcionais concedidas aos servidores.

Na tipologia “Servidores sem vínculo com a administração pública”, os valores foram classificados como Retribuições por serem referentes às despesas de cargos de direção.



### 8.1.3 Gestão de risco relacionados ao pessoal

A Coordenação de Pessoal atua no gerenciamento dos riscos identificados na gestão de pessoas da Universidade. Dentre as atividades de gestão realizadas por esta Coordenação destacam-se: o dimensionamento da força de trabalho; o mapeamento de competências; a análise técnica da avaliação de desempenho realizada por profissionais especializados e o trabalho de prevenção sociofuncional e de análise do perfil profissional na movimentação dos servidores.

No processo de gestão de pessoal são identificadas as fraquezas, forças e principalmente os riscos que possam comprometer o cumprimento da missão institucional da Universidade. Abaixo relatamos os principais aspectos identificados e as principais ações para mitigar os riscos envolvidos.

As principais fraquezas relacionadas a esta Coordenação são a falta de um sistema informatizado, um ambiente físico mal dimensionado, resultando em falta de espaço para comportar todos os servidores da Coordenação e a falta de equipamentos e mobiliário adequado.

Para mitigar estas fraquezas foi desenvolvido um projeto para a criação de um sistema informatizado específico para a área, que começou a ser desenvolvido; contudo, pela falta de orçamento, foi cancelado no ano de 2015. Com relação ao ambiente, a expectativa é de que a equipe vinculada à capacitação e qualificação vá para um espaço físico específico, que melhor atenda com estrutura de salas de aula. Dessa forma, o restante da equipe ficará melhor instalada.

As principais forças relacionadas a esta Coordenação estão relacionadas à equipe, composta por profissionais com idade e formação diversa, que compreendem a importância do atendimento humanizado ao usuário, possibilitando múltiplos olhares para as demandas.

Os principais riscos são a ausência de mecanismos e ferramentas que possibilitem uma gestão de lotação focada no alinhamento entre as estratégias organizacionais e as competências dos servidores da universidade; a ausência de programas de valorização dos servidores; a greve; e a reformulação constante da legislação, o que gera mais demanda para a equipe em reduzido espaço de tempo.

Com relação à dificuldade de gestão da lotação, estamos trabalhando no dimensionamento da força de trabalho que ajudará a melhorar esta gestão de forma tanto quantitativa, quanto qualitativa.

Para mitigar a falta de programas de valorização, foi realizado um grupo de trabalho junto à Superintendência de Comunicação Social para aperfeiçoar a concessão do título de servidor emérito.

Além disto, estamos estudando o desenvolvimento de um projeto de pesquisa de clima organizacional, que nos auxiliará na concepção de programas de valorização dos servidores

## 8.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

### 8.1.4.1 Contratação de pessoal de apoio da Unidade 26236 (UFF)

#### 8.1.4.1.1 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 8.1.4.1.1 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal Fluminense													
UG/Gestão: 150182/15227						CNPJ: 28.523.215/0039-89							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	11/2010	33.104.423/0001-00	03/09/10	03/04/16	16	16					P
2012	12	O	06/2012	33.104.423/0001-00	19/03/12	19/03/16			41	26			P
2012	12	O	29/2012	07.244.952/0001-08	31/07/12	31/01/16	32	16					P
2013	12	O	15/2013	07.080.373/0001-05	01/07/13	01/02/16			297	252			E
2014	2	O	25/2014	33.104.423/0001-00	01/09/14	01/09/16			75	64			P
2014	9	O	29/2014	27.533.744/0001-28	08/09/14	08/09/16			119	72			P
2014	12	O	46/2014	29.212.545/0001-43	13/12/14	13/12/16			181	181	32	29	P
2015	12	E	03/2015	29.212.545/0001-43	01/04/15	01/10/15	96	96					A
2015	12	O	05/2015	29.212.545/0001-43	01/04/15	01/04/16	120	53					A
2015	12	E	21/2015	33.104.423/0001-00	02/10/15	02/04/16	96	96					A
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA Área:</b>													
1. Segurança	7. Telecomunicações	<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.											
2. Transportes	8. Manutenção de bens móveis	<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.											
3. Informática	9. Manutenção de bens imóveis	<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.											
4. Copeiragem	10. Brigadistas	<b>Situação do Contrato (Sit.):</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado											
5. Recepção	11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes												
6. Reprografia	12. Outras												

Fonte: PROAD

8.1.4.1.2 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 8.1.4.1.2 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal Fluminense													
UG/Gestão: 150182/15227						CNPJ: 28.523.215/0039-89							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	54/2012	31.245.699/0001-83	19/10/12	19/10/16							P
2012	V	O	47/2012	28.208.528/0001-70	01/10/12	01/10/16							P
2012	L	O	05/2012	33.104.423/0001-00	02/02/12	02/02/17							P
2012	L	O	48/2012	27.533.744/0001-28	18/09/12	06/01/17							P
Observações:													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Situação do Contrato (Sit.): (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Pró-Reitoria de Administração-PROAD

8.1.4.2 Contratação de pessoal de apoio da Unidade 26366 (HUAP)

8.1.4.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro 8.1.4.2.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva (HUAP)

Unidade Contratante											
Nome: Hospital Universitário Antônio Pedro/UFF											
UG/Gestão: 153057/15227CNPJ: 28.523.215/0003-78											
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Natureza	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
			Início	Fim	F		M		S		
					P	C	P	C	P	C	
2009	O	29.212.545/0001-43	5/10/2009	4/3/2016	103	103	6	6	1	1	Prorrogado
2010		33.104.423/0001-00	1/3/2010	31/7/2016	36	36	4	4	-	-	Prorrogado
<b>Observações:</b>											
<b>LEGENDA</b>											
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.											
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.											
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.											
Situação do Contrato (Sit.): (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.											

Fonte: Serviços Gerais / HUAP

8.1.4.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 8.1.4.2.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal Fluminense													
UG/Gestão:				CNPJ:									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	05/2012	11.395.635/0001-51	2/4/2012	30/9/2016	2	2	-	-	-	-	Prorrogado
2012	6	O	05/2012	11.395.635/0001-51	2/4/2012	30/9/2016	1	1	-	-	-	-	Prorrogado
2012	12	O	04/2012	06.159.080/0001-09	3/4/2012	31/12/2016	7	7	2	2	-	-	Prorrogado
2012	5	O	31/2012	28.871.366/0001-55	14/11/2012	31/7/2014	-	-	51	51	-	-	Encerrado
2014	5	O	14/2014	02.295.753/0001-05	1/8/2014	31/7/2016	-	-	51	51	-	-	Prorrogado
2014	12	O	14/2014	02.295.753/0001-05	1/8/2014	31/7/2016	14	14	1	1	-	-	Prorrogado
2014	12	O	14/2014	02.295.753/0001-05	1/8/2014	31/7/2016	9	9	1	1	-	-	Prorrogado
2014	12	O	14/2014	02.295.753/0001-05	1/8/2014	31/7/2016	15	15	-	-	-	-	Prorrogado
2014	12	O	14/2014	02.295.753/0001-05	1/8/2014	31/7/2016	9	9	-	-	-	-	Prorrogado
2011	9	O	16/2011	04.508.002/0001-47	1/8/2011	31/7/2015	36	36	2	2	-	-	Encerrado
2011	4	O	15/2011	04.607.444/0001-40	1/8/2011	31/12/2016	36	36	4	4	2	2	Prorrogado
2013	12	O	29/2013	68.802.560/0001-01	2/12/2013	1/6/2015	1	1	16	16	3	3	Encerrado
2012	11	O	10/2012	06.090.065/0001-51	1/6/2012	13/5/2014	-	-	65	65	1	1	Encerrado
2014	11	E	12/2014	33.104.423/0001-00	9/6/2014	6/12/2014	-	-	71	71	1	1	Encerrado
2013	12	O	01/2013	04.211.341/0001-67	2/1/2014	1/1/2017	-	-	8	8	1	1	Prorrogado
2013	12	O	16/2013	04.678.301/0001-20	15/7/2013	14/7/2016	-	-	8	8	-	-	Prorrogado
2014	11	O	22/2014	05.969.071/0001-10	8/12/2014	7/12/2016	-	-	82	82	-	-	Prorrogado
Observações:													
<b>LEGENDA - Área:</b>													
1. Segurança				7. Telecomunicações				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.					
2. Transportes				8. Manutenção de bens móveis				<b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior					
3. Informática				9. Manutenção de bens imóveis				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial					
4. Copeiragem				10. Brigadistas				<b>Situação do Contrato (Sit.):</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado					
5. Recepção				11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes				<b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada					
6. Reprografia				12. Outras									

Fonte: - Serviços Gerais - HUAP

### 8.1.4.3 Contratação de pessoal de estagiários

A contratação de estagiários fica a cargo da Divisão de Estágio da PROGRAD, cujas atividades são desenvolvidas com base na seguinte legislação, em especial:

- Lei Federal 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- Orientação Normativa SEGEPE/MP 04, de 04 de julho de 2014, que estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Resolução CEP/UFF 298/2015, de 01 de julho de 2015, que regulamenta a política de estágio curricular – obrigatório e não obrigatório – para os estudantes de cursos de graduação da UFF.

O Programa de Estágio Interno regula os procedimentos da UFF no papel de concedente de campos de estágio obrigatório e não obrigatório para seus próprios alunos ou para alunos de outras Instituições de Ensino.

Em outubro de 2014 foi publicado o Edital DES/PROGRAD 01/2014, objetivando a inscrição e seleção de Planos de Atividades para oferta de Campo de Estágio Interno não obrigatório para o calendário escolar de 2015.

Foram solicitadas 811 vagas para estágio interno não obrigatório por 267 setores da UFF, possíveis campos de estágio. A partir da análise da Comissão de Estágio, foram disponibilizadas 249 vagas para estágio interno não obrigatório, distribuídas em 173 diferentes setores da UFF.

O valor mensal da bolsa do estagiário é de R\$ 496,00, incluído o auxílio transporte. O valor correspondente ao Programa em 2015 foi de R\$1.435.920,00.

O Convênio de Estágio constitui instrumento jurídico-administrativo que estabelece as condições e compromissos para fiel cumprimento da Lei de Estágio pelas Instituições Concedentes e pela UFF; possibilitando a colocação dos estudantes de graduação em vagas de estágio obrigatório e não obrigatório ofertadas pelas instituições conveniadas.

Em 2015 foram firmados 252 convênios de estágio, sendo 29 com instituições públicas, 222 com empresas privadas e 1 mista; totalizando, ao final do ano, 1059 convênios ativos entre a Universidade e variadas Instituições. Estão em trâmite 25 processos de novos convênios objetivando abertura de campos de estágio em instituições públicas.

As coordenações dos cursos de graduação solicitam informações e suporte técnico relacionados a legislação, convênios e possibilidades de ampliação de campos de estágio, por *e-mail* ou através de uma pequena reunião.

Foram realizadas reuniões com coordenadores ou professores responsáveis por estágio dos cursos de Farmácia, Serviço Social, Veterinária, Medicina, Direito, Matemática, Psicologia (Campos), Psicologia (Volta Redonda), Gestão Ambiental, entre outros.

A Divisão de Estágio participou de encontro ou reunião de trabalho relacionado a estágio promovido pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo, Secretaria Municipal de Saúde de Niterói, Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, Instituto Euvaldo Lodi, Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) (Integradora), Fundação Mudes (Integradora).

Foram divulgadas, em 2015, vagas de estágio/emprego e publicações de interesse na página UFF Oportunidades no Facebook.



## 8.2 Gestão de patrimônio e da infraestrutura

### 8.2.1 Gestão da frota de veículos

A gestão da Frota de veículos impõe que a Coordenação de Transporte, Segurança e Logística – (CTSL/AD) seja segmentada em um organograma de forma que, desde a aquisição dos veículos até seu descarte como inservível haja um controle permanente sobre seu uso. A CTSL/AD é composta por três seções: Seção de Documentação, Seção de Agendamento e Seção de Manutenção. A secretaria da CTSL/AD atua como geradora de relatórios gerenciais essenciais à tomada de decisões e ao planejamento.

Na Seção de Documentação estamos trabalhando para que o cadastro e a situação patrimonial dos veículos estejam permanentemente atualizados. Também é feita a identificação dos Reais Infratores, no caso das infrações de trânsito, através da busca das Requisições de Transporte (RTs) no arquivo específico, e orientam-se os motoristas quanto ao pagamento das multas. Na seção de Agendamento introduzimos as solicitações exclusivamente por escrito, o que aumenta o controle sobre as saídas. Também colocamos mais empenho no arquivamento das RTs, de forma a localizá-las quando necessário para consultas.

A Seção de Manutenção é responsável pela manutenção da frota em condições de uso, no tocante às condições técnicas e de segurança e gera os documentos para controle dos custos de manutenção. Por fim, a Secretaria da CTSL tenta unir as Seções que compõem a Coordenação, buscando as informações para que os diversos relatórios possam ser gerados, de forma que, tanto as ações da Coordenação quanto o Planejamento Estratégico da Universidade no tocante a transporte possam ser feitos com base em relatórios fundamentados.

O quadro a seguir detalha os veículos sob responsabilidade da UFF.

Quadro 8.2.1 Veículos alocados

Veículos Alocados na Reitoria				
Nº	Marca/Tipo	Placa	Ano	Classificação por Tipo
1	MERCEDES - ÔNIBUS	KTG-9116	1977	Serviços comuns
2	MB - CAMINHÃO	KSW-1117	1980	Serviços comuns
3	VW - CAMINHÃO	KTI-2256	1987	Serviços comuns
4	VW - CAMINHÃO	KTB-2279	1987	Serviços comuns
5	LAND ROVER	KQM-8414	1996	Serviços comuns
6	MB Ambul. Sprinter	KRD-2994	1997	Serviços comuns
7	KADETT IPANEMA/PT	KMG-5511	1997	Serviços comuns
8	SUZUKI SAMURAI	KMG-6003	1997	Serviços comuns
9	REB. JK CB	LNK-7297	2001	Serviços comuns
10	VW - KOMBI	LNI-0965	2001	Serviços comuns
11	MB - ÔNIBUS	LNV-5932	2001	Serviços comuns
12	REBOQ	KMM-7973	2001	Serviços comuns
13	RENAULT - KANGOO	LNZ-3492	2002	Serviços comuns
14	VW - GOL	LOL-4100	2002	Serviços comuns
15	KOMBI	LOQ-4813	2003	Serviços comuns
16	FIAT - UNO	LOR-1594	2003	Serviços comuns
17	SIENA EX	LOR-1570	2003	Serviços comuns
18	FIAT - UNO	LTA-0979	2004	Serviços comuns



Quadro 8.2.1 Veículos alocados (continuação)

Veículos Alocados na Reitoria				
Nº	Marca/Tipo	Placa	Ano	Classificação por Tipo
19	PALIO WEEK ELX FLEX	JKH – 6801	2006	Serviços comuns
20	PALIO WEEK ELX FLEX	LKG-6077	2007	Serviços comuns
21	PALIO WEEK ELX FLEX	LPJ-1735	2007	Serviços comuns
22	FIAT - UNO FIRE FLEX	LQP-1814	2007	Serviços comuns
23	FIAT - UNO FIRE FLEX	KYL-0418	2007	Serviços comuns
24	FIAT - UNO FIRE FLEX	KVO-1565	2007	Serviços comuns
25	FIAT - FIORINO FLEX	LAH-5927	2007	Serviços comuns
26	MICROÔNIBUS NEOBUS	LOZ-2659	2007	Serviços comuns
27	MICROÔNIBUS NEOBUS	KMN-9303	2007	Serviços comuns
28	FIAT/FIORINO FLEX	KRS-0380	2007	Serviços comuns
29	MICROÔNIBUS COMIL	KMT-8267	2007	Serviços comuns
30	FORD/COURIER L	KVA-6497	2008	Serviços comuns
31	UNO MILLE FIRE FLEX	KWK – 2003	2008	Serviços comuns
32	PALIO WEEK ELX FLEX	LKP-7756	2008	Serviços comuns
33	PALIO WEEK ELX FLEX	LPD-7372	2008	Serviços comuns
34	PALIO WEEK ELX FLEX	KUW-9165	2008	Serviços comuns
35	PALIO WEEK ELX FLEX	KUX-3914	2008	Serviços comuns
36	PALIO WEEK ELX FLEX	LRD-2213	2008	Serviços comuns
37	UNO MILLE FIRE FLEX	LKQ-1671	2008	Serviços comuns
38	UNO MILLE FIRE FLEX	LPD-9934	2008	Serviços comuns
39	UNO MILLE FIRE FLEX	KNO-1465	2008	Serviços comuns
40	UNO MILLE FIRE FLEX	LKQ-1703	2008	Serviços comuns
41	UNO MILLE FIRE FLEX	LPD-9945	2008	Serviços comuns
42	UNO MILLE FIRE FLEX	LPD-9963	2008	Serviços comuns
43	FIAT/FIORINO FLEX	KNM-8442	2008	Serviços comuns
44	MB CAMINHÃO ATECO	LKQ-4545	2008	Serviços comuns
45	MB CAMINHÃO ATECO	KXM-2969	2008	Serviços comuns
46	MMC L200 4X4	KUX-7143	2008	Serviços comuns
47	MMC L200 4X4	LPE-6883	2008	Serviços comuns
48	PALIO WEEK ELX FLEX	KUX-8422	2008	Serviços comuns
49	PALIO WEEK ELX FLEX	LPE-7603	2008	Serviços comuns
50	PALIO WEEK ELX FLEX	KUX-9849	2008	Serviços comuns
51	COMIL CAMPIONE	LKR-5889	2008	Serviços comuns
52	SPRINTER	LPG-4974	2008	Serviços comuns
53	SPRINTER	LKV-1978	2008	Serviços comuns
54	SPRINTER/FURGÃO	KVA-8405	2008	Serviços comuns
55	SPRINTER/FURGÃO	LKV-2548	2008	Serviços comuns
56	FORD/RANGER	KUZ-4280	2008	Serviços comuns
57	FORD/FIESTA SEDAN 1.6	KVA-8409	2009	Serviços comuns
58	REB/JK CB	KXV-2818	2009	Serviços comuns
59	FIAT/DOBLO ELX	LKV-7833	2009	Serviços comuns
60	FIAT/UNO M. ECONOMY	KNU-6300	2009	Serviços comuns
61	FIAT/UNO M. ECONOMY	KVB-4722	2009	Serviços comuns
62	FIAT/UNO M. ECONOMY	LKV-7825	2009	Serviços comuns
63	PALIO WEEKEND ELX	LKV-7835	2009	Serviços comuns
64	PALIO WEEKEND ELX	LRT-2601	2009	Serviços comuns
65	PALIO WEEKEND ELX	LKV-7805	2009	Serviços comuns
66	VW/KOMBI PASS. STD	LPI-7573	2009	Serviços comuns
67	FIAT/DOBLO ELX	LPJ-3472	2009	Serviços comuns
68	FIAT/DOBLO ELX	KVB-9517	2009	Serviços comuns

Quadro 8.2.1 Veículos alocados (continuação)

Veículos Alocados na Reitoria				
Nº	Marca/Tipo	Placa	Ano	Classificação por Tipo
69	VW/KOMBI PASS. STD	LKW-3390	2009	Serviços comuns
70	MB/MICRO PIA	LKW-5461	2009	Serviços comuns
71	MB/MICRO PIA	KNU-7959	2009	Serviços comuns
72	MB/ONIBUS COMIL	KWL-3074	2009	Serviços comuns
73	VW/KOMBI PASS. STD	LPK-4031	2009	Serviços comuns
74	REB/FREE HOBBY	KQS-1882	2011	Serviços comuns
75	MB/SPRINTER	KOB-6916	2011	Serviços comuns
76	FORD/FIESTA SEDAN	KPI-5083	2013	Serviços comuns
77	FIAT/DOBLO ATT	LSF-6182	2014	Serviços comuns
78	FIAT/DOBLO ATT	LRH-9942	2014	Serviços comuns
79	FIAT/DOBLO ATT	KPZ-9207	2014	Serviços comuns
80	MPOLO/VOLARE	LRE-3035	2014	Serviços comuns
81	MPOLO/VOLARE	LRE-3036	2014	Serviços comuns
82	SPRINTER-VAN	LKE-6962	2006/07	Serviços comuns
83	SPRINTER FURGÃO	LPD-8288	2007/08	Serviços comuns
84	SPRINTER	KUX-4002	2007/08	Serviços comuns
85	SPRINTER	KVG-2891	2007/08	Serviços comuns
86	SPRINTER	KZJ-1326	2007/08	Serviços comuns
87	SPRINTER	KNO-3853	2007/08	Serviços comuns
88	SPRINTER	KUX-6425	2007/08	Serviços comuns
89	SPRINTER/FURGÃO	LPG-4369	2008/09	Serviços comuns
90	FIAT/FIORINO FLEX	KZE-2215	2009/10	Serviços comuns
91	PALIO WEEKEND ELX	LKZ-5555	2009/10	Serviços comuns
92	FIAT/UNO M. ECONOMY	KVD-9930	2009/10	Serviços comuns
93	FORD/ECOSPOTR	LPO-2185	2009/10	Serviços comuns
94	VW-KOMBI PASS. STD	KVI-5999	2010/11	Serviços comuns
95	FORD/ECOSPOTR	KVF-6707	2010/11	Serviços comuns
96	FORD/ECOSPOTR	LPS-6132	2010/11	Serviços comuns
97	FORD/ECOSPOTR	KYJ-7125	2010/11	Serviços comuns
98	FORD/RANGER XL	KXT-4989	2010/11	Serviços comuns
99	SPRINTER FURGÃO	LLM-6422	2010/11	Serviços comuns
100	SPRINTER	LPV-8657	2010/11	Serviços comuns
101	M/B - IDEALE ONIBUS	LQH-3285	2010/11	Serviços comuns
102	M/B - IDEALE ONIBUS	LQH-3286	2010/11	Serviços comuns
103	AGRALE/MASCARELO	KZF - 7374	2011/12	Serviços comuns
104	FIAT/DOBLO ESSCEN.	LLN-9731	2011/12	Serviços comuns
105	MB/COMIL ONIBUS	LRH-3584	2011/12	Serviços comuns
106	MB/COMIL ONIBUS	LQC-1551	2011/12	Serviços comuns
107	TOYOTA HILUX CD 4X4	KVO-7681	2011/12	Serviços comuns
108	AGRALE/MASCARELO	KOP-2585	2011/12	Serviços comuns
109	AGRALE/MASCARELO	LQC-4972	2011/12	Serviços comuns
110	AGRALE/MASCARELO	KOU - 5811	2011/12	Serviços comuns
111	AGRALE/MASCARELO	LLR - 4587	2011/12	Serviços comuns
112	AGRALE/MASCARELO	LQH - 8098	2011/12	Serviços comuns
113	VW/ONIBUS MPOLO TO	LRN-5595	2013/13	Serviços comuns
114	VW/ONIBUS MPOLO TO	LRN-5594	2013/13	Serviços comuns
115	VW/ONIBUS MPOLO TO	LMB-7157	2013/13	Serviços comuns
116	RENAULT/DUSTER	LRD-8374	2013/14	Serviços comuns
117	RENAULT/DUSTER	LRX-5696	2013/14	Transporte institucional
118	RENAULT/DUSTER	LLZ-7165	2013/14	Transporte institucional
119	RENAULT/DUSTER	FNC-0071	2013/14	Serviços comuns
120	RENAULT/DUSTER	FNC-0072	2013/14	Serviços comuns
121	MB/SPRINTER 515 CD	LRN-5596	2013/14	Serviços comuns

Quadro 8.2.1 Veículos alocados

Veículos Alocados na Reitoria				
Nº	Marca/Tipo	Placa	Ano	Classificação por Tipo
122	MPOLO/VOLARE	LQY-7268	2013/14	Serviços comuns
123	MB/SPRINTER 515 CD	KPU-7217	2013/14	Serviços comuns
124	MB/SPRINTER 515 CD	KPU-7219	2013/14	Serviços comuns
125	MB/SPRINTER 515 CD	KPU-7216	2013/14	Serviços comuns
126	RENAULT - DUSTER 2.0 D	LRI-1699	2014/15	Serviços comuns
127	RENAULT - DUSTER 2.0 D	LSZ-6118	2014/15	Serviços comuns
128	RENAULT - DUSTER 2.0 D	LRO-9084	2014/15	Serviços comuns
129	FIAT/DOBLO ATT	KQT-3731	2014/15	Serviços comuns
Veículos Alocados na Reitoria				
1	VW - CAMINHÃO	KTI-2256	1987	Serviços comuns
2	VW-KOMBI PASS	KVI-5999	2010/11	Serviços comuns
3	MB AMBUL. SPRINTER	KRD-2994	1997	Serviços especiais
4	FIAT-UNO	LTA-0979	2004	Serviços comuns
5	FORD/COURIER	KVA-6497	2008	Serviços comuns
6	FORD/FIESTA SEDAN 1.6	KVA-8409	2009	Serviços comuns
7	FORD/FIESTA SEDAN	KPI-5083	2013	Serviços comuns

Fonte: PROAD

### 8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A destinação de veículos inservíveis, pela política da UFF, se dá por meio de análise de antieconomicidade, considerando-se as despesas de manutenção, idade do veículo e consumo de combustível, e é realizada na forma de alienação. Em 2015 não houve nenhum desfazimento na forma citada.

### 8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

#### 8.2.3.1 Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da UPC

A Divisão de Preservação e Sustentabilidade, subordinada à Coordenação de Administração Patrimonial (CAP), da Prefeitura Universitária (PREUNI), tem por atribuições, além da logística patrimonial:

- promover, diretamente ou por intermédio de terceiros, a avaliação de bens imóveis da UFF para as finalidades previstas em lei;
- coordenar, controlar e orientar as atividades relacionadas aos processos de arrecadação, pagamento e isenção de tributos patrimoniais (IPTU e outros);
- orientar a preservação dos imóveis tombados pelos órgãos competentes, regularização dominial destes imóveis e a articulação com entidades e instituições envolvidas;
- proceder à orientação, regularização e registro de aquisições de imóveis pela Universidade, bem como à transferência definitiva de outros órgãos à UFF;
- efetuar e atualizar o cadastro dos bens imóveis no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet);
- emitir anualmente o Inventário de Bens Imóveis da UFF;
- extrair, encaminhar e controlar e atualiza os termos de permissão de uso de residências ocupadas por servidores, verificando junto ao DAP a quitação da taxa devida.

Os imóveis próprios, cedidos e locados de terceiros são inseridos no SPIUnet e controlados em planilhas próprias para acompanhamento das informações sobre a sua situação tributária, legal e de avaliação patrimonial. Esses controles estão disponíveis na Divisão de Preservação e Sustentabilidade (DPS/CAP) e podem ser solicitados a qualquer tempo para consulta.

A gestão imobiliária compreende todos os processos, desde a inclusão de um imóvel no SPIUnet, atualização de dados cadastrais, acompanhamento dos tributos e taxas imobiliárias, avaliações periódicas em cumprimento à legislação vigente até a sua alienação na UFF.

Os fluxos processuais já mapeados pela DPS/CAP podem ser consultados na aba “Administração de Imóveis de Uso Especial” no site [www.patrimonio.uff.br](http://www.patrimonio.uff.br)

### 8.2.3.2 Distribuição geográfica dos imóveis da União

Quadro 8.2.3.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UPC	
		Exercício 2014	Exercício 2015
Brasil	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
	Niterói	35	35
	Campos dos Goytacazes	03	03
	Nova Friburgo	01	01
	Santo Antônio de Pádua	01	01
	Rio das Ostras	01	01
	Angra dos Reis	01	01
	Volta Redonda	02	02
	São Pedro da Aldeia	01	01
	Cachoeira de Macacu	04	04
	<b>Pará</b>	<b>Σ</b>	<b>Σ</b>
	Oriximiná	01	01
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>50</b>	<b>50</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>50</b>	<b>50</b>

Fonte: PREUNI

No quadro acima, foi descrito como total de imóveis o número de *campi* e as unidades isoladas e, não o de imóveis em cada *campus*. Por exemplo: no *Campus* da Praia Vermelha, somam-se várias edificações, mas considera-se como um só imóvel, tal como ocorre no *Campus* do Gragoatá.

Isso ocorre porque cada Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) corresponde a uma matrícula cartorial, e como cada *campus* possui apenas uma matrícula, o somatório das reavaliações está computado no RIP de cada *campus*.

O planejamento das atividades de avaliação imobiliária prevê para 2017 o desmembramento desse valor com a abertura de um RIP para cada edificação

Durante o ano de 2016 será dada continuidade à reavaliação de mais imóveis da UFF cadastrados no SPIUNet e, a partir dessa atualização em massa dos imóveis, será realizada a consolidação do valor reavaliado, com a criação dos RIPs da utilização.

Quanto à discriminação dos Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UFF, exceto imóvel funcional, a PREUNI e o Departamento de Pessoal/PROGEPE tiveram dificuldade de informar os dados atinentes aos imóveis funcionais, relacionados a localização do imóvel, identificação e cargo do ocupante, e o valor da taxa de ocupação/uso, o que impediu a informação e confirmação da real situação deste parâmetro.

8.2.3.3 Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no SPIUnet

Quadro 8.2.3.3 Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UFF, exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
153056	0505.00020.500-4	Transferência		CR\$ 700.000,00 (21/08/80)	26/11/2013	566.190,65		
153056	5815.00058.500-5	Compra e Venda		CZ\$ 8.000.000,00 (03/08/88)	26/12/2000	36.818,29		
153056	5815.00059.500-0	Compra e Venda		CZ\$ 11.000.000,00 (03/08/88)	26/12/2000	50.645,97		
153056	5815.00060.500-6	Compra e Venda		CZ\$ 4.000.000,00 (03/08/88)	26/12/2000	11.172.018,00		
153056	5819.00139.500-8	Compra e Venda		CR\$ 100.000,00 (22/07/71)	21/11/2013	2.469.569,95		
153056	5819.00140.500-3	Compra e Venda		R\$ 460.000,00 (19/11/96)	27/11/2013	1.578.960,53		
153056	5865.00071.500-2	Doação		NCR\$ 50.000,00 (04/04/67)	26/12/2000	29.105.058,26		
153056	5865.00072.500-8	Doação		CR\$ 6.000.000,00 (24/06/62)	16/12/2015	5.739.648,23		
153056	5865.00074.500-9	Cessão de Uso		R\$ 70.488,55 (31/12/96)	07/12/2015	1.150.697,25		
153056	5865.00088.500-5	Desapropriação		CR\$ 8.235.200,00 (19/01/76)	24/11/2014	32.251.633,17		
153056	5865.00094.500-8	Desapropriação		NCR\$ 3.000.000,00 (19/01/70)	18/09/2014	38.060.494,34		
153056	5865.00095.500-3	Compra e Venda		CR\$ 25.000.000,00 (26/10/63)	07/12/2015	8.840.753,37		
153056	5865.00096.500-9	Desapropriação		NCR\$ 319.800,00 (10/02/69)	08/12/2015	5.836.437,02		
153056	5865.00097.500-4	Transferência		CR\$ 220.000.000,00 (31/01/84)	08/12/2015	2.708.874,16		
153056	5865.00098.500-0	Transferência		CR\$ 743.377.992,32 (31/12/91)	18/09/2014	14.512.328,08		
153056	5865.00099.500-5	Compra e Venda		CR\$ 190.000.000,00 (17/10/66)	18/09/2014	5.952.136,87		
153056	5865.00100.500-9	Transferência		CR\$ 153.827.635,53 (31/12/91)	24/11/2014	7.539.229,31		
153056	5865.00101.500-4	Transferência		CR\$ 763.028.395,66 (31/12/91)	18/09/2014	16.152.834,60		
153056	5865.00102.500-0	Transferência		CR\$ 337.500.000,00 (31/01/84)	01/12/2015	1.807.441,37		
153056	5865.00103.500-5	Transferência		CR\$ 1.097.000.000,00 (31/01/84)	24/11/2014	3.249.778,29		
153056	5865.00104.500-0	Doação		CR\$ 1.226.867.693,90 (31/12/91)	08/12/2015	17.668.532,52		
153056	5865.00105.500-6	Doação		CR\$ 700.000.000,00 (29/06/64)	08/12/2015	55.649.566,48		
153056	5865.00106.500-1	Adjudicação		CR\$ 416.311.116,75 (31/12/91)	10/12/2015	10.014.099,96		
153056	5865.00107.500-7	Doação		CR\$ 3.000,00 (22/06/81)	10/12/2015	6.685.984,88		
153056	5865.00108.500-2	Doação		CR\$ 4.000,00 (02/03/83)	10/12/2015	9.912.152,59		
153056	5865.00109.500-8	Doação		CR\$ 230.348.751,00 (16/12/91)	10/12/2015	1.704.924,12		
153056	5865.00110.500-3	Desapropriação		CR\$ 164.733.100,00 (31/12/91)	10/12/2015	1.014.603,01		
153056	5865.00111.500-9	Desapropriação		CR\$ 26.991,00 (14/08/70)	10/12/2015	138.503,86		

Fonte: PREUNI

Quadro 8.2.3.3 Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UFF, exceto imóvel funcional (continuação)

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
153056	5865.00112.500-4	Desapropriação		CR\$ 6.750.166.323,06 (31/12/91)	11/12/2015	278.419.596,71		
153056	5865.00113.500-0	Desapropriação		CR\$ 5.216.463.020,27 (31/12/91)	10/12/2015	173.536.069,75		
153056	5865.00157.500-0	Compra e venda		R\$ 318.899,41 (10/03/2010)	14/12/2015	1.102.098,02		
153056	5865.00191.500-5	Desapropriação		R\$ 10.600.000,00 (06/12/2011)	23/10/2014	10.600.000,00		
153056	5865.00193.500-6	Compra e venda		R\$ 1.710.858,40 (29/08/2014)	23/10/2014	1.710.858,40		
153056	5865.00195.500-7	Compra e venda		R\$ 1.204.083,80 (29/08/2014)	23/10/2014	1.204.083,80		
153056	5865.00197.500-8	Compra e venda		R\$ 1.188.271,80 (29/08/2014)	23/10/2014	1.188.271,80		
153056	5865.00201.500-8	Compra e venda		R\$ 1.188.271,80 (29/08/2014)	23/10/2014	1.188.271,80		
153056	5865.00203.500-9	Compra e venda		R\$ 1.188.271,80 (29/08/2014)	23/10/2014	1.188.271,80		
153056	5865.00205.500-0	Compra e venda		R\$ 1.426.242,40 (29/08/2014)	23/10/2014	1.426.242,40		
153056	5903.00006.500-4	Compra e venda		CR\$ 418.423.477,03 (31/12/91)	25/04/2014	221.327,61		
153056	5925.00013.500-3	Doação		CR\$ 718.005,64 (26/04/73)	26/11/2013	21.560.417,48		
<b>Total: 40 Imóveis Cadastrados no Sistema SPIUnet</b>								

Fonte: PREUNI

Os imóveis abaixo listados, por ausência de títulos de propriedade e Laudos Técnicos de Avaliação, não foram ainda incluídos na base do SPIUnet. Para suprir tais necessidades, será implantado a partir de março de 2016 o Programa Imóvel Legal, a fim de sanar as questões de cadastro e Avaliação dos Imóveis desta Universidade.

Quadro 8.2.3.3 Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UFF não cadastrados no SPIUnet, exceto imóvel funcional

Descrição	Localidade	Situação
1. <i>Campus</i> de Campos dos Goytacazes – R. XV Novembro	Campos dos Goytacazes	Cessão de Uso
2. <i>Campus</i> de Nova Friburgo	Nova Friburgo	Doação
3. <i>Campus</i> de Volta Redonda (ICEX e ICHS)	Volta Redonda	Cessão de Uso
4. Núcleo de Criação – LBA	dispersa	Transferência
5. Mequinho	dispersa	Cessão de Uso
6. Sincrociclotron	<i>Campus</i> do Valonguinho, Niterói - CNPq	Comodato
7. <i>Campus</i> de Rio das Ostras	Rio das Ostras	Cessão de Uso
8. <i>Campus</i> de Angra dos Reis	Angra dos Reis	Cessão de Uso
9. <i>Campus</i> de Santo Antônio de Pádua (INFES)	Santo Antônio de Pádua	Cessão de Uso
10. Fazenda Escola	Cachoeiras de Macacu	Uso em Serviço Público

Fonte: PREUNI

#### 8.2.3.4 Despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

Além do programa de reavaliação de imóveis sob jurisdição desta Unidade, foram efetuadas sete consultas ao Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis (SISREI), das quais cinco restaram negativas e outras duas, ainda aguardam resposta.

Foi dada ampla divulgação às unidades acadêmicas e administrativas sobre a existência do sistema, por meio de mala direta e publicação de notícia no *site* da UFF.

Aliada a uma política de economicidade, foi promovida também uma reunião com a Divisão de Contas e Contratos (DCC) da Coordenação de Material e Contratos (CMC) da PROAD, com a finalidade de promover o aditamento a todos os contratos de locação, de modo a garantir que a Universidade somente se responsabilize pelo pagamento dos tributos imobiliários quando, esgotados os meios administrativos junto aos órgãos municipais e estaduais, resultar negativa a concessão de isenção.

#### 8.2.3.5 Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

Os riscos relacionados com a gestão de imóveis estão associados, sobretudo, aos imóveis ocupados pela UFF em cessão e cujos instrumentos contratuais podem conter fragilidades no que diz respeito a prazos para construção e destinação dos bens construídos após a expiração da cessão celebrada, o que pode culminar com a interrupção das atividades institucionais em determinadas localidades.

De forma a minimizar esses riscos, a DPS/CAP iniciará o mapeamento dos imóveis da UFF através do Programa Imóvel Legal e, a partir das situações concretas que forem levantadas, pretende-se buscar junto aos municípios a conversão de cessões de uso de imóveis em doações.

Outro fator de risco já identificado relaciona-se com a locação de imóveis, na medida em que as minutas dos contratos de locação são aprovadas e transformadas em contratos sem a apreciação da DPS/CAP, o que já acarretou prejuízos para a UFF, com o pagamento de tributos imobiliários que poderiam ter sido evitados com pedidos de isenção formulados junto aos órgãos competentes.

Quanto às locações, foram feitas reuniões com a PROAD para se estabelecer uma rotina prévia à celebração dos contratos de locação, que compreendem a solicitação de cadastramento da demanda no SISREI, anteriormente à abertura de processo de locação imobiliária. Além disso, foram revistas as cláusulas contratuais de pagamento dos contratos de locação em vigor, inclusive com o envio de minutas de termos aditivos a estes contratos para avaliação pela PROAD.

#### 8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Até o momento não foram identificados, sob a responsabilidade da UFF, imóveis da União ou parte deles em situação de formalização de cessão a terceiros, para empreendimento com fins lucrativos ou não.

### 8.2.5 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Quadro 8.2.5 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis locados de terceiros pela UPC	
		Exercício 2015	Exercício 2014
Brasil	Rio de Janeiro	Σ	Σ
	Niterói	03	04
	Santo Antônio de Pádua	01	01
	Campos dos Goytacazes	01	01
	Nova Friburgo	01	01
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>06</b>	<b>07</b>
Exterior		00	00
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>00</b>	<b>00</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>06</b>	<b>07</b>

Fonte: PREUNI

### 8.3 Gestão da tecnologia da informação

Quadro 8.3 Contratos na Área de Tecnologia da Informação

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2015
			CNPJ	Denominação		
(*) 064/2010	Serviços Técnicos de TIC	06/2016	29.212.545/0001-43	Nova Rio	R\$ 7.099.509,96	R\$ 6.665.993,93
(*) 010/2015	Serviço de Transporte de Dados 3G	10/2016	02.558.157/0001-62	Vivo S.A.	R\$ 34.992,00	R\$ 63,65
(*) 027/2013	Telefonia Fixa Volta Redonda	12/2015	33.530.486/0001-29	Embratel	R\$ 101.890,08	R\$ 26.312,58
(*) 029/2013	Serviço Móvel Pessoal	06/2016	02.558.157/0001-62	Vivo S.A.	R\$ 323.892,00	R\$ 392.422,12
(*) 030/2013	Telef. Fixa Analógica - Nit. e Int.	08/2016	33.000.118/0001-79	TNL PCS S/A	R\$ 90.837,60	R\$ 57.114,10
(*) 039/2013	Telefonia Fixa Niterói	10/2016	33.530.486/0001-29	Embratel	R\$ 410.976,00	R\$ 246.241,28
(*) 041/2013	Telefonia Fixa DDD/DDI	12/2015	33.000.118/0001-79	Telemar	R\$ 41.680,37	R\$ 37.145,97
(*) 056/2010	Serviço de Transporte de Dados 3G	05/2015	02.558.157/0001-62	Vivo S.A.	R\$ 57.994,33	R\$ 57.944,33
(*) 057/2013	Telefonia Longa Distância Móvel	06/2016	33.530.486/0001-29	Embratel	R\$ 446.640,00	R\$ 74.330,50
(*) 073/2010	Telefonia MPLS	09/2015	33.530.486/0001-29	Embratel	R\$ 294.649,13	R\$ 294.649,13

Fonte: STI

(\*) Contratos nos quais as equipes técnicas das coordenações da STI atuam na fiscalização.



## Principais aspectos da gestão de TI da UFF

### a) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

O PDTIC, aprovado pela Portaria 47.105/2012 (publicado no BS-UFF 106 de 26/06/2012), tem o objetivo de orientar as ações institucionais na área de TIC. Em 30/06/2015, foi aprovada pelo Comitê de Tecnologia da Informação (COTI), a última revisão anual do PDTIC, hoje em vigor.

Com base na análise das necessidades de TI e da matriz SWOT, foram identificadas as principais demandas a serem priorizadas no período. Esses projetos ou ações estão descritos em tabelas por área da STI, intituladas 'Documento de Oficialização de Demandas'. Essas tabelas contêm, por projeto/ação: a descrição, a necessidade atual, valor que agrega à UFF, situação, entregáveis e a vinculação com os indicadores do PDI da UFF.

A última versão do PDTIC e as tabelas de demandas podem ser consultadas no *site* da Governança de TI da UFF: <http://www.governancadeti.uff.br/content/pdtic>.

### b) Comitê Gestor de TI

O Comitê de Tecnologia da Informação (COTI) tem como principais atribuições a elaboração e aprovação do PDTIC, no estabelecimento de políticas e diretrizes, e na definição de normas para o uso dos recursos computacionais da Universidade. O COTI é presidido pelo Vice-Reitor, e inclui o Superintendente da STI, dois membros do Instituto de Computação, cinco membros representantes das quatro grandes áreas de conhecimento e dois representantes das unidades do interior.

Em 2015 foram realizadas quatro reuniões, que envolveram decisões relativas à: elaboração do PDTIC, priorização de projetos, progresso do projeto *Wifi* UFF e reestruturação da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI).

### c) Principais sistemas de informação da UPC

Os principais sistemas estão descritos na tabela abaixo. Entretanto, a STI possui uma grande quantidade de serviços de TI, incluindo diversos outros sistemas. O Catálogo de Serviços da STI, que inclui todas estas informações, está sendo atualizado e assim que o trabalho estiver finalizado, será divulgado no *site* da Governança de TI.

## 8.3.1 Principais sistemas de informação

Quadro 8.3.1 Principais sistemas de informação da UPC

Sistema	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio	Criticidade
IDUFF	Portal para acesso aos sistemas de informações acadêmicas da UFF. Atualmente possui as seguintes funcionalidades: · Inscrição em disciplinas · Geração e validação de declarações <i>on-line</i> · Declarações - Administração Acadêmica - Lançamento de Notas As principais funcionalidades estão descritas nos itens abaixo.	CDS/STI – Rozana Moreira	DAE/PROGRAD – Suzete	Alta
IDUFF	Diploma	CDS/STI - Rozana Moreira	Diploma – Rafael Siqueira	Alta
Lançamento de Notas	Registrar e gerenciar as notas dos alunos	CDS/STI - Rozana Moreira	DAE – Suzete	Alta
Administração Acadêmica	Organizar e gerenciar a administração acadêmica de graduação. Isso envolve as funções: atualização de histórico escolar, deslocamento interno de alunos, recuperação de matrículas e cadastro de notas do vestibular.	CDS/STI - Rozana Moreira	DAE – Suzete	Alta
Inscrição Coordenação	As coordenações de curso e o Departamento de Administração Escolar (DAE/PROGRAD) podem acompanhar a inscrição <i>on-line</i> dos alunos e realizar inscrição em disciplinas nos períodos determinados no calendário escolar da graduação.	CDS/STI - Rozana Moreira	DAE – Suzete	Alta
Quadro de Horários	Proporcionar um controle maior sobre as turmas e suas relações com seus docentes. Além de possibilitar uma maior integração entre as coordenações e seus departamentos, com a criação de novas turmas e a alocação em suas respectivas disciplinas.	CDS/STI -Rozana Moreira	DAE – Suzete	Alta
Currículo	Gerenciamento de disciplinas e currículos.	CDS/STI -Rozana Moreira	CAEG – Gilmar	Alta
ENADE	Ferramenta de Apoio a inscrição dos Alunos para realização da prova do ENADE, tendo como produto final, um arquivo para carga no sistema do ENADE	CDS/STI -Rozana Moreira	CAEG – Marcelo Linhares	Média
Atendimento	Sistema de recebimento de chamados da STI que faz integração com o REDMINE STI	CDS/STI - José Junior	STI - Angélica	Alta
SCP	Sistema de Controle de Processos Administrativos	CDS/STI – Jane Furtado	SDC – Eliana	Alta

Quadro 8.3.1 Principais sistemas de informação da UPC

Sistema	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável pela Área de Negócio	Criticidade
Bolsas	SISBOL – Sistema de Bolsas de Assistência Estudantil, da PROAES, que otimiza a gestão de informações acerca dos programas de assistência estudantil, dados relativos a manutenção de editais, pedidos e seleções de candidatos, inscrição <i>on-line</i> de alunos de acordo com os editais cadastrados, seleção de candidatos, gerencia de bolsas e emissão de relatórios. PIBIC- Facilitar e agilizar o processo de submissão de projetos de pesquisa, a bolsa de iniciação científica, avaliação dos projetos pela PROPI Monitoria - gerenciar o conjunto de ações acadêmicas e administrativas relacionadas à Monitoria	CDS/STI – Rozana Moreira / Tatiana Barboza	PROAES - Jaqueline Brum	Alta
CPD	Sistema de Controle de Processo Seletivo de Docentes	CDS/STI – Tatiana Barboza	PROGEPE – Alberto Di Sabatto	Média
SIORG	Sistema de Organograma da UFF que fornece informações para diversos sistemas da UFF	CDS/STI – Rosa Pombo/Mateus Dutra	PLIN/PROPLAN - Ana Lima e Tais	Alta
Resplan	Controlar a comprovação mensal dos boletos, habilitando o ressarcimento do valor per capta de direito aos servidores ativos, inativos e beneficiários de pensão civil.	CDS/STI - José Junior	DAP - Gladys e Ubirajara	Alta
Sia-Chefias	Sistema voltado para o gerenciamento das chefias administrativas e acadêmicas da UFF no que se refere a criação, alocação e transferência de cargos de função na hierarquia de órgãos institucionais	CDS/STI - José Junior	DAP - Jovina e GABR - Claudio Feijó	Média
Sia-SisPTA	O sistema SisPTA surgiu para atender a uma demanda da Universidade em melhorar seu controle sobre seus recursos de pessoal técnico-administrativo. Bem como uma perfeita organização no tratamento das nomeações, posses, transferências, remoções, permutas e exonerações de pessoal, tornando tudo mais claro para os setores envolvidos na aquisição de pessoal técnico-administrativo.	CDS/STI - José Junior	CPTA/PROGEPE - Aline Marques	Média
SISAP	Gerenciar bens patrimoniais e acompanhamento do ciclo de vida dos bens móveis da Universidade	CDS/STI - Bárbara Harumy	PREUNI - Carlos Belmont	Alta
SISPOS	Permitir aos administradores da PROPI e coordenadores realizar o gerenciamento de candidaturas, alunos, editais, docentes, cursos, pesquisadores, disciplinas e currículos dos cursos de pós-graduação.	CDS/STI - Elton de Oliveira	PROPI – LatoSensu – Kleber PROPI – Stricto Sensu – Ana Paula	Alta
RAD	Relatório de Atividade de Docentes	CDS/STI -Tatiana Barboza	PROPLAN - José Márcio	Alta

Fonte: STI

d) Plano de capacitação do pessoal de TI

A Governança de TI fomenta a participação dos servidores da STI em eventos internos e externos nas mais diversas áreas, contando com um apoio estratégico da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Em 2015, dois servidores da STI participaram do 1º Seminário Escola de Governança e Gestão Pública.

Não foi elaborado um plano de capacitação de TI no período devido à falta de recursos financeiros.

e) Força de trabalho de TI

Quadro 8.3.2 Força de trabalho de TI

Força de Trabalho	Total
Servidores efetivos da carreira de TI da Unidade	68
Servidores efetivos de outras carreiras da Unidade	25
Servidores efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	0
Servidores efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades	21
Terceirizados	85
Estagiários	13

Fonte: STI

Obs.: Os totais são relativos a dezembro de 2015.

f) Processos de gerenciamento de serviços TI implementados

Com base na necessidade de melhoria da gestão e do atendimento da Central, iniciamos algumas ações para melhorar a gestão de serviços com base na ITIL:

1. Definição do processo de gestão de demanda – Este processo permite que a Governança de TI tenha todas as demandas registradas para que possa priorizá-las e utilizar a informação para melhorar a gestão e a estratégia de TI.
2. Melhoria do processo da Central de Atendimento (CA/STI) – Foram identificadas melhorias no processo da Central de Atendimento de forma a se tornar cada vez mais uma Central de Serviços. Atualmente a CA faz atendimento de primeiro nível para sistemas mas ainda realiza somente o atendimento e redirecionamento para os serviços técnicos das áreas de Operações e Infraestrutura.
3. Início da revisão e detalhamento do Catálogo de Serviços – O catálogo está sendo revisto de forma a manter a sua atualização e para além da descrição detalhar informações tais como: responsável, tempo médio de execução do serviço, níveis de atendimento e a criticidade para a universidade. Com este catálogo pronto, pretendemos iniciar formalmente o gerenciamento do portfólio de serviços.
4. Relatório de liberação para Operações - Foi elaborado um *checklist* com pré-requisitos para liberação de sistemas, que considera: documentação, gerenciamento de configuração, verificação de *storage* e testes.

g) Projetos de TI desenvolvidos no período

Dentre os projetos aprovados pelo Gabinete do Reitor, com relação às metas traçadas em 2015, somente foi executado o projeto Reestruturação do *Backup* de dados da UFF, dada a restrição orçamentária. O projeto envolve desde a definição da política de *backup*, detalhamento de procedimentos a serem executados bem como a necessidade de infraestrutura para garantir a salvaguarda dos dados.

Este projeto está alinhado com o PDTIC, que o define como um dos principais projetos devido à necessidade de melhoria na infraestrutura e de segurança da informação de forma permitir o adequado funcionamento dos nossos sistemas e garantir a disponibilidade e confiabilidade dos dados da universidade.

Como forma de melhorar a parte de infraestrutura e garantir uma melhor segurança da informação, foi adquirido um equipamento para salvaguarda de informação sensível e proteção dos ativos de TI do nosso sistema de *backup*, interconectado com a rede. Para a aquisição do equipamento foram desembolsados R\$875.000,00. O prazo de conclusão para que todas as atividades do projeto sejam finalizadas é de um ano (dezembro de 2016), considerando a disponibilidade de recursos financeiros e humanos.

Outros resultados foram alcançados mesmo sem disponibilidade de verba financeira. Os projetos SIGADOC e Sistema de Transparência têm seu detalhamento nas tabelas de demandas que compõe o PDTIC (<http://www.governancadeti.uff.br/content/pdtic>). Ambos atenderam à expectativa de entregáveis no final de 2015.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

A STI possui um PMO com processos e documentação específicas para projetos, garantindo a padronização e a transferência do conhecimento para os trabalhos que são controlados pelo escritório.

Em 2015, foi iniciado um trabalho que visa a estruturar a gestão do conhecimento na STI, com objetivo de proporcionar o fácil acesso às informações disponibilizadas em sistemas de apoio à decisão, processos e atividades, assim como prover a capacitação e a cultura do compartilhamento de conhecimento. Algumas das prioridades deste trabalho são: atualizar documentação de sistemas e procedimentos operacionais, aprimorar a base de conhecimento e elaborar o plano de transferência de conhecimento.

## 8.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

### 8.4.1 Gestão ambiental e sustentabilidade da Unidade 26236 (UFF)

Com relação aos aspectos da gestão ambiental, a UFF tem promovido diversas ações no sentido de atuar, mais positivamente, na questão da sustentabilidade, por meio de seus órgãos gestores.

Nesse sentido, a Coordenação de Administração Patrimonial (CAP), vinculada à PREUNI, mantém uma Divisão de Preservação e Sustentabilidade (DPS). Esta divisão, através de duas seções, a de Avaliação e de Logística Patrimonial, criou um programa para retirada programada de bens inservíveis que visa o imediato desfazimento dos materiais retirados das unidades administrativas e de ensino. Esta atividade é realizada bimestralmente ou, conforme solicitação e volume, em caráter programado, sempre respeitando a área geográfica de atuação. O

material, ou bem retirado de uma unidade ou setor pode ser reaproveitado por outro, ou, ainda, doado a outras instituições através de Editais de Doação, disponíveis no *site* da CAP. Esse mecanismo é administrado pelo Sistema de Gestão de Bens Ociosos (SIGEBOC). Essa ferramenta possibilita que as Unidades doadoras possam expor os bens ociosos, disponibilizando fotos e informações para que outras Unidades possam solicitar, para si, a transferência do bem.

Alinhado ao compromisso com a gestão ambiental e de sustentabilidade da Universidade, a PROEX criou o Programa Ações Sustentáveis na UFF, com o objetivo de estimular a formação na universidade de uma cultura organizacional favorável ao desenvolvimento sustentável das suas atividades, bem como utilizar a educação ambiental como instrumento para elevar o nível de conhecimento e comprometimento da comunidade acadêmico-administrativa com as questões socioambientais. Dentro desse programa, o evento “Sustentabilidade na Universidade” visa implementar iniciativas que promovam discussões sobre o desenvolvimento e adoção de uma política de Responsabilidade Ambiental, através de palestras e cursos de capacitação.

Em 2015, o Programa Ações Sustentáveis deu continuidade aos projetos Reaproveitamento de Papel e Reaproveitamento de Óleo de Cozinha Para Produção de Sabonete, além de criar o Projeto de Gestão de Resíduos, que conta com a parceria da COOPCANIT, que recolhe e faz a reciclagem dos resíduos gerados.

Durante a XX Semana de Extensão da UFF o programa recolheu óleo de cozinha utilizado e filmes de raios-X para serem reaproveitados e terem seu descarte correto por meio do Projeto Gestão de Resíduos e do Projeto Extração de Prata de Chapas (Laboratório Universitário Rodolpho Albino-LURA), respectivamente, além de realizar a distribuição da cartilha Receitas Saudáveis, do Projeto Sustentabilidade na produção de refeições.

Na questão da separação dos resíduos recicláveis descartados, ainda que não seja uma ação extensiva a todas as áreas da Universidade, a PROEX, com o Programa Ações Sustentáveis, busca desenvolver junto aos docentes, discentes, técnicos e prestadores de serviço desta Universidade a sensibilização ambiental e a divulgação da importância da reciclagem para a conservação do meio ambiente, implementando estratégias sustentáveis, econômicas, ambientais e sociais.

Como destaque podemos citar a instalação de uma Estação de Tratamento e Reciclagem de Mercúrio Odontológico na Faculdade de Odontologia da UFF no *Campus* de Nova Friburgo. Essa Estação tem por objetivo evitar que os resíduos de amálgama sejam despejados diretamente no esgoto dos consultórios dentários da faculdade, além de receber resíduos sólidos captados por dentistas da região.

O grupo vem trabalhando com medidas concretas para promover a Odontologia Sustentável, já que a preocupação com o uso de materiais tóxicos na odontologia e o seu impacto na saúde e no meio ambiente vem crescendo nos últimos anos. Essas medidas são um conjunto de ações de pesquisa, extensão e ensino voltado para a questão da sustentabilidade, com destaque na área do mercúrio odontológico, proveniente do uso em larga escala do material restaurador chamado amálgama dental.

Já na área de documentação, a UFF, por intermédio da STI, está implantando o Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (SIGADOC), tecnologia que permite dar garantia de integridade e autenticidade a arquivos eletrônicos dentro e fora da Universidade.

A iniciativa é um conjunto de operações criptográficas aplicadas a um determinado arquivo, tendo como resultado o que se convencionou chamar de assinatura digital. O documento assinado será identificado por um código de barras, um *QR Code* e uma frase no rodapé informando que é válido. Entre os benefícios que o Sigadoc trará para a universidade, destacam-se a redução de custos com a minimização do uso de papel na impressão de documentos, a agilidade na tramitação de documentos e processos, a facilidade da comunicação interna, que será beneficiada com a simplificação do envio e recepção de documentos, bem como sua padronização.

A Superintendência de Documentação (SDC), em parceria com o Programa Ações Sustentáveis da PROEX, realizou por meio da Coordenação de Arquivos (CAR) o primeiro ato de

eliminação física de documentos oficiais de acordo com as determinações previstas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). aprovação das Listagens de Eliminação de Documentos pelo Conselho Universitário da UFF e publicação dos editais de Ciência de Eliminação de Documentos nos. 01 e 02 no DOU de 19/01/2015, Seção 2, p.75, o que resultou na eliminação de 4,5 toneladas de documentos.

Com o intuito de dar continuidade à realização de neutralização do carbono emitido durante os eventos na Universidade, o Programa Ações Sustentáveis da UFF realizou parceria com o Programa UFF SOS Comunidade, promovendo o evento Comunidade em Alerta: mapeando e monitorando os riscos geológicos.

O programa de compensação de emissão de gases de efeito estufa foi monitorado pelo Instituto Eventos Ambientais (IEVA) e foram distribuídas 300 mudas de plantas da mata atlântica no evento. A parceria foi realizada a partir da visita da equipe do Programa à Oriximiná, apresentando para a Comunidade as ações executadas através de *folders* e amostras, realizações de palestras, *workshop* e outros.

A Unidade Avançada José Veríssimo (UAJV), no município de Oriximiná-PA destacou-se como um importante agente no processo de conscientização ambiental sustentável e desenvolveu ações de extensão voltadas para a sustentabilidade ambiental, através do Programa 'Núcleo Pacha Mama'. O programa promove a Religação de Saberes, e seus objetivos se relacionam com estudos temáticos em Agricultura Urbana e Ecologia de Saberes em Unidades de Conservação e Comunidades Tradicionais, sob uma perspectiva de autogestão.

Sob a denominação desse programa existe o 'Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Ciência Ambiental, Agroecologia, Pesquisa-ação e extensão-comunicação', onde as bases sociais organizadas pelo Movimento de Pequenos Agricultores, pela Rede Carioca de Agricultura Urbana e pela Comissão Pastoral da Terra em Oriximiná-PA, têm acesso a debates científico, ecológico e cultural, desenvolvidos por professores doutores da UFF, nas temáticas de: Ciência Ambiental, Agroecologia, Conflitos Ambientais, Processamento Digital de Imagem e Cartografia Social, Movimentos Sociais e Descolonialidade do Saber, Arquitetura Indígena e Transculturalidade, Etnobotânica e Plantas Alimentícias não convencionais (PANCs), Plantas Medicinais e Farmácia Viva.

Vinculado ao Programa “Núcleo Pacha Mama” temos a Cartografia Social com Geotecnologias, desenvolvida pelo Departamento de Análise Geoambiental, do Instituto de Geociências. Trata-se de um projeto técnico e teórico-prático que utiliza as geotecnologias como ferramenta de apoio aos trabalhos dos projetos de extensão de Agroecologia e Cartografia Social realizados nas escolas do campo no Município de Oriximiná, noroeste do Estado do Pará.

Esse projeto visa mapear as ações desses trabalhos, em suas diferentes atividades, sistematizar e refinar os dados obtidos com os trabalhos de Agroecologia, Cartografia Social e Conflitos Socioambientais. Propõem-se também o desenvolvimento de novos temas para mapeamento, apoiados nos produtos gerados nos projetos em colaboração, de forma a fortalecer o conhecimento das populações sobre seus territórios e espaços vividos e ajudar na análise e planejamento dos espaços, além de poderem servir de material de apoio para as comunidades trabalhadas, seja nas escolas ou em reuniões comunitárias e com agentes externos. Focados em Escolas do Campo em Oriximiná e Óbidos em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). O projeto visa também a adoção de geotecnologias de uso gratuito e de fácil acesso nas atividades curriculares dos alunos das escolas, bem como a capacitação dos professores locais envolvidos no uso dessas ferramentas como apoio didático-pedagógico.

Destacamos, ainda, a Ecologia de Saberes em escolas do campo de Oriximiná-PA Departamento de Análise Geoambiental, do Instituto de Geociências, é um programa que tem a finalidade de promover, incentivar e proteger a educação e segurança alimentar de escolas do campo, além de fortalecer as relações ancestrais da população “amazônida” de Oriximiná, bem como fazer um diagnóstico sobre a percepção dos diversos conflitos nas escolas do campo.

Quadro 8.4.1 Aspectos da Gestão Ambiental da Unidade 26236 (UFF)

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no <i>site</i> da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
7.1	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		

Fonte: PROAD e PROEX

No tocante às licitações, a Universidade privilegia, nos seus processos licitatórios, as seguintes ações: recarga dos cartuchos das impressoras utilizadas nos setores; aquisição de papel reciclado para atendimento de demandas específicas; aquisição de copiadoras com a função impressão frente e verso e preferência por fornecedores que cumpram a legislação ambiental vigente.

Por fim destacamos que a Universidade também conta com diversos outros projetos voltados para a questão da sustentabilidade, desenvolvidos pelas unidades administrativas e acadêmicas, como por exemplo: Laboratório Horto-Viveiro (LAHVI), do Instituto de Biologia; Horto Gragoatá; Educação Ambiental; Coleta de resíduos sólidos para produzir compostagem (mudas); Estação de tratamento de esgoto; recolhimento de lâmpadas.

#### 8.4.2 Gestão ambiental e sustentabilidade da Unidade 26366 - HUAP

O HUAP ainda não inclui critérios de sustentabilidade na totalidade de suas licitações, entretanto na aquisição de produtos são observados aqueles que contribuem para o menor consumo de energia e água e também os aspectos de durabilidade e qualidade desses produtos. Nos projetos básicos ou executivos para contratação de obras e serviços de engenharia já se observa a preocupação com a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água.



## 9 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

### 9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Em relação às deliberações do TCU, o acompanhamento é feito da mesma forma que as demandas da CGU e do Ministério Público. A deliberação é recebida no Gabinete do Reitor que tem, por atribuição, remetê-la à área técnica responsável pela resposta, com cópia para o Chefe de Gabinete, a presidente da Comissão Técnica e a Auditoria Técnica. Nos casos em que houver necessidade, a Comissão Técnica realiza reuniões extraordinárias com todos os setores envolvidos para discutir o tema abordado e consolidar a resposta.

Em 2015, o principal item do TCU respondido pela Instituição foi em relação ao Acórdão 1664/15 (Itens 9.1.1 e 9.1.2), que trata da auditoria de fiscalização do prédio de Farmácia da UFF:

No item 9.1.1, o TCU requisitava a apresentação do Termo Aditivo de contrato comprovando que a desoneração da folha de pagamento, não prevista inicialmente no orçamento base da licitação, foi contemplada.

No item 9.1.2, o TCU requisitava a retirada dos itens em duplicidade da planilha orçamentária contratada da obra, relativas ao serviço de lançamento e adensamento de concreto, no valor de R\$ 395.266,42.

Em relação a esses dois itens, a Superintendência de Arquitetura e Engenharia (SAEN) (setor responsável pela implementação) deu ciência do Acórdão à empresa e notificou-a para comparecer à UFF, para uma reunião em que seriam discutidas a firmatura de Termo Aditivo para reduzir o valor do contrato, extraindo de seu custo os itens a diferença entre o valor contratado com a folha normal, e o valor com a folha desonerada dos encargos previdenciários, assim como os itens em duplicidade.

Em resposta ao primeiro item (9.1.1), a empresa esclareceu que não optou pelo benefício pois sua obra foi registrada no Cadastro Específico do INSS (CEI) dentro do período em que a opção era facultativa (até 31/10/2013) e que seus custos com encargos sociais permaneciam os mesmos da proposta. Apresentou as guias de recolhimento das contribuições previdenciárias, demonstrando dessa forma não ter obtido nenhuma vantagem para si ou causado prejuízo para o erário. Diante dos fatos, a UFF enviou ao TCU o Ofício GABR 94/16, de 26/02/16, relatando as providências e atualizando suas ações para atendimento às determinações do Tribunal. A UFF aguarda resultado da análise do TCU quanto à suficiência das providências, de forma a tornar atendida a determinação contida nesse item do Acórdão.

O segundo item foi plenamente acatado, tendo a empresa e a UFF firmado Termo Aditivo ao contrato, retirando de seu valor os itens em duplicidade na planilha de serviços.

Ainda que algumas Recomendações não tenham sido atendidas dentro do prazo previsto, a Administração Central da Universidade está determinada a solucionar as pendências e não-conformidades, junto aos Órgãos de Controle externos, dentro do menor prazo possível.

Quadro 9.1.1 Deliberações decorrentes do julgamento das contas relativas ao exercício 2009

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
022.089/2010-1	4365/2013 - 1a Câmara			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas Gerência de Procedimentos Disciplinares				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8.1. determinar à UFF que instaure procedimento administrativo para apurar eventual irregularidade relativa à violação dos princípios da moralidade e da impessoalidade, verificada no concurso para provimento ao cargo de Professor Assistente na cadeira de Otorrinolaringologia - Edital 360/2009, considerando que a Sra. Maria Elisa Vieira da Cunha Ramos, Presidente da Comissão Examinadora do Concurso, é sócia na Oto Rio Otorrinolaringologia Ltda. do Sr. Rosalvo Moura Neto e da Sra. Edna Patrícia Charry Ramirez, aprovados no mencionado concurso, e encaminhe, no prazo de 180 dias, o relatório final da apuração a este Tribunal.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Informamos que o procedimento administrativo não chegou a ser apurado no prazo solicitado. No entanto, estão sendo tomadas as medidas necessárias à abertura do referido processo administrativo dentro da instituição, de forma que a Determinação do TCU seja atendida no menor tempo possível.</p> <p>A administração central da Universidade está determinada a solucionar todas as pendências com esse Tribunal, no menor tempo possível. Para isso, instaurou uma Comissão de Governança e uma Comissão Técnica para acompanhar as ações com vista ao atendimento das solicitações desse Tribunal.</p>				

Fonte: Comissão Técnica

Quadro 9.1.2 Deliberações decorrentes do julgamento das contas relativas ao exercício 2012

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
021.156/2013-1	3976/2014 - TCU - 2ª Câmara			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas Comissão Especial de Acumulação de Cargos e Empregos - CEACE				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. Determinar à Universidade Federal Fluminense que conclua, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as apurações dos indícios de irregularidades relacionados no Ofício 10.952 da CGU/RJ, de 8/4/2010, que tratou de 141 servidores com dedicação exclusiva com possibilidade de possuírem outros vínculos empregatícios e de 439 servidores com possibilidade de possuírem jornada de trabalho semanal superior a 80 horas semanais em empregos públicos e/ou privados e encaminhe a este Tribunal o resultado final das apurações;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Por meio do Ofício nº 10.952/2010/CGU-Regional/RJ/CGU-PR, de 08/04/2010, a CGU encaminhou à UFF planilhas contendo 580 nomes de servidores com possibilidade de estarem acumulando ilegalmente cargos, empregos ou funções públicas. Desse número, 280 processos foram autuados, dos quais 109 foram considerados regulares; 13 tiveram sua situação funcional regularizada, sem a necessidade de ressarcimento ao erário; 58 foram regularizados e tiveram que ressarcir ao erário; 11 processos foram convertidos em PAD; 13 foram arquivados sem apreciação do mérito; e 76 processos ainda estão em trâmite, isto é, em fase de apuração. Restaram 262 processos para serem autuados. Assim, o trabalho de apuração referente ao citado Ofício ainda não foi concluído.</p>				

Fonte: Comissão Técnica

## 9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Considerando a necessidade de atendimento tempestivo às demandas dos diversos órgãos de controle internos e externos e, considerando que as demandas desses órgãos estavam sendo direcionadas às diversas instâncias organizacionais da Universidade, sem que houvesse um acompanhamento efetivo de todas as demandas (atendidas ou não), por parte da Administração Central, o Reitor da UFF criou uma Comissão Técnica com o intuito de normatizar e agilizar as respostas aos órgãos de controle.

A Comissão Técnica, criada pela Portaria 53.722, de 25 de março de 2015, tinha por objetivos, propor procedimentos relativos à intermediação das comunicações entre as subunidades organizacionais da UFF e os órgãos de controle interno e externo, bem como fazer a compilação dos dados para a elaboração do Relatório de Gestão. Para compor a referida comissão, assessorando o dirigente máximo da UFF ou seu representante no atendimento às demandas dos Órgãos de Controle, foram indicados representantes das áreas que compõem a Administração Central da UFF – Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias e Superintendências, contando também com a presença de um representante da Auditoria Técnica do Conselho de Curadores.

Posteriormente, observou-se a necessidade de regulamentar a atuação dessa Comissão Técnica junto às diversas instâncias da Universidade e, ao mesmo tempo, incluir novos integrantes representando as Superintendências de Arquitetura e Engenharia e de Tecnologia da Informação. Essas alterações foram normatizadas pela Portaria 54.500, de 25 de agosto de 2015, que estabeleceu as seguintes atribuições e responsabilidades:

- 1 Representantes de cada área, membros da Comissão:
  - Atuar junto aos setores de sua unidade, principalmente ao gestor da mesma, de forma a obter as informações demandadas pelos Órgãos de Controle, dentro do prazo estipulado;
  - Acompanhar e, se necessário, sugerir alterações nas respostas fornecidas pelos gestores das áreas;
  - Compilar e consolidar as respostas fornecidas pelas unidades, para elaboração e/ou atualização dos Planos de Providências Permanentes, procedimento imprescindível para o adequado e tempestivo atendimento às demandas oriundas dos Órgãos de Controle.
- 2 Gabinete do Reitor
  - Informar, imediata e concomitantemente, sobre todas as demandas dos Órgãos de Controle recebidas no Gabinete do Reitor ou por outra instância organizacional da Universidade.
- 3 Gestores de cada área
  - Responder aos Órgãos de Controle, dentro do prazo estipulado

Tão logo a comissão foi criada, o Pró-Reitor de Planejamento da UFF convidou a CGU para uma reunião na Universidade, com o objetivo de apresentar a Comissão e suas novas atribuições, demonstrando o empenho da Administração em sanar todas as pendências da Universidade com a CGU.

Desde então, a Comissão tem se reunido semanalmente, em local e data pré-definidos pela presidência e, já em uma de suas primeiras reuniões, foi discutida e aprovada a elaboração de um Plano de Ação para responder às demandas do Plano de Providências da CGU. O escopo de trabalho definido, inicialmente, foi priorizar três grandes áreas, a saber: Recursos Humanos, Patrimônio e Acompanhamento das Recomendações, sendo esses os Planos de Ação elaborados para atingimento de metas, para o que merece destaque a valiosa orientação da nossa Unidade de Controle Interno.

Nesse primeiro trabalho da Comissão, foram respondidas 89 Recomendações do Plano de Providências Permanente, cujo prazo encerrava em Junho/2015. Já no segundo trabalho da Comissão junto ao PPP, a definição do escopo do trabalho, mais complexo, demandou um tempo maior de resposta e conclusão das mesmas. Por este motivo, a Comissão conseguiu responder a 33 Recomendações, totalizando 122 respostas ao PPP/2015, incluindo aquelas recomendações recebidas em 2015.

Em relação às Recomendações recebidas em 2015, da CGU, podemos resumir da seguinte forma:

- i. Aquelas relativas ao trabalho de campo realizado no Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), em agosto, cujo objetivo era acompanhar as recomendações constantes do Plano de Providências Permanente (PPP) não atendidas, relativas a exercícios anteriores. Como resultado, das 15 recomendações analisadas pela equipe de auditoria, 5 foram consideradas atendidas e baixadas e 10 permanecem no PPP, sendo objeto de acompanhamento e revisão. Dessas 10 recomendações, 08 (oito) estão em andamento no HUAP e 01 está pendente de solução.
- ii. Aquelas relacionadas com o Relatório de Demandas Externas, acerca da Ordem de Serviço 201204939, a qual, por sua vez, realiza constatações sobre as obras realizadas na construção dos Laboratórios de Geoquímica e de Geofísica do Petróleo do Instituto de Geociências, que foram respondidas através do Of. GABR 080/2016.

Com certeza, as Recomendações que provocaram maior impacto na gestão da unidade foram aquelas relacionadas às obras realizadas na Instituição, por uma série de motivos, entre os quais a grande quantidade de reformas e novas construções realizadas, durante um curto espaço de tempo, em diferentes *campi*, durante a implantação do REUNI.

Por este motivo, o Reitor da Universidade Federal Fluminense constituiu uma Comissão Interna de Análise e Avaliação das Obras REUNI (Portaria 54.633, de 25/09/2015), composta por um membro do corpo docente, um membro da Procuradoria Geral junto à UFF<sup>1</sup> (PROGER), a presidente da Comissão Técnica, o Diretor do Departamento de Contabilidade e Finanças, e um engenheiro da Superintendência de Arquitetura e Engenharia da UFF.

A Comissão Técnica também está dando início à utilização do REDMINE, um software livre e de código aberto para gerenciamento de projetos e gestão de demandas. Pretende-se, num futuro próximo, ter todas as Recomendações e respectivas respostas registradas e acompanhadas pelas áreas técnicas envolvidas, pela Comissão Técnica, pela Auditoria Técnica do Conselho de Curadores, assim como pelo Comitê de Governança da UFF, do qual fazem parte o Vice-Reitor e o Chefe de Gabinete a UFF.

### 9.3 Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

O Departamento de Administração de Pessoal (DAP/PROGEPE) é o órgão responsável pelos procedimentos para a reposição ao erário de recebimentos indevidos na folha de pagamento por servidores em virtude de aposentadoria, exoneração, acumulação indevida de cargos, dentre outras situações. Para tanto, providencia planilhas com os valores devidos, Notas Técnicas com embasamento legal e notificação ao interessado para comparecer, tomar ciência do ocorrido e autorizar o débito em folha de pagamento.

---

<sup>1</sup> Internamente denominada Procuradoria-Geral (PROGER).

Em caso de discordância, os servidores devem apresentar sua manifestação por escrito, em consonância com os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Após esgotadas as instâncias recursais, com base na Lei 9.784/1999, mantido o indeferimento do pleito e na ausência de concordância do interessado em repor ao erário, o processo administrativo é encaminhado à PROGER, para providências quanto à inscrição em dívida ativa do montante devido.

#### **9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações como disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

Quanto ao preconizado pela Lei 8.666/1993, no que se refere ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, a Universidade concorda que a retirada de uma empresa da fila de vencimentos, para que esta possa ser privilegiada no recebimento, deve ser repudiada, por ofensa aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade. No entanto, a conjuntura econômica do ano de 2015 levou a gestão a realizar escolhas sobre quais fornecedores teriam atenuados seus problemas financeiros com o recebimento de suas faturas.

Ressalte-se, porém, que a quebra da ordem cronológica é uma exceção prevista no próprio art. 5º da Lei 8.666/1993, devendo ocorrer somente quando presentes razões de interesse público. É possível que, ao se atender o interesse público, o resultado acabe por desagradar o interesse de determinados fornecedores.

É importante esclarecer que tal quebra foi corroborada por fatores determinantes, que comprovaram que aqueles pagamentos com vencimentos posteriores deveriam ser privilegiados em detrimento dos mais antigos. Cabe destacar que essa análise foi efetuada caso a caso.

Entre os casos concretos ocorridos durante o exercício de 2015 estão aqueles que possuem, como consequências advindas de um atraso ou preterimento de determinado fornecedor, a possibilidade de este exercer seu direito de rescindir o contrato por falta de pagamento.

Outra ocorrência registrada em 2015 foi a possibilidade de acontecerem greves ou paralisações por parte dos funcionários de empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada em vigilância e limpeza, justificada pelo atraso de salários decorrente de dificuldade financeira do empregador, provocada pela inadimplência da própria contratante. Mesmo que temporária, não há como deixar de notar o caráter de grande relevância e as consequências de uma paralisação ou de uma greve para as atividades acadêmicas e administrativas.

Toda essa situação foi resultante dos contingenciamentos realizados pelo Governo Federal no orçamento de custeio e capital aprovado para o ano de 2015 e nas liberações de recursos financeiros, que levaram os gestores da Universidade a definir prioridades de pagamentos conforme a insuficiente disponibilidade e conforme a importância para a continuidade dos serviços educacionais, já que em custeio foram contingenciados 80% e em capital apenas 50% foram liberados. Acrescenta-se a isso o fato de que poucos recursos financeiros foram liberados para realizar os pagamentos, efetivamente.

## 9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

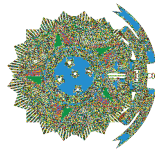
A Superintendência de Arquitetura e Engenharia efetuou levantamento de todos os contratos em que atue fiscalizadora, de forma a identificar empresas que possam ter sido beneficiadas pela desoneração. Foram apurados 44 contratos que poderiam se enquadrar nos parâmetros da desoneração e elaborada listagem contendo número de contrato, razão social, CNPJ e processo administrativo. Com o apoio do Departamento de Contabilidade e Finanças, verificou-se que em quatro contratos passou-se a aplicar o percentual de 3,5% de retenção, o que levantou a hipótese de desoneração da folha de pagamento. Nesses casos, estão sendo revistas as planilhas de custos, de forma a obter o valor do ressarcimento dos valores pagos indevidamente e a consequente redução do contrato.

## 9.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 9.6 Despesas com publicidade

<b>Publicidade</b>	<b>Programa/ Ação orçamentária</b>	<b>Valores empenhados</b>	<b>Valores pagos</b>
Institucional	0487	R\$ 11 600,00	R\$ 11 600,00
Legal		R\$ 11 600,00	R\$ 11 600,00
Mercadológica	0487	R\$ 1 000,00	R\$ 880,73
Utilidade pública		R\$ 1 000,00	R\$ 880,73

Fonte: DCF



Ministério da Educação  
 Universidade Federal Fluminense  
 Conselho de Curadores  
**Auditoria Técnica**

**Anexo I – Informações quantitativas e qualitativas das auditorias realizadas no exercício de 2015**

**I.1 – Relatórios de Auditoria**

Relatório	Constatação	Texto	Causa	Posicionamento da Unidade Auditada	Recomendação	Prazo
01/2015	1	Desatualização da Norma de Serviço n.º 574, de 04 de agosto de 2006.	Fragilidade no acompanhamento das alterações da legislação pertinente e na adequação dos normativos internos da Universidade à legislação vigente.	Identificamos a necessidade de atualização da Norma de Serviço nº 574/2006, contudo a Pró Reitoria de Gestão de Pessoas está passando por uma reformulação para criação da Escola de Governança em Gestão Pública. Acreditamos que a Norma atenda a nova dinâmica e política que a Escola pretende implementar e poderá ser desenvolvida a partir desta nova estrutura.	Atualizar ato normativo interno de procedimentos para concessão de incentivo à qualificação aos servidores.	30 dias a contar da ciência.
01/2015	2	Inadequação do método utilizado para realizar o mapeamento do processo	Falta de treinamento sobre mapeamento de processos, regras de fluxograma e suas etapas e Convenções Gerais para Desenho e Leitura do Fluxograma / Setas.	O mapeamento de processos apresentado para a Auditoria foi realizado pela própria equipe para a melhoria dos processos de trabalho e para facilitar a capacitação de novos servidores que viessem a entrar no setor. Contudo, o mapeamento realizado não atende a esta estrutura formal que está sendo recomendada pela Auditoria. Propomos buscarmos melhorar este mapeamento interno e incluímos o fluxo com o Departamento de Administração de Pessoal.	Realizar mapeamento do processo de incentivo à qualificação a partir de etapas, fluxograma das etapas, observando as Convenções Gerais para o Desenho e Leitura do Fluxograma / Conectores / Setas.	30 dias a contar da ciência.
01/2015	3	Inobservância do prazo de 30 dias para análise dos processos	Fragilidade nas rotinas de trabalho estabelecidas pela CPTA para monitorar o cumprimento do prazo para apresentação da documentação.	Até o ano de 2014, quando os processos que estavam sendo analisados, possuíam alguma inconexão de preenchimento ou falta de documentação, os servidores da equipe de análise de processos entravam em contato com o servidor-requerente para sanar a pendência encontrada. A partir do início de 2015, já alteramos este procedimento: atualmente, devolvemos o processo para o servidor, sinalizando o que deverá ser complementado e informando que assegurando a legalidade dos procedimentos adotados pela CPTA.	Aprimorar controle interno que o prazo de 30 dias para análise dos processos seja cumprido, assegurando a legalidade dos procedimentos adotados pela CPTA.	30 dias a contar da ciência.
01/2015	4	Fragilidade na identificação do ambiente organizacional de atuação do servidor	Utilização do termo "interambiente" para definir o ambiente de atuação do servidor.	Propomos incluir no formulário Requerimento de Incentivo à Qualificação um campo para o servidor informar as atividades executadas por ele e a validação do gestor. Além disso, acataremos a recomendação de inclusão de um campo que defina o ambiente organizacional de atuação do servidor no formulário "Análise e Parecer de Incentivo à Qualificação".	Identificar, no formulário "Análise e Parecer de Incentivo à Qualificação", o ambiente organizacional de atuação do servidor.	30 dias a contar da ciência.
01/2015	5	Fragilidade na comunicação interna	Fragilidade na interação entre os setores da PROGEPE.	Propomos incluir nos trâmites processuais o retorno dos processos à CPTA após o DAP concluir os procedimentos de conexão de enquadramento e os devidos registros no SISAC, aqueles que constituírem alteração do fundamento legal do ato concessório de aposentadoria ou pensão e trouxerem melhorias à concessão inicial.	Aprimorar a comunicação entre os setores da PROGEPE, em especial no intuito de lançar no Sisac as conexões de enquadramento que constituírem alteração do fundamento legal do ato concessório de aposentadoria ou pensão e trouxerem melhorias posteriores à concessão inicial.	30 dias a contar da ciência.

01/2015	6	Deficiência nos controles internos administrativos	Fragilidade na rotina de conferência dos processos deferidos pela CPTA e os pagamentos realizados pelo DAP.	Propomos que o DAP confira periodicamente o pagamento que foi lançado, a partir da listagem enviada pela CPTA.	Aprimorar a comunicação interna, uniformidade das informações e procedimentos de conferência, assegurando que todos os processos deferidos pela CPTA constem na Folha de Pagamento e que todos os pagamentos efetuados estejam apoiados por processos deferidos pela CPTA.	30 dias a contar da ciência.
01/2015	7	Divergência de informação quanto ao curso de formação maior que o exigido para o ingresso no cargo	Falha no procedimento de análise do pedido de concessão de incentivo à qualificação.	Solicitamos dilação de prazo para que possamos analisar o processo e responder a esta constatação.	1) Esclarecer informação quanto ao curso de formação maior que o exigido para o ingresso no cargo, referente ao processo de incentivo à qualificação n.º 23069.008615/2014-07; 2) Classificar o ambiente de atuação do servidor matrícula n.º 2147662.	30 dias a contar da ciência.
01/2015	8	Ausência de apresentação do 2.º termo de compromisso ou do certificado/diploma de conclusão do curso no prazo	Falha no procedimento de cobrança de qualificação.	Temos realizado acompanhamento constante dos processos que retomam do pagamento, para que possamos assegurar o cumprimento dos prazos. Aperfeiçoamos, desta forma, nossos procedimentos desde o início deste ano. Atualmente, as RDDs com as informações dos servidores que recebem a concessão ou alteração do incentivo à qualificação por apresentação de declaração ou ata de conclusão do curso são distintas das RDDs dos outros servidores. Fizemos esta alteração para que possamos visualizar com maior facilidade quem são estes servidores, qual a vigência dos seus termos de compromisso e para que fique mais claro para eles que esta concessão é provisória até a entrega do diploma. Informamos, ainda, que já cancelamos a concessão de benefício por não entrega da documentação, conforme anexo. Com relação aos processos identificados na constatação registramos que o processo n.º 23069.077914/2014-83, já foi sanado com a entrega do certificado em 12/03/2015; e o processo n.º 23069.030672/2014-64 foi solicitado em 06/03/2015 para verificação.	Monitorar os procedimentos implementados para assegurar o cumprimento do prazo estabelecido nos termos de compromissos assinados.	30 dias a contar da ciência.
02/2015	1	Inexistência de norma interna regulamentando e padronizando os procedimentos relacionados ao gerenciamento dos resíduos químicos da Universidade.	Ausência de formalização de instruções.	Não houve manifestação da unidade examinada.	Editar ato normativo interno abordando todos os aspectos relacionados ao gerenciamento de resíduos químicos dos laboratórios; Criar comissão que monitore a implementação dos procedimentos estabelecidos na norma interna em todos os laboratórios da UFF.	180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.
02/2015	2	Não apresentação de mapeamento de todas as fontes geradoras de resíduos químicos da Universidade.	Falha na etapa de planejamento conjunto com as etapas de organização, direção e controle, integra o processo de gerenciamento dos resíduos químicos produzidos pelos laboratórios da Universidade.	Não houve manifestação da unidade examinada.	Apresentar mapeamento de todas as fontes geradoras de resíduos químicos da Universidade.	180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.
02/2015	3	Não apresentação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos e de resíduos perigosos.	Falha na etapa de planejamento conjunto com as etapas de organização, direção e controle, integra o processo de gerenciamento dos resíduos químicos produzidos pelos laboratórios da Universidade.	Não houve manifestação da unidade examinada.	Apresentar plano de gerenciamento de resíduos sólidos e de resíduos perigosos.	180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.
02/2015	4	Ausência de cadastramento no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos	Fragilidade no acompanhamento da legislação a que a Universidade está sujeita por operar com resíduos perigosos.	Não houve manifestação da unidade examinada.	Efetuar cadastramento no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.	180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.



02/2015	5	Fragilidade na identificação dos resíduos perigosos	Fragilidade no acompanhamento da legislação a que a Universidade está sujeita por operar com resíduos perigosos.	A Diretora do Instituto de Química expôs:  Cabe destacar aqui que diversas normatizações internas foram propostas pela COSEIQ e aprovadas pelo Colegiado de Unidade falando, porém, uma determinação superior para que tais normas sejam efetivamente fiscalizadas e cobradas, de forma geral ocorrem vistorias, mas nada faculta a Comissão alguma autoridade com relação a se fazerem cumprir o determinado;  Por normas internas as FISPQs de todos os reagentes armazenados e manipulados devem estar atualizadas e disponíveis a todos os interessados, sendo tais informações alvo de fiscalização e vistoria periódica da COSEIQ. No que diz respeito a rejeitos as FISPQs não são necessariamente úteis, considerando as peculiaridades das atividades desenvolvidas. Cada laboratório do Instituto de Química utiliza o método de dispor num mesmo frasco diferentes rejeitos químicos que apresentam compatibilidade entre si porém, com toxicidade, reatividade, etc.,. Entretanto, a classificação do resíduo em termos de classe é possível.	Implementar rotinas de trabalho que assegurem que todos os recipientes que contêm resíduos perigosos sejam identificados quanto ao seu conteúdo; Disponibilizar as FISPQ, ou modelo semelhante, aos usuários do laboratório e demais partes contar da ciência. 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.
02/2015	6	Inadequação do local destinado ao armazenamento temporário de resíduos no Instituto de Química.	Falha na delimitação de local para armazenamento temporário e nas ações que visam à segurança desta área.	A diretora do Instituto de Química respondeu que Na realidade tal área específica inexistia, sendo empregados para tais fins locais dentro das próprias instalações nas quais as atividades se realizem desde que tais locais se apresentem adaptados e adequados, dentro do possível, com base ao que se manipulam riscos oferecidos, quantidades e detalhes sobre os reagentes etc. Após tratamento realizado pelos departamentos, é realizado armazenamento temporário até coleta, nos próprios laboratórios geradores de resíduo ou no laboratório central de apoio, no caso apenas de resíduos gerados pelos cursos de graduação. A sede atual do IQ, inicialmente não foi planejada para ser utilizada como ambiente de manuseio químico. A unidade prevista para essa finalidade foi há muitos anos atrás utilizada para outro instituto. Por isso não se preveniu no atual prédio uma infra-estrutura adequada às peculiaridades das atividades aqui desenvolvidas, estando, porém, tal local adequadamente previsto no projeto para a nova sede do IQ, cito, no campus da Praia Vermelha.	Organizar local adequado para armazenar temporariamente os resíduos em segurança até o momento mais oportuno para encaminhamento ao local de armazenamento externo; (A Administração Central) Prover a Unidade da infraestrutura e dos recursos necessários ao correto armazenamento temporário de resíduos químicos. 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.
02/2015	7	Ausência de treinamento para as pessoas que têm contato com resíduos químicos.	Falha nas ações de capacitação voltadas para os usuários dos laboratórios e demais partes interessadas.	A diretora do Instituto de Química informou que A COSEIQ, em seu Regimento, capítulo 3 deixa claro os seus objetivos e atividades as quais não estão relacionadas diretamente a gerenciamento de resíduos. Entretanto, vem realizando e promovendo treinamentos gerais de segurança e encaminhamentos do Corpo de Bombeiros, do NEPU-UFF e de sua própria equipe. Esses eventos fazem parte do calendário oficial da semana de acolhimentos aos calouros e da disciplina de Seminários ministrada na pós graduação. Além disso, eventos abertos ao público vêm sendo realizados constantemente no IQ, atraindo vários interessados, entre alunos, técnicos, professores e profissionais.  Neste ponto vale ressaltar que a instituição não tem oferecido apoio no que diz respeito a profissionais especializados nesse item. A COSEIQ é composta em sua grande parte por docentes, cuja atividade-fim claramente é outra além de ter responsabilidades diversas dentro de seus departamentos. Outro ponto relevante é a leitura do contrato vigente com a Saniplan, no qual se observa o compromisso da contratada em fornecer treinamento adequado aos interessados do quadro da contratante.	Promover treinamentos que disponibilham sobre a forma de operação da instalação, registro de movimentação e armazenamento de resíduos e situações de emergência; Exigir que a empresa contratada cumpra sua obrigação de oferecer treinamento aos professores e chefes de laboratórios. 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.
02/2015	8	Fragilidade na prevenção de acidentes e nos equipamentos de segurança	Falha na fiscalização das condições de segurança das instalações.	A diretora do Instituto de Química esclareceu que O que ocorre na realidade não é falha na fiscalização (que vem sendo feita constantemente pela COSEIQ). Muitas vezes o que se observa é uma considerável demora ou mesmo não atendimento das solicitações feitas por ocasião das fiscalizações, como reposição de extintores, sinalizações, etc por parte da universidade. Além disso, algumas vezes, quando da realização de fiscalização em laboratórios, principalmente de pesquisa, a COSEIQ encontra portas fechadas e professores não dispostos a colaborar com a fiscalização e/ou cumprimento de recomendações da comissão seja por falta de verba, espaço mais adequado ou algum motivo desconhecido pela comissão. Fiscalizações são realizadas e tais medidas são tomadas sempre na medida do exequível, com base aos recursos disponíveis, treinamentos oferecidos e atividades realizadas. Seria de grande utilidade, por exemplo, a disponibilização de extintores e demais recursos para um novo treinamento prático sobre contenção de incêndio, colaboradores do Corpo de Bombeiros poderiam, como já feito antes, nos apoiar com pessoal e orientar. Além disso, a universidade poderia estabelecer normas gerais que pudessem fazer cumprir as determinações e constatações de problemas de segurança em laboratórios feita pela COSEIQ, com maior rigor.	Aplicar medidas para minimizar os riscos de incêndio, químico e biológico, o que inclui manter adequadamente todos os equipamentos de segurança e realizar inspeção periódica na instalação; Promover ações de sensibilização, voltadas para os responsáveis pelos laboratórios, sobre: (a) a atuação da equipe de fiscalização; e (b) a relevância do cumprimento tempestivo de suas exigências; (A Administração Central) Prover a Unidade da infraestrutura e dos recursos necessários ao seguro funcionamento de seus laboratórios. 180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.

02/2015	9	Fragilidade no registro da operação	Ausência de rotinas de trabalho que registrem a movimentação e armazenamento dos resíduos.	A diretora do Instituto de Química expôs que o IQ não dispõe de pessoal especializado com esta atividade-fim. Atualmente, o que é feito é a partir de projeto individual de extensão de um docente do IQ que, sem ter essa função, se propôs a fazer a ligação entre a empresa responsável pela retirada de resíduos e o IQ além de outras unidades. O correto seria uma equipe técnica responsável pelo gerenciamento, tratamento e retirada adequada de resíduos, dentro das condições de segurança legais. Já existem modelos e normas para tal, segundo NBR 11174, que precisam ser informados e aplicados por equipe determinada para tal finalidade.	Elaborar relatório de movimentação e armazenamento de resíduos e manter atualizadas estas informações.	180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.
02/2015	10	Não utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI)	Falha na distribuição do EPI às pessoas que manuseiam resíduos perigosos.	A diretora do Instituto de Química justificou que não existe legislação específica para o serviço público e o que existe é o uso de legislação existente para a iniciativa privada que determina que EPI são de responsabilidade do empregador, que deve oferecer esse material para seus empregados. Atualmente, a distribuição de EPIs não ocorre dentro do IQ, adequadamente seja em tipo e quantidade apropriada. Os equipamentos de proteção individuais são comprados pelos próprios técnicos e docentes, sendo que para os alunos calouros dos cursos de Química apenas, através de projetos com a PROAD, foram ofertados em alguns semestres, máscara, luva, jaleco e óculos de segurança.	Distribuir às pessoas que manuseiam resíduos perigosos EPI adequado e orientá-las quanto à sua correta utilização.	180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.
02/2015	11	Ausência de plano de emergência para todos os laboratórios de Química Inorgânica. Inadequação do plano de emergência do Laboratório de Biologia de Insetos.	Ausência de formalização de instruções.	A diretora do Instituto de Química informou que: Foi elaborado por uma aluna, através de seu TCC, um plano de emergência que precisa ser revisado por pessoal técnico especializado (o que não é o caso dos docentes do IQ) para formalização pelo Colegiado do Instituto de Química. Tal trabalho é de domínio público, tendo sido já encaminhado via PDF a todos os departamentos, Direções e Coordenações.	Apresentar Plano de Emergência que contenha: informações de possíveis incidentes e das ações a serem tomadas; indicação do coordenador e seu substituto, bem como seus telefones e endereços; lista de todo equipamento de segurança existente, incluindo localização, descrição do tipo e capacidade.	180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.
02/2015	12	Ausência de local externo para armazenamento de resíduos	Falha na etapa de armazenamento externo do processo de gerenciamento de resíduos químicos que se estrutura nas seguintes etapas: identificação, segregação, acondicionamento, armazenamento temporário, tratamento, transporte interno, armazenamento externo, coleta externa, transporte externo e disposição final.	A diretora do Instituto de Química esclareceu que: Não existe pessoal contratado para essa finalidade nem o Instituto de Química foi na época construída para finalidade de uso com atividades químicas. Com isso, não existe um local apropriado para esse armazenamento. A universidade deveria solicitar junto aos órgãos federais correspondentes, verba necessária para contrapartida de uma universidade no término da nova sede do Instituto de Química que está com cerca de 80% de conclusão de seu projeto de construção, faltando à contrapartida da universidade.	1) Organizar ambiente exclusivo para guarda dos recipientes de resíduos até a realização da coleta externa, com acesso facilitado para os veículos coletores; 2) (A Administração Central) Promover meios para a organização do local para armazenamento externo dos resíduos.	180 (cento e oitenta) dias a contar da ciência.
02/2015	13	Coleta externa realizada em intervalos superiores a 24 horas	Falta de requisição à empresa contratada para coleta em intervalos não superiores a 24 horas.	A diretora do Instituto de Química esclareceu que: Essa requisição não é realizada, pois tal coleta, neste intervalo de tempo, face ao tipo de rejeito gerado e suas quantidades, se fazem desnecessária. Nesse caso, seria mais recomendável que a empresa fornecesse treinamento, rótulos e frascos, orientando para a melhor condição no local de estocagem até que uma quantidade mínima de rejeitos seja gerada para, então, ocorrer o recolhimento.	Constatação elidida	Não aplicável

02/2015	14	Fragilidade na acondicionamento dos resíduos químicos líquidos	de Inadequação dos recipientes utilizados para acondicionamento dos resíduos químicos líquidos.	<p>Apesar da Solicitação de Auditoria n.º 047/2015 não ter sido respondida tempestivamente, a diretora do Instituto de Química teve as seguintes considerações sobre o acondicionamento dos resíduos:</p> <p>Nem todos os recipientes são adequados já que muitos docentes coordenadores de projetos de pesquisa têm comprado recipientes de compatibilidade adequada aos rejeitos líquidos de seus laboratórios. Assim, essa não é uma situação geral, sem exceções.</p> <p>Completa concordância, com a ressalva de justificar a necessidade de conhecimento das unidades da UFF, de contratos de serviços realizados pela universidade que sejam de interesse das unidades.</p> <p>Completa concordância desde que os frascos sejam oferecidos como determinado em contrato.</p>	<p>1) Exigir que a empresa contratada cumpra sua obrigação de fornecer recipientes resistentes, rígidos e estanques, com tampa rosqueada e vedante.</p> <p>2) Acondicionar os resíduos líquidos em recipientes resistentes, rígidos e estanques, com tampa rosqueada e vedante, observadas as exigências de compatibilidade química dos resíduos entre si, assim como de cada resíduo com os materiais das embalagens, de forma a evitar reação química entre os componentes do resíduo e da embalagem, enfraquecendo ou deteriorando a mesma, ou a possibilidade de que o material da embalagem seja permeável aos componentes do resíduo.</p>	<p>1) Exigir que a empresa contratada cumpra a obrigação de fornecer modelos de etiquetas para a identificação dos recipientes;</p> <p>2) Identificar os recipientes para transporte interno com o símbolo correspondente ao risco do resíduo.</p>
02/2015	15	Ausência de identificação dos recipientes para transporte interno com o símbolo correspondente ao risco de resíduo.	Falha na distribuição de modelos de etiquetas para a identificação dos recipientes e nas ações de sinalização de risco.	<p>Apesar da Solicitação de Auditoria n.º 047/2015 não ter sido respondida tempestivamente, a diretora do Instituto de Química expressou sua concordância e ressaltou que:</p> <p>Completa concordância do Instituto de Química. Entretanto, a universidade deveria estabelecer condições adequadas para que material seja fornecido para a elaboração das etiquetas recomendadas segundo modelo a ser fornecido pela contratada assim como material adequado para acondicionamento dos resíduos sólidos.</p>	<p>1) Exigir que a empresa contratada cumpra a obrigação contratual de fornecer modelos de etiquetas para a identificação dos recipientes;</p> <p>2) Identificar os recipientes para transporte interno com o símbolo correspondente ao risco do resíduo.</p>	<p>1) Exigir que a empresa contratada cumpra a obrigação de fornecer modelos de etiquetas para a identificação dos recipientes;</p> <p>2) Identificar os recipientes para transporte interno com o símbolo correspondente ao risco do resíduo.</p>

02/2015	16	Limitação de escopo na execução do trabalho de auditoria	A cultura organizacional da UFF não promove a atuação da Auditoria Interna como instrumento de desenvolvimento institucional.	<p>Apesar da Solicitação de Auditoria n.º 047/2015 não ter sido respondida tempestivamente, a diretora do Instituto de Química manifestou-se no seguinte sentido:</p> <p><b>ETAPA IDENTIFICAÇÃO</b> As características dos resíduos estão contidas em Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos-FISPQ? (Art. 21, § 1.º da Resolução Conama n.º 358/2005) Resposta do Instituto de Química – Não. Como escrito na resposta à constatação 05, acreditamos não se aplicar literalmente ao caso de resíduos. O que deveria ser feito de acordo com modelo de etiqueta a ser fornecido pela empresa contratada, ser feita a identificação da classe de resíduo que é uma classificação mais ampla e adequada à identificação de resíduos variáveis como é o caso do Instituto de Química.</p> <p><b>ETAPA ACONDICIONAMENTO</b> Os resíduos líquidos são acondicionados em recipientes constituídos de material compatível com o líquido armazenado? Os recipientes são resistentes, rígidos e estanques, com tampa rosqueada e vedante? (Capítulo III, Item 1.2.4 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004) Resposta do Instituto de Química – Em alguns casos são, mas os frascos não são fornecidos pela empresa contratada e sim comprados com verbas de projetos de pesquisa de docentes, quando possível.</p> <p><b>ETAPA TRANSPORTE INTERNO</b> Como é feito o transporte interno dos resíduos (traslado dos resíduos dos pontos de geração até local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo com a finalidade de apresentação para a coleta)? (Capítulo III, Item 1.4 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004) Resposta do Instituto de Química – O transporte é feito por docentes, alunos e técnicos utilizando bandejas ou transportando individualmente, no caso de bombonas de 5L.</p> <p>O transporte interno de resíduos atende roteiro previamente definido e em horários não coincidentes com períodos de maior fluxo de pessoas ou atividades? (Capítulo III, Item 1.4.1 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004) Resposta do Instituto de Química–Não. O que é feito é a solicitação de docentes para retirada e quando o volume alcança cerca de 1 a 3 toneladas, é solicitada a retirada à empresa contratada.</p> <p>Os recipientes para transporte interno são constituídos de material rígido, lavável, impermeável, provido de tampa articulada ao próprio corpo do equipamento, cantos e bordas arredondados? (Capítulo III, Item 1.4.2 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004) Resposta do Instituto de Química – Os recipientes utilizados para transporte interno é o mesmo retirado pela empresa.</p> <p>Os recipientes para transporte interno são identificados com o símbolo correspondente ao risco do resíduo neles contidos, de acordo com a RDC N.º 306/2004? (Capítulo III, Item 1.4.2 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004) Resposta do Instituto de Química – Não.</p> <p><b>ETAPA ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO</b> O local destinado ao armazenamento temporário de resíduos está de acordo com o Capítulo III, Item 1.5 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004? Resposta do Instituto de Química – Não.</p> <p><b>ETAPA TRATAMENTO</b> Os resíduos recebem tratamento específico de acordo com Art. 25 da Resolução Conama n.º 358/2005? Resposta do Instituto de Química – Em relação a íons em solução aquosa os mesmos são tratados por precipitação de seus hidróxidos ou sais, filtrados e deixados secar para minimização de perigos e volumes. Em relação aos solventes, os mesmos são acondicionados em recipientes e transferidos pela empresa contratada para bombonas maiores. Em relação a halogênitos como o I2, o mesmo é recuperado em carvão através de técnicas químicas apropriadas.</p> <p><b>ETAPA COLETA E TRANSPORTE EXTERNO</b> Os resíduos são apreendidos para coleta acondicionados em coletores estanques, rígidos e bigidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação? (Art. 25, § 1.º, da Resolução Conama n.º 358/2005) Resposta do Instituto de Química – Não</p> <p>Os funcionários responsáveis pela coleta recebem treinamento adequado e são submetidos a exames médicos pré-admissionais e periódicos, de acordo com o estabelecido na Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho? (Item 4.2 da NBR 12.810/93 da ABNT) Resposta do Instituto de Química – Não. Entretanto, o contato durante a entrega dos rejeitos é muito pequeno para a responsabilização da Auditoria Interna para o gerenciamento.</p>		
02/2015	16	Limitação de escopo na execução do trabalho de auditoria	A cultura organizacional da UFF não promove a atuação da Auditoria Interna como instrumento de desenvolvimento institucional.	<p>Apesar da Solicitação de Auditoria n.º 047/2015 não ter sido respondida tempestivamente, a diretora do Instituto de Química manifestou-se no seguinte sentido:</p> <p><b>ETAPA IDENTIFICAÇÃO</b> As características dos resíduos estão contidas em Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos-FISPQ? (Art. 21, § 1.º da Resolução Conama n.º 358/2005) Resposta do Instituto de Química – Não. Como escrito na resposta à constatação 05, acreditamos não se aplicar literalmente ao caso de resíduos. O que deveria ser feito de acordo com modelo de etiqueta a ser fornecido pela empresa contratada, ser feita a identificação da classe de resíduo que é uma classificação mais ampla e adequada à identificação de resíduos variáveis como é o caso do Instituto de Química.</p> <p><b>ETAPA ACONDICIONAMENTO</b> Os resíduos líquidos são acondicionados em recipientes constituídos de material compatível com o líquido armazenado? Os recipientes são resistentes, rígidos e estanques, com tampa rosqueada e vedante? (Capítulo III, Item 1.2.4 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004) Resposta do Instituto de Química – Em alguns casos são, mas os frascos não são fornecidos pela empresa contratada e sim comprados com verbas de projetos de pesquisa de docentes, quando possível.</p> <p><b>ETAPA TRANSPORTE INTERNO</b> Como é feito o transporte interno dos resíduos (traslado dos resíduos dos pontos de geração até local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo com a finalidade de apresentação para a coleta)? (Capítulo III, Item 1.4 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004) Resposta do Instituto de Química – O transporte é feito por docentes, alunos e técnicos utilizando bandejas ou transportando individualmente, no caso de bombonas de 5L.</p> <p>O transporte interno de resíduos atende roteiro previamente definido e em horários não coincidentes com períodos de maior fluxo de pessoas ou atividades? (Capítulo III, Item 1.4.1 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004) Resposta do Instituto de Química–Não. O que é feito é a solicitação de docentes para retirada e quando o volume alcança cerca de 1 a 3 toneladas, é solicitada a retirada à empresa contratada.</p> <p>Os recipientes para transporte interno são constituídos de material rígido, lavável, impermeável, provido de tampa articulada ao próprio corpo do equipamento, cantos e bordas arredondados? (Capítulo III, Item 1.4.2 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004) Resposta do Instituto de Química – Os recipientes utilizados para transporte interno é o mesmo retirado pela empresa.</p> <p>Os recipientes para transporte interno são identificados com o símbolo correspondente ao risco do resíduo neles contidos, de acordo com a RDC N.º 306/2004? (Capítulo III, Item 1.4.2 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004) Resposta do Instituto de Química – Não.</p> <p><b>ETAPA ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO</b> O local destinado ao armazenamento temporário de resíduos está de acordo com o Capítulo III, Item 1.5 da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDC N.º 306/2004? Resposta do Instituto de Química – Não.</p> <p><b>ETAPA TRATAMENTO</b> Os resíduos recebem tratamento específico de acordo com Art. 25 da Resolução Conama n.º 358/2005? Resposta do Instituto de Química – Em relação a íons em solução aquosa os mesmos são tratados por precipitação de seus hidróxidos ou sais, filtrados e deixados secar para minimização de perigos e volumes. Em relação aos solventes, os mesmos são acondicionados em recipientes e transferidos pela empresa contratada para bombonas maiores. Em relação a halogênitos como o I2, o mesmo é recuperado em carvão através de técnicas químicas apropriadas.</p> <p><b>ETAPA COLETA E TRANSPORTE EXTERNO</b> Os resíduos são apreendidos para coleta acondicionados em coletores estanques, rígidos e bigidos, resistentes à ruptura, à punctura, ao corte ou à escarificação? (Art. 25, § 1.º, da Resolução Conama n.º 358/2005) Resposta do Instituto de Química – Não</p> <p>Os funcionários responsáveis pela coleta recebem treinamento adequado e são submetidos a exames médicos pré-admissionais e periódicos, de acordo com o estabelecido na Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho? (Item 4.2 da NBR 12.810/93 da ABNT) Resposta do Instituto de Química – Não. Entretanto, o contato durante a entrega dos rejeitos é muito pequeno para a responsabilização da Auditoria Interna para o gerenciamento.</p>		

03/2015	1	Ausência de documentação necessária exigida nos processos de admissão	Falha no procedimento de análise de processo e exigência de documentação.	<p>A unidade auditada, por meio do Memorando DAP nº 170/2015, informa que:</p> <p>1.1. Os documentos apontados como "faltantes", como por exemplo, os documentos de identificação do servidor, declaração de acumulação de cargo público, declaração de bens e termo de posse, nos processos nºs 23069.002013/2015-19, 23069.040154/2015-30, 23069.052194/2014-43, 23069.005442/2011-14, 23069.052194/2014-43, 23069.005442/2011-14, 23069.050650/2014-11, 23069.000169/2015-65 encontram-se disponíveis na pasta funcional do servidor visto que foram apresentados no ato de posse conforme previsão legal. A documentação já está sendo regularizada nos referidos processos;</p> <p>1.2. Quanto as Portarias MPOG e MEC autorizando o provimento do cargo ou a origem da vaga, informamos que as Universidades se valem da prerrogativa de poder reportar os servidores técnico-administrativos e docentes previamente autorizados através de legislação específica sempre que houver necessidade do Órgão;</p> <p>1.3. Quanto as cópias dos editais que compoem os referidos processos, informamos que os mesmos são inseridos pelas Coordenações de Pessoal Técnico Administrativo (quando servidores Técnico-Administrativos) e de Pessoal Docente (quando servidores Docentes). Agendamos uma reunião de trabalho em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas para corrigirmos e consolidarmos os nossos fluxos de trabalho;</p> <p>1.4. Os servidores atuantes na Seção de Controle de Admissão e Funções, ligada a Divisão de Admissão e Cadastro (SCAF/DAC), já foram orientados quanto à importância de cumprir tais orientações, visando o atendimento na íntegra da legislação vigente, e estamos estudando a possibilidade de elaboração e adoção de uma Ficha de Verificação para os procedimentos de investidura em cargo ou emprego público a partir de 2016 e uma conferência de todos os processos de admissão referentes a 2015 que ainda se encontram na Seção anteriormente mencionada.</p>	<p>1) Regularizar a documentação faltante nos processos n.ºs 23069.002013/2015-19, 23069.040154/2015-30, 23069.052194/2014-43, 23069.005442/2011-14, 23069.052194/2014-43, 23069.005442/2011-14, 23069.050650/2014-11, 23069.000169/2015-65;</p> <p>2) Aprimorar controle interno assegurando que os processos de admissão contenham toda a documentação necessária exigida, utilizando-se, para tanto, de lista de verificação ou outro meio que permita a conferência da regularidade da instrução processual;</p> <p>3) Elaborar plano de ação com vistas a suprir eventuais ausências de documentação obrigatória em processos de admissão de pessoal findos ou em curso, mitigando o risco de atuação sancionadora dos órgãos de controle.</p>	
03/2015	2	Falta de cadastramento no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos estabelecidas pelo PROGEPE para monitorar o cumprimento do prazo para as informações pertinentes aos atos de concessão de aposentadoria e pensão.	Fragilidade nas rotinas de trabalho para monitorar o cumprimento do prazo para as informações pertinentes aos atos de concessão de aposentadoria e pensão.	<p>A unidade auditada, por meio do Memorando DAP nº 170/2015, informa que:</p> <p>1.1. Dos 06 (seis) processos que foram analisados, 03 (três) não foram cadastrados no SISAC no prazo legal (60 dias), entre eles os processos nº 23069.025002/2013-45 (aposentadoria), 23069.009468/2014-84 (pensão), 23069.000933/2015-01 (pensão), especificamente em virtude da greve dos servidores técnico-administrativos em educação deflagrada no período de 28/05/2015 a 06/10/2015, sendo regularizados assim que os autos retornarem à SCAP/DDV;</p> <p>1.2. Ressaltamos que a Seção de Concessão de Aposentadorias e Pensões, ligada a Divisão de Direitos e Vantagens (SCAP/DDV), adota uma planilha de controle dos processos, porém, a dificuldade de se obter alguns documentos durante a instrução processual, tanto nos casos de pensão quanto nos casos de aposentadoria, seja do servidor interessado quanto de outros setores da UFF, torna o processo muitas vezes demorado;</p> <p>1.3. Ressaltamos ainda que o tamanho da equipe e a infra-estrutura da Seção de Concessão de Aposentadorias e Pensões, ligada a Divisão de Direitos e Vantagens (SCAP/DDV), localizada no Departamento de Administração de Pessoal, 4º andar do prédio da Reitoria, são inadequados para a realização a contento, especificamente, dessa tarefa, visto que, aproximadamente, 14 (quatorze) outros assuntos referentes à área de pessoal, são tratados diariamente pela mesma equipe e no mesmo local;</p> <p>1.4. Faz-se necessário ampliar a equipe de trabalho e se concretizar uma adequação do espaço físico solicitada na área da SCAP/DDV para que, após isso, possa se rever os fluxos de trabalho dessa atividade e se possa propor uma alteração que proporcione efetivamente um ganho de produtividade aparente.</p>	<p>1) Aprimorar controle interno que assegure que o prazo de 60 dias para cadastramento no SISAC e cumprimento do prazo de 60 dias para disponibilização ao órgão de controle interno seja cumprido tempestivamente. 2) Demandar formalmente à administração central a disponibilização de meios para que as informações pertinentes aos atos de concessão de aposentadoria e pensão sejam cadastradas no SISAC tempestivamente.</p>	

## 1.2 – Pareceres

<b>Parecer</b>	<b>Ementa</b>
01/2015	Estudo com vistas a ampliar o quadro de pessoal da Auditoria Técnica da Universidade Federal Fluminense, em atendimento ao Acórdão 821/2014 – Plenário do Tribunal de Contas da União.
02/2015	Demonstrações contábeis relativas aos valores acumulados até o 4º trimestre do exercício 2014.
03/2015	Pedido de ciência e manifestação da Auditoria Técnica em requisição de informações do Ministério Público Federal. Delimitação do sentido e do alcance dos institutos das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União. Necessidade de diligência junto aos órgãos de execução financeira para verificação de cumprimento de determinação do TCU. Descumprimento de recomendação relativa às condições de trabalho da Auditoria Técnica. Cumprimento de recomendação relativa à condução de auditorias nas atividades desenvolvidas pela UFF com apoio institucional da FEC.
04/2015	Audiagem especial. Admissibilidade. Independência da Auditoria Técnica para avaliação do objeto. Sobreposição de esforços de auditoria. Apresentação de alternativa tecnicamente viável para execução da audiagem. Recomendações.
05/2015	Resgata o contexto decisório, analisa e sistematiza o dispositivo do Acórdão nº 1664/2015, exarado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, para, em sede de assessoramento à gestão, auxiliar a racionalização de esforços para seu atendimento.
06/2015	Demonstrações Contábeis da Universidade Federal Fluminense. Valores acumulados até o 3º trimestre do exercício de 2015. Atendimento à Decisão nº 01/98 do Conselho de Curadores.
07/2015	Parecer prévio relativo à prestação de contas da Universidade Federal Fluminense no Exercício 2014. Avaliação. Falhas de natureza formal. Falhas de média gravidade objeto de recomendações e acompanhamento. Sugestão de aprovação com as ressalvas contidas.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>19.096.412,29</b>		<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>1.897.906.420,64</b>	-
<b>Ordinárias</b>	<b>2.231.616,51</b>		<b>Ordinárias</b>	<b>686.231.941,25</b>	-
<b>Vinculadas</b>	<b>19.569.455,66</b>		<b>Vinculadas</b>	<b>1.211.674.479,39</b>	-
Educação			Educação	904.268.963,96	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	42.245.463,93	-
Operação de Crédito			Operação de Crédito	238.581.274,71	-
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações			Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	19.569.455,66		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	23.060.504,78	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.518.272,01	-
Demais Recursos			Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.704.659,88				
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>2.299.820.899,92</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>424.786.296,65</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	2.232.615.690,14		Resultantes da Execução Orçamentária	388.508.035,11	-
Cota Recebida			Cota Concedida		-
Repasse Recebido	1.844.116.886,21		Repasse Concedido	9.231,18	-
Sub-repasse Recebido	388.498.338,19		Sub-repasse Concedido	388.498.338,19	-
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa	465,74		Valores Diferidos - Baixa	465,74	-
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida			Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	67.205.209,78		Independentes da Execução Orçamentária	36.278.261,54	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	65.847.059,71		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	33.444.668,19	-
Demais Transferências Recebidas	3.367,90		Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.354.782,17		Movimento de Saldos Patrimoniais	2.833.593,35	-
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>56.122.949,37</b>		<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>41.999.552,51</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	13.751.596,85		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.527.295,35	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	39.881.611,94		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	35.991.895,95	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	304.745,93		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	480.361,21	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.184.994,65		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	700,00		Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.013.293,81		Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial			- Varição Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos	171.000,84				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>14.585.745,35</b>		- <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>24.933.737,13</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.585.745,35		- Caixa e Equivalentes de Caixa	24.933.737,13	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.389.626.006,93</b>		- <b>TOTAL</b>	<b>2.389.626.006,93</b>	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>28.640.043,00</b>	<b>28.640.043,00</b>	<b>19.096.412,29</b>	<b>-9.543.630,71</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>4.640.895,00</b>	<b>4.640.895,00</b>	<b>7.397.006,85</b>	<b>2.756.111,85</b>
Receitas Imobiliárias	3.954.722,00	3.954.722,00	6.788.606,57	2.833.884,57
Receitas de Valores Mobiliários	686.173,00	686.173,00	608.400,28	-77.772,72
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	<b>22.385,00</b>	<b>22.385,00</b>
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	22.385,00	22.385,00
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	<b>27.531,00</b>	<b>27.531,00</b>	<b>8.010,00</b>	<b>-19.521,00</b>
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	27.531,00	27.531,00	8.010,00	-19.521,00
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>23.167.281,00</b>	<b>23.167.281,00</b>	<b>5.524.306,64</b>	<b>-17.642.974,36</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>135.794,00</b>	<b>135.794,00</b>	-	<b>-135.794,00</b>
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	135.794,00	135.794,00	-	-135.794,00
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>668.542,00</b>	<b>668.542,00</b>	<b>6.144.703,80</b>	<b>5.476.161,80</b>
Multas e Juros de Mora	62.972,00	62.972,00	1.497,95	-61.474,05
Indenizações e Restituições	494.912,00	494.912,00	5.468.396,68	4.973.484,68
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	110.658,00	110.658,00	674.809,17	564.151,17
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>28.640.043,00</b>	<b>28.640.043,00</b>	<b>19.096.412,29</b>	<b>-9.543.630,71</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>28.640.043,00</b>	<b>28.640.043,00</b>	<b>19.096.412,29</b>	<b>-9.543.630,71</b>
<b>DÉFICIT</b>			<b>1.878.810.008,35</b>	<b>1.878.810.008,35</b>
<b>TOTAL</b>	<b>28.640.043,00</b>	<b>28.640.043,00</b>	<b>1.897.906.420,64</b>	<b>1.869.266.377,64</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	<b>1.994.000,00</b>	<b>1.994.000,00</b>	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	1.994.000,00	1.994.000,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.690.663.583,00</b>	<b>1.814.706.659,00</b>	<b>1.860.732.953,84</b>	<b>1.834.241.649,13</b>	<b>1.826.547.271,85</b>	<b>-46.026.294,84</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.461.953.466,00	1.584.644.098,00	1.569.317.914,88	1.564.803.354,23	1.564.788.580,55	15.326.183,12
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	228.710.117,00	230.062.561,00	291.415.038,96	269.438.294,90	261.758.691,30	-61.352.477,96
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>67.629.221,00</b>	<b>67.629.221,00</b>	<b>37.173.466,80</b>	<b>23.783.159,57</b>	<b>17.725.940,00</b>	<b>30.455.754,20</b>
Investimentos	67.629.221,00	67.629.221,00	37.173.466,80	23.783.159,57	17.725.940,00	30.455.754,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.758.292.804,00</b>	<b>1.882.335.880,00</b>	<b>1.897.906.420,64</b>	<b>1.858.024.808,70</b>	<b>1.844.273.211,85</b>	<b>-15.570.540,64</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>1.758.292.804,00</b>	<b>1.882.335.880,00</b>	<b>1.897.906.420,64</b>	<b>1.858.024.808,70</b>	<b>1.844.273.211,85</b>	<b>-15.570.540,64</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.758.292.804,00</b>	<b>1.882.335.880,00</b>	<b>1.897.906.420,64</b>	<b>1.858.024.808,70</b>	<b>1.844.273.211,85</b>	<b>-15.570.540,64</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.794.716,52</b>	<b>37.631.357,93</b>	<b>35.901.550,89</b>	<b>23.919.354,37</b>	<b>6.887.072,52</b>	<b>18.619.647,56</b>
Pessoal e Encargos Sociais	319.085,14	168.372,22	139.579,50	139.579,50	347.877,86	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	11.475.631,38	37.462.985,71	35.761.971,39	23.779.774,87	6.539.194,66	18.619.647,56
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.631.850,35</b>	<b>17.518.977,73</b>	<b>14.588.569,70</b>	<b>12.072.541,58</b>	<b>330.397,94</b>	<b>10.747.888,56</b>
Investimentos	5.631.850,35	17.518.977,73	14.588.569,70	12.072.541,58	330.397,94	10.747.888,56
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>17.426.566,87</b>	<b>55.150.335,66</b>	<b>50.490.120,59</b>	<b>35.991.895,95</b>	<b>7.217.470,46</b>	<b>29.367.536,12</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>115.777,83</b>	<b>2.701.816,70</b>	<b>2.576.552,38</b>	<b>15.126,45</b>	<b>225.915,70</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	243.593,23	243.593,23	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PÁGINA 4

SUBTÍTULO 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	115.777,83	2.458.223,47	2.332.959,15	15.126,45	225.915,70
DESPESAS DE CAPITAL	-	2.950.742,97	2.950.742,97	-	-
Investimentos	-	2.950.742,97	2.950.742,97	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>115.777,83</b>	<b>5.652.559,67</b>	<b>5.527.295,35</b>	<b>15.126,45</b>	<b>225.915,70</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
<b>Imobilizado</b>	<b>1.246.756.556,12</b>	<b>4.384.994.663,90</b>			
Bens Móveis	221.301.658,31	208.897.318,49			
Bens Móveis	221.301.658,31	208.897.318,49			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	1.025.454.897,81	4.176.097.345,41			
Bens Imóveis	1.025.494.211,73	4.176.116.262,80			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-39.313,92	-18.917,39			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>1.747.598,07</b>	<b>1.688.160,06</b>			
Softwares	1.747.598,07	1.688.160,06			
Softwares	1.747.598,07	1.688.160,06			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.322.316.153,02</b>	<b>4.540.665.997,56</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.322.316.153,02</b>	<b>4.540.665.997,56</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>30.438.623,75</b>	<b>115.943.917,31</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>95.801.218,03</b>	<b>215.906.089,18</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>1.291.877.529,27</b>	<b>4.424.722.080,25</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>310.285,29</b>	<b>-90.103.610,49</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>1.226.204.649,70</b>	<b>4.414.863.518,87</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>143.272.967,68</b>	<b>154.297.871,93</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>435.784.063,56</b>	<b>435.683.375,22</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	143.272.967,68	154.297.871,93	Execução dos Atos Potenciais Passivos	435.784.063,56	435.683.375,22
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	41.929.180,07	35.932.755,76	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	85.795.905,87	100.718.375,16	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	9.375.323,32	9.875.323,32
Direitos Contratuais a Executar	15.547.881,74	17.646.741,01	Obrigações Contratuais a Executar	426.408.740,24	425.808.051,90
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>143.272.967,68</b>	<b>154.297.871,93</b>	<b>TOTAL</b>	<b>435.784.063,56</b>	<b>435.683.375,22</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-11.364.483,19</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-53.998.111,09</b>
Educação	-28.568.403,82
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-27.493.801,04
Operação de Crédito	-165.671,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.203.508,87
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-973.743,52
<b>TOTAL</b>	<b>-65.362.594,28</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 26/02/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>36.156.153,83</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.321.406.352,79</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>19.096.412,29</b>	<b>-</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	6.788.606,57	-
Receita Agropecuária	22.385,00	-
Receita Industrial	8.010,00	-
Receita de Serviços	5.524.306,64	-
Remuneração das Disponibilidades	608.400,28	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	6.144.703,80	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>2.302.309.940,50</b>	<b>-</b>
Ingressos Extraorçamentários	304.745,93	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.013.293,81	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.299.820.899,92	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	171.000,84	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-2.285.250.198,96</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-1.680.921.871,17</b>	<b>-</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-704.482,00	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-186.009,50	-
Previdência Social	-528.732.850,69	-
Saúde	-57.284.803,76	-
Trabalho	-	-
Educação	-1.084.472.465,25	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 26/02/2016	PÁGINA 2
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-2.790.325,00	-
Direitos da Cidadania	-364.500,00	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-419.358,23	-
Ciência e Tecnologia	-518.543,40	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-4.449.233,34	-
Desporto e Lazer	-1.000.000,00	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	700,00	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-179.061.669,93</b>	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-172.130.438,67	-
Outras Transferências Concedidas	-6.931.231,26	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-425.266.657,86</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-480.361,21	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-424.786.296,65	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-25.808.162,05</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-
<b>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>	-	-
<b>Outros Ingressos de Investimentos</b>	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 26/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-25.808.162,05</b>	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-14.066.260,23	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-11.741.901,82	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>10.347.991,78</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>14.585.745,35</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>24.933.737,13</b>	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 26/02/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>2.418.687.887,10</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>16,37</b>	-
Impostos	16,37	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>12.417.924,07</b>	-
Venda de Mercadorias	95.385,00	-
Vendas de Produtos	8.010,00	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	12.314.529,07	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>609.909,82</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.495,95	-
Variações Monetárias e Cambiais	10,63	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	608.403,24	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>2.318.274.930,87</b>	-
Transferências Intragovernamentais	2.299.820.899,92	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	18.454.030,95	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>81.203.106,93</b>	-
Reavaliação de Ativos	21.756.735,39	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.939.071,91	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	54.507.299,63	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>6.181.999,04</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	6.181.999,04	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>5.625.227.750,36</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>1.105.271.792,30</b>	<b>-</b>
Remuneração a Pessoal	883.385.746,06	-
Encargos Patronais	171.096.211,89	-
Benefícios a Pessoal	49.765.812,12	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.024.022,23	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>531.508.258,08</b>	<b>-</b>
Aposentadorias e Reformas	434.660.653,10	-
Pensões	94.021.135,45	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.826.469,53	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>230.929.455,36</b>	<b>-</b>
Uso de Material de Consumo	41.296.051,63	-
Serviços	189.557.992,22	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	75.411,51	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>349.083,26</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	273.844,16	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	75.239,10	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>427.496.996,67</b>	<b>-</b>
Transferências Intragovernamentais	424.786.296,65	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	183.630,00	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.527.070,02	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>3.294.608.891,61</b>	<b>-</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.195.584.274,80	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	220.620,16	-
Incorporação de Passivos	21.040.725,11	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	77.763.271,54	-
<b>Tributárias</b>	<b>210.721,41</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	210.131,41	-
Contribuições	590,00	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>136.292,00</b>	-
Custo das Mercadorias Vendidas	136.292,00	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>34.716.259,67</b>	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	34.689.802,51	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	26.457,16	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

## **Notas Explicativas sobre o Balanço Patrimonial**

### **ATIVO CIRCULANTE**

#### **Conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Esta conta sofreu drástica diminuição se comparada com o exercício anterior. Refere-se a valores financeiros compreendidos com antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de 13º, férias e outros descontos para reposição ao erário. Refere-se também a valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências voluntárias formalizadas por convênios ou outros instrumentos congêneres e a créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos de outras esferas governamentais. Dos créditos a receber que encerraram o exercício de 2014, apenas permanecem 30% ao final de 2015. Sendo recebidos 70%.

### **ATIVO NÃO CIRCULANTE IMOBILIZADO**

A conta de Imobilizado relacionada a Bens Imóveis foi a que demonstrou maior variação em 2015 em comparação a 2014. Justifica-se pelos estornos de lançamentos contábeis de desvalorização de imóveis no montante de mais de 3 bilhões de reais. Estes estornos são resultantes de procedimentos de retificação da reavaliação dos imóveis realizadas em 2014. Nesta ocasião os valores foram superestimados, devido a métodos equivocados, fazendo com que ultrapassassem a casa dos 4 bilhões. Detectada a incongruência, os valores foram retificados procedendo-se a desvalorização contábil dos imóveis.

### **PASSIVO CIRCULANTE**

#### **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Em 2015 o valor dos compromissos com fornecedores sofreu aumento de cinco vezes o valor que se encerrou em 2014. Isto justifica-se pela conjuntura econômica do governo em 2015, quando ocorreram contingenciamentos no orçamento e cortes de gastos em diversas despesas. Acarretando o acúmulo de dívidas devido a forte diminuição de repasses financeiros.

#### **Demais Obrigações a Curto Prazo**

Compreende as obrigações da universidade junto a terceiros não inclusas na conta anterior. Estão arrolados as retenções de imposto federais e municipais e os encargos previdenciários: em torno de 1 milhão; bolsas para estudos: em torno de 1,4 milhão; e repasses e subrepasses de outros órgãos disponível no final do exercício e que serão transportados para o exercício seguinte. Este grupo de contas sofreu diminuição de seu valor que em 2014 era de 47,5 milhões para 15 milhões ao final de 2015.

### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

As contas Resultados do Exercício e Resultado de Exercícios Anteriores apresentam valores representativos dos ajustes patrimoniais procedidos na conta Bens Imóveis. O impacto das reavaliações foi computado no Patrimônio, diretamente sobre o resultado, fazendo com que o resultado acumulado no exercício anterior fosse trazido à realidade com os estornos da reavaliação patrimonial. Desta forma o Balanço de 2015 apresenta resultado positivo, contemplando a regularização do seu ativo não circulante.

